

CARLOS RITTER

**OS PROCESSOS DE PERIFERIZAÇÃO, DESPERIFERIZAÇÃO E
REPERIFERIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO
AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

É com imensa alegria que agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização de um sonho acalentado ainda na Graduação. Digo sonho porque, ao término da minha Graduação, na década de 1980, poucos tiveram acesso ao doutoramento em Geografia. Essa aspiração foi postergada por quase trinta anos e relegada a um segundo plano em virtude de, por muito tempo, ter sido submetido à dura “realidade” da tripla jornada diária de trabalho enfrentada por mim e por grande parte dos professores atuantes nos Ensinos Fundamental e Médio, no Brasil.

Criar ânimo e tempo para retornar à vida acadêmica, diante dos inúmeros compromissos assumidos, exigiu-me um grande esforço e, mesmo assim, só aconteceu graças ao incentivo e à colaboração de muitas pessoas.

Reconheço que são inúmeros os merecedores destes agradecimentos, porém nem todos puderam ser referenciados como de fato gostaria. Mas, mesmo assim, àqueles que porventura não tiveram seus nomes aqui mencionados, que se sintam homenageados em nome das pessoas citadas.

Inicialmente, os meus reconhecimentos são externados a todos os integrantes do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, aos professores, alunos e funcionários e aos integrantes dos demais programas em que tive a oportunidade de cursar disciplinas isoladas, como de Antropologia, de Educação e de Ciências Sociais.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, em especial ao Jefferson, Armando, Vianna, Viacava, Cláudia, Simone, Mariana, Edmilson, Floriano, Joelma, Maísa, Lisboa, Pavanelli, pelo incentivo no período de inscrição e pelo apoio nos momentos mais difíceis da comprovação desta tese.

Formalizo os meus agradecimentos aos integrantes da COHAPAR, do IPARDES, da COMEC, da SANEPAR e das Prefeituras Municipais de Colombo e de Pinhais, que disponibilizaram os dados solicitados.

Entre os alunos do programa de pós-graduação, sou grato, em especial, à Lucileyde, à Sônia, ao Júlio, ao Alex e à Patrícia. Esta última por colaborar com os seus conhecimentos técnicos na confecção dos gráficos e mapas integrantes deste trabalho.

Aos moradores das Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares, pela receptividade, simplicidade e valiosa ajuda na realização desta tese. Em especial, a

Senhora Claudete e ao Senhor Genésio por terem auxiliado nas pesquisas desenvolvidas na Vila Zumbi dos Palmares e por terem intermediado os contatos com os reperiferizados.

Ao Senhor Arival, vice-presidente da Associação dos Moradores da Vila Liberdade, pelo apoio nas pesquisas *in loco*, realizadas naquela Vila.

Nos CHFs do *Alphaville* Graciosa e Pinheiros, às Senhoras Maria do Rosário e Luciènne Fernandes, por viabilizarem a aplicação de questionários e a realização das entrevistas com os moradores dos respectivos condomínios.

A todos os moradores das *periferias* visitadas, pelas oportunidades que me foram proporcionadas, como a de conhecer e a de conviver com as precariedades socioeconômicas e, ao mesmo tempo, com a grande riqueza cultural predominante naquelas espacialidades. Agradeço, também, às experiências de vida que me foram compartilhadas, mesmo que, muitas vezes, em um ambiente marcado pela hostilidade e pela desconfiança, mas capazes de transparecer um arraigado sentimento de solidariedade e uma inacreditável ternura.

À Dr^a Rosa Moura pelo apoio técnico e pelos sábios conselhos marcantes como os daquelas raras pessoas que, com fruto do esforço, da dedicação, das inteligências múltiplas, entre outros muitos predicativos, detêm o conhecimento e a arte do fazer e, mesmo assim, conseguem manter uma doce simplicidade e uma invejável humildade.

Finalmente, à Prof^a. Dr^a. Olga L. de F. Firkowski, minha orientadora, não só pela qualidade e precisão das suas orientações ao longo desses três anos ou pelo exemplo de dedicação, de seriedade ao trabalho, mas, principalmente, por ter acreditado e apoiado a transformação de uma “ideia” em um trabalho final de Doutorado.

Assim, só me resta externar, humildemente, o meu *muito obrigado* a todos.

RESUMO

Neste trabalho, são analisadas três diferentes espacialidades numa mesma porção do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, tendo como preocupação central a comprovação e a caracterização da ocorrência de um triplo processo, que se revela por meio da periferização, da desperiferização e da reperiferização/nova periferização (P-D-R/NP). Para tanto, são retomados epistemologicamente os conceitos de espaço, espacialidade e espacialização, bem como de espaço urbano/metropolitano, para se chegar a um entendimento conceitual do que vêm a ser as *periferias urbanas* na contemporaneidade, para o caso brasileiro. As *periferias urbanas* passam a ser entendidas, neste trabalho, pelos seus múltiplos processos formadores e caracterizadores, levando-se em conta as condições econômico-sociais que extrapolam as análises calcadas em concepções dualistas e geometrificadas, do tipo *centro x periferia*. Considera-se que não são as distâncias físicas as determinantes da condição de periferização e sim as distâncias econômico-sociais e culturais. A partir desse posicionamento, foi possível identificar os estágios do triplo processo de P-D-R/NP no recorte espacial escolhido: a periferização encontrada na Vila Liberdade e na Vila Zumbi, sendo que nessa última, as ações de urbanização, regularização fundiária e desenvolvimento socioambiental estão desencadeando um processo de desperiferização, principalmente por promoverem um intenso fluxo de pessoas – saída dos primeiros moradores e a chegada de outros com maior adaptação às “formalidades” urbanas. Aqueles que saem, geralmente engrossam outras *periferias* ou até mesmo formam novas *periferias*. Esse triplo processo é contextualizado em suas causas e consequências, com ênfase para as questões de cunho econômico-político, com destaque para a lógica da especulação imobiliária e para o corporativismo entre o Estado e as grandes empresas. É ressaltada a ação da *Alphaville Urbanismo S/A* com os seus empreendimentos no AMC, uma vez que essa empresa instalou, ao lado da Vila Zumbi, dois condomínios horizontais fechados, voltados às camadas mais abastadas da sociedade metropolitana de Curitiba. O corporativismo estabelecido teve força suficiente para provocar significativas mudanças no espaço analisado, neste trabalho. Entre essas mudanças, destaca-se a transformação de parte da Área de Proteção Ambiental de Pinhais em Unidade Territorial de Planejamento, permitindo, nesse local, a instalação dos CHFs *Alphaville Graciosa e Pinheiros* e consequente intervenção na então ocupação irregular Zumbi dos Palmares, com o intuito de minimizar os efeitos negativos que essa ocupação poderia causar para o empreendimento imobiliário da *Alphaville*, em andamento no AMC.

Palavras-chave: Aglomerado Metropolitano. *Periferias urbanas*. Periferização. Desperiferização. Reperiferização.

ABSTRACT

This academic work examines three different specialities in the same part of the Metropolitan Agglomeration of Curitiba, having as main concern the preflight and characterization of a threefold process development, which reveals itself through peripherization, deperipherization and reperipherization/new peripherization (P-D-R/NP). To analyze such processes, concepts of space, spatiality and spatialization as well as urban/metropolitan space are reproduced epistemologically, to achieve a conceptual understanding of what is the urban fringe today, in the case of Brazil. The urban fringe is to be understood, in this work, by its multiple formed and characterized procedures, taking into account economic, social that extrapolate analyses based on dual and geometries conceptions, classified as *periphery X centre*. It is considered that the physical distances are not determinant factors of the peripherization but the economical, social and cultural distances. From that position, it was possible to identify the stages of the triple process P-D-R/NP in the area studied: that this last village, the actions of urbanization, regularization land and socio-environmental development, which triggered a process of deperipherization, mainly by promoting an intense flow of people – departure of the first residents and the arrival of new residents, who were adapted to urban "formalities". Those who leave, typically increase other peripheries or even form new peripheries. This triple process is contextualized in its causes and consequences, with emphasis on the issues of political and economic nature, as well as the logic of speculation and corporatism between State and large businesses. In this case it is highlighted the action of *Alphaville Urbanismo S/A* with their endeavors in the Metropolitan Agglomeration of Curitiba, since this company was installed beside the Zumbi village, two horizontal closed condominiums (HCC), directed to the top layers of the metropolitan society of Curitiba. The corporatism established had enough force to cause significant changes in the focused space. Among these changes is the transformation of part of the environmental protection area of the city of Pinhais in a territorial planning unit, allowing the installation of HCC *Alphaville Graciosa* and *Pinheiros* and a consequent intervention in the former irregular occupation of *Zumbi dos Palmares*, in order to minimize the negative effects which this slum could cause for the real estate business of *Alphaville Urbanismo S/A*, in execution within the Metropolitan Agglomeration of Curitiba.

Key-words: Metropolitan Agglomeration. Urban periphery. Peripherization. Deperipherization. Reperipherization.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA, 2010.....	16
MAPA 2 – AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA: OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	78
MAPA 3 – MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, 1994	82
MAPA 4 – MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2010	84
MAPA 5 – ZONEAMENTO DA UTP DE PINHAIS.....	85
MAPA 6 – NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	105
MAPA 7 - NÚCLEO URBANO CENTRAL DA RMC	113
MAPA 8 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NA RMC.....	120
MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE COLOMBO.....	145
MAPA 10 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ÁREA NO MOMENTO DA OCUPAÇÃO, EM 1991	159
MAPA 11 – NOVOS LOCAIS DE MORADIA DOS “EMIGRANTES” DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	185
MAPA 12 – LOCALIZAÇÃO DA APA E REPRESA DO IRAÍ, SERRA DO MAR E ALPHAVILLE.....	230

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS VILAS ZUMBI, LIBERDADE E DO COMPLEXO ALPHAVILLE.....	22
FIGURA 2– EXPANSÃO URBANO-METROPOLITANA DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 1965 A 2000.....	99
FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS TRÊS ÁREAS ESTUDADAS.....	139
FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA VILA PALMITAL (1954).....	140
FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DO JARDIM GRACIOSA (1954).....	140
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL MAUÁ (1985)	141
FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA VILA ANA MARIA	142
FIGURA 8 – ÁREA DOS LOTEAMENTOS GRACIOSA, PALMITAL E CENTRO INDUSTRIAL MAUÁ (1976), ANTES DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	143
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA VILA LIBERDADE.....	150
FIGURA 10 – VILA ZUMBI ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO	156
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA EM ESTUDO.....	157
FIGURA 12 – FOTO AÉREA COM A DELIMITAÇÃO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	158
FIGURA 13 – CONSTRUÇÃO DOS PRIMEIROS BARRACOS DE LONA.....	160
FIGURA 14 – AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA QUE SUBSTITUÍRAM OS BARRACOS DE LONA NA VILA ZUMBI DOS PALMARES – FOTOS TIRADAS EM NOVEMBRO DE 2001	160
FIGURA 15 – CONDIÇÕES DAS RUAS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2004	168
FIGURA 16 – A VIOLÊNCIA E A PRECARIIDADE DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	171
FIGURA 17 – OS CONTRASTES DA CIDADE-MODELO	172
FIGURA 18 – CONDIÇÕES DAS CASAS AO LADO DO RIO PALMITAL.....	174
FIGURA 19 – HABITAÇÕES DE MADEIRA, ALVENARIA OU MISTAS, PREDOMINANTES NA VILA ZUMBI	174
FIGURA 20 – HABITAÇÕES PRECÁRIAS, AUTOCONSTRUÍDAS EM GUARITUBINHA- PIRAQUARA-PR, POR FAMÍLIAS REPERIFERIZADAS.....	186

FIGURA 21 – APRESENTAÇÃO OFICIAL DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL PARA A VILA ZUMBI DOS PALMARES	193
FIGURA 22 – INTERVENÇÕES REALIZADAS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	194
FIGURA 23 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE INDENIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS LEGAIS DE TERRENOS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES	196
FIGURA 24 – SUBPROJETO DE URBANIZAÇÃO	199
FIGURA 25 – CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO DE SOBRADOS NA PORÇÃO NOROESTE DA VILA ZUMBI	201
FIGURA 26 – CONSTRUÇÃO DOS SOBRADOS NA PORÇÃO NORTE DA VILA ZUMBI	201
FIGURA 27 – OBRAS REALIZADAS PARA CONTER AS INUNDAÇÕES.....	202
FIGURA 28 - ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO DA SANEPAR, VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	203
FIGURA 29 - RUA PRINCIPAL DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	205
FIGURA 30 – RUA ALEIXO SCHLUGA, EM 2005, ANTES DAS INTERVENÇÕES DO ESTADO	205
FIGURA 31 – COOPZUMBI	207
FIGURA 32 – DIVISÃO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES PARA AS ENTREVISTAS	213
FIGURA 33 – CASA DE ALVENARIA EM CONSTRUÇÃO (RUA 34) E SOBRADOS, VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2009	221
FIGURA 34 – VISTA PARCIAL DA VILA ZUMBI	222
FIGURA 35 – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS/RESIDENCIAS, NA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	224
FIGURA 36 – ÁREA DA ANTIGA FAZENDA CAPELA, NO MUNICÍPIO DE PINHAIS-PR	227
FIGURA 37 – CAMPO DE GOLF DO <i>ALPHAVILLE GRACIOSA</i>	229
FIGURA 38 – INFRAESTRUTURA CRIADA PARA DAR ACESSO AO COMPLEXO <i>ALPHAVILLE</i> , EM PINHAIS – PR	231
FIGURA 39 – SEGURANÇA NO <i>ALPHAVILLE</i>	232
FIGURA 40 – IMAGENS DO <i>ALPHAVILLE GRACIOSA CLUBE</i>	233
FIGURA 41 – <i>ALPHA MALL GRACIOSA</i>	235

FIGURA 42 – CASA À VENDA NO RESIDENCIAL <i>ANDORINHAS-ALPHAVILLE GRACIOSA</i>	240
FIGURA 43 – ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DE TERRENOS.....	240
FIGURA 44 – MINICASTELO À VENDA NO <i>ALPHAVILLE</i>	241
FIGURA 45 – IMAGEM DO CHFS <i>ALPHAVILLE GRACIOSA</i> , EM 2007.....	242
FIGURA 46 – ENTRADA DO <i>ALPHAVILLE PINHEIROS</i>	243
FIGURA 47 – CRAS- ANTIGO CENTRO DE CONVIVÊNCIA GRACIOSA.....	258
FIGURA 48 – CAMINHÃO DOADO PELA COCA-COLA À COOPZUMBI	260

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – NÍVEL DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO AMC.....	105
QUADRO 2 – CUSTOS DOS INVESTIMENTOS DOS SUBPROJETOS DO PROJETO BÁSICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁREA DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	210
QUADRO 3 – UNIDADES <i>ALPHAVILLE</i>	244

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS (1970/2000)	103
GRÁFICO 2 – COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS DE GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DE POPULAÇÃO DE CURITIBA COM AS DE OUTROS MUNICÍPIOS DE SUA REGIÃO METROPOLITANA	116
GRÁFICO 3 – TIPO DE MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO	173
GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DA RENDA MENSAL DOMICILIAR, VILA ZUMBI DOS PALMARES	175
GRÁFICO 5 – TIPO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL, SEGUNDO MERCADO INFORMAL DE TERRAS (IMÓVEL PRÓPRIO, CEDIDO OU ALUGADO), EM % DE DOMICÍLIOS, 1997-2004	176
GRÁFICO 6 – TEMPO DE MORADIA NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, 1997-2004	177
GRÁFICO 7 – ÁREA MÉDIA DAS MORADIAS, NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 1997	178
GRÁFICO 8 – SITUAÇÃO DOS OCUPANTES TITULARES DAS ÁREAS DE RISCO	180
GRÁFICO 9 – COMPARATIVO ENTRE AS DUAS LISTAGENS DE MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	182
GRÁFICO 10 – LOCAL DE MORADIA DOS “EMIGRANTES” DA VILA ZUMBI DOS PALMARES, REPERIFERIZADOS	184
GRÁFICO 11 – COMPARATIVO ENTRE AS TRÊS LISTAGENS DE MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	212
GRÁFICO 12 – RENDA FAMILIAR DOS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	214
GRÁFICO 13 – LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ONDE TRABALHAM OS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	215
GRÁFICO 14 – ORIGEM DOS NOVOS MORADORES DA VILA ZUMBI.....	216
GRÁFICO 15 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2009	217
GRÁFICO 16 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	218
GRÁFICO 17 – RENDA FAMILIAR ENTRE OS MORADORES CADASTRADOS PELA COHAPAR	219

GRÁFICO 18 – DESEMPREGO ENTRE OS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES CADASTRADOS PELA COHAPAR.....	220
GRÁFICO 19 – TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	221

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA, E DA RMC NA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ.....	71
TABELA 2 – CURITIBA, AMC E RMC: PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ, 2010	72
TABELA 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, DO AMC, DA RMC COMO UM TODO E DO ESTADO DO PARANÁ-1970 A 2010	72
TABELA 4 – RMC: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR, 1992-1997.....	79
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA RMC.....	79
TABELA 6 – PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (1970/2000)	103
TABELA 7 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL, 1991, 2000 E 2010	112
TABELA 8 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL NA RMC, 1970-1991	115
TABELA 9 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DAS FAMÍLIAS MORADORAS NA VILA LIBERDADE.....	152
TABELA 10 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR	152
TABELA 11 – RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS	152
TABELA 12 – TIPOLOGIA DAS HABITAÇÕES	153
TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA GERAL	153
TABELA 14 – FAIXA DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES COM MAIS DE 18 ANOS	154
TABELA 15 – SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS TITULARES.....	154
TABELA 16 - LOCAL DE ORIGEM DOS OCUPANTES DA VILA ZUMBI	162
TABELA 17 – SUBSETORES DE RISCO SOCIOAMBIENTAL	179
TABELA 18 – CHFS GRACIOSA E PINHEIROS: MORADIAS E MORADORES ...	250

SUMÁRIO

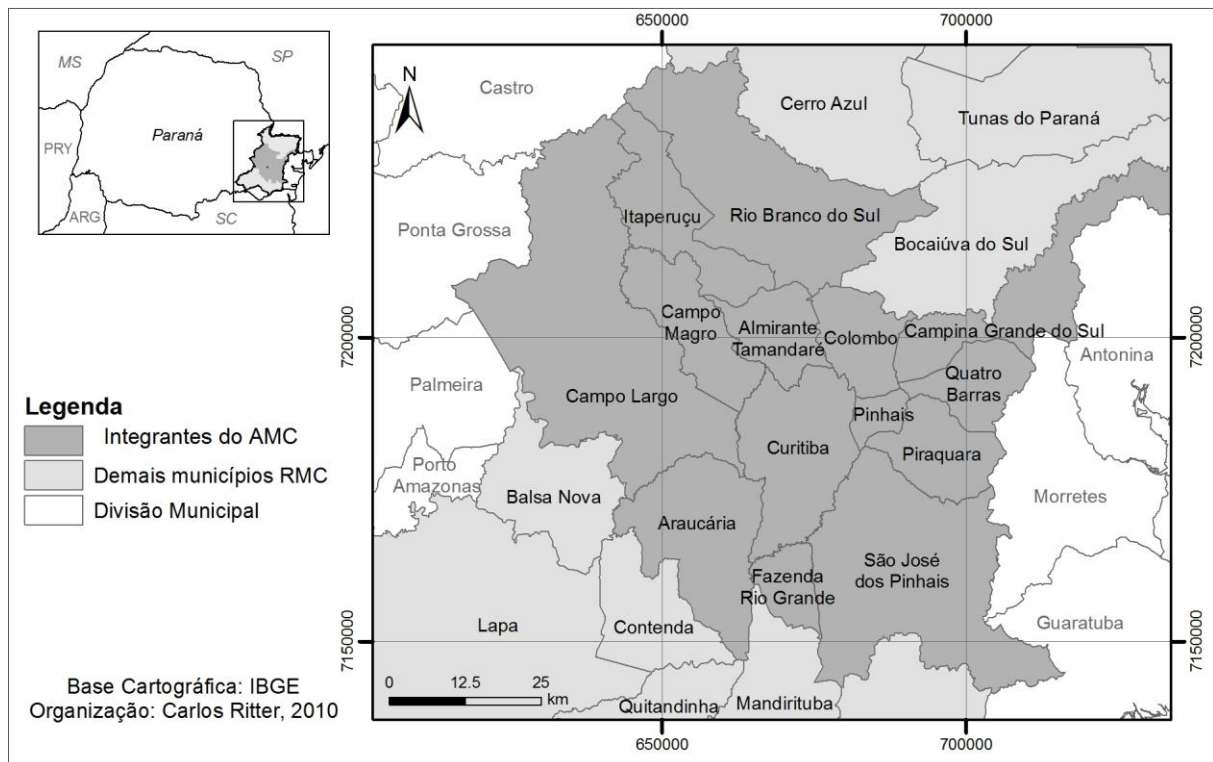
INTRODUÇÃO	16
1 PERIFERIAS URBANAS EM QUESTÃO: MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	33
1.1 REVISITANDO OS CONCEITOS DE ESPAÇO, ESPACIALIZAÇÃO E ESPACIALIDADE.....	33
1.2 A CONCEITUAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS.....	46
1.3 A EVOLUÇÃO DAS <i>PERIFERIAS URBANAS</i> NUM CONTEXTO HISTÓRICO-GLOBAL.....	48
1.4 AS PERIFERIAS URBANAS NO BRASIL.....	58
1.5 CONSTATAÇÃO A CERCA DAS PERIFERIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA - AMC.....	68
1.6 OUTRA FORMA DE SE CONCEBER AS PERIFERIAS URBANAS.....	89
2 OS REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA.....	98
2.1 O AUMENTO DO TECIDO URBANO E O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO AMC.....	106
2.2 A CIDADE-REGIÃO DE CURITIBA.....	118
2.3 OS EFEITOS DA <i>GLOBALIZAÇÃO</i> E DA <i>GLOCALIZAÇÃO</i> NO AMC.....	122
2.4 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA.....	131
3 AS ESPACIALIDADES PERIFERIZADAS E/OU EM PROCESSO DE DESPERIFERIZAÇÃO.....	137
3.1 HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES DAS VILAS LIBERDADE E ZUMBI DOS PALMARES.....	139
3.2 IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS FÍSICOS PARA A ANÁLISE DAS ESPACIALIDADES DAS VILAS LIBERDADE E ZUMBI DOS PALMARES.....	147
3.3 A VILA LIBERDADE.....	149
3.4 A VILA ZUMBI DOS PALMARES.....	155
3.4.1 A espacialização da Vila Zumbi dos Palmares antes da regularização fundiária e da urbanização: um espaço periferizado.....	156
3.4.2 Caracterização das primeiras espacialidades da Vila Zumbi dos Palmares....	166
3.4.3 Nova espacialidade para a Vila Zumbi dos Palmares, a partir de 2004	187

3.4.4 O Subprojeto de Regularização Fundiária.....	194
3.4.5 Subprojetos de Urbanização e de Desenvolvimento Socioambiental	198
3.4.6 Custos do Projeto Básico de Regularização, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental.....	209
3.4.7 Os novos moradores da Vila Zumbi	211
4 O PAPEL DE ALPHAVILLE NO PROCESSO DE DESPERIFERIZAÇÃO	226
4.1 A ESCOLHA DO LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE.....	226
4.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO <i>ALPHAVILLE</i>	230
4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DO COMPLEXO <i>ALPHAVILLE</i>	247
4.4 A SITUAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DO EMPREENDIMENTO	251
4.5 OS MORADORES DOS CHFS <i>ALPHAVILLE GRACIOSA</i> E <i>ALPHAVILLE PINHEIROS</i>	253
4.6 A INFLUÊNCIA DO ALPHAVILLE NA MUDANÇA DA ESPACIALIDADE DA VILA ZUMBI DOS PALMARES	257
CONCLUSÕES.....	263
REFERÊNCIAS.....	273
APÊNDICES	288

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como preocupação a compreensão dos fenômenos socioespaciais da contemporaneidade que ocorrem nas áreas metropolitanas do Brasil, com recorte para um dos seus aglomerados metropolitanos meridionais - o de Curitiba.

O Aglomerado Metropolitano de Curitiba (AMC)¹ é composto por uma extensa “mancha urbana” oriunda dos processos de conurbação e comutação, incluindo ainda, algumas porções descontínuas, porém próximas e de médio ou elevado grau de integração. Segundo Moura, Libardi e Barion (2006, p. 135) envolve Curitiba e porções de treze dos vinte seis municípios formadores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), conforme o MAPA 1.



MAPA 1 – MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados fornecidos pelo IPARDES

¹ Deve-se esclarecer que a opção pelo uso do recorte *Aglomerado Metropolitano* tem como propósito uma análise mais fidedigna dos principais fenômenos metropolitanos. Com base nos indicadores demográficos e econômicos desenvolvidos pelo IPEA, NESUR-IE-UNICAMP e pelo IBGE (1999), assim como no estudo dos fluxos de bens e serviços que estabelecem graus de integração, foram concebidas, como Aglomerados Metropolitanos, as grandes áreas urbanas contínuas formadas pelo crescimento de algumas cidades, ou conjuntos de cidades ou ainda áreas próximas, não contínuas, porém, com médio ou elevado grau de integração, dentro dos complexos metropolitanos.

Os municípios integrantes do AMC concentram, segundo os dados preliminares do Censo 2010 do IBGE, cerca de 2.988.420 habitantes de um total de 3.168.980 habitantes da RMC, ou seja, 94,3% do total de habitantes da RMC.

Por ter sua consolidação no final do século passado, durante a efervescência das ondas neoliberais e no fortalecimento das redes globalizadas, esse aglomerado passou a conter elementos de suma importância para a compreensão dos fenômenos de metropolização, não só do Brasil, como de muitos outros países, especialmente no que se refere ao acelerado processo de transformação das periferias urbanas, cuja dinâmica resulta em lógicas de desperiferização, combinadas com a de uma nova periferização ou reperiferização.

A existência dos processos de desperiferização, de nova periferização ou de reperiferização aliados ao de periferização reforça a necessidade de novas propostas de apreensão conceitual de tais realidades.

Nesse contexto, observa-se outra via para a produção do espaço urbano/periurbano, a qual passa a coexistir com as lógicas já presentes. Trata-se da “*descoberta*”² das periferias urbanas/metropolitanas, em um país não desenvolvido, pelo grande capital.

Essa via é justificada pelo fato de setores capitalizados, principalmente o imobiliário, começarem a despertar para uma nova possibilidade especulativa envolvendo as áreas periferizadas, principalmente pelo baixo custo da terra e pelas possibilidades de obtenção de altos lucros. Esse interesse, quando somado ao forte apoio das diversas instâncias governamentais, cria sinergias capazes de promover significativas alterações na maneira de se conceber essas áreas, as quais, quando concretizadas em efetivas ações, podem dar início a um processo, aqui concebido como desperiferizante.

Dessa forma, áreas urbanas até então periferizadas passam a ser modificadas sob a égide da valorização do espaço urbano, a princípio, como mercadoria. No entanto, mesmo que a intenção inicial tenha isso como objetivo principal, a constatação empírica mostra que o dinamismo sociocultural dos universos analisados vai muito além, não se restringe apenas a questão econômica.

² Cabe lembrar que a maior parte das terras dos entornos metropolitanos já estava nas mãos do capital imobiliário há décadas, na espera de valorização.

A valorização econômica traz explícita e implicitamente a mudança, a desconfiguração ou a transmutação dos elementos socioculturais que caracterizavam essas áreas como *periferias*, ao ponto de colocá-las em processo de desperiferização. Contudo tal processo desperiferizador continua a promover o seu par dialético, a periferização, seja pela ampliação de *periferias* já existentes ou pelo surgimento de novas. Em outras palavras, promove a reperiferização por meio da transferência de parcelas dos moradores antigos para outras áreas em situação de periferização, toda vez que esses espaços periferizados sofrerem ações urbanizantes, através de intervenções socioambientais, de regularização fundiária, entre outras. Em suma, o local passa a ser desperiferizado, sem a equivalente desperiferização das pessoas que o habitavam.

Portanto, trata-se de uma desperiferização na qual a maioria das pessoas, inicialmente residentes, não é desperiferizada, ou seja, as melhorias socioambientais implantadas passam a beneficiar outras pessoas, não aquelas que efetivamente necessitam.

O fator crucial, responsável por esse processo desperiferizante, não se restringe à melhoria da infraestrutura básica e demais medidas urbanizantes, mas, relaciona-se também à saída dos antigos moradores e à chegada de novos que repovoam esses espaços em transformação. A qualificação “ascendente”, em termos de submissão às regras urbanas, intrínseca às práticas econômicas e socioculturais desses novos atores é que efetivamente construirá e configurará a desperiferização.

Nesse contexto, a existência de um triplo processo, periferização, desperiferização e reperiferização ou nova periferização (P-D-R/NP) no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, constitui o tema central deste trabalho. Assim a **tese a ser defendida** não se resume em apenas definir ou caracterizar um processo de periferização, mas a comprovar a existência de um triplo processo de P-D-R/NP, nesse aglomerado metropolitano.

Dessa maneira, faz-se importante esclarecer o entendimento para os termos *periferização*, *desperiferização* e *reperiferização/nova periferização* adotados neste trabalho. Concebe-se *periferização* como sendo um conjunto de ações de produção das periferias urbanas, cujas espacialidades são caracterizadas por precariedades socioeconômicas, se comparadas às realidades predominantes em que elas estão inseridas. O aspecto mais relevante para conceituar *periferias* é a “distância”, não

uma distância física, relativa à sua localização no tecido urbano, mas a distância socioeconômica que a distingue no contexto urbano/metropolitano.

A *desperiferização*, nessa linha de raciocínio, deveria ser a desconstrução de uma estrutura periférica, estigmatizada pela negação e pelo distanciamento socioeconômico.

No entanto, na *desperiferização*, observada neste trabalho, o que mais chamou a atenção não foram apenas às melhorias socioambientais trazidas com a chegada de infraestrutura e com processos de regularização fundiária, dentre outras ações urbanizantes implementadas na Vila Zumbi dos Palmares, e sim a troca de atores. Observou-se que as medidas urbanizantes regulatórias afugentaram os periféricos, de tal forma que o local passou a ser *desperiferizado*, sem necessariamente ocorrer a *desperiferização* das pessoas que o habitavam.

A *reperiferização/nova periferização* ocorreu com a evasão de moradores de áreas sob valorização imobiliária e/ou processos de regularização. Esse contingente optou por abandonar as áreas sob intervenção do Estado, por não se submeter às “formalidades da cidade”. Essa população periférica procurou outros locais para ocupar, geralmente de forma irregular, e neles passou a reproduzir as mesmas precariedades socioambientais dos locais anteriormente por ela ocupados.

A partir desse entendimento e nessa temática, o trabalho foi construído sob um *olhar geográfico*, voltado a colaborar com a compreensão das novas lógicas que se apresentam no AMC, as quais estão produzindo espacialidades caracterizadas cada vez mais pela heterogeneidade e pela fractalidade³. Estas por sua vez são formadas em uma velocidade nunca ocorrida. Como geógrafo, procurou-se desenvolvê-lo com as especificidades dessa ciência sem, no entanto, estar atrelado às tradicionais amarras epistemológicas que cerceiam a sua liberdade e a sua renovação e, nesse sentido contribuir para a sua evolução conceitual-epistemológica, trilhando uma matriz pós-moderna⁴.

³ Segundo Marques (2005), o termo *Fractal* deriva da geometria fractal da década de 1970, a qual usou o adjetivo *fractus*, do latim ou o verbo *frangere*, que significa quebrar. Aqui é usado no sentido de transcender às dimensões convencionais, podendo ser uma fração, porém com a qualidade de reunir as características do todo.

⁴ Na pós-modernidade, observa-se certo desatrelamento de uma única referência de estética ideológica e comportamental e a existência da pretensão de inclusão e principalmente uma maior valorização cultural. Um novo modelo social cria força através das modificações na experiência do tempo e conseqüentemente das experiências espaciais em escalas cada vez menos restritas. A Geografia ingressa efetivamente no debate pós-moderno no final da década de 1980, sendo a obra *The Condition of Posmodernity*, de David Harvey (1989) uma contribuição de grande abrangência.

Soja (1993, p. 93), abordando essa questão, afirmou que:

É preciso desenvolver um novo “mapeamento cognitivo”, uma nova maneira de olhar através dos véus gratuitos do pós-modernismo reacionário e do historicismo moderno avançado, para incentivar a criação de uma consciência espacial politizada e de uma práxis espacial [...]. Assim, as mais importantes geografias pós-modernas ainda estão por ser produzidas.

Ou ainda, esse mesmo autor (1993, p. 193) afirma que a busca por um sentido prático para a reestruturação contemporânea da espacialidade capitalista tornou-se a meta fundamental de uma geografia humana crítica pós-moderna ora emergente.

No entanto, há de se ter certa ressalva ao se tratar de modernidade⁵ ou da pós-modernidade para o caso brasileiro, como já alertou Campos (2002, p. 27):

No Brasil, a problemática da modernização relaciona-se, antes de tudo, com o seu reverso, ou seja, o ‘atraso’. O país se insere no mundo moderno, mas em posição dependente e secundária. Nosso processo modernizador esbarra, assim, em um paradoxo: consolidar a participação brasileira na hierarquia global que define os atributos da modernidade equivale a reafirmar esse status ‘atrasado’ e a própria dependência.

Ou então Sposito (2003), ao alertar que, pelas características próprias brasileiras, procura-se a modernização, sem se chegar à modernidade.

Os impasses e as contradições encontradas nas lógicas produtoras e reestruturadoras das cidades brasileiras são reveladores da modernidade e da pós-modernidade não alcançadas, uma vez que não se impõem as lógicas da modernidade e muito menos da pós-modernidade, mas com elas é necessário se conviver, ao mesmo tempo, em contradição e em complementação.

Nesse contexto, teve-se como problematização as causas e os efeitos do triplo processo de P-D-R/NP na área enfocada, o que exigiu uma análise contextual dos agentes e das sinergias criadas, como também se fez necessária a

⁵ A modernidade é caracterizada pela funcionalidade (neo)positivista de uma sociedade de classes, a qual separa o tempo e o espaço e os junta em escalas, dinâmicas e velocidades diferentes. É uma fase, na qual se apagou e se criou fronteiras, dando outra noção de natureza, da qual a sociedade faz parte e o é, na realidade. Ortiz (1991, p 242), em sua obra: *Cultura e modernidade*, acrescenta uma ideia mais totalizante: “a modernidade constitui um sistema no qual as partes são interligadas entre si”. Ou, ainda, “à racionalidade da coletividade é fruto do industrialismo”, deve-se acrescentar a noção de sistema, no qual “a regência do tempo é essencial” para que “o fluxo no seu interior se faça de maneira ordenada”.

caracterização dos principais fenômenos metropolitanos formadores das espacialidades analisadas.

Ressalta-se que, neste trabalho, buscou-se uma aproximação dos entendimentos de Soja (1993) e de Santos (1988), quanto ao que vem a ser *espacialidade*, concebida assim como a resultante das inserções territoriais dos processos econômico-sociais, como qualidade e como funcionalidade caracterizadoras de um espaço e como momento da soma e da síntese das construções socioespaciais.

Como recorte espacial, delimitou-se três áreas localizadas na porção leste do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, a Vila Zumbi dos Palmares, a Vila Liberdade e o Complexo Residencial, Comercial e Empresarial *Alphaville*, com os seus dois Condomínios Horizontais Fechados, o *Alphaville Graciosa* e o *Alphaville Pinheiros*, conforme está demarcado na FIGURA 1.

Essas áreas foram escolhidas por apresentarem espacialidades distintas, apesar de estarem situadas numa mesma distância das principais centralidades da cidade principal, Curitiba, praticamente, na mesma porção do aglomerado metropolitano, no setor leste, porém em municípios vizinhos, as Vilas Liberdade e Zumbi em Colombo-PR e os Complexo Alphaville em Pinhais-PR.

As duas primeiras são originadas por processo de “favelização” com inúmeras ocupações irregulares de grupos populacionais excluídos e também por oportunistas⁶ enquadrados na lógica metropolitana existente no Brasil. A terceira área escolhida concretiza a instalação de um enclave de elite, termo usado por Angotti (1999) – dois conjuntos residenciais, filiais do Sistema *Alphaville*, que se apresenta como uma verdadeira *grife* no mercado imobiliário. Esse sistema possui, atualmente, quarenta e nove (49) filiais espalhadas pelo Brasil, três (03) no exterior, em Portugal, nas cidades de Lisboa, Évora e Coimbra, segundo a *Alphaville Urbanismo S/A* (2010).

Optou-se também por limitar a pesquisa ao período compreendido entre os anos de 1984 a 2010, ou seja, desde o ano da chegada dos primeiros ocupantes irregulares ao sítio da atual Vila Liberdade até o primeiro semestre de 2010, marco

⁶ Denominou-se de “oportunistas” aqueles que se aproveitaram do contexto das ocupações irregulares para tomar posse de um ou mais lotes nas áreas das Vilas Liberdade e Zumbi, mesmo sendo possuidoras de residência em outro lugar e/ou de melhores condições financeiras com relação à grande maioria dos ocupantes daquelas áreas.

temporal da conclusão dos trabalhos *in loco desenvolvidos* para esta tese. Nesse intervalo de tempo, destacam-se os anos de 1991, 2000/2001 e 2004/2005.

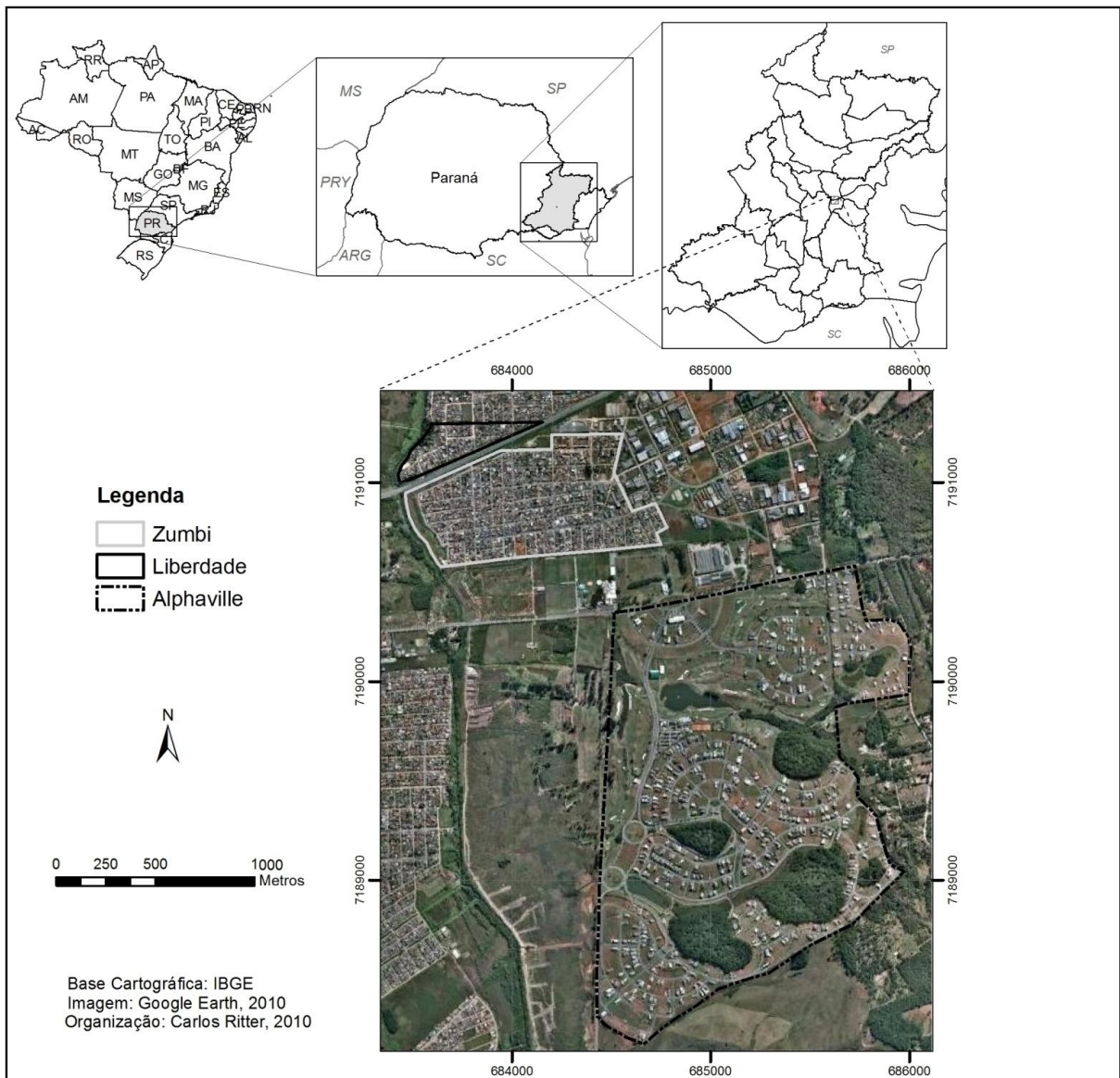


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS VILAS ZUMBI, LIBERDADE E DO COMPLEXO ALPHAVILLE

FONTE: Organizado pelo autor, a partir de imagens do *Google Earth*, 2010.

Em 1991, houve um grande número de ocupações irregulares nos 500 mil m² de áreas loteadas e de uma gleba não loteada constituintes da Vila Zumbi dos Palmares. Os anos de 2000/2001 marcam a aprovação final e o início da construção dos primeiros residenciais do sistema *Alphaville* no Paraná, o *Alphaville* Graciosa, respectivamente, 2004/2005, por datar o início das intervenções pontuais do Estado

na então favela Zumbi, promovendo a sua regularização fundiária, urbana e a melhoria no seu quadro socioambiental e mudando, assim, a sua espacialidade.

Cabe ressaltar que as intervenções só ocorreram na Vila Zumbi, permanecendo a Vila Liberdade, após o ano de 2004, praticamente com as mesmas precariedades do período anterior.

A partir dessa base, objetivou-se comprovar e caracterizar a existência não só de processos de periferação, mas também de desperiferação e de reperiferação/nova periferação dentro da dinâmica intrametropolitana, especialmente no interior do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, uma vez que determinadas áreas, tidas como periféricas, não são mais apenas sinônimo de pobreza e precariedade. Muitas delas passaram a ser portadoras de grandes possibilidades especulativas e, portanto, de grandes interesses político-econômicos, como o caso da porção de Pinhais, com a instalação dos CHFs – Condomínios Horizontais Fechados de *Alphaville*, bem exemplifica.

Outro esclarecimento necessário é quanto à intenção de não pretender, com as propostas e resultados contidos neste trabalho, contradizer ou simplesmente ignorar os ensinamentos dos autores consagrados que abordam essa temática, usando como embasamento fundante, em muitas das vezes, relações dualistas ou contraditórias, como *centro/periferia*, *riqueza/pobreza*, *favelas/condomínios de luxo*, entre tantas outras. O que se busca é apresentar mais uma possibilidade de análise e, principalmente, trazer uma contribuição no sentido de avançar na evolução conceitual e epistemológica e na redução das defasagens existentes entre a teoria e as realidades socioeconômicas e ambientais dos aglomerados metropolitanos brasileiros.

Compartilha-se do posicionamento do Sahr (2009, p. 149) ao afirmar que não se pode geografar os conceitos apenas utilizando as suas horizontalidades atemporais, ou seja, apenas considerando a contextualização atual e local na qual eles foram concebidos ou estão sendo utilizados, mas é necessário considerá-los também nas suas verticalidades temporais, ou seja, na evolução das suas forças formadoras.

A partir desses pressupostos, adotou-se uma postura crítica e não utópica da pós-modernidade, tendo como método de investigação uma aproximação à *Reafirmação do Espaço na Teoria Crítica*, ou como afirmou o próprio Soja (1993, p.193), à *Teoria Social Crítica Espacializada*:

[...] agora podemos começar a fazer generalizações sobre as particularidades da espacialização capitalista, e a particularizar as generalizações de uma teoria social crítica espacializada. [...]. Dar sentido teórico e prático a essa reestruturação contemporânea da espacialidade capitalista tornou-se a meta fundamental de uma geografia humana crítica pós-moderna ora emergente.

Nesse sentido, buscou-se destacar não só a produção social do espaço pelos diferentes agentes e os consequentes conflitos, ressaltando, sobretudo, os efeitos para as classes menos favorecidas pela conjuntura socioeconômica, como é comum numa típica geografia urbana de cunho marxista, mas também ampliar os horizontes da discussão, mostrando a existência de outros elementos de suma importância para a análise do espaço urbano/metropolitano, como os aspectos culturais.

De forma parcial, utilizou-se da *teoria dos tempos das cidades* (SANTOS 2002), ao se observar a existência de distintas temporalidades para os recortes espaciais escolhidos, num mesmo momento histórico. O entendimento desses “tempos”, para além da dicotomia analítica - *lento/rápido*, fez-se de suma importância para a caracterização das espacialidades urbanas analisadas.

O espaço é tempo, coisa que somente é possível através desse trabalho de empiria que nos é admissível, concebendo a técnica como tempo, incluindo entre as técnicas, não apenas as técnicas da vida material, mas as técnicas da vida social, que vão nos permitir a interpretação de contextos sucessivos. (SANTOS, 2002, p. 3 e 4)

Dessa forma, observou-se a predominância de “tempo mais lento” para os atores da Vila Liberdade e para os da Vila Zumbi dos Palmares até o ano de 2004, um “tempo sendo acelerado” na Vila Zumbi dos Palmares com os processos desperiferizantes iniciados em 2004, e um “tempo rápido” para aqueles do complexo *Alphaville*. Esse “tempo rápido” identificado no Complexo *Alphaville* é justificado pela infraestrutura lá disponibilizada, pelo fato de quase todos os seus moradores possuírem automóveis, pela conectividade dos seus moradores à metrópole curitibana, ao restante do espaço nacional e ao mundo de maneira geral por variados meios de comunicação e transporte. Enfim pelo fato de fazerem parte da economia hegemônica, desde a sua origem.

A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns se movimentam segundo tempos rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas. (SANTOS, 2002, p. 22)

Buscou-se também, nos trabalhos de Lefebvre (1969, 1974 e 1976), novamente em Santos (1977,1978,1979-a,1979-b,1988,1992 e 1996), Corrêa (1991,1995 e 2001), e naqueles autores com publicações mais recentes como Carlos (1994, 1996 e 2008), Sposito (2003 e 2004), Ascher (1995, 2006 e 2010), Davis (2004 e 2006), Haesbaert (2004), Moreira (2007.a e 2007.b), entre outros, o destaque para as defesas de visões holísticas e atualizadas e ao mesmo tempo combativas aos equívocos e às vulgarizações conceituais, como as que pregam o desmerecimento ou a alienação do espaço e, a partir de então, trabalhar com o enfoque no espaço urbano e, conseqüentemente, em suas espacialidades.

Nesse intuito, tornou-se fundamental a compreensão do triplo processo (P-D-R/NP) existente no AMC, bem como das espacialidades resultantes, enfocando as contradições e ao mesmo tempo as complementariedades presentes. Para tanto, tratou-se de descobrir elementos para comprovar a efemeridade socioespacial contemporânea, trabalhando com a convicção em um espaço *multi* que não pode ser explicado apenas com os enfoques dualistas, já citados, mas com a interpenetração dos opostos, produzindo espaços híbridos, intermediários e até mesmo fractais como predominantes.

A ação do corporativismo entre as Grandes Empresas e o Estado, com destaque para o setor imobiliário é capaz de promover mudanças nas áreas com características periféricas dos principais aglomerados metropolitanos. Assim, esta tese é baseada na existência de um processo de desperiferização, sem, no entanto, significar que as *periferias* tendem a deixar de existir, mas que as precariedades socioeconômicas, nesse caso, estão sendo postergadas espacialmente. A desperiferização em uma área é, ao mesmo tempo, a propulsora de nova periferização ou de reperiferização em outra área.

Os benefícios em termos de infraestrutura, com uma variedade de aportes socioambientais disponibilizados em um espaço sob desperiferização não são

usufruídos por aqueles que mais necessitam, uma vez que a dinâmica socioeconômica e cultural impele esses grupos originais para outros espaços sem essas transformações ou para lugares que já não as tem. As benfeitorias disponibilizadas passam a servir outras pessoas, aquelas com atributos para compor uma nova espacialidade, pessoas que não tiveram participação direta na construção inicial daqueles espaços.

A tese da existência de um triplo processo de P-D-R/NP, no AMC, está embasada justamente nesses acontecimentos.

Como metodologia, optou-se por restringir o recorte espacial, trabalhando com uma escala mais reduzida, visando assim um maior detalhamento e um maior aprofundamento na temática proposta, sem, no entanto, permitir um descolamento das ideias norteadoras deste trabalho, contando com uma evolução conceitual capaz de embasar as agregações e as analogias para as generalizações de médio alcance. Dessa forma, buscou-se evitar e até mesmo superar as análises macro utilizadas para os espaços urbanos/metropolitanos, com base em espacializações excessivamente homogeneizantes.

Para tanto, fez-se uso de uma revisão bibliográfica, no intuito de resgatar as principais produções relacionadas ao tema proposto. Outra ação também adotada foi estabelecer comparações e análises a partir da compilação dos dados fornecidos pelos órgãos oficiais, como o IBGE⁷, a COMEC⁸, o IPARDES⁹, a COHAPAR¹⁰, SANEPAR¹¹, as secretarias de estado do Paraná, as prefeituras de Colombo e de Pinhais e de entrevistas abertas e dirigidas/semi-estruturadas, não gravadas¹², aplicadas a funcionários desses órgãos e aos moradores das áreas em questão. Usou-se também de questionários estruturados, aplicados aos moradores das Vilas Liberdade e Zumbi e aos residentes dos CHFs de *Alphaville*, com destaque para aqueles que interpenetram essas espacialidades, como é o caso dos moradores relocados da Vila Zumbi ou dos residentes em uma dessas áreas que exercem suas atividades profissionais em outra(s). No tocante à Vila Zumbi, foi dada ênfase aos seus novos moradores - chamados de “imigrantes”, ou seja, aqueles que passaram

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁸ Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

⁹ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

¹⁰ Companhia de Habitação do Paraná.

¹¹ Companhia de Saneamento do Paraná.

¹² Na maioria dos casos, houve uma recusa taxativa à gravação das entrevistas, principalmente por parte dos agentes públicos.

a morar na Vila a partir da implantação das reformas intervencionistas do Estado, e nos ex-moradores *reperiferizados*, os “emigrantes”, aqueles que deixaram a Vila, indo residir em outra ocupação irregular periférica. Esses últimos, devido a necessidade de se comprovar a reperiferização ou nova periferação.

Julga-se que os acontecimentos relacionados à Vila Zumbi e aos CHFs de *Alphaville* constituem elementos comprovadores de um início de mudança dos paradigmas até então reinantes para o crescimento horizontal dos aglomerados metropolitanos localizados em países não desenvolvidos. Trata-se de uma peculiar realidade de ocupação do solo urbano que difere do *urban sprawl* ou do *étalement urbain*¹³ e demais conceitos importados dos Estados Unidos ou dos países europeus, ligados às teorias de *centro-periferia* ou de *centralidade e dispersão*, entre tantas outras concepções clássicas. Esses modelos importados se mostram insuficientes para abarcar os fenômenos que estão ocorrendo no recorte espacial escolhido ou nos similares dos demais aglomerados metropolitanos brasileiros, com as suas respectivas especificidades.

Expressões, ora de um padrão contraditório e complementar de urbanização, ora de espaços híbridos, interpenetrados com características do todo, são verificadas na dinâmica socioespacial do AMC, com diferentes realidades. Não apenas contrapondo a cidade legal, voltada aos incluídos e fruto de um planejamento ou a uma cidade ilegal, dos não cidadãos, oriunda de um processo de parcelamento indevido do solo metropolitano e de um acelerado processo de ocupações irregulares, mais também de uma mescla de ambas as situações. Identificam-se, assim, ambientes ambíguos, porém coerentes dentro de uma incoerência que rege a produção do espaço urbano/metropolitano e, em alinhamento à lógica de mercado que impera nos aglomerados metropolitanos brasileiros.

Nesse contexto, fez-se importante focar todo um conjunto de procedimentos políticos que promoveram o loteamento de áreas de mananciais, em desacordo com a legislação do uso do solo metropolitano, prevista no Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC. Parte da Área de Proteção Ambiental (APA), instituída no município de Pinhais, por exemplo, foi transformada em Unidade Territorial de Planejamento (UTP), ou seja, houve a conversão da terra rural em terra urbana, tornando-a suscetível aos investimentos imobiliários, de tal forma que se

¹³ Esses termos são amplamente utilizados na literatura anglo-saxônica e francesa, respectivamente, para designar a expansão horizontal das áreas urbanizadas, ou seja, o espraiamento urbano.

pudesse ter respaldo legal para se instalar, no seu interior, um conjunto habitacional de alto padrão, destinado às camadas mais abastardas da sociedade, entre outras atividades imobiliárias.

Outro aspecto importante passa a ser a destinação alegada ao investimento imobiliário do complexo *Alphaville Graciosa* que foi o de conter as ocupações irregulares que ali estavam ocorrendo e, dessa forma, preservar os mananciais existentes nessa área de proteção ambiental.

A introjeção da prática dos bairros residenciais de alto padrão, afastados das principais centralidades, como aqueles existentes nos Estados Unidos da América, no Canadá e em inúmeros países europeus, cria na paisagem urbana brasileira, num primeiro momento, um hiato, uma alienação social, transforma-se em um enclave no contexto predominante, em que a promessa vendida de qualidade de vida, segurança, tranquilidade não condiz com o seu entorno de precariedades socioeconômicas. No caso em questão, pelo fato de o complexo *Alphaville Graciosa* estar rodeado por um cinturão de pobreza e de grande vulnerabilidade social.

Em momentos subsequentes, verifica-se que os CHFs, como os do *Alphaville*, estão se constituindo em uma externalidade positiva e, dessa maneira, conseguem trazer visibilidade às porções metropolitanas onde estão instalados. Pelo *status* e pela valorização monetária que passa a adquirir, esse tipo de empreendimento tende a promover uma maior valorização da área em que está localizado e conseqüente processo de urbanização com desperiferização.

Sendo enclaves, “ilhas de riqueza”, só o são a curto e médio prazo, pois acabam, esses empreendimentos, por revelar a tendência, a destinação que têm de contribuir para a conexão das metrópoles situadas em países não desenvolvidos, como é o caso de Curitiba no Brasil, aos circuitos globalizantes. No entanto, apenas porções dos aglomerados metropolitanos são conectadas à rede globalizada da economia e assim podem induzir transformações nas espacialidades do seu entorno para atender suas próprias necessidades - ter condomínios horizontais fechados passa a ser mais uma externalidade positiva, uma tendência “moderna numa pós-modernidade”, em ratificação à contradição latente dos espaços urbanos brasileiros, como já foi abordado.

Diante dessa problemática apresentada, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, para uma melhor abordagem das temáticas levantadas, fazendo uso do conhecimento teórico já produzido, o qual passa a ser interpretado e reinterpretado

para o contexto enfocado, já na forma de uma resultante ao estudo de caso, assim sendo, tem-se:

No primeiro capítulo – efetuou-se uma retomada teórico-epistemológica no intuito de situar o posicionamento metodológico utilizado.

Para tanto, resgatou-se os conceitos de espaço/*espaço geográfico*, de *espaço urbano*, de *especialização* e de *especialidade*, usando as concepções dos autores já citados e principalmente as três categorias usadas, por Lefebvre, ao longo dos seus principais trabalhos, relacionados ao espaço urbano: *forma*, *função* e *processo*.

Ou, ainda, com a adição de uma quarta categoria, a *estrutura*, numa aproximação às abordagens de Milton Santos, dentro de uma firme convicção de que todos esses fenômenos socioeconômicos são (co)produtos e (co)produtores, ao mesmo tempo e dialeticamente, das diversas especialidades. Dessa forma, a comprovação *in loco* e a desmitificação se constituem em principais chaves para o entendimento das sociedades urbanas/metropolitanas, na contemporaneidade.

Dentro desse propósito, enfatizou-se o resgate conceitual e metodológico de *periferias urbanas*, bem como se optou por um levantamento teórico sobre a evolução dessas especialidades num contexto global, antecedendo à Primeira Revolução Industrial na Europa, chegando aos dias atuais como retrata Davis (2006), com as suas denúncias alarmistas contidas na obra *Planet of Slums* ou como foi traduzida: *Planeta Favela*, na qual esse autor afirma estar um processo de degradação socioambiental se generalizando pelo mundo pobre.

Enfocou-se, também, as *periferias urbanas* no contexto brasileiro, bem como a trajetória histórica percorrida por essas especialidades, desde o período colonial, passando pelos processos de monetarização e de higienização social do espaço urbano, chegando ao período da retomada da metropolização dos anos 1990 e do início deste século para daí adentrar nas especificidades do Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

Com o resgate histórico e com a revisão conceitual dessas três realidades escalares, mundo, Brasil e AMC, somados às constatações do estudo de caso, foi possível perceber a conveniência da flexibilização do conceito, de um novo enfoque para o que vêm a ser *periferias urbanas*. Assim, complementando este capítulo do trabalho, propõe-se outra forma para se conceber as *periferias urbanas*.

No segundo capítulo – analisou-se o processo de metropolização de Curitiba, bem como a consolidação atual do seu aglomerado metropolitano englobando áreas urbanizadas, conurbadas e intensamente comutadas de quatorze municípios. Tal consolidação coincide com a retomada da metropolização no mundo, na qual o Aglomerado Metropolitano de Curitiba se firma num misto de atraso, modernidade e pós-modernidade.

Abordou-se também o processo de expansão horizontal do tecido urbano/metropolitano com a incorporação de novas áreas, não se dando apenas pela periferação, mas também por grandes empreendimentos econômicos. A voracidade desse processo de expansão e a conjuntura globalizante fazem com que a mancha urbana, acrescida das áreas próximas e descontínuas com média e grande integração ao restante conurbado, adquira uma grande dimensão não só física como socioeconômica e cultural, chegando-se à hipótese de configurar, dessa forma, uma espécie de *cidade-região* e/ou uma *cidade arquipélago*, se forem seguidas as concepções de autores como Stoper (2001), Scott (2001), entre muitos outros estrangeiros, e de Lencioni (2006), como destaque entre os brasileiros. Tal fato remete às indagações sobre a possibilidade de já se ter a *cidade-região curitibana* ou uma *cidade-arquipélago de Curitiba*, as quais são parcialmente refutadas.

Também foram abordados os efeitos da *globalização* e da *glocalização*¹⁴ sobre esse aglomerado metropolitano e os reflexos socioeconômicos justificadores da efemeridade de algumas de suas espacialidades, como é o caso da Vila Zumbi e das novas tendências mercadológicas representadas pelos CHFs, no caso os de *Alphaville*.

No terceiro capítulo - buscou-se caracterizar a periferação ocorrida nas Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares e a desperiferação em curso apenas na segunda vila, com a conseqüente reperiferação ou nova periferação em outras áreas de ocupação irregular. Para tanto, destacou-se as mudanças de espacialidade ocorridas na Vila Zumbi, em dois momentos distintos:

i) o primeiro, a periferação a partir de um processo de ocupações irregulares de loteamentos e de uma gleba não parcelada, com fortes indícios de indução, em 1991, dando origem à Vila Zumbi dos Palmares, chegando a ser um

¹⁴ Trata-se de uma mútua influência entre o local e o global. No tópico 2.3, esse termo será melhor explicado.

dos maiores favelamentos contínuos do Paraná, segundo a COMEC (2001). Essa periferação perdurou até 2004/2005, quando começou a ser interrompida por ação do Estado do Paraná, o qual passou a promover a regularização fundiária e a urbanização, com intensa intervenção socioambiental na Vila Zumbi, por forte influência do empreendimento *Alphaville*;

ii) o segundo, portanto, dos anos de 2004/2005 em diante, a partir da constituição de uma nova espacialidade com características desperiferizantes, iniciado com a chegada de infraestrutura básica e com a mudança do perfil socioeconômico de seus moradores, devido à saída de grande parcela dos seus ocupantes iniciais e concomitante chegada de novos moradores. Por essas razões, houve uma priorização nas pesquisas desses dois grupos, os que deixaram a Vila Zumbi dos Palmares e os novos moradores, tendo em vista a busca pela comprovação da nova periferação/reperiferização e da desperiferização, respectivamente.

No quarto capítulo – caracterizou-se o Complexo *Alphaville* instalado no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, com destaque para o seu papel como principal influenciador do processo de desperiferização em curso na Vila Zumbi dos Palmares.

Ainda, neste capítulo, foram enfocados a escolha do local para a implantação das duas unidades de Condomínios Horizontais Fechados *Alphaville* e das suas áreas empresariais e comerciais, o seu histórico, as conseqüentes relações estabelecidas com o seu entorno no aglomerado metropolitano, com destaque para a Vila Zumbi dos Palmares, os seus moradores e a sua caracterização enquanto espacialidade;

O principal destaque recai para a força político-econômica da empresa *Alphaville Urbanismo S/A*, em corporativismo com o Estado, com as estratégias e ações desenvolvidas no entorno do seu empreendimento instalado no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, pelo seu braço social, a *Fundação Alphaville*. Visando minimizar os problemas socioeconômicos, ali existentes, tais ações foram capazes de influenciar e colaborar no desencadeamento do processo de desperiferização, em curso na Vila Zumbi dos Palmares.

No conjunto dos capítulos componentes deste trabalho, são destacados os espaços urbanos em “recorte” pelo fato de resultarem de uma complexa dinâmica socioespacial que acomete os principais aglomerados metropolitanos brasileiros, na

qual a ideia de homogeneidade para suas áreas concebidas como periféricas, tão latente no passado, passa aos poucos a ser desconstruída. Começam as espacialidades da Vila Zumbi a apresentar características de fractalidade e de hibridismo, em ondas de heterogeneidade e efemeridade. Por sua vez, as espacialidades encontradas nos CHFs de *Alphaville* passam a não corresponder com a mitificação criada em torno de suas imagem e presença no aglomerado metropolitano de Curitiba, enquanto a da Vila Liberdade continua apresentando um ritmo bem mais lento, mantendo certa precariedade socioambiental.

Nesse formato, guardadas as devidas proporções e diferenças de suas realidades construtoras, buscou-se entender essas espacialidades em suas mútuas relações, uma vez que elas não estão sendo concebidas de forma estanque ou desconectadas, pelo contrário, são analisadas como inter-relacionadas, por mais paradoxal que pareça.

1 PERIFERIAS URBANAS EM QUESTÃO: MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 REVISITANDO OS CONCEITOS DE ESPAÇO, ESPACIALIZAÇÃO E ESPACIALIDADE

Num momento de fertilidade e liberdade epistemológica, chamada por alguns, como Lyotard (2000, original em 1979), Harvey (1989), entre outros, de pós-modernidade ou transmodernidade, surge a necessidade de revisões, redefinições e, muitas vezes, de criação de novas categorias de análise. Nesse ensejo, a proposta deste trabalho se torna pertinente.

Os campos das ciências, voltadas ao ambiente urbano, exigem constantes revisões conceituais, em virtude, principalmente, do dinamismo evolutivo dos padrões de organização socioespacial, principalmente na contemporaneidade.

Dessa forma, retomar os conceitos de *espaço - espaço geográfico, espaço urbano*, bem como de suas derivações em forma de processo espacial - *espacialização* ou de condição qualitária e sócio-funcional – *espacialidade* se torna fundamental para que, só depois, ao se comparar com as constatações empíricas, seja possível apresentar mais uma possibilidade de análise conceitual para o que vem a ser as *periferias urbanas* na atualidade, para a realidade brasileira. E nessa empreita, mesmo não se esquecendo das *horizontalidades atemporais e das verticalidades temporais* (SAHR, 2009), já especificadas na Introdução deste trabalho, a surpresa reside na dinâmica empírica verificada, na maneira pela qual, no tempo, esses espaços, esses processos de espacialização apresentam uma evolução mais rápida do que os conceitos a eles atribuídos.

Moreira (2007.b, p. 65), analisando situações similares, debita esse descompasso, em parte, ao problema da personalidade linguística da geografia, afirmando que

[...] em boa parte, está na dificuldade da atualização da linguagem [...]. É fato que a linguagem geográfica deixou de atualizar-se já de um tempo. As expressões vocabulares antigas perderam a atualidade, diante dos novos conteúdos, e das expressões novas foram tiradas mais de outros campos de saber, que da sua própria evolução histórica.

Ao se começar com *espaço*, bem como com *espacialização*, torna-se necessário frisar que a essa estrutura (*espaço*) e a esse processo (*espacialização*) se atribuem, e muitas vezes continuam sendo imputadas significações distorcidas, em que o predomínio de uma visão fiscalista os reduz a um mero continente ambiental da vida humana, a um receptáculo passivo, ou a uma ação de construí-los ou deles simplesmente de se apropriar, desvinculando-os das questões econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras. A essas últimas sim, ao contrário do *espaço/espacializado*, insinua-se vínculo com a ação e com a motivação humana. Nesse contexto, *espaço/espacialização* são evocados, tipicamente, como um elemento físico e como uma resultante física e mensurável, respectivamente. Na análise urbana, a geometrificação é comumente encontrada, basta se ater às terminologias utilizadas, como *anéis, coroas, perímetro urbano, arcos internos e externos, centro, periferia*, entre outros termos e conceituações nela encontrada.

Soja (1993, p. 101), ao escrever sobre esses problemas conceituais, relatou não existir em inglês, até então, uma expressão amplamente usada e aceita para transmitir a qualidade intrinsecamente social do espaço organizado, o que o levou a optar pelo uso do termo *spatiality* (espacialidade) para especificar qualitativamente o espaço socialmente produzido. Ao abordar a organização do espaço como produto social, esclareceu que:

É necessário começar deixando tão clara quanto possível a distinção entre o espaço *per se*, o espaço como um dado contextual, e a espacialidade de base social, o espaço criado da organização e da produção sociais. [...] esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais. (SOJA, 1993, p. 100)

Lefebvre (1976), nessa mesma linha, afirmou que a *espacialidade*, ou segunda natureza, é a transformação e a concretização social daquilo que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado. É ela que se transforma no sujeito e no objeto de análise histórica e materialista.

O *espaço* é um objeto ideológico e, assim, a *espacialização* é um ato político e estratégico. “Ele é formado e moldado a partir de elementos naturais e históricos, [...] é um produto literalmente repleto de ideologias” (LEFEBVRE, 1976, p. 31).

Santos (1988, 1992, entre outros), ao aplicar as quatro categorias: *forma, função, processo e estrutura*, quando da análise do espaço, afirmou que:

O espaço é resultado da soma e da síntese, sempre refeitas, da paisagem com a sociedade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialidade é funcional e o espaço é estrutural". (SANTOS, 1988, p.73)

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita à compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 1992, p. 49)

Sendo a *espacialidade* um momento de inserção territorial dos processos sociais, culturais e econômicos, Santos (1988) explicou que o espaço resulta da metamorfose da paisagem, pelo(s) valor(es) atribuído(s) a cada uma das suas frações. Assim, retomando Soja (1993, p.101), "[...] a sociedade está sempre espacializando-se".

A grande vantagem em se usar o conceito *espacialidade* está no fato de ele implicar a rejeição da simplista ideia de *espaço* como algo coisificado e, ao mesmo tempo, ultrapassar aquela rigidez associada ao espaço-geométrico ou ao espaço-receptáculo das dinâmicas sociais, permitindo, assim, dar-se conta das diferenças como os vários grupos constroem seus espaços. Podem existir várias espacialidades resultantes da reprodução e da apropriação de um mesmo espaço, o que significa que a esse foram dados formas, sentidos e conteúdos diferentes. Dessa maneira, concebe-se *espacialidade* como o arcabouço qualitativo caracterizador de um processo de espacialização, capaz de traduzir as funcionalidades presentes em um determinado momento daquele espaço.

Soja (2004) ao abordar as *metropolaridades*¹⁵, em um dos seis discursos sobre a pós-metrópole, referiu-se às espacialidades com capacidade de polarização, cujas características são peculiares e muitas vezes específicas de cada porção do espaço metropolitano. Essas constituem a proposta presente no terceiro dos seus seis discursos, a qual enfatizou o grande mosaico social estruturado e os novos tipos de polarização social e de estratificação, com seus conexos fenômenos

¹⁵ Os seis discursos de Soja (2004) se referem às noções formuladas por esse autor sobre a pós-metrópole: 1. cidade-flexível; 2. Cosmópolis; 3. Metropolaridades; 4. Simcity; 5. Exópolis; e 6. Arquipélago Carcerário.

contraditórios, que passaram a romper com os padrões tradicionais da metrópole até então concebida.

O uso dessas interpretações de *espacialidade* empregadas por Soja, Lefebvre e Milton Santos, ajudou no entendimento do que vem a ser *periferias urbanas* na contemporaneidade, uma vez que elas permitem uma flexibilização do termo *espaço*, e do processo de *espacialização*, de certa forma, cristalizados em um mecanismo, muito mais de mitificação do que de reflexão.

Santos (1988) esclareceu que o espaço é a totalidade verdadeira pela sua dinâmica, uma vez que, mesmo se as formas permanecessem imutáveis, a paisagem inalterada e a configuração territorial sem modificações, ter-se-ia, apesar de tudo isso, no transcurso histórico, diferentes espaços.

Acrescentou, ainda, na obra *Espaço e Método* (1992), que o espaço é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação:

Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 1992, p. 49)

Moreira, referindo-se ao espaço e à relação espaço-tempo, escreveu:

Todo objeto tem dupla dimensão: a espacial e a temporal. Se os geógrafos, por força da tradição de sua disciplina, não puderam abstrair a relação homem-meio no conceito de espaço, o fizeram, entretanto, no de tempo. Daí o espaço geográfico ter se tornado, no dizer de Foucault (1979), um espaço congelado. (MOREIRA, 2007-a, p. 66)

Carlos (1994, p. 22) afirmou que a compreensão do espaço social produzido permite entender que o espaço se torna a condição, material e abstrata, da realização da reprodução da sociedade, tendo-o como meio para realizar a vida.

[...] refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. Entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico, diferenciado de acordo com o estágio das forças produtivas. O espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade.

Com esse resgate conceitual não se pretende um maior aprofundamento na conceituação de *espaço*, de *espacialização* ou ainda de *espacialidade*, uma vez que

não se constituem, eles próprios, no objeto principal desse trabalho, porém faz-se necessário frisar três pontos importantes que embasam as concepções aqui adotadas.

Em primeiro, as análises apresentadas não se restringem apenas aos dualismos ou às dicotomias, e sim estão enfocadas nas inúmeras possibilidades de análise, uma vez que se constatou, claramente, nos trabalhos de campo, um mundo “*multi*” e complexo, em que os opostos são apenas balizadores de um grande universo intermediário, heterogeneizado. Em segundo lugar, é que a essência dos processos de espacialização só pode ser percebida a partir da conscientização de que a modernidade não faz o todo, ao contrário, coloca lado a lado os opostos e esses com o entre-opostos, o novo e o pretérito com o intermediário. O moderno convivendo com o retrógrado, às vezes com o caótico, acelera a efemeridade e a obsolescência. Nessa ótica, o entre-opostos se apresenta com maior representatividade para a contextualização dos fenômenos urbanos. Em terceiro, não se aceitam as teses que tentam tirar a importância do espaço e superestimar o tempo na contemporaneidade, como as de Virilio (1993), Mol e Law (1994) entre outros, teses essas que tratam do “fim” do espaço, e até mesmo do “fim” da Geografia, como se fazer geografia fosse apenas tratar das materialidades e das análises das estruturas físicas do planeta Terra.

[...] a aceleração, não mais da história [...] mas a aceleração da própria realidade, com a nova importância deste mundial em que a instantaneidade apaga efetivamente a realidade das distâncias, destes intervalos geográficos que organizavam, ainda ontem, a política das nações e suas coalizões [...] se não há um fim da história, é então ao fim da geografia que nós assistimos. (VIRILIO, 1997, p. 17)

Prefere-se interpretar essa colocação de Virilio não como o fim propriamente dito da Geografia, mas como uma “virada”, como a necessidade de uma mudança, voltada à sua atualização teórico-epistemológica, no intuito de acompanhar as transformações socioespaciais que estão ocorrendo na contemporaneidade.

Estudos como esses, defendendo a subestimação da corologia e a superestimação da cronologia, prevendo a suplantação do tempo sobre o espaço, entre tantos, apareceram num momento de carência epistemológica, já citada anteriormente. Admitir, por exemplo, a abordagem proposta por Mol e Law (1994)

para a fluidez do espaço significaria decretar a aniquilação do espaço pelo tempo, ou ver o espaço como mero movimento e instabilidade.

[...] nós argumentamos que existem outros tipos de espaço social, e consideramos aqui o possível caráter de um terceiro tipo, o de espacialidade fluida. Neste, os lugares não são delimitados por fronteiras, nem ligados por meio de relações estáveis, em vez disso, as entidades podem ser semelhantes e diferentes em locais diferentes no espaço fluido. Além disso, eles podem transformar-se sem a criação de diferenças. (grifo incluído). (MOL e LAW, 1994, p. 643)

Seria negar as rugosidades¹⁶ e a inércia dinâmica enfatizada por Santos (1978), na qual os objetos geográficos tidos como fixos são dotados da capacidade de gerarem fluxos, tendo em vista os significados que os homens lhes atribuem. Esses objetos não se movem, no entanto, têm papel ativo na dinâmica das sociedades.

Ou, ainda, desprezar toda a argumentação de Soja (1993), com relação à *Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*, entre outras tantas imbricações da relação tempo-espaço, principalmente numa fase de pós-modernidade.

[...] em torno do reconhecimento de que, agora, é mais o espaço do que o tempo que oculta às coisas de nós, de que a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentação do poder é a chave para dar um sentido prático, político e teórico à era contemporânea. (SOJA, 1993, p.78)

Também a abordagem de Santos (2002, p. 3 e 4), ao se referir ao “tempo nas cidades”, torna mais compreensível essa dialeticidade espaço-temporal, uma vez que concebe a existência de tempo(s) dentro do tempo, estabelecido(s) de forma diferente, tempo(s) qualificado(s) ou temporalidade(s) comandada(s) pelo espaço.

¹⁶ Trata-se de uma concepção expressada de diferentes modos por Marx, Cavaillès, Bachelard, Canguilhem, Hegel, Engels entre outros. Posteriormente utilizada por *Milton Santos*, com o objetivo de fundamentar o importante papel das heranças espaciais nos diferentes períodos da história. A noção de “rugosidades espaciais” complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas. As rugosidades são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características socioculturais específicas.

O império do tempo é muito grande sobre nós, mas é, sobre nós, diferentemente estabelecido. Nós, homens, não temos o mesmo comando do tempo [...]. Isso quer dizer que, paralelamente há um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo, um tempo contido no tempo, um tempo que é comandado, aí sim, pelo espaço. Nesse momento em que o tempo aparece como havendo dissolvido o espaço, e algumas pessoas o descreveram assim, a realidade é exatamente oposta. O espaço impede que o tempo se dissolva e o qualifica [...]. De tal maneira que o espaço aparece como coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso, essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico. (SANTOS, 2002, p. 3 e 4)

Soja (1993, p. 78-80) aborda a convergência de três vias diferentes de espacialização, as quais chamou de *pós-historicismo*, *pós-fordismo* e *pós-modernismo*.

A primeira via é caracterizada pela emergência da reafirmação do espaço, contrariando um historicismo ontológico que privilegiou a constituição separada do ser no tempo, pelo menos desde o século XIX.

A segunda está mais ligada às questões econômicas e políticas de um “mundo material”, dos surtos de crescimento do pós-guerra. Essa via é caracterizada pela transição do regime de acumulação e pelo modo de regulação consolidados após a Grande Depressão de 1929.

Também nesse ponto, pode-se argumentar que o espaço faz uma diferença crucial, que revelar o modo como a reestruturação espacial esconde as consequências de nós é a chave para dar sentido político e teórico à economia política mutável do mundo contemporâneo. (SOJA, 1993, p. 79)

Na terceira, a espacialização é reconfigurada pelas questões ideológicas e culturais, com a capacidade de abordar, também, as questões vivenciais da modernidade e das novas culturas pós-modernas, em sintonia com as mudanças da maneira como se pensa e como se reage às particularidades, seja na forma de perigos, seja na forma de possibilidades.

Esse pós-modernismo imbrica ao pós-historicismo e ao pós-fordismo, de maneira que revela ter uma importância crescente para o discernimento crítico do espaço na *Teoria Social Crítica*.

Moreira (2007-a) afirma que a relação homem-meio não é só movimento temporal, mas movimento dialético de mútua transformação da forma e do conteúdo, na mesma equivalência de tempo e de espaço por continuidade e descontinuidade.

O espaço é o produto desse caráter dialético dos movimentos da relação homem-meio.

Haesbaert (2004), resgatando a tríade T-D-R, territorialização, desterritorialização e reterritorialização de Raffestin (1993), e acrescentando a multiterritorialização, T-D-R-M, escreve sobre o mito da desterritorialização, como processo socioespacial para derrubar as teses já citadas, provando que não há vacância de espaço nas relações sociais: desterritorialização por si só não existe, o que existe é um processo contínuo de reordenamento e nesse caso, uma reterritorialização conjugada ou uma multiterritorialização.

Esclarece também que a distinção entre territorialização e desterritorialização não se apresenta de forma dicotômica, mesmo no período técnico-científico e informacional, em que o “espaço desterritorializado” é aquele que está sendo transformado numa rede funcional ou em um espaço “abstrato, deslocalizado” (termos usados por ORTIZ, 1994, p. 105-107), também é suscetível da ocorrência de importantes processos de reterritorialização, inclusive com maior intensidade e velocidade, sendo visto como aquele que perdeu os seus conteúdos relacionais e identitários.

Assim como a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re)territorialidade, pois na prática proliferam as interseções e as ambiguidades. Podemos afirmar que o que caracteriza o espaço moderno é, tomando por empréstimo o termo usado por Latour (1991), num contexto um pouco diferente, a *hibridização* e os ritmos acelerados que transpassam territorialização e desterritorialização. (HAESBAERT, 2004, p. 198)

O que se observa na contemporaneidade é a persistência de ações voltadas a promover uma concepção alienada de espaço ou mesmo uma alienação espacial, com discursos carregados de significação política tendenciosa no sentido de subestimar, de “esconder” o espaço, uma vez que não se tem o fim do espaço e sim um engendramento para neutralizar a percepção desse espaço, uma construção ideológica para atender aos interesses político-econômicos das grandes corporações e de governos. Como no discurso de O'Brien (1992), ao declarar que o novo *locus*, da globalização, por excelência, seriam os circuitos econômicos, fato esse que representaria, para esse economista, o fim da Geografia.

Ao se contextualizar esse discurso, percebe-se que tal argumentação pertence à Geopolítica Neoliberal, uma vez que o discursante era, na época, o economista-chefe do *American Express Bank*.

A alienação espacial, criada na cultura ocidental e reafirmada em tempos de pós-modernidade, foi denominada de “mal-estar geográfico” e de “diferença ontológica” por Heidegger (1988). Posteriormente, foi retrabalhada por Moreira (2007-a, p. 134), quando cita a desnaturalização, a desterração e a desterritorialização como as três leis geográficas que estariam na origem desse mal-estar e dessa diferença ontológica. Teriam essas leis a capacidade de criar e recriar, sob novas formas no tempo, ordens de acontecimentos que construiriam a forma espacial real e concreta do “homem-no-mundo” atual como um homem sem a devida consciência de si e do espaço.

A desnaturalização é a quebra do elo do homem com a natureza, remonta à cultura judaico-cristã. Relaciona-se ao nascimento e à consolidação do monoteísmo, o qual aponta o espírito puro como a forma e o caminho do retorno, da comunhão. O capitalismo nasce herdando essa cultura por meio do conceito do trabalho;

A desterração vem a seguir. É o movimento histórico que expropria o campesinato da sua relação com a terra, e que radicaliza a descorporeidade instituída pela desnaturalização ao cortar o último elo que o homem mantinha com a natureza. Se a desnaturalização tem um cunho cosmológico, a desterração tem um cunho terrestre. Num sentido mais amplo, a desterração é, portanto, o processo mediante o qual o homem é retirado do seu ambiente-terra, através da expropriação e expulsão de sua ligação com a propriedade fundiária, para ser lançado para fora do seu *habitat* histórico;

A desterritorialização, por fim, fecha o ciclo. É a quebra definitiva da relação de corpo que o homem mantinha com o chão e o cosmos, levando a níveis ainda mais profundos a alienação corpórea trazida pela desnaturalização e o desenraizamento trazido pela desterração, quebrando literalmente a relação identitária que mantinha o homem como habitante da superfície terrestre através do seu lugar de morada, tornando-o um migrante permanente. (MOREIRA, 2007-a, p. 135-137)

Em suma, essas três leis tratam da alienação imposta ao homem quanto à natureza, a terra, ao território e, por consequência, a si próprio e à sua consciência socioespacial.

Enfocar espaço, resgatando-o, enfatizando-o, destacando-o como a categoria de análise mais rica e cara à Geografia, como a mais geral das categorias, aquela capaz de incluir as demais, significa também voltar ao âmago dessa ciência.

A produção espacial realiza-se no plano cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, e revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. (CARLOS, 1996, p. 26)

Enquanto Lefebvre (1974) utilizava a concepção de *Espaço Social*, Milton Santos fazia uso do conceito de *Formação Socioespacial*, dessa forma conseguia resgatar ou pelo menos dar maior ênfase para o *espaço* nas análises sociais.

[...] inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social e desenvolver uma reflexão original, visando conduzir a uma teoria do espaço, apoiada nos supostos da construção intelectual de uma outra categoria: de formação socioespacial. (SANTOS, 1979-b, p.19) (grifo incluído)

Para Santos não haveria história escrita fora do espaço e muito menos sociedade a-espacial.

O espaço, ele mesmo, é social. Daí a categoria de Formação Econômica e Social parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. [...] Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata. (SANTOS, 1977, p. 7) (grifo incluído)

Ideia essa também defendida por Corrêa (1995, p. 26 e 27):

O mérito do conceito de formação socioespacial reside no fato de se explicar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação socioespacial. (grifos incluídos)

O desmerecimento dado ao espaço e a conseqüente tentativa de transformá-lo em algo desconsiderável, nos dias atuais, é apenas a superfície incapaz de ocultar um conteúdo profundamente denso, espacializado e carregado de objetos materiais e não materiais, configurando o que Santos (1996) denominou de *meio técnico-científico informacional*. No entanto, a esse meio é atribuída uma grande carga de virtualidade, no sentido de imaterialidade. Essa tão falada *imaterialidade*, dos fluxos financeiros ou informacionais entre outros, retrata a

armadilha das aparências, das feições exteriores, assim como, segundo Marx (1984), o fetiche da mercadoria mascarava o fato de ser ela, na realidade, um produto do trabalho humano. Tal imaterialidade desvia as atenções, a ponto de obscurecer a natureza do seu verdadeiro teor existente no espaço.

O entendimento equivocado do que vem a ser *espaço em rede* tem induzido conclusões precipitadas e vulgares uma vez que, segundo Dias (1995), a rede não é um novo fenômeno; a novidade reside no *status* teórico adquirido por esse termo.

Nessa mesma linha, Moreira diferencia *espaços em rede* de *redes espaciais*:

Imaginemos o espaço no passado, quando cada civilização constituía um território organizado a partir de um limite específico e da centralidade de uma cidade principal. De cada cidade parte uma rede [...] a cidade exercendo o papel de organizadora e centralizadora dos territórios. Temos aí uma rede organizando o espaço. Mas não um espaço organizado em rede. Podemos dizer que a rede é um dado da realidade empírica, mas conceitualmente não estamos diante de um espaço organizado em rede. Isto só vai acontecer recentemente (MOREIRA, 2007-b, p. 58)

A partir dessa diferenciação, expressa por Moreira (2007-b), constata-se que não é o aglomerado metropolitano, como um todo, que integra um espaço em rede e sim algumas parcelas desse todo, ou seja, somente as frações que reúnem estruturas e sinergias tidas como necessárias ao capital globalizante, ou então potencialidades em tê-las. Nesse contexto, muitas áreas são temporariamente incluídas e/ou parcialmente excluídas, permanecendo marginalizadas desse processo.

Enfocando-se agora o espaço urbano, unindo-se pontos de vista das escolas clássicas e marxistas da Geografia Urbana, encontra-se em Corrêa (1995), a afirmação de que o espaço das cidades é produzido por diferentes usos da terra e pela sociedade em suas diferentes formas espaciais. Sendo o espaço urbano um reflexo e uma condicionante social, apresenta-se, atualmente, fragmentado e articulado, além de conter um complexo de signos, significantes e significados e também de constituir um campo de lutas. Por essas razões, é marcado por desigual espaço-temporalidade dos fenômenos sociais.

Escreve ainda, esse autor, que os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e também os grupos populacionais de baixa renda vitimados pelos processos de exclusão e discriminação são os principais agentes produtores desse espaço.

Corrêa (2001, p.122-137), ao retrabalhar os preceitos da *Escola de Ecologia Humana de Chicago*, resgata os principais processos formadores do espaço urbano, sendo eles: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia.

- **Centralização** como um processo ligado à formação de uma área central para as cidades, *locus* de concentração das principais atividades comerciais e de serviços, bem como confluências dos sistemas de transportes interurbanos e intra-urbanos, enfim um aglutinador dos principais fluxos convergentes daquele espaço sob urbanização;

- **Descentralização** com a formação de núcleos secundários em torno da área central, em um momento posterior, em virtude da escassez ou da mudança das amenidades que outrora aglutinavam, na área central, diferentes quesitos, como disponibilidade e acessibilidade à terra, principalmente o preço, facilidade de transportes, entre outros, são os justificadores;

- **Coesão** se refere à certa complementaridade na constituição socioespacial, dizendo respeito às áreas especializadas e às economias de aglomeração, que podem ocorrer tanto em um processo de centralização como em um de descentralização. Exemplifica esse processo citando as ruas ou quarteirões especializados na prestação de determinado serviço ou no comércio de um produto específico, o que caracterizaria um monopólio espacial;

- **Segregação** como um processo decorrente da complexificação e da divisão social do trabalho. Sendo a sua dinâmica consequência da maior mobilidade socioespacial caracterizadora do capitalismo.

Corrêa (1991), anteriormente a essa discussão, já destacava três tipos de segregação residencial, presentes na Geografia Clássica:

1) o caracterizador da cidade pré-industrial, no qual as camadas de mais elevado *status* habitavam a área central, restando as áreas do entorno para aquelas de baixo *status* social, conforme o esquema do geógrafo alemão Kohl (1841)¹⁷ ;

¹⁷ Apud Corrêa (1995).

2) o esquema de Burgess (1970)¹⁸ que identificava as camadas pobres habitando a área central e as de maior status social residindo nos entornos, em subúrbios de maiores amenidades, invertendo, dessa forma, a tendência de Kohl;

Cabe lembrar a importante contribuição de ENGELS (1845), com seu artigo *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, no qual são descritas e criticadas às condições de vida e de moradia do proletariado inglês na cidade de Manchester. Com esses estudos F. Engels constatou um padrão de segregação oposto ao de J. G. Kohl, fato que veio a influenciar E. W. Burgess na elaboração da sua teoria.

3) a autosegregação, detectada nos anos de 1930, nos EUA, pelo economista estadunidense Hoyt (1939)¹⁹, ao se referir às camadas mais ricas residindo em bairros de maiores amenidades, afastados do centro;

- **Invasão-Sucessão** se reporta à mutabilidade do conteúdo social das áreas residenciais, constituintes de uma cidade.

Segundo esse mesmo autor, é um processo urbano que está associado especialmente à questão residencial e que consiste na ocupação de uma área da cidade por uma classe socioeconômica geralmente inferior à dos moradores que ali já residiam. Os efeitos da condomização podem exemplificar tal situação, no momento em que, em parte, por conta desse processo de invasão-sucessão, a classe mais rica sai das áreas de urbanização consolidada e começa a ocupar os entornos urbanos. Essas áreas sofrem desvalorização e passam a ser ocupadas pelos mais pobres.

- **Inércia** se refere às porções urbanas cristalizadas, nas quais há um somatório sinérgico voltado a preservar a forma e o conteúdo local. Os atores, por comodidade, como estratégias de diminuição de custos, para obterem vantagens com a presença de uma economia de aglomeração, pela inexistência de conflitos significativos ou ainda pela força de sentimentos de pertencimento e de simbolismos,

¹⁸ Artigo publicado originalmente em 1925. Refere-se à cidade de Chicago, em especial, nas primeiras décadas do século XX.

¹⁹ HOYT, H. The structure and growth of residential neighborhoods in American Cities. Washington DC: Federal Housing Administration, 1939. 178 p, *apud* Corrêa (1995).

unindo-os ao lugar, evitam uma realocação, tendem a mantê-lo enquadrado num *status quo*, resistindo, dessa forma, a toda e qualquer mudança.

1.2 A CONCEITUAÇÃO DE PERIFERIAS URBANAS

Em se tratando dos espaços produzidos por urbanização, metropolização ou pós-metropolização, destacam-se nesses, as maiores intensidade e velocidade dos seus fenômenos socioespaciais, respectivamente.

Santos (1990, p. 59) advertia que a forma como a cidade era geograficamente organizada fazia com que ela não apenas atraísse os pobres, mas que ela própria criasse mais pobres. O espaço urbano é desse modo, ao mesmo tempo, o ativo à produção de gente pobre e o instrumental à condição de pobreza.

Numa sociedade capitalista, ao se criarem pobres e, ao se produzir e reproduzir a pobreza, conseqüentemente, criam-se espacialidades com proporcionais características. Essas espacializações da pobreza vão se tornando cada vez mais complexas com a modernidade e com a pós-modernidade.

Nas *pós-metrópoles*, lançando-se mão do conceito de Soja (2004), é que as novas feições e características subjetivas da contemporaneidade se destacam, firmando novos processos de urbanização, superpondo-se aos velhos processos e, com esses, criando espacialidades com características de maiores heterogeneidade e mutabilidade, paradoxalmente inseridas no processo de homogeneidade pós-metropolitana global.

Especialmente em países com industrialização tardia, como é o caso do Brasil, a metrópole da modernidade não desapareceu, ela está presente, juntamente com as formas, os processos e os conteúdos de um passado marcado pelas históricas precariedades socioeconômicas e, que, mesmo assim, de forma bastante precária, ingressou na pós-modernidade.

O problema está no não entendimento desse misto de modernidade e pós-modernidade, uma vez que ainda se usa, para explicar uma “transmodernidade”, métodos e conhecimentos historicamente concebidos para uma modernidade. E, ainda pior, uma modernidade não condizente com a brasileira.

Nesse caminho, observa-se que na maioria dos trabalhos produzidos, nas diversas áreas do conhecimento que abordam questões urbanas, como Geografia, História, Sociologia, Urbanismo, entre outras, é normal se encontrar interpretações arraigadas em concepções dualizadas e geometrificadas, como *centro-periferia*, oriundas da “modernidade neopositivista”.

No caso da Geografia, das geografias funcionalistas, *periferia* é tida como área localizada na extremidade do tecido urbano, nas bordas, nos anéis externos, como a mais afastada do centro urbano, enfim, no limite circunscrito de uma cidade, num misto de urbano e rural.

No entanto, sob outra ótica, enquanto produção socioespacial, esses espaços deslocados, afastados de um pretense centro, podem apresentar forma, função, processos e estruturas bem diferentes, com conteúdos opostos a uma imagem estereotipada de pobreza e precariedade, o que lhes deve conferir outras definições, uma vez que equivalem ou até mesmo podem superar os quesitos, quanto à infraestrutura, aos indicadores socioeconômicos, ao *status*, entre outros caracterizadores de um lugar tido como não periférico. Um dos recortes deste trabalho, os CHFs de *Alphaville* com suas áreas residenciais, comerciais e empresariais, bem exemplificam essa situação.

A autora portuguesa Cristina Cavaco, ao abordar as *periferias* urbanas na problemática da sociedade contemporânea, escreve que

[...] há a necessidade de se formular um novo olhar sobre os territórios periféricos. Talvez vistas e entendidas noutra perspectiva, as periferias urbanas, desde sempre desprezadas e incompreendidas, venham a contar novas histórias, deixando ler outros registros, capazes de despertar novos valores e de preparar uma reconversão desses territórios, [...] na verdade incompreendidos. [...] a transmodernidade estabelece-se nessa perspectiva de reconversão, pelo reacender do desejo e pelo reencontrar dos valores do mito na nossa contemporaneidade, na ideia de reinventar o urbano e “novas periferias”. (CAVACO, 2001, p. 6 e 7)

Assim sendo, julgou-se importante contextualizar o emprego e o consequente entendimento dispensado ao termo *periferia(s)*, em se tratando do espaço urbano, nas escalas global, nacional e local.

1.3 A EVOLUÇÃO DAS *PERIFERIAS URBANAS* NUM CONTEXTO HISTÓRICO-GLOBAL

Para a (re)construção ou atualização de uma definição para *periferia(s) urbana(s)* faz-se necessário retomar a gênese dos fenômenos construtores dessas espacialidades, considerando-se o contexto em que estavam e estão inseridas, com destaque para as mudanças apresentadas, ao longo do tempo.

Mumford (1998) afirma que o fenômeno de produção suburbana é anterior à Primeira Revolução Industrial, apesar de existir uma grande associação entre a urbanização pós-Primeira Revolução Industrial e o rápido crescimento dos tecidos urbanos. Fato esse que não gerou, mas intensificou os processos de suburbanização.

[...] o subúrbio se torna visível quase tão cedo quanto à própria cidade, e talvez explique a capacidade de sobrevivência da cidade antiga, frente às condições insalubres que predominavam dentro dos seus muros [...] Se temos dúvidas quanto ao traçado e ao núcleo central da cidade egípcia, há tanto pinturas quanto modelos funerários que nos mostram a vila suburbana, com seus espaçosos jardins. (MUMFORD, 1998, p. 522)

Benevolo (1983, p. 269) relata que inúmeros documentos relativos aos últimos séculos da Idade Média, século XI até a metade do XIV, comprovam ter existido uma grande concentração populacional nas cidades europeias. Nesse período, o centro dessas cidades passou a ser o local mais procurado, no qual as classes sociais de maior prestígio moravam e para as mais desconsideradas sobravam as bordas, que ele chama de *periferia*.

Na comparação entre esses dois grandes períodos, Idade Antiga e Média, é possível perceber uma inversão das espacializações praticadas nessas áreas sob urbanização: “privilegiados” socialmente vivendo nos subúrbios na Idade Antiga e, o contrário, na Idade Média; os de maior representatividade e influência refugiavam-se entre as muralhas das cidades fortificadas, deixando, na maioria das vezes, os espaços suburbanos para os menos ou (des)classificados, integrantes da plebe.

Sposito (2004), com base nas publicações de Pirenne (1965) e em Le Goff (1998), constata que, apesar da concentração, o processo de expansão horizontal das cidades foi iniciado há muitos séculos, e foi concomitante à passagem do poder do campo para a cidade, no caso da Europa Medieval, e que a periferização das

principais cidades europeias decorreu da tendência anterior de densificação dos espaços urbanos, gerada pela industrialização e pelo aumento populacional nas cidades, em detrimento do campo.

Benevolo (1994, p. 35-38) afirma que um processo de extensão do tecido urbano já era percebido e relatado com maior ênfase no início do século XIX, a partir de uma dinâmica de periferização das cidades, em que famílias oriundas do campo se aglomeravam no entorno das fábricas ou, então, alojavam-se nos espaços vazios disponíveis dentro dos bairros antigos ou, em sua maioria, ocupavam novos espaços no entorno das cidades, formando bairros novos e extensos em torno dos núcleos originais.

Nos aglomerados industriais ingleses, segundo Mumford (1998), estavam os bairros operários com grande concentração populacional, localizados ao redor das fábricas, formando um cinturão em torno da “cidade antiga”- ali estava a *periferia*; no *centro*, ficava o comércio, a igreja e os demais aparelhos de uso coletivo e; por fim, bem fora do perímetro da cidade, situavam-se as “vilas elegantes”, local de moradia da burguesia industrial, portanto a *periferia* se localizava intermediariamente entre o *centro* e as “vilas elegantes”.

Sposito (2004) cita que nas cidades estadunidenses, desde os anos de 1910, o processo de periferização, reconhecido como suburbanização, corresponde à transferência de uma parcela significativa dos segmentos de médio poder aquisitivo para áreas mais afastadas das centralidades urbanas, em busca de mais espaço e de habitações unifamiliares.

Lefebvre (2001, p.25), por exemplo, escreve que o *subúrbio* trouxe para a França um pensamento urbanístico “encarniçado”, singular e paradoxal contra a cidade. Relata que no período da III República, do final do século XIX até a 2ª Guerra Mundial, apareceram textos autorizando e regulamentando o subúrbio habitacional naquele país. Refere-se a esses subúrbios como áreas desurbanizadas, porém dependentes da cidade.

Com efeito, os “suburbanos”, os dos pavilhões residenciais não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo.

Domingues (1994/5, p. 5), ao abordar as variações em torno do conceito de *periferia urbana* e das condições periféricas, em especial para os espaços urbanizados ou em urbanização em Portugal, afirma que

Os conceitos de periferia urbana e de subúrbio banalizaram-se de tal forma que é hoje difícil encontrar uma definição clara e consensual desses conceitos. Não admira que assim seja. Esses conceitos são usados normalmente de uma forma negativa e relativizada, isto é, por contraposição a um centro.

Lefebvre (2001, p. 28) propõe uma periodização em três fases para caracterizar as transformações urbanas:

- a primeira trata da invasão industrial, em que o social-urbano é negado em prol do econômico-industrial;
- a segunda fase refere-se ao colapso autodestrutivo da cidade em função do processo de industrialização;
- e numa terceira, a cidade é reinventada com o (re)nascimento da reflexão urbanística, em que a segregação trazida pela normatização é considerada como normal.

Afirmou ainda que os subúrbios, nas formas, significados e conteúdos gerais remontam no mínimo aos espaços urbano-industriais²⁰. Ele, ao periodizar, resgatando esse momento histórico, constata que a era industrial transformou as relações entre espaço e valor ao monetarizar as ações no espaço urbano.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca". (LEFEBVRE, 2001, p. 12)

A cidade, com o valor de troca que lhe foi atribuído, passa a ser mercadoria, e como tal é disputada e normatizada, tendo assim, distintamente, áreas de maior ou de menor valor, áreas intermediárias e muitas adjacentes, as quais podem adquirir ou perder valor rapidamente, dependendo do contexto político-econômico.

Esse panorama foi melhor se definindo nas cidades com a chegada de um número cada vez maior de camponeses para compor a força de trabalho nas indústrias e serviços, os quais passam a ocupar as áreas intermitentes,

²⁰ Lefebvre se referia a década de 60 do século XX.

coadjuvantes e de menor valor, ou seja, as *periferias*. No entanto, na cidade expandida, esses espaços periféricos passam a compor a cidade propriamente dita.

Assim, é possível constatar a instabilidade dos conteúdos social e cultural de *periferia(s)* e a conseqüente dificuldade conceitual desse termo ao longo da história.

Dentro da concepção dualista *centro/periferia*, a *periferização* pode se dar também na forma da *suburbanização*, e caracterizar tanto o afastamento dos mais pobres como a fuga das elites.

Sposito (2004) diferencia os conteúdos sociais e culturais de periferia e de subúrbio, bem como os diferentes momentos que essas espacialidades são contextualizadas.

Assim, verificamos que se iniciou, ainda no século XIX, a mudança do conteúdo social e cultural da periferia, já que a suburbanização que se observava desde a Antigüidade sempre estivera marcada pelo interesse da "fuga" das elites, em busca de áreas mais saudáveis e espaços mais amplos no campo, sendo que os problemas urbanos gerados pela rápida industrialização impulsionaram, na segunda metade do século XIX, as primeiras iniciativas de recuperação das áreas centrais, de maior peso histórico e expressão política, promovendo, paralelamente, o afastamento espacial dos mais pobres. (SPOSITO, 2004, p. 119)

Portanto, *suburbanização* é entendida como um processo relacionado à fuga das elites em busca de melhor qualidade de vida. Trata-se de um modelo comumente encontrado nas principais cidades estadunidenses, apesar de ser observado desde a antiguidade, nas cidades europeias.

Principalmente nos EUA, o subúrbio se tornou "manufaturado", diretamente ligado ao automóvel, como meio de locomoção, caracterizado pela baixa densidade populacional e por casas unifamiliares destinadas às classes média e média/alta.

Já *periferização*, criou corpo na segunda metade do século XIX, com os efeitos da rápida industrialização. Esse processo passou a estar relacionado ao afastamento espacial dos mais pobres.

George (1992, p. 521) esclarece o uso do termo *banlieue* como equivalente, na tradução usual, a *periferia*, porém, no sentido de franja urbana mais ou menos contínua, constituída por residências de classes sociais menos favorecidas, identificada como área pobre da aglomeração, mantendo forte dependência das estruturas e dos serviços mais qualificados existentes no *centro*. Chegou a considerar *periferias* como áreas proletárias e revolucionárias (1950, p. 21), no

entanto, mudou o seu posicionamento com relação às *periferias*, anos depois, ao introduzir em suas análises urbanas os conceitos de forma, função e estrutura.

Clozier (1945, p. 450), ao analisar as *periferias* das cidades francesas, destacou as questões dos movimentos pendulares, chegando a propor a ideia de fuga do *centro*, como um processo também responsável pela ampliação do espaço urbano. Baseou-se na crescente expansão dos bairros residenciais, cada vez mais distantes das áreas comerciais e financeiras daquelas cidades. Afirmava que o êxodo urbano juntamente com o êxodo rural eram os alimentadores do crescimento urbano.

Entre tantas outras exemplificações, *periferia* e *centro* criam corpo na literatura acadêmica como representativos da bipolarização das realidades urbanas, apropriados de análises em escalas superiores, como dos cenários continentais ou global, provavelmente associados ao processo de expansão e descentralização dos territórios urbanos. A esse respeito, Corrêa (1989, p. 46), destacou que a descentralização urbana foi viabilizada pela emergência de meios de transporte mais flexíveis, principalmente pela difusão do uso de veículos automotores e pela evolução dos sistemas de comunicação.

A maioria dos modelos e das análises oriundos da *Escola de Chicago* era fundamentada no padrão *centro-periferia*, porém já havia estudos que demonstravam ser a estruturação urbana muito mais complexa e estar o seu entendimento ligado, não apenas às relações entre esses dois subconjuntos, nem tampouco reduzido a essa bipolaridade. Como exemplo, encontram-se as *Teorias dos Núcleos Múltiplos* ou *das Cidades Polinucleadas*, trabalhadas por Harris e Ullman (1945), entre outros.

Para o termo *centro* se encontram várias definições, sendo todas convergentes para o que Sposito (2004) sintetizou como sendo constituído pela concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade.

Sposito (2004) afirmou que o grau de homogeneidade e extensão, bem como a distância da *periferia* ao *centro* são determinados pelo tamanho da cidade. Assim a formação da *periferia* está condicionada a diferentes fatores, desde aqueles ligados ao meio físico onde está localizado o sítio urbano, como relevo, hidrografia

entre outros, passando pela ausência ou pela ineficiência das vias de circulação e pelas demais irregularidades da produção do espaço urbano.

Para Reynaud (1993, p. 620) *périphérie* (*periferia*) definia-se negativamente, sem as benesses estruturais do centro urbano. Considerou, entretanto, que o *centro* e a *periferia* não se opunham e que deveriam ser vistos com certa relatividade, integrando sempre a variável temporal nas suas análises e explicações.

Mumford (1998, p. 525) destaca os novos conteúdos e a importância do processo de suburbanização/periferização no século XX, afirmando que:

[...] o resultado final da separação entre o subúrbio e a cidade só se tornou visível no século XX, [...] valendo-se das conveniências de multiplicação e da produção em massa. No movimento coletivo em direção às áreas suburbanas, produziu-se uma nova espécie de comunidade, [...] conformando-se, no aspecto externo como no interno, um modelo comum, manufaturado na metrópole central. Assim o efeito da fuga suburbana, em nosso tempo é, ironicamente, um ambiente uniforme de baixo grau, do qual é impossível fugir. O que ocorreu com o êxodo suburbano nos Estados Unidos ameaça agora, [...] em velocidade acelerada, em todo o resto do mundo [...].

Com a leitura desses autores, entre muitos outros, é possível se constatar que as interpretações dos fenômenos espaciais das cidades, de maneira predominante, foram feitas partindo de uma estruturação dual geometrificada – centro-periférica, apesar da existência de constatações muito anteriores, comprovando a complexidade dos espaços urbanos e a renovação cada vez mais intensa de seus conteúdos e significações.

Valladares (1982, p. 47) entendia a periferização como uma projeção espacial do processo de acumulação do capital e de suas consequências para o *habitat* das classes trabalhadoras, a qual determinava a sua localização em áreas cada vez mais distantes dos centros, principalmente nas cidades industriais do Brasil.

Santos (1994, p. 95) já identificava, para as grandes cidades, outro modelo de relação entre os centros e as suas *periferias*.

As cidades, e, sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, [...]. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária,

problemas de transportes, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. (grifo incluído)

Outro aspecto bastante relevante refere-se ao conteúdo dos últimos relatórios sobre assentamentos humanos do UN–Habitat das Nações Unidas, principalmente no de 2003 – *The Challenge of Slums* (O desafio das favelas), uma vez que vem a contradizer as previsões utópicas elaboradas na modernidade, num contexto de funcionalidades e de visões progressistas dos mecanismos internacionais, os quais projetavam as cidades do futuro como ambientes bem estruturados, harmônicos, ordenados horizontalmente e verticalmente, homogeneizados pelos avanços tecnológicos, entre outros atributos peculiares sonhados para o futuro, naquele momento histórico. O que se constata é um caminho exatamente contrário a esses dos sonhos e das previsões utópicas.

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolos aparentes, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração. Na verdade, o bilhão de habitantes urbanos que moram nas favelas pós-modernas podem mesmo olhar com inveja as ruínas das robustas casas de barro de Çatal Hüyük, na Anatólia, construídas no alvorecer da vida urbana há 9 mil anos (DAVIS, 2006, p. 29)

Os cálculos da ONU apontavam ter o nosso planeta, em 2007, por volta de 3,4 bilhões de pessoas morando em cidades e desses pelo menos um terço em condições de favelamento e mais da metade em situação de pobreza. Estimam para o ano de 2050 um quadro ainda mais grave, uma vez que mais ou menos 10 bilhões, dos 12 bilhões de habitantes que terá o planeta, em torno de 83% do total populacional em ambientes urbanizados com a tendência de ampliação desse quadro geral de pobreza. Esse grande crescimento populacional urbano ocorre e continuará mais intensamente nos países pobres, sobretudo nas áreas metropolitanas desses países.

Claro que nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres; na verdade, *The Challenge of Slums* ressalta que, em

algumas cidades, a maioria dos pobres mora, na verdade, fora da favela propriamente dita. Embora, obviamente, as duas categorias se confundam e se sobreponham, o número de pobres urbanos é consideravelmente maior: pelo menos metade da população urbana do mundo, definida pelos patamares de pobreza nacional relativa. (DAVIS, 2006, p.36)

Davis (2004) chamava a atenção do mundo quanto a dois fenômenos: o da *involução urbana* e o da *informalização do proletariado*. O primeiro fenômeno, não tem nada a ver com a “involução metropolitana”, usada por Santos (1993), em sua obra *Urbanização Brasileira*, na qual esse autor se referia à crescente importância das cidades médias em detrimento a algumas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. Davis se refere à precariedade das infraestruturas e à fragilidade das relações socioeconômicas praticadas nessas novas áreas em processo de urbanização e também naquelas em decadência, enfim, refere-se às formas, aos processos e aos conteúdos desse novo fenômeno urbanizante que se apresenta na contemporaneidade. O segundo está relacionado ao fato da urbanização, nos países pobres, estar cada vez mais independente da industrialização e das perspectivas de desenvolvimento socioeconômico formal. Nas áreas metropolitanas, principalmente nos seus aglomerados metropolitanos, o crescimento econômico é lento, não consegue acompanhar a rapidez do crescimento demográfico; os postos de trabalho formal não crescem na mesma velocidade da população economicamente ativa, o que leva a contingentes cada vez maiores para a informalidade, não só econômica como também socioespacial.

Esse autor afirma, também, ser importante superar a visão que atribui a responsabilidade praticamente exclusiva da extrema desigualdade social aos processos e estruturas de ordem interna, como as ações das elites locais e aos Estados patrimonialistas, cronicamente ineficientes. Esclarece existir todo um contexto global com grande responsabilidade conjuntural.

Alguns argumentariam que a urbanização sem indústria é a expressão de uma tendência inexorável: aquela inerente ao capitalismo do silício de desvincular o crescimento da produção do emprego. Mas na África, na América Latina, no Oriente Médio e em boa parte do sul da Ásia, a urbanização sem crescimento, [...] é mais obviamente herança de uma conjuntura política global – a crise mundial da dívida externa do final da década de 1970, [...] – do que uma lei férrea do progresso da tecnologia. (DAVIS, 2006, p. 23)

Dessa maneira, as espacialidades urbanas, especialmente as formadas em países pobres, retratam cada vez mais um quadro de precariedades socioeconômicas, no qual o ato de urbanizar, na atualidade, está assumindo um novo sentido empírico: o correspondente a periurbanizar.

Das obras de Davis (2004) e (2006), cujo objeto principal são as favelas, é possível se abstrair muitas informações importantes, no que se refere às *periferias*, uma vez que é viável se estabelecer uma aproximação daquilo que ele chama de favela com a proposta conceitual de *periferias* defendida neste trabalho, na medida em que as espacialidades enfocadas apresentam-se semelhantemente estruturadas, levando-se em conta, de maneira geral, as categorias de análise: *forma, função, processo e estrutura*.

Geddes (1994)²¹, já havia profetizado a atual situação socioespacial urbana, ao sintetizar: *bidonville, semi-bidonville et super-bidonville [...] et cela montre évolution des villes*²².

Davis (2006) faz referência ao “Big Bang da pobreza urbana” iniciado no século XX, década de 1970, quando houve clara orientação, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, para que os países pobres, devedores, abandonassem suas estratégias de desenvolvimento e canalizassem os seus poucos recursos para uma sobrevivência econômica mediante os rigores conjunturais deflagrados pelas crises do petróleo, elevação dos juros, redução dos investimentos nas áreas sociais, entre outras medidas. Esse crescimento da pobreza existente nas áreas urbanizadas e em urbanização iria se intensificar durante o século XXI, tendo em vista a decadência e a desestruturação socioeconômicas vividas, principalmente, nas grandes cidades localizadas em países pobres do mundo, somados aos processos reestruturantes do campo, causadores de intensa transferência de contingentes populacionais para as cidades, ainda em andamento, em muitos desses países.

As “megafavelas” surgem quando bairros pobres e comunidades invasoras fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza [...] A Cidade do México, por exemplo, tinha, em 1992, estimados 6,6 milhões de

²¹ Data ao século XIX. Refere-se às áreas pobres enquadradas no processo de evolução urbana ocorrido em Paris. Esse autor é citado por Mumford (1961, p. 464) em sua obra *A Cidade na História*.

²² Na tradução: Favela, semifavela e superfavela [...] a isso chegou à evolução das cidades.

peças vivendo aglomeradas em 348 Km² de moradias informais. Do mesmo modo, a maioria dos pobres de Lima mora em três grandes *conos* periféricos que se irradiam da cidade central; essas imensas concentrações espaciais de pobreza urbana também são comuns na África e no Oriente Médio. No sul da Ásia, pelo contrário, os pobres tendem a viver em um maior número de favelas distintas, dispersas com mais amplitude por todo o tecido urbano, com padrões quase fractais de complexidade. [...] Em Dacca, é provável que faça mais sentido considerar as áreas que não são favelas como enclaves numa dominante de extrema pobreza. (DAVIS, 2006, p. 37)

Assim, é possível questionar a abrangência conceitual de favela, uma vez que o próprio Davis (2006, p. 47) admite ter encontrado dificuldade em delimitar e nomear tal fenômeno urbano, optando por *Slum* (favela) por ser esse termo mais conhecido, porém componente e não distinguível de *periferia*.

Assim, nas cidades de crescimento desordenado do Terceiro Mundo, “periferia” é um termo extremamente relativo e específico de um momento. [...] áreas urbanas do Terceiro Mundo assumem duas formas principais: assentamentos de ocupantes e invasores, para utilizar o expressivo nome colombiano, *urbanizaciones piratas*. Ambos geram paisagens “faveladas” [...].

Nesse contexto, encontra-se favela, definida pela ONU numa visão clássica, como uma área superpovoada²³, pobre ou com residências informais, sem acesso ou com acesso inadequado a água potável e às condições sanitárias e de posse insegura. Na literatura inglesa, o termo *Slum* é usado como designativo de favela, segundo Davis (2006) por estar associado à ideia de pobreza e vícios, às doenças, à superpopulação relativa, à degradação humana, ao lado da obscuridade socioespacial das cidades.

Além da subjetividade dos termos favela (*slum*) e *periferias*, a obtenção das informações necessárias foi outra dificuldade de Davis (2004), uma vez que os governos tendem a sonegar e subestimar os dados, deliberadamente, no intuito de esconder as precariedades e amenizar as externalidades negativas relativas aos territórios sob suas administrações. Também, há diferentes interpretações daquilo que venha a ser favela ou *periferias*, nos diversos países pesquisados por esse autor, conseqüentemente diferentes informações lhe foram fornecidas. Ele reconhece, também, ter cometido certa imprecisão ao generalizar tal fenômeno e ao

²³ O superpovoamento se refere às condições técnicas e políticas insuficientes para garantir o bem estar socioeconômico do montante populacional, em um determinado território, conforme definição apresentada na conferência do Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Nairobi, no ano de 2002.

mesmo tempo restringi-lo à denominação de *slum*, porém afirma que a grande relevância em propagar essas informações, em tirar da obscuridade essas espacialidades urbanas seria capaz de compensar tais falhas.

Justificativa essa que vem a ratificar a grande relatividade dos termos favela e *periferias*, especialmente quando usados para designar espaços com espacialidades em situação de “inferioridade” estrutural, socioeconômica, jurídica, entre outras, com relação às demais do espaço urbano.

Domingues (2007, p. 139), enfrentando semelhante dificuldade ao tentar conceituar e qualificar as *periferias* no contexto socioespacial de Portugal, fez a seguinte referência:

Periferia é um conceito bastante vago e difícil de precisar. Geometricamente, a periferia mede-se pelo grau de afastamento ao centro. Pela negativa, periferia será então um “afastamento” do “centro” ou dos “centros”. Como conceito definido pela negativa, a ideia de periferia carrega em si um sentido estigmatizado, sinónimo de rejeição, de marginalidade, no limite, de exclusão. Geograficamente, a periferia pode ser designável com indicadores de posição, de relação, de dependência, assumindo também sentidos recorrentes na linguagem comum. [...] em Portugal [...], já não se sabe muito bem que coisa possa ser o periferismo como coisa objectivada e consensual.

Pelo exposto, é possível perceber as dificuldades encontradas em se conceituar *periferias urbanas* e a inquietude daqueles que trabalharam e trabalham com essa temática, não só no Brasil como em outros países ou num contexto mais global. Fica nítido, portanto, o reconhecimento da complexidade e da relatividade desse designativo - *periferia(s)*, uma vez que as espacialidades por ele referenciadas podem variar de acordo com os contextos de onde estão inseridos.

1.4 AS PERIFERIAS URBANAS NO BRASIL

Para o caso brasileiro, Villaça (2001, p. 226) resgata Gilberto Freire no que diz respeito ao desmantelamento da estrutura escravista e ao surgimento dos subúrbios.

Terminado o período de patriarcalismo rural [...] e iniciado o período industrial das grandes usinas e das fazendas [...] as senzalas foram diminuindo; e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos: trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem o amparo das casasgrandes. (FREIRE, 1968, p. 153)

Santos (1982), ao abordar os distintos processos socioespaciais ocorridos na América Latina, afirma que, para o Brasil, a concentração dos processos econômicos na faixa litorânea trouxe a formação de grandes aglomerados populacionais, que, por sua vez, propiciaram uma grande segregação urbana após a chegada dos tempos de monetarização do espaço, ocorrida a partir da segunda metade do século XIX.

Outro grande marco, no Brasil, foi a “corrida higienista” e as políticas saneadoras²⁴ promovidas nas suas principais cidades, com destaque para a então capital federal, Rio de Janeiro.

As políticas saneadoras que, a julgar pelos discursos e exposição de motivos, se destinavam a resolver problemas sociais de moradores de favelas e cortiços, no Brasil, se ocuparam concretamente, desde o começo do século XX, em retirá-los das áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário, sem nunca apresentar nenhuma eficácia em relação à questão social. Foi assim nas reformas urbanas higienistas do início da República, foi assim durante o populismo varguista e foi assim durante o regime militar. (MARICATO, 1996, p. 28)

Esse processo de higienização foi muito mais político-social do que médico-sanitário, tendo em vista a implementação de práticas preconceituosas e segregacionistas componentes de um ideário de “europeização” ou de “estadunização” reinantes nos períodos citados por Maricato (1996), respectivamente. Aqueles cidadãos julgados como não convenientes à moralidade e à civilidade, eram afastados da *urbe* no intuito de limpar o centro da cidade. Esse ideário contribuiu para o agravamento das distinções socioespaciais existentes nos espaços urbanizados brasileiros.

Abreu (1996, p. 163-170) relata que houve um processo de expulsão dos pobres do centro, com o argumento de tirá-los da insalubridade, porém a realocação os colocou em locais ainda mais insalubres.

²⁴ Com o intuito de conter a proliferação de epidemias e tornar o centro das cidades mais salubre, houve um processo de expulsão das pessoas pertencentes às camadas de baixa renda das áreas centrais das cidades, marcado pela destruição das moradias precárias e pela realocação de seus ocupantes para áreas mais distantes, muitas vezes mais insalubres.

Com relação a essas distinções discriminativas, faz-se importante retomar o questionamento quanto ao que venha a ser *subúrbio* e *periferia* como fez Lefebvre (2001), dessa feita, voltar-se-á para a realidade brasileira, na qual há certa convergência de sentido e de uso para com essas palavras.

O emprego dos termos *subúrbio* e *periferia*, especialmente na cidade do Rio de Janeiro e na região Metropolitana de São Paulo foi motivo de confusão. Para os cariocas, segundo Fernandes (1996), a palavra *subúrbio* era mal resolvida, conotava posição socioeconômica de inferioridade, sendo usada como significativo da situação de uma classe menos favorecida, em tom pejorativo.

Inicialmente o termo *subúrbio* foi empregado para designar todas as áreas adjacentes na cidade do Rio de Janeiro, independente do uso e do fim a que se destinavam, porém, a partir das reformas urbanas implementadas no início do século XX, essa palavra passou a designar os bairros cariocas ligados ao “centro” pelo trem urbano, especialmente aqueles localizados no setor Norte-Oeste daquela cidade, conforme escreve Fernandes (1996).

Em São Paulo, o vocábulo teve significado um pouco diferente em termos de escala, no momento em que não designava bairros afastados e sim as cidades próximas, ou pelo menos aglomerações periurbanas localizadas fora do seu perímetro político-administrativo. Porém com a mesma relação quanto à presença do trem, uma vez que representava áreas urbanas formadas a partir das ligações férreas com a capital. Estas oriundas do intenso processo de metropolização, às quais coube, entre as principais funções, abrigar os contingentes de trabalhadores sem renda suficiente para residir na cidade paulistana. Dessa forma, em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, o termo *subúrbio* adquiria conotação de classe e também as características pejorativas de inferioridade socioeconômica.

Já o termo *periferia* passou a ser empregado nos anos de 1960 em diante, com o intuito de designar uma nova realidade socioespacial oriunda do processo de metropolização que se firmava naquelas duas metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente para os loteamentos clandestinos criados próximos às fábricas ou nos entornos das áreas urbanizadas, ou ainda, como designativo das favelas e dos cortiços localizados em áreas centrais, englobando, também, as áreas com denominativos de *subúrbios*.

Em Curitiba, apesar de aparecer em documentos oficiais do início do século XX, como no seu *Código de Posturas de 1919*, sancionado pelo então prefeito João

Antônio Xavier, definindo como *Zona Suburbana* aquela que estava situada até um quilômetro da zona urbana, entre o Roccio²⁵ e a área urbana, o termo subúrbio não chegou a fazer parte do seu cotidiano, pelo menos não foram encontrados registros do seu emprego na bibliografia consultada e/ou utilizada para este trabalho. Provavelmente isso se deve ao fato de a sua metropolização ter se intensificado a partir dos anos 1970, portanto, no período em que o termo *periferia* já era predominante no Brasil.

Cabe ressaltar que nesses momentos referenciados, ou seja, nos primeiros anos do século XX e anos 1960, respectivamente, os termos: *subúrbio* e *periferia* assumiam um caráter socioeconômico, como designativos das áreas onde vivia a população de baixa renda e portadora das mais diversas precariedades socioeconômicas. Assim, já nos anos de 1960, era possível se perceber que *periferia* em especial, ao englobar as favelizações e os cortiços, não correspondia apenas a uma interpretação geometrificada, caracterizada por estar mais distante do centro, como as análises simplistas apresentam até hoje, pelo fato de muitas delas estarem localizadas em áreas tidas como centrais das cidades estudadas, naquele período.

Segundo Silva Neto (1998) o termo *subúrbio*, para o caso brasileiro, caiu em desuso aos poucos, em princípio por não carregar consigo a grande carga política, econômica e social atribuída ao termo *periferia*, especialmente no momento de intensa metropolização vivida pelas grandes cidades brasileiras, no entanto ainda faz parte do vocabulário cotidiano dos cariocas, em especial.

Esse autor afirma que *periferia* e *centro* formam um par dialético componente dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico, não sendo possível, portanto, pensar em um deles sem pensar no outro.

Outra razão para o desuso do vocábulo *subúrbio* se ligava ao fato de esse termo trazer certo ranço de estrangeirismo, associado ao crescimento horizontal das cidades, acolhedor das camadas médias, caracterizador, em especial, do espaço urbano estadunidense. Situação essa que, definitivamente, não era compatível ao quadro encontrado nas cidades brasileiras da época, o que justificaria assim a sua rejeição pelo meio acadêmico quando o objeto de estudo era o espaço urbano das cidades localizadas em países pobres.

²⁵ Terminologia utilizada na época para designar as áreas não edificadas integrantes da cidade, geralmente ocupadas por pastagens.

Até a década de 1960, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, chegaram a ter uma forte massa trabalhadora residindo em suas regiões centrais em virtude do pioneirismo de seus processos industriais de larga escala, se considerado o contexto brasileiro. Era normal, nessas cidades, a localização dos bairros operários próximos às fábricas, o que reproduzia, guardadas as devidas especificidades, os problemas socioespaciais enfrentados pelas cidades industriais europeias, quase um século depois. Mas o aumento da periferização foi constatado, nessas cidades, quando as fábricas foram relocadas, das áreas mais centrais para os entornos. E, conseqüentemente, outros processos passaram a ocorrer, como o definhamento dessas áreas em um primeiro momento e, em alguns casos, a readequação ou a revitalização em seguida. Esses bairros, até então, de operários com certas características periféricas, deixam de sê-lo, pela valorização e pela especulação imobiliária, e concomitante transferência compulsória dos operários para áreas mais distantes e/ou mais precárias de infraestruturas, popularizando o emprego do termo *periferia*.

Na literatura voltada a retratar os fenômenos urbanos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, vários autores, como Kowarick, Milton Santos, Maricato, entre outros, abordam a questão da periferização dentro do macroprocesso de metropolização, referem-se às *periferias* metropolitanas brasileiras como caracterizadas pela quase completa ausência do Estado, destacadas pelo gradiente decrescente das condições de vida, da inserção no mercado de trabalho e do acesso à renda do centro.

[...] o aumento do desemprego e da pobreza urbana a partir dos anos 1980 contribuiu para mudar a imagem das cidades no Brasil: de centros de modernização que se destinavam a superar o atraso e a violência localizados no campo, passaram a representar crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoronamentos, tráfego infernal, poluição do ar, poluição dos rios, favelas, pobreza e violência. (MARICATO, 2006. p. 216)

Kowarick (1979) afirmou que os espaços periféricos seriam os de menor renda diferencial, os mais distantes, os ocupados por uma população de mais baixa renda e inserida de maneira mais precária no mercado de trabalho.

Esse mesmo autor (1979, p. 31), apontou algumas características das *periferias*, tidas como principais, na literatura brasileira para a década de 1970: aglomerações distantes dos centros; clandestinidade predominante, mas não

determinante; grande carência de infraestrutura básica; locais de crescente residência de mão-de-obra necessária para fazer girar a máquina econômica.

Santos (1990) lembrou que a origem do termo *periferia* está associada ao reconhecimento de um conteúdo social em áreas residenciais, marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela insuficiência ou ausência de infraestruturas básicas e demais meios de consumo coletivo. Afirmou, ainda, serem as *periferias* resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não-urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal.

Segundo Moura e Ultramarini (1994), a noção de *periferia*, nessas décadas, expressava os espaços “feios” da cidade, os limites terminais, as margens, as áreas distantes da satisfação das necessidades mais comuns. Seu crescimento indiscriminado criaria carências, miséria e violência. A *periferia* era vista como sinônimo de degradação, exclusão e pobreza. Sua formação seguia a lógica da apropriação capitalista do solo urbano e a distribuição social da riqueza. As moradias das classes médias/altas ocupavam, via de regra, o centro urbano, e a *periferia* significava a consagração do oposto, o lugar das camadas populares e dos que não tinham acesso às formas de capitalização e consequente prestígio social.

Santos (1990) mostrava o menor grau de coesão da *periferia* na estruturação urbana, atribuindo características sociais especiais quando tratava das cidades localizadas em países subdesenvolvidos. Chamava a atenção para as grandes diferenças entre *centro* e *periferia*, referindo-se aos contrastes entre a cidade visível e a invisível, salientando que o tecido urbano se expandia mais depressa do que as necessidades de sua população.

Já Maricato (1977) ressaltava que, nos anos de 1970, havia o acolhimento na sociologia urbana da ideia de um intenso processo de periferização no Brasil, embora ainda coincidindo com o conceito geométrico do termo, ao se referir às áreas mais distantes do centro. Trazia como ponto relevante de análise a *renda diferencial da terra* para definir essas *periferias*.

Nas décadas de 1980 e 1990, quando as taxas de crescimento do PIB brasileiro foram superadas, em muito, pelas taxas de crescimento demográfico,

houve a ampliação desse processo de periferização, especialmente nas regiões metropolitanas. Maricato (2000, p. 23) afirma que,

Nessas décadas, conhecidas como “décadas perdidas”, “a concentração da pobreza passou a ser urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza [...] Nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também, pela primeira vez, um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana [...].

Segundo Caldeira (2000, p. 218), quatro características do padrão *centro-periferia* eram identificadas no Brasil, nesse período, em especial nos anos 1980.

A primeira era a dispersão da urbanização. A forma de apropriação do solo urbano, com a presença de glebas vazias entre as áreas urbanizadas e os novos loteamentos, comandada pelos agentes privados e pela deficiência proposital de políticas públicas de combate à especulação imobiliária e fundiária, o que propiciava o crescimento horizontal disperso do tecido urbano.

A segunda era a segregação espacial como expressão do afastamento entre as classes sociais. As classes média e alta nos bairros centrais e adjacentes, legalizados e bem equipados; os pobres no entorno cada vez mais distante, precário e quase sempre em situação irregular. Nesse período, refletia a separação das classes sociais, reforçada pelas leis de uso do solo e pelos zoneamentos urbanos elitistas.

A terceira dizia respeito à aquisição da casa própria como regra para a maioria dos habitantes, ricos, médios ou pobres. Para os pobres, o acesso à moradia baseou-se na ocupação de áreas impróprias e na expansão para o entorno, revertendo áreas rurais em novas áreas residenciais. Nos loteamentos desprovidos de infraestrutura, reinava a expectativa de que o poder público providenciasse *a posteriori* as benfeitorias necessárias. Apesar dos altos custos pagos por essa população e pelos sacrifícios decorrentes da falta de equipamentos e serviços urbanos, a cultura da ocupação dessas novas áreas estava bastante difundida no período, por se constituir na forma encontrada pelos pobres para viabilizar a propriedade e o posterior acesso aos serviços urbanos.

Essa localização residencial adotada, praticamente a única opção, pelas classes populares foi interessante para o empresariado e para o Estado, uma vez que favorecia a especulação imobiliária e reduzia o custo da reprodução da força de

trabalho, ao mesmo tempo proporcionava ao Estado o descompromisso com políticas habitacionais apropriadas.

O sistema de transporte baseado no uso do ônibus, para as classes trabalhadoras, e do automóvel, para as classes média e alta, constituía-se na quarta característica. Nos loteamentos irregulares surgiram as linhas clandestinas que forçaram os órgãos competentes a interferir na regularização da circulação urbana, isso não por pressão dos populares, mas sim dos empresários do setor.

Contudo, autores como Ribeiro e Lago (1994), Bógus (1992), Rolnik *et al.* (1990), entre outros já salientavam a dificuldade em se distinguir, no final da década de 1970 e início da de 1980, o que era *centro* e o que seria(m) *periferia(s)*, e a possibilidade da não prevalência de uma situação dual ou dicotômica nas aglomerações urbanas brasileiras, tendo em vista a crescente heterogeneidade socioespacial, onde já era possível se constatar a presença de ricos e pobres num mesmo espaço.

Também já era marcante nas décadas de 1980/90, no espaço urbano brasileiro, o uso ilegal do solo e a ilegalidade das edificações. Segundo Maricato (1996), mais de 50% das construções nas grandes cidades brasileiras se apresentava, na década de 1980, contrariando as legislações vigentes de uso, ocupação, zoneamento e parcelamento do solo e de edificação, fato que ratificava, principalmente na década de 1990, o processo de periferização pela favelização. Moura e Ultramari (1996, p. 12 e 13) afirmam que favela se diferencia das demais formas de *periferia*.

[...] o crescimento desordenado forma um cenário caótico que se constitui e se adensa aos poucos, servindo de regulamentos de urbanização ora flexíveis, ora alternativos, ora descumpridos. Esses aspectos diferenciam as áreas periféricas das áreas de favela. As favelas resultam de um processo de invasão de áreas públicas ou particulares – na maioria das vezes, fruto de um processo imediato, com padrão construtivo provisório e precário [...]. As áreas de favelas possuem uma diferença fundamental das demais ocupações da periferia: a inexistência de posse legal da terra e, algumas vezes, a localização das mesmas em terrenos visivelmente impróprios.

Na década de 1990 e início deste século, outros enfoques começavam aparecer; como o de Corrêa (2001, p 162 e 163) ao ressaltar o fato de as *periferias* não estarem necessariamente localizadas nas bordas do tecido urbano.

A periferia não se refere apenas à localização distante. Ganha também certo sentido de metáfora ao ser identificada como sinônimo de exclusão, de precárias condições de vida. Nesse sentido, a periferia pode ganhar foros de ubiquidade como acontece com as favelas do Rio de Janeiro.

Ou então, novas leituras de *periferia* passavam a ser difundidas, como a de Caldeira (2000), a de Sposito (2004) com os “novos conteúdos das periferias”, as de Santos, R. (2007) com as expressões “nova periferia rica” e “periferia pobre”, entre outras, as quais trazem em comum a revelação do acirramento das desigualdades e das segregações e a constatação que definitivamente estão ocorrendo significativas mudanças nas configurações e nas significações das áreas concebidas como *periferias*.

Desta forma, a periferia passa a ser entendida não só como locus da segregação imposta às classes pobres, mas também da auto-segregação de classes abastadas em ‘fuga’ do núcleo metropolitano devido aos fatores de deseconomias de aglomeração. De acordo com essa visão, as periferias brasileiras estariam cada vez menos vinculadas a um conteúdo específico de classe, existindo uma ‘periferia pobre’ e, cada vez mais, uma ‘nova periferia rica’, constituída por condomínios fechados, que estaria transformando e dualizando a periferia tradicional. (SANTOS, R., 2007, s.n.p.)

Nessas novas abordagens de *periferias*, destacava-se a emergência de outros atores sociais. Nesse sentido, descarta-se a teoria da *lumpenização*²⁶ desses espaços da metrópole, pois se verificava não mais tratar-se de um “exército industrial de reserva” do pós-guerra ou somente de uma grande massa de mão-de-obra barata das décadas de 1970 e 1980, ou, ainda, de apenas excluídos.

Começa a ser marcante a presença dos especuladores imobiliários, das empresas e de moradores pertencentes às camadas média e alta na construção de espaços localizados nos entornos, das cidades ou dos aglomerados metropolitanos, com diferentes espacialidades daquelas até então encontradas. No momento em que se deu uma onda de empreendimentos imobiliários, na forma de loteamentos e condomínios residenciais voltados àqueles que buscavam e/ou eram induzidos a querer residir longe de tudo aquilo que se tornara a cidade/metrópole, com congestionamento, violências variadas, poluição, entre tantas outras faces negativas

²⁶ Trata-se da formação de uma camada social carente de consciência política, constituída de pessoas que vivem na miséria extrema, desvinculadas da produção social e que se dedicam a atividades marginais ilícitas como o roubo, a prostituição, a vadiagem, entre outras.

de um aglomerado metropolitano. Em alguns casos, foram chamadas de *periferias auto-segregadas*²⁷.

Redefinem-se os conteúdos econômicos, sociais, políticos e culturais do que vinha se conceituando como a “periferia” dessas cidades, pois se mantém a tendência à extensão contínua dos tecidos urbanos, agora combinando, contraditoriamente, diferentes lógicas e formas de produção e apropriação dos espaços urbanos. (SPOSITO, 2003, s.n.p.)

Caldeira (2000, p. 231-233) enfatizou que, nos últimos anos do século XX, os processos que produziram o padrão *centro-periferia* mudaram substancialmente e que outros tipos de espaços foram gerados por novas forças e por uma diferente distribuição das classes sociais e das atividades econômicas nos espaços metropolitanos brasileiros. Citou o surgimento de condomínios e de loteamentos nos entornos das áreas urbanizadas, fazendo parte de um novo padrão de separação espacial e desigualdade social na cidade, que aos poucos estaria substituindo o padrão dicotômico *centro-periferia*, como diretamente relacionado à questão da riqueza e da pobreza.

Sposito (2003) abordou essa dinâmica socioespacial metropolitana em que novas formatações relativas à questão *centro-periferia* são evidenciadas:

A antiga densificação do centro e o espraiamento da ocupação nas periferias cedem lugar às novas transformações, isto é, novas formas de compor e recompor o par “centro-periferia”. Alguns centros ficam decadentes; áreas valorizadas mesclam-se com formas alternativas de ocupação urbana de baixo valor; determinados bairros sofrem crescente processo de favelização principalmente em áreas ambientalmente frágeis; áreas periféricas conhecem, em seu interior, pontos valorizados que transformam o entorno rapidamente; alguns centros de bairro estão se impondo aos centros tradicionais, em termos de atratividades para empreendimentos sofisticados e especializados, confirmando a idéia de que hoje, mais que antes, a cidade se constrói sobre pontos de fluxos diversos. (SPOSITO, 2003, s.n.p.)

No entanto ainda é constatada a associação do conceito de *periferias* às novas áreas, em termos de ocupação, mais distantes de um pretense *centro*, embasado na premissa de que o aumento da distância eleva os custos de instalação dos vetores da urbanização.

²⁷ Refere-se à transferência residencial de pessoas pertencentes às camadas média e média/alta das áreas “centrais” para o entorno dos aglomerados urbanos/metropolitanos, de forma “induzida voluntariamente”.

Urbanisticamente, a característica-padrão das periferias expressa uma baixa densidade de ocupação do solo e uma alta velocidade de expansão para áreas novas e mais longínquas. Um aumento da distância que eleva os custos, comprometendo a eficiência das administrações públicas e criando regiões onde os problemas da cidade se avolumam.

Socialmente, as periferias urbanas são áreas de concentração de moradias de população de baixa renda [...] e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer. (MOURA & ULTRAMARI, 1991, p.10 e11)

De maneira geral, as *periferias* urbanas são consideradas, no Brasil, como lugares de precariedades, de irregularidades e distantes de um modelo urbano existente nas áreas centrais das cidades, tanto pela morfologia típica, pela precariedade das infraestruturas disponibilizadas e pela distância física quanto pelo padrão social de seus ocupantes.

1.5 CONSTATAÇÃO A CERCA DAS PERIFERIAS NO AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA.

Há marcos significativos que caracterizam o processo de periferização no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. Alguns deles seguem a lógica geral das cidades que sofreram metropolização, outros se apresentam característicos das demais metrópoles latino-americanas, principalmente das brasileiras, e, ainda, há aqueles que lhe são singulares, peculiares de suas especificidades.

Apesar dos processos de metropolização e das formações metropolitanas em curso nos diversos países seguirem uma lógica geral, um *pastiche*²⁸, segundo Castells (2000), eles apresentam significativas peculiaridades capazes de diferenciá-los. Sobre tal aspecto, Castells (2000), ao analisar essas diferentes formas de manifestação do fenômeno metropolitano no mundo, concluiu que a evolução das cidades e a ocorrência da metropolização se manifestam diferentemente, não somente entre as metrópoles de distintos países, mas entre as metrópoles existentes num mesmo país.

²⁸ Castells faz uso desse vocábulo para expressar a imitação de um modelo geral.

Como afirmou Prévôt-Schapira (2000, p. 407), “a globalização não determina uma lógica única de espacialização das atividades; existem formas específicas ligadas aos processos endógenos de produção da cidade”.

Assim, torna-se importante destacar os mais significativos acontecimentos embaixadores dos processos responsáveis pelo quadro de periferização encontrado no Aglomerado Metropolitano de Curitiba e, mais ainda, ressaltar aqueles que podem contribuir para a sustentação de outra forma de se conceber as *Periferias Urbanas*.

Para tanto se elegeu sete abordagens julgadas relevantes:

a) **A busca por uma salubridade para o centro da cidade**

Assim como em Paris, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro entre outras importantes cidades, também foi o que ocorreu em Curitiba, desde o final do século XIX. Uma intensa campanha desenvolvida, no sentido de buscar a tão difundida “salubridade” como ação confirmatória de uma evolução “civilizatória”, para a cidade que se afirmava como a principal do estado paranaense.

A partir de 1890, conforme expõe De Boni (1985), houve uma sistemática e gradual retirada de grande parcela da massa proletária do centro de Curitiba.

A não aplicação do plano de *Taulois*, porém, não significa o abandono das melhorias viárias e paisagísticas da cidade. Estas melhorias se dão, porém, como uma justificativa do saneamento e higienização de Curitiba, principalmente do centro da cidade. Reurbanizar se confunde, nesse momento, com higienizar, e para isso requeria não só a renovação estética, o alargamento das ruas, o ajardinado das praças, o cuidado com as fachadas; requeria, principalmente, limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava como lixo nos velhos casarões [...] a população pobre, suja e feia. (DE BONI, 1985, p. 78)

Esse movimento, referenciado por De Boni (1985), foi chamado de *Reurbanização de Curitiba* e apontado por cronistas e historiadores da época, como Emiliano Pernetta, David Carneiro entre outros, como sinal de progresso e de acréscimo civilizatório para a cidade.

Os pobres e os sapos vão indo cada vez para mais longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando, realmente, ella bem resumia a situação. Estás ahí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino de que falas, e de que eu me recordo: com os pobres vão-se distanciando também as culturas. (VICTOR, 1913, p. 126 e 127)

Essas práticas discriminativas, implantadas em Curitiba no final do século XIX e início do século XX, eram acompanhadas de inúmeros discursos ufanistas, destinados a legitimá-las. Mais do que elitizar o centro, visavam fazê-lo parecer elitizado. Curitiba, do discurso, deveria ser uma cidade harmônica, bela e em franco progresso, o que justificaria a necessidade da regulamentação, da ordenação e normatização do espaço urbano e dos seus moradores. Não existiria, portanto, lugar para os vagabundos, pedintes, maltrapilhos, biscateiros, entre outros tantos pejorativos usados para qualificar os pobres da cidade. Curitiba deveria ser, nos moldes de Buenos Aires, uma cidade “europeia” na América do Sul (POMBO, 1980, p. 123-130), habitada por um povo ordeiro, saudável e trabalhador.

Maricato (2000) inclui Curitiba num rol das principais cidades brasileiras a sofrer reformas urbanísticas no final do século XIX e início do século XX.

[...] lançaram as bases de um urbanismo moderno "à moda" da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. (MARICATO, 2000, p. 22) (grifo incluído)

b) A importância dos fluxos populacionais

Até 1950, Curitiba era a única cidade paranaense a ter mais de 50 mil habitantes, o que correspondia a pouco mais de 8% da população urbana do Paraná (Tabela 1). Nos anos 1980, outros municípios, integrantes de sua região metropolitana, atingiram essa marca com as suas respectivas populações urbanas, como foi o caso de Colombo e de São José dos Pinhais.

Em 2000, a população urbana de Curitiba correspondia a 20% de toda a população urbana do Paraná. A população do AMC a 31,7% e a da RMC, como um todo, a mais de 32%.

Em 2006 (IBGE, 2007), do grupo dos oito municípios²⁹ paranaenses mais populosos, três eram integrantes do AMC, Curitiba, Colombo e São José dos Pinhais. Nesse mesmo ano, o percentual da população urbana de Curitiba em relação à do Paraná baixou para aproximadamente 19%, enquanto houve aumento das participações do AMC, de 31,7% para 33% e da RMC, de 32% para 34%.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA, E DA RMC NA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ

UNIDADE	1950	2000	2007
Curitiba	8%	20%	19%
AMC*	-	31,7%	33%
RMC	-	32%	34%

FONTE: IBGE, Dados Censitários de 1950, 2000 e 2007.

*Considerados os 14 municípios que integram o aglomerado metropolitano, inclusive Curitiba.

Já em 2010 (IBGE 2010), observa-se uma pequena elevação da participação numérica dos cidadãos de Curitiba e uma diminuição do AMC e da RMC, como um todo, no cômputo geral da população urbana paranaense, com relação aos dados referentes ao ano de 2007.

Enquanto a participação de Curitiba na população urbana do Paraná apresentou um pequeno aumento, passando de 19% para 19,6%, a do AMC passou de 33% para 31,9% e a da RMC, como um todo, caiu de 34%, em 2007, para 32,8% em 2010. (Tabela 2).

²⁹ O Paraná possuía, em 2006, apenas oito municípios com mais de 170 mil habitantes (Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais).

TABELA 2 – CURITIBA, AMC E RMC: PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ, 2010

UNIDADE	POPULAÇÃO URBANA EM 2010	% DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ
Curitiba	1.746.896	19,6
AMC	2.750.542	31,9
RMC	2.916.980	32,8
Paraná	8.906.442	100

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados preliminares do Censo 2010

Cabe destacar que os dados levantados em 2006/2007 causam certa desconfiança quanto à precisão, por essa razão, julga-se, salvo melhor juízo, mais interessante basear as análises nos dados obtidos em 2010. Assim, na comparação como os dados de 2000, observa-se uma leve redução da participação de Curitiba, de 20% para 19,6% e um aumento dos percentuais, tanto do AMC (com Curitiba), de 31,7% para 31,9% como da RMC, como um todo, 32% para 32,8%.

A manutenção desses percentuais elevados reflete um intenso fluxo migratório para as cidades paranaenses, em especial para as integrantes do RMC, com destaque, ainda, para as componentes do AMC. Esses fluxos populacionais, em especial na segunda metade do século XX, justificavam-se na medida em que novas práticas capitalistas chegavam aos espaços rurais em crescente polarização pela metrópole curitibana, no caso, paranaenses, catarinenses e em menor intensidade o sul-paulista. Assim, uma superpopulação relativa formada nesses interiores rurais passava, em grande parte, a ser transferida para Curitiba e, principalmente para o seu entorno próximo, na lógica da desruralização compulsória. (Tabela 3).

TABELA 3 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, DO AMC, DA RMC COMO UM TODO E DO ESTADO DO PARANÁ, DE 1970 A 2010

LOCALIDADES	POPULAÇÃO (1970)	POPULAÇÃO (1980)	POPULAÇÃO (1991)	POPULAÇÃO (2000)	POPULAÇÃO (2010)	TAXA DE CRESCIMENTO (1970 a 2010)
Região Metropolitana	1.050.805	1.703.819	2.101.681	2.768.394	3.168.980	2,8
AMC	-	1.368.444	1.960.334	2.608.846	2.988.420	2,64*
Curitiba (município)	584.481	1.024.980	1.315.035	1.587.315	1.746.896	2,77
Estado do Paraná	6.929.821	7.629.849	8.448.713	9.563.458	10.439.601	1,03

FONTE: Organizado pelo autor, a partir dos dados do IBGE: Censos Demográficos

*Refere-se ao período de 1980 a 2010.

Concomitantemente à migração rural-urbana, Curitiba se industrializava e passava a ser um importante polo de atração, capaz de trazer para si e para o seu entorno consideráveis contingentes populacionais desse campo em modernização e de outras cidades de menor porte localizada na sua hinterlândia.

Esse processo foi caracterizado, segundo Delgado, Deschamps e Moura (2004, p. 1), por provocar uma elevada concentração urbana no Paraná, em ritmo acelerado num curto espaço de tempo, tendo Curitiba e as áreas limítrofes como principais destinos para os migrantes.

Ultramarini e Moura (1994, p. 6) afirmaram que o expressivo crescimento da participação da população urbana no Paraná a partir de 1970 marcou a inserção do fenômeno de metropolização no processo de urbanização paranaense.

Com essas dinâmicas, passava a existir uma intensificação de fluxos, populacionais, financeiros, entre outros, convergindo para o espaço curitibano, provocando, conseqüentemente, a necessidade de criação de fixos capazes de dar sustentação a essa grande interconexão com áreas urbanizadas próximas, ou seja, Curitiba e seu entorno passavam a viver um processo de metropolização.

c) A influência da industrialização

A existência de populosos bairros operários em áreas centrais ou próximos a elas, como aqueles da capital paulista, não é observada plenamente na história de Curitiba, em virtude da sua industrialização mais intensa ter ocorrido a partir da década de 1970.

A ruptura na dinâmica industrial ocorreu em 1970, pois foi nesse momento que a estrutura produtiva se alterou sobremaneira, relativizando a grande dependência que existia entre indústria e agropecuária, o que se deu a partir da implantação das indústrias dinâmicas, principalmente relacionadas ao complexo metal-mecânico, concentrados em Curitiba e Araucária, portanto na Região Metropolitana de Curitiba (FIRKOWSKI, 2001, p. 262)

Todavia, Rebouças era o bairro que mais se aproximaria da situação de bairro operário, em função de abrigar a Estação Ferroviária, por ser cortada pela linha férrea e por ter sido estruturado com as presenças marcantes de estabelecimentos industriais e galpões de armazenamento, ligados aos ciclos econômicos da erva-mate, da madeira e do café, principalmente.

Na década de 1940, com a implantação das primeiras medidas de planejamento urbano contidas no Plano Agache³⁰, o bairro Rebouças teve valorizadas as suas características originais e a designação de Área Industrial do Município de Curitiba, não comportando, dessa feita, as residências de seus operários.

Em 1943, surge o Plano Agache, o qual previa crescimento radial, definição de áreas para habitação, serviços e indústrias, reestruturação viária e medidas de saneamento. Em decorrência do Plano Agache, é aprovada a primeira Lei de Zoneamento de Curitiba, em 1953, confirmando a região do Rebouças como distrito industrial da cidade. (AGÊNCIA CURITIBA, 2009, s.n.p.)

Apesar de a concentração industrial ser nítida apenas no bairro Rebouças, há um consenso em afirmar que o processo de industrialização foi para Curitiba o grande motivador da sua transformação socioespacial, capaz de configurá-la, juntamente com parcela do seu entorno, num aglomerado metropolitano.

Entretanto, tal processo só vai criar vulto a partir das décadas de 1960/70, uma vez que, ao longo da primeira metade do século XX, os municípios que viriam a constituir a sua Região Metropolitana se apresentavam incipientes em termos industriais, uma vez que as indústrias estavam fortemente concentradas no município de Curitiba.

Segundo Moura (2009, 147 e 148), as mudanças na base produtiva dos anos 1960, aliadas à política desenvolvimentista dos anos 1970, consolidaram a polaridade da localização industrial em Curitiba e no seu entorno.

Como marcas dessas mudanças se destacam a entrada em funcionamento a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, (REPAR) em Araucária e a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

A CIC foi instalada na região oeste de Curitiba, a 10 km do centro. Seus 43.7 milhões de m² correspondem a 10% da extensão territorial total da cidade. Foram oferecidos incentivos fiscais, como isenção de ICM e IPTU e áreas com financiamento direto e de longo prazo, e físicos (serviços de demarcação de áreas e terraplanagem). (AGÊNCIA CURITIBA, 2009, s.n.p.)

³⁰ O Plano Agache (1941-43) foi desenvolvido, para Curitiba, por Alfred Agache, tendo em vista o seu prestígio no que se refere à implementação de semelhantes projetos em inúmeras cidades, como Chicago, Camberra, Rio de Janeiro, entre outras.

Segundo Nojima *et al.* (2004), iniciativas desse tipo, somadas a outras de menor vulto, proporcionaram uma maior inserção da RMC e do Paraná na economia brasileira e internacional, uma vez que criaram uma base capaz de atrair os grandes grupos empresariais.

No caso específico de Curitiba, verifica-se que a sua industrialização, em maior escala, por ter sido tardia, esteve associada ao fenômeno de metropolização, o que por sua vez foi capaz de agudizar as questões socioespaciais existente nos seus espaços, trazendo, conseqüentemente, a intensificação da periferização.

Firkowski (2001, p. 25), ao analisar a industrialização paranaense pós os anos 1970, concluiu ter ocorrido uma completa ruptura com relação às iniciativas industriais locais incipientes existentes desde o início do século XIX. Essas novas indústrias apresentavam um perfil muito distinto daquele predominante anteriormente, em especial às instaladas na RMC, na medida em que a industrialização se baseava em outro tipo de indústria, uma indústria voltada não apenas para o mercado regional, dessa feita, para o nacional e para o internacional, inclusive com controle acionário externo.

Essa guinada industrial trouxe, para Curitiba e para o seu entorno próximo, empresas, cuja administração e logística contemplavam um modelo em transição, mais eficiente e enxuto, não mais pautado em um *fordismo puro*. Nesse modelo havia certa flexibilização da produção, maior seletividade nas contratações e a diminuição dos estoques, fatores que levavam a uma absorção da mão-de-obra numa ordem inversa a da automação, ou seja, tendia para a redução do número de trabalhadores e para um crescente uso de máquinas. Dessa forma, um seletivo processo se desencadeava; ao mesmo tempo em que a crescente industrialização atraía grandes contingentes de trabalhadores em busca de emprego, os estabelecimentos industriais se voltavam para uma modernização com crescente automação, de tal maneira que não se efetuava a absorção de toda a mão-de-obra disponível. O excesso de pessoas em busca de trabalho promovia uma constante desvalorização da mão-de-obra e, conseqüentemente a redução da remuneração relativa, fato capaz de agudizar as precariedades socioeconômicas da região metropolitana e de corroborar para o processo de periferização.

d) Planejamento urbano e *City marketing*

Paradoxalmente, o tão propagado planejamento urbano desenvolvido em Curitiba, bem como o seu *city marketing* serviram para acentuar a periferização no interior do AMC. As políticas de planejamento urbano e as práticas urbanísticas, com destaque para os Planos Agache, Wilhelm-IPPUC, PDI I e II³¹, bem como para o forte investimento em propaganda e *marketing*, criaram uma imagem favorável à metrópole curitibana, como os títulos bem ilustraram tal ideologia: *Cidade-Modelo*, *Cidade-Ecológica*, *Cidade de Primeiro Mundo*, entre tantos outros, no entanto não foram capazes de resolver os seus graves problemas sociais ou impedir a formação de novos.

O agressivo *city marketing* teve e continua tendo um efeito reverso, pois ao mesmo tempo em que consegue inserir porções do seu aglomerado metropolitano no cenário globalizado das redes de cidades, atraindo para si o grande capital, as empresas e os turistas, atrai também contingentes de pobres em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Esses contingentes vislumbram as qualidades da metrópole curitibana, difundidas por esse *marketing*, no entanto, as contingências socioeconômicas lhes reservam as *periferias*, exatamente o oposto do que lhes foi propagado. Portanto, essa propaganda exacerbada vem ao mesmo tempo acentuando a expulsão dos pobres das áreas em processo de valorização e atraindo novos pobres, transferindo-os ou locando-os no seu entorno e/ou nas suas áreas degradadas ou desvalorizadas e lá os escondendo, em vez de tentar resolver as precariedades socioeconômicas das quais eles são vitimados.

[...] Curitiba centralizava a maioria absoluta das atividades econômicas relevantes, bem como as parcelas mais abastadas da população, “restando” para os demais municípios a população de baixa renda, aquela que não podia pagar o preço das transformações implementadas [...]. Desse modo, o crescimento populacional da Região Metropolitana ocorreu de modo seletivo, perverso e excludente. (FIRKOWSKI, 2001, p. 54)

³¹ A síntese do planejamento urbano desenvolvida pelo IPPUC, a partir das diretrizes de Wilhelm, se baseou no tripé: uso do solo, transporte coletivo e circulação, iniciado a partir de 1975, e os PDI I e II (Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Curitiba), elaborados pela COMEC. O primeiro (I) foi aprovado em 1978 e o segundo (II) em 2002, sendo, atualizado em 2006.

e) O crescimento das ocupações irregulares

A partir dos anos 1970, foi intensificado o crescimento das ocupações irregulares, principalmente em áreas insalubres de Curitiba e no seu entorno imediato. Nesse entorno imediato, as ocupações se concentraram nos limites administrativos, em áreas pertencentes aos municípios limítrofes ao de Curitiba, voltadas socioeconomicamente à metrópole curitibana e não às sedes administrativas das municipalidades nas quais estavam localizadas, geralmente formando bolsões de pobreza.

Nos anos 1990, ocorre um *boom* desse fenômeno no quadrante leste da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), envolvendo principalmente os municípios de Colombo, Campina Grande do Sul, Pinhais e Piraquara.

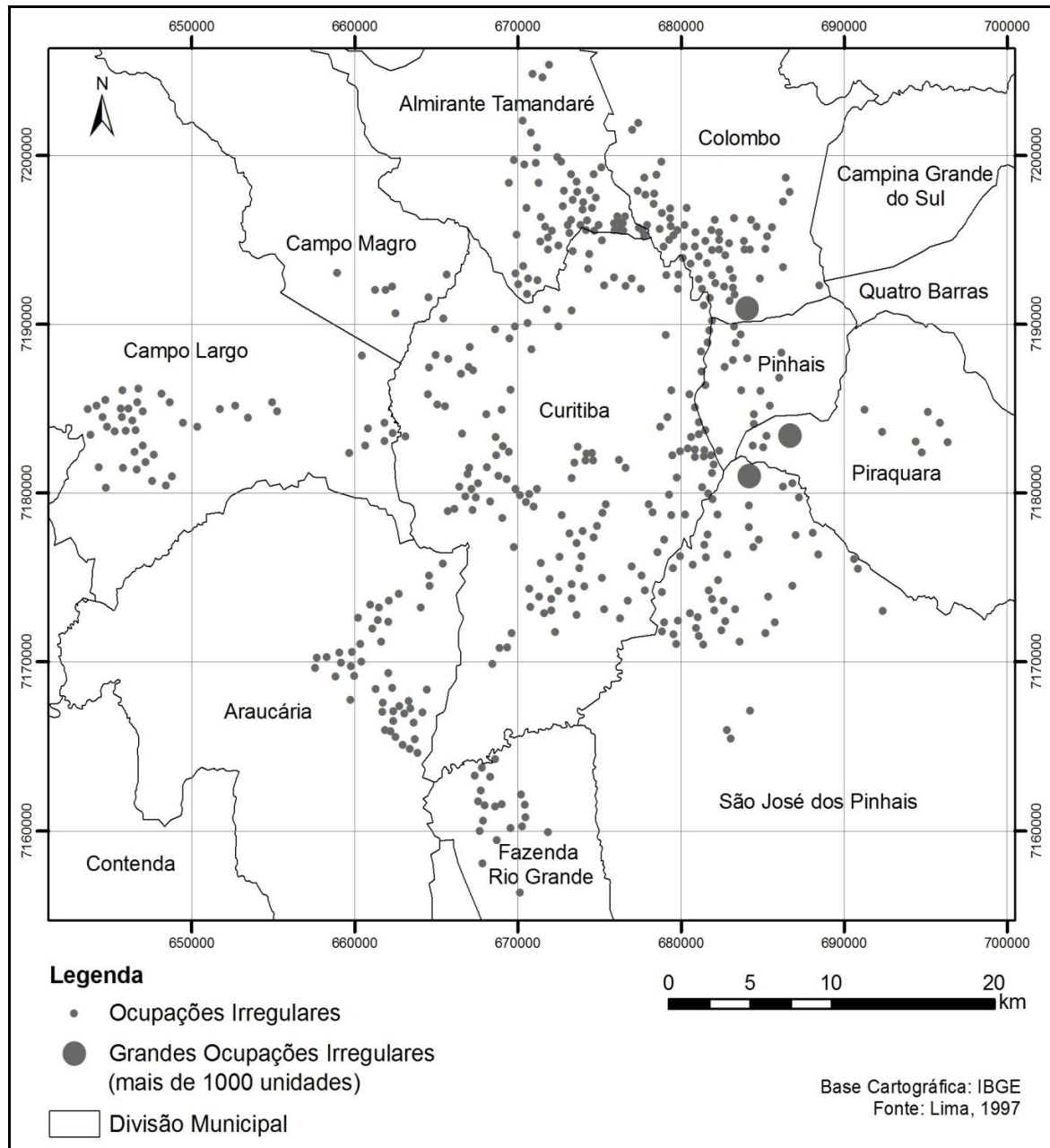
Conforme o levantamento das ocupações irregulares da RMC, feito pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), em 1997³², demonstrado no Mapa 2, os municípios com maior número de pessoas em ocupações irregulares eram: Piraquara, com 26,99%, Almirante Tamandaré, com 25,36%, Colombo, com 23,5% e Pinhais, com 12,72%, do total de seus habitantes.

Na comparação do levantamento de 1992 com o de 1997, constata-se que as taxas de crescimento das ocupações irregulares nos municípios da RMC, excetuando o de Curitiba, tiveram um acréscimo superior a 14%.

No total dos municípios componentes da RMC, excetuando novamente o município de Curitiba, é possível chegar à cifra de 13% do total populacional residindo em situação irregular, contra os índices inferiores a 2% encontrados em Curitiba, nesse mesmo período.

Firkowski (2001, p. 255) relatou a ocorrência de uma significativa redução percentual da participação de Curitiba no conjunto da população residente em áreas de ocupações irregulares na RMC, no período de 1992 e 1998, a qual era proporcional ao aumento dessa população em alguns dos municípios formadores do AMC.

³² Apesar de defasado, esse é o levantamento mais recente. Há um trabalho de doutorado em andamento, pela UFPR, ligado diretamente a temática, no qual se desenvolve a atualização do registro das ocupações irregulares, existentes na RMC.



MAPA 2 – AGLOMERADO METROPOLITANO DE CURITIBA: OCUPAÇÕES IRREGULARES

FONTE: Lima, 2000 (fonte de dados, 1997)

Enquanto a participação de Curitiba caiu de 81% para 64% entre 1992 e 1998, a participação dos demais municípios do aglomerado metropolitano subiu de 11,5% para 26,2%, no mesmo período (Tabela 4).

TABELA 4 – RMC: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR, 1992-1997

OCORRÊNCIA	1992 (PESSOAS)	%	1997 (PESSOAS)	%
No AMC, exceto Curitiba	23.509	11,5	79851	26,2
Em Curitiba	165.438	81	196.699	64
Demais municípios	15.495	7,5	28.500	9,8
Total na RMC	204.442	100	305.050	100

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos dados de LIMA (2000, p. 185)

No entanto, se for considerada a incidência de ocupações irregulares, independentemente do efetivo populacional de moradores, verifica-se que é um problema recorrente, também em Curitiba. Há, nesse município, um grande número de ocupações irregulares, as quais se apresentam espalhadas por todo o seu território administrativo, geralmente localizadas em áreas impróprias à ocupação, pela insalubridade, pela falta de infraestrutura, entre outros fatores, ou ainda, utilizando-se de áreas públicas ou daquelas em situação de litígio.

Pereira e Silva (2007, p. 85), ao abordarem o mercado imobiliário e a estruturação do espaço metropolitano de Curitiba, apresentam o crescimento do número de ocupações irregulares na RMC, conforme a Tabela 5.

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NA RMC

ANO	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE DOMICÍLIOS
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1996	167	33.778
2000	301	57.333
2005	341	62.267

FONTE: Companhia de Habitação Popular de Curitiba (2007, p. 69)

No portal paranaense *BemParaná* (2010), com relação às ocupações irregulares existentes na RMC, é informado que:

Atualmente, não existe um número preciso sobre a quantidade de pessoas vivendo em áreas sem regularização fundiária, em situação precária às margens dos rios, e essa é a primeira etapa que o Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná (MP-PR) quer ultrapassar, e assim cobrar soluções conjuntas dos municípios. Em 1997, estudos mostravam que existiam no Paraná 179 mil famílias vivendo em áreas irregulares. Quase 600 mil pessoas. Na RMC eram 137 mil famílias. Porém, esse número com certeza está defasado hoje. (www.bemparana.com.br, 20 de março de 2010)

Lima (2000, p. 187) afirma que o número de ocupações irregulares nos municípios localizados no setor leste da RMC, entre 1992 e 1998, havia crescido cerca de 4,5 vezes, fato que poderia significar, em média, a instalação de 5.783 pessoas a cada ano, ou um número superior a 15 pessoas, a cada dia desse período considerado.

Esses dados vêm a compor um diagnóstico comprobatório da ineficácia das práticas de planejamento, muito mais propagadas do que efetivamente implementadas, as quais não tiveram o alcance social anunciado e se restringiram apenas a algumas partes do município de Curitiba, apesar da plena constatação do *continuum metropolitano*.

[...] a disseminação de formas precárias de moradia, que a despeito de parecerem menos problemáticas do que as encontradas em grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, são a expressão dos problemas sociais locais, cujas dimensões são também distintas. Tais diferenças só podem ser compreendidas à luz do arranjo particular de características culturais, sociais, históricas, econômicas, políticas, climáticas, geomorfológicas, dentre outras, capazes de produzir espaços singulares, sem que isso amenize o impacto dos problemas existentes. (FIRKOWSKI, 2001, p. 258)

f) A mudança da legislação

A legislação pós-Plano Diretor de Curitiba³³ deu início a uma série de mudanças no uso do solo urbano e rural, não apenas para o município de Curitiba, como também influenciou as legislações das demais municipalidades componentes do AMC. Dessa forma se observam ao longo do período considerado (1984-2010) constantes alterações da legislação do uso do solo urbano e rural, atingindo as áreas em destaque neste trabalho, principalmente as do município de Pinhais, onde foram instalados os CHFs *Alphaville*.

A própria criação do município de Pinhais, pela emancipação de uma porção de Piraquara, conurbada à Curitiba, em 01 de janeiro de 1993, através da Lei Estadual nº 9.906/92, é demonstrativa dos novos arranjos socioespaciais que começavam a atingir o AMC. Pinhais constituía uma porção de Piraquara situada limítrofe à linha demarcatória político-administrativa com o município de Curitiba,

³³ O 1º Plano Diretor de Curitiba (1966) foi aprovado pela Lei n. 2.828/66. Em 2004 foi reformulado para se adequar ao Estatuto da Cidade.

voltada socioeconomicamente muito mais à capital do que ao seu município de origem.

Após a emancipação, esse novo município passou a sofrer uma intensificação das ocupações irregulares das áreas em torno do seu núcleo urbano, uma vez que permaneceu até o início do ano de 1994 sem um zoneamento definido. Foi então que para evitar o alastramento dessas ocupações desordenadas, em especial na sua porção tida como rural, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Pinhais (APA de Pinhais), pelo Decreto nº 134/94, de 14/3/1994.

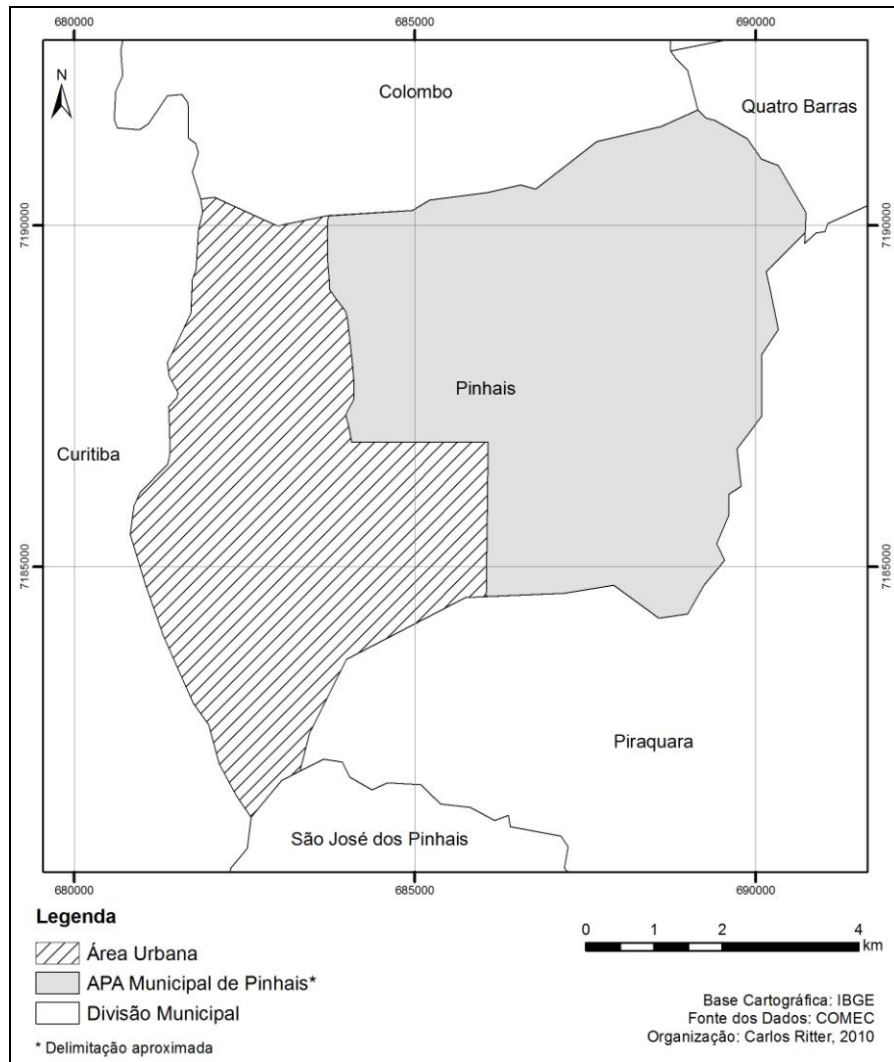
Esse decreto, em seu Art. 1º assegurava:

- a) [...]
- f) controlar o uso e ocupação da terra;
- g) estabelecer critérios racionais de ocupação da área.

A APA de Pinhais correspondia a mais da metade da área total do município (58,4 %), em torno de 35,5 Km², localizada entre o Rio Palmital, margem esquerda, e o Rio Iraí, margem direita, englobando toda a bacia do Rio do Meio. Corresponde a um grande e importante manancial, componente do sistema de captação hídrica do Alto Iguaçu, de suma importância para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba.

Dessa forma, o município de Pinhais, com uma área total de 60,92 Km², passou a ter um macrozoneamento em duas grandes áreas: uma APA de Pinhais, com 58,4%, correspondente a 35,6 Km², e uma Área Urbana, com 41,6%, ou seja, aproximadamente 25,4 Km², conforme está representado no Mapa 3.

O parcelamento do solo na área delimitada como APA passava a ser restritivo, possibilitando a fragmentação em lotes medindo no mínimo 20.000 m². Como respaldo legal, utilizou-se da Lei Estadual nº 8. 935/89, a qual traz como referência o Módulo Rural Mínimo do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Assim, o uso desse espaço ficava bastante restringido, inviabilizando os possíveis loteamentos populares e acentuando a ilegalidade dos lotes, por ventura, instalados.



MAPA 3 – MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, 1994

FONTE: Organizado pelo autor, com base no Projeto do Plano Diretor para o município de Pinhais (1994)

Entretanto a oficialização dessa área de proteção ambiental conseguiu desagradar tanto os proprietários, cujas terras estavam localizadas dentro da APA, como os agentes imobiliários e uma grande massa popular envolvida nos processos de ocupação irregular do solo urbano. Assim as pressões junto ao governo do Estado e à Prefeitura Municipal foram intensificadas, solicitando a modificação da legislação de uso do solo em Pinhais, juntadas com as pressões dos grupos de outras municipalidades que também possuíam partes dos seus territórios enquadrados em APAs com mananciais, como as de São José dos Pinhais, de Quatro Barras, entre outras, levaram a criação, na Assembleia Legislativa do estado do Paraná, do Projeto-Lei nº 98/98. Posteriormente, esse projeto-lei foi transformado

em lei, a Lei Estadual nº 12.248/98, conhecida como *Lei de proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba*.

Contraditoriamente, essa lei respaldou a transformação de parte da APA de Pinhais em uma Unidade Territorial de Planejamento (UTP)³⁴.

O legislativo municipal de Pinhais, com a Lei nº 346/99, regulamentou essa modificação na legislação, oficializando a UPT de Pinhais, bem como modificando o zoneamento de Pinhais, dividindo-o em três partes (Mapa 4):

- a primeira, referente ao Zoneamento Urbano Consolidado (ZUC), com 25,42 Km²;
- a segunda, compreendida como sendo uma Unidade de Planejamento Territorial (UTP de Pinhais), com 23,92 Km²; e
- a terceira, referindo-se à Área de Proteção do Rio Iraí (APA), com 11,58 km².

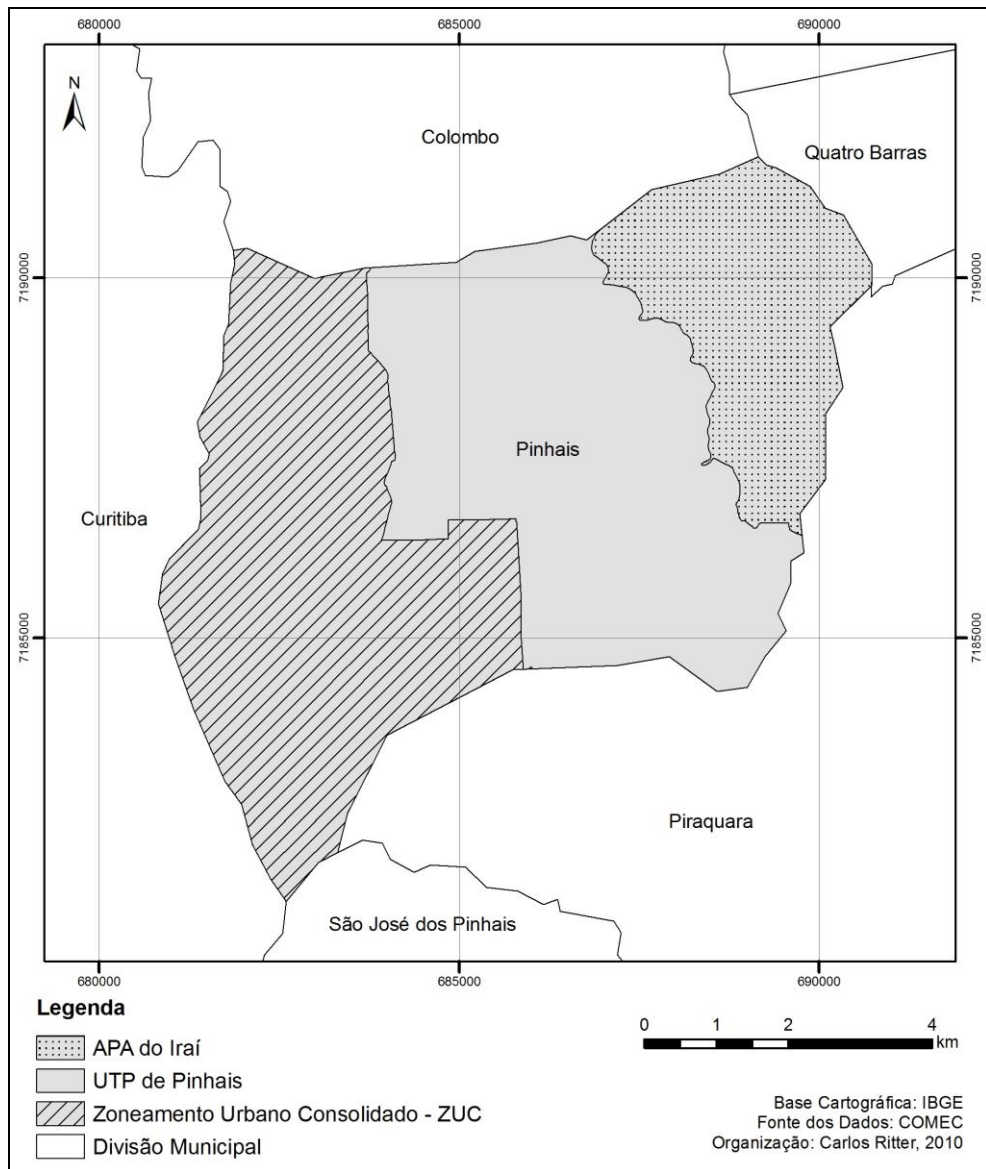
Dessa maneira, em 67,2% da antiga APA de Pinhais passa a vigorar uma legislação abrandada, não mais com as especificidades protecionistas de uma Área de Proteção Ambiental, tidas como obstáculo ao crescimento econômico e a urbanização daquele município, o que permitiu uma maior flexibilidade e consequentes possibilidades especulativas atinentes a uma Unidade Territorial de Planejamento.

A Lei Municipal nº 346/99, em seu Art. 7º estabelece a divisão da UTP de Pinhais, em três grandes áreas (Mapa 5):

- I. de Restrição à Ocupação: as de interesse de preservação com objetivo de promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais, assegurando a manutenção da biodiversidade e a conservação do ecossistema;
- II. de Ocupação Orientada: as comprometidas com processos de parcelamento do solo e aquelas sujeitas à pressão por ocupação, que exijam a intervenção do poder público no sentido de minimizar os efeitos poluidores sobre os mananciais;

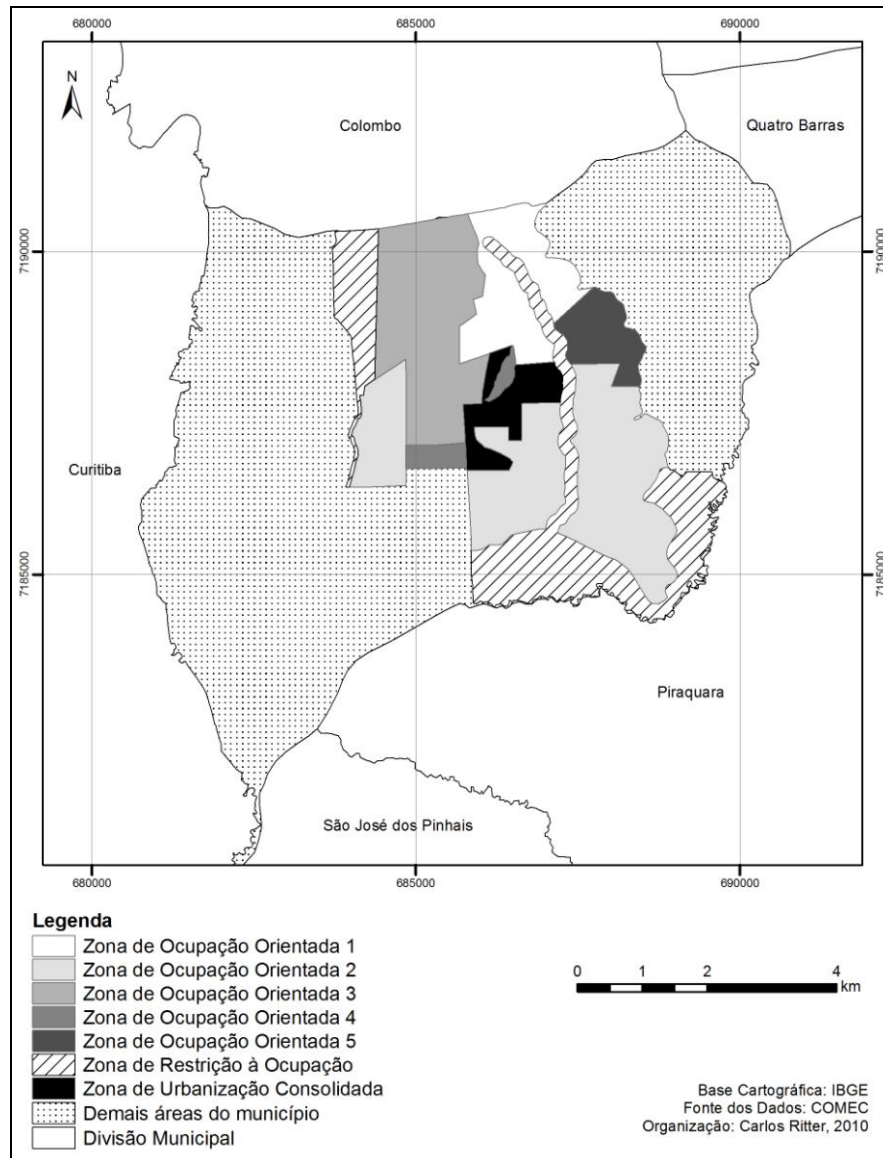
³⁴ As UTPs são unidades territoriais que sofrem pressão por ocupação e estão situados em porções urbanas dos municípios integrantes das áreas de interesse de proteção de mananciais. Em geral, têm a finalidade de efetuar a transição entre áreas urbanas já consolidadas e as áreas de maior restrição ambiental como as APAs, e/ou áreas rurais. (COMEC, 1998).

III. de Urbanização Consolidada: as de interesse de consolidação da ocupação urbana, de maneira a utilizar a infraestrutura já existente e priorizá-las na destinação de recursos para o saneamento, a fim de que se recuperem as atuais condições ambientais.



MAPA 4 – MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, 2010

FONTE: Organizado pelo autor, a partir do Plano Diretor de Pinhais



MAPA 5 – ZONEAMENTO DA UTP DE PINHAIS

FONTE: COMEC, 1999

No Art. 9, dessa mesma lei, as Áreas de Ocupação Orientada são subdivididas em cinco zonas, I a V:

- Zona de Ocupação Orientada I - áreas que por função de preservação nas nascentes do Rio do Meio deverão permanecer com uma baixíssima densidade, onde será estimulada a manutenção dos usos e ocupações, com lotes de 10.000 m²;
- Zona de Ocupação Orientada II - áreas onde será mantida a baixa densidade, com uma fração média de parcelamento de 5.000 m² e lote mínimo de 2.000 m², preservando as condições atuais de ocupação;
- Zona de Ocupação Orientada III - áreas de média densidade de ocupação, onde poderá ocorrer acréscimo de potencial construtivo. Esse acréscimo será de 5% da área líquida dos lotes, com coeficiente

de aproveitamento máximo equivalente a 0,7 em lotes superiores a 2.000 m², desde que apresentado plano de urbanização do imóvel; sendo que nos 95% restantes da área é permitida a subdivisão em fração média de 2.000 m² e lote mínimo de 700 m²;

- Zona de Ocupação Orientada IV - áreas de média densidade de ocupação onde poderá ocorrer aquisição de potencial construtivo em 5% da área líquida dos lotes, com coeficiente de aproveitamento máximo equivalente a 0,5 em lotes superiores a 2.000 m², desde que apresentado plano de urbanização do imóvel; sendo que nos 95% restantes da área é permitido a subdivisão em fração média de 800 m² e lote mínimo de 400 m²;
- Zona de Ocupação Orientada V - áreas que, pela sua especificidade, serão destinadas à troca por potencial construtivo, onde poderá ocorrer reversão dos parâmetros de parcelamento e uso do solo, a critério do poder público municipal.

Cabe ressaltar que os CHFs *Alphaville* foram instalados em Área de Ocupação Orientada III.

As ocupações irregulares das áreas de preservação ambiental, principalmente dos mananciais das regiões leste/nordeste e a responsabilidade nas ações ou nas omissões do Estado, ao possibilitar a transformação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) em Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), tornando-as oficialmente suscetíveis à urbanização, demonstraram que, por trás das decisões políticas, há interesses “maiores” às questões sociais e ambientais, no AMC.

Em resumo, foram realizadas as seguintes mudanças na legislação ambiental-urbana de Pinhais:

- Foi alterado, em maio de 1999, o zoneamento, de Área de Preservação Ambiental para Unidade Territorial de Planejamento;
- Em julho de 1999, foi aprovado e implementado o aumento do perímetro urbano municipal de Pinhais até encontrar o divisor da bacia do Rio Irai;
- Houve readequações pontuais na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo da Unidade Territorial de Planejamento de Pinhais, criada pelo decreto nº 808, de 31 de maio de 1999, buscando redefinir os parâmetros de ocupação e gerando o aumento do coeficiente de aproveitamento daquela unidade. O zoneamento anterior, ainda como APA era bastante restritivo e permitia apenas a implantação de pequenas chácaras, com área mínima de 20.000 m². Essas mudanças permitiram se constituir, na nova UTP, um zoneamento de ocupação orientada nível 3 (ZOO-3), o qual passava a permitir o parcelamento do solo em lotes de 700 m². Isso veio a viabilizar a implantação dos condomínios horizontais fechados de Alphaville, os quais foram

aprovados no ano de 2000 e começaram a ser instalados a partir de julho de 2001.

Tais ocorrências contribuíram para uma mudança de espacialidade naquela área do aglomerado metropolitano, uma vez que atraíram contingentes de camadas socioeconômicas mais elevadas.

O Estado ao instalar as infraestruturas necessárias, fez com que o mercado imobiliário atribuísse maior valorização e interesse para a área. Enfim um somatório de externalidades positivas criadas passou a direcioná-la no caminho da *desperiferização* e colocá-la como portadora de agentes *desperiferizantes*, no momento em que o passou a influir decisivamente no seu entorno, tendendo a empurrar para longe as características periféricas.

Segundo Corrêa (1995, p 32), a ação do Estado, ao implantar infraestrutura urbana em áreas periféricas, desencadeia uma valorização capaz de expulsar alguns dos seus moradores e atrair outros, de extratos sociais superiores aos dos primeiros.

g) *Apropriação do solo urbano e a incorporação de novas áreas ao tecido urbano*

A realidade presente nos aglomerados metropolitanos brasileiros e no caso do curitibano mostra que a periferização não é a única promotora da incorporação de novas áreas aos espaços urbanizados.

Observa-se, cada vez mais, o interesse de corporações empresariais em investir no mercado imobiliário, na forma de loteamentos com condomínios residenciais, áreas de lazer, empreendimentos voltados ao entretenimento, entre outros, sendo instalados nas bordas do Aglomerado Metropolitano de Curitiba. Passam, assim, essas corporações empresariais, a também promover a ampliação do perímetro urbano e o aumento dos *espaços de reserva*, uma vez que os seus empreendimentos são estrategicamente instalados, deixando áreas sem utilização entre o limite das já construídas e o sítio do empreendimento propriamente dito. Dessa forma, com a chegada de infraestrutura ao empreendimento, ocorre uma supervalorização dessas reservas ou *terrenos expectantes*³⁵, tomando-se por

³⁵ Pereira (2004) no seu artigo “As metamorfoses da Cidade Dispersa”. In GEOINOVA, Lisboa, FCSH, n. 10, 2004, p. 129-142, usa esse termo como representativo dos espaços sem infraestrutura, à espera de valorização, situados entre áreas já urbanizadas ou em urbanização.

empréstimo de Pereira (2004), ao se referir à Região Metropolitana de Lisboa em Portugal (RML).

Pereira (2004, p. 135) relata que, no final dos anos 1960, o crescimento suburbano na RML teve duas marcas distintas:

- aglomerados articulados com os principais eixos radiais à cidade-centro.
- urbanização e terrenos expectantes de produção legal e ilegal dispersos pelo território.

A matriz da dispersão estava, assim, lançada nas regiões metropolitanas portuguesas.

Tal relato vem ratificar a constatação de que essa forma de especulação, com o uso de terrenos expectantes, não é exclusividade dos aglomerados metropolitanos brasileiros. O solo urbano é, enquanto mercadoria, desprovido da sua função social, independente da sua localização, em Lisboa, em Curitiba ou em outra qualquer cidade sob a égide capitalista.

Angotti (1999) escreve sobre as desigualdades na apropriação do solo urbano, enfatizando que o mercado privado de terras sempre teve papel determinante na incorporação e no arranjo do espaço, constatação essa ratificada por Moura (2000) para o caso curitibano.

O mercado imobiliário faz com que a atuação do planejador urbano não passe de uma metáfora contrapondo seus princípios de otimizar e coletivizar o uso da terra com a realidade mercadológica de valorizar o solo e obter maior lucratividade na troca. [...] a incorporação de novos espaços ao tecido urbano legal ou ilegalmente está implícita ou explicitamente ligada ao mercado imobiliário. (ANGOTTI, 1999, p. 203)

Nesse contexto, as realidades escolhidas como objeto de estudo: as Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares e os CHFs de *Alphaville*, com suas áreas empresariais e comerciais - frações do AMC - exemplificam os múltiplos processos circunscritos na produção desse espaço metropolitano contemporâneo, por se apresentarem distintos, antagônicos e complementares, mutuamente influenciados e ao mesmo tempo reveladores dessas novas faces de contradições. Esses espaços, quando analisados como na maioria dos trabalhos, explícita ou implicitamente geometrificados, seriam considerados periféricos, por estarem localizados fora de um “centro”, situados num mesmo anel radioconcêntrico, praticamente a uma mesma distância de um pretense e identificável “centro”. Tidos até então como

“periféricos”, são exemplos marcantes da rápida evolução que a teoria consagrada não consegue acompanhar.

Dessa maneira, como já explicitado na Introdução, a análise dessas espacialidades fornece fortes subsídios para a criação de um novo embasamento teórico-metodológico, uma vez que permite uma maior aproximação com o dinamismo e com as sinergias dos processos de *periferização*, *desperiferização* e *reperiferização* ou de *nova periferização*, exemplificados no AMC, os quais são, na atualidade, também encontrados em inúmeras outras áreas metropolizadas.

1.6 OUTRA FORMA DE SE CONCEBER AS PERIFERIAS URBANAS

Com base nas revisões teóricas e nas análises desenvolvidas para esta tese, percebeu-se ser possível e perfeitamente viável a concepção de *periferias urbanas* a partir de um enfoque econômico-social. Para tanto, buscou-se ir além do paradigma que atribui o título de *periferias* às áreas localizadas nas bordas da mancha urbana, simplesmente pelo fato de estarem longe, distantes fisicamente de algum ponto central, uma vez que o distanciamento geométrico não é o determinante das precariedades socioeconômicas e ambientais encontradas nos espaços urbanos, apesar de se constituir, ainda, em um fator a ser considerado.

Elimina-se, assim, a visão mecânica que associa o centro à riqueza e o distante dele – a periferia – à pobreza. Ambos – pobreza e riqueza – estão em todos os lugares, não são particulares do centro do aglomerado, a despeito de sua maior freqüência, assim como a pobreza não é particularidade dos locais mais distantes. (FIRKOWSKI, 2001 p. 258 e 259)

Também, é necessário superar a singularização do termo *periferia*, designativo dessas áreas, uma vez que a heterogeneidade e a velocidade dos seus fenômenos caracterizadores, na condição de adjetivantes das suas espacialidades, acabam por pluralizá-lo. Apresentam-se, essas *periferias*, cada vez mais pelas multiplicidades, sejam elas ligadas às paisagens/morfologias, dependentes dos sítios onde estão instaladas, dos materiais de construção mais disponíveis ou à mescla das bagagens culturais dos seus construtores, sejam ainda, pelo grau de inserção no complexo metropolitano. Tudo dependerá do contexto em que essas *periferias*

são constituídas, enquanto espacialidades peculiares. Assim sendo, parece mais correto tratar de *periferias* e não simplesmente *periferia*.

Como exemplo, pode-se estabelecer uma analogia, na qual uma porção do AMC, tida como periférica, pelo fato de apresentar um quadro socioambiental considerado grave e precário para os padrões locais, é comparada a outra(s) realidade(s) tida(s) também como periférica(s), em outro(s) aglomerado(s) metropolitano(s), brasileiro, latino-americano ou ainda localizado(s) na África Subsaariana, no Sul ou Sudeste Asiático, ou em outra porção do planeta com características acentuadas de miserabilidade, retratadas por Davis (2006), por Saglio-Yatzimirsky (2009), entre outros pesquisadores.

Mumbai, capital econômica da Índia possui 12 milhões de habitantes (19 milhões de habitantes em sua área metropolitana), bate o triste recorde mundial de ter 54% da sua população vivendo em **slums**, ou seja, áreas de moradia degradada e carente, nas quais os habitantes não possuem títulos legais de moradia. Delhi, com 13 milhões de habitantes (21 milhões em sua área metropolitana), segue com 19% da população vivendo em **slums**. (SAGLIO-YATZIMIRSKY, 2009, p. 3)

Num primeiro momento, numa visão generalista, como a da antropóloga Saglio-Yatzimirsky (2009), pode parecer que essas *periferias* se apresentam da mesma forma, principalmente, pelos países tidos como pobres; ou ainda que as *favelas* estão sendo homogeneizadas pelas ondas globalizantes, como pode transparecer na obra *Planeta Favela*, de Davis (2006), na qual se identifica um excessivo uso da justificação da favelização pelo viés dos macrossistemas socioeconômicos e produtivos, não focando a possibilidade analítica das favelas pela perspectiva urbana/metropolitana em que elas se inserem, ou mesmo por meio da mobilidade (des)(re)territorializante existente de forma preponderantemente na configuração intraurbana/metropolitana de cada país.

Cabe ressaltar que não necessariamente todas as *favelas* se constituem em *periferias*, uma vez que, para o caso brasileiro, o principal fator caracterizador não é a anamorfose ou a precariedade socioeconômica, mas sim a ilegalidade da posse da terra, com a apropriação de áreas, geralmente, inadequadas para a habitação humana, como já foi exposto em tópicos anteriores. Assim sendo pode-se ter as mesmas precariedades em áreas legalmente ocupadas, não caracterizadas como favelas, para os padrões brasileiros; em situação oposta, ter-se uma acentuada melhoria nos quadros socioeconômico e socioambiental, um alinhamento em termos

de padrões urbanísticos, mantendo-se a ilegalidade da posse da terra. Não é essa, portanto, a situação *sine qua non*, apesar de tal situação não ser a regra e sim a exceção, pelo menos para o caso brasileiro.

Na comparação proposta é possível se perceber inúmeras diferenciações, com relação à simbologia dos lugares escolhidos, mesmo que se tenham morfologias assemelhadas pela padronização globalizante.

Os fixos presentes e os fluxos dominantes, em um e em outro(s), terão ritmos e valores semiológicos próprios, nos quais os signos, os significantes e as (re)significações serão distintos, no momento em que são regidos por diferentes processos de (re)construções identitárias, presentes nas diferenças político-culturais dos seus atores, enfim, essas *periferias* poderão ter paisagens semelhantes, porém, terão espacialidades diferenciadas.

Todavia, apesar das especificidades, essas áreas trazem algo que permite tê-las como periféricas - a situação de precariedade socioambiental, a informalidade, e o grau de “inferioridade urbana relativa”, tendo por referência o entorno urbano no qual estão inseridas.

Assim, no ensejo dessa comparação hipotética, é possível resgatar o entendimento de Santos (1988), ratificando o emprego das categorias: *forma, função, processo e estrutura*, no qual esse autor coloca que ter-se-ão diferentes espaços, mesmo que as paisagens não sejam alteradas, que as formas não sofram mutação e as configurações territoriais não sejam modificadas, o transcurso histórico se encarregará de proporcionar diferentes espaços.

Ressalta-se que a justificativa para se ter “a partir de um só, esses diferentes espaços” está na mutabilidade dos valores socioculturais, na qual novos processos e novas funções farão com que se tenham variadas leituras e releituras, e conseqüentemente diferentes interpretações e reinterpretações desse espaço.

Uma mesma paisagem com as mesmas formas e com as mesmas configurações territoriais pode apresentar, ao longo do tempo ou com a troca de seus atores, processos, estruturas e funções diversas.

Com relação à colocação inicial, tida como paradigma reinante, de que as *periferias* estariam localizadas nas extremidades do aglomerado metropolitano, percebe-se que as estratégias do mercado imobiliário e as novas tendências da contemporaneidade vêm quebrando paulatinamente esse modelo, principalmente para os principais aglomerados metropolitanos brasileiros.

Já é possível encontrar, no espaço metropolitano brasileiro, bairros localizados em áreas recém incorporadas, de urbanização recente, longe das tradicionais centralidades econômicas, comerciais e financeiras das cidades principais, bem aparelhados em termos de urbanização, ou seja, com boas estruturas de serviços, de saneamento, de energia elétrica, de telecomunicações, entre outras. Bairros esses, cuja ocupação se dá por integrantes das camadas econômico-sociais média/alta e alta. No recorte espacial focado neste trabalho, os condomínios horizontais fechados de *Alphaville*, com as suas áreas residenciais, comerciais e empresariais, bem exemplificam essa nova tendência.

Por outro lado, não só nos entornos físicos se propagam as *periferias*, como também nas áreas internas dos aglomerados metropolitanos marcadas pela insalubridade, como nos lixões desativados, nos fundos de vales sujeitos a inundação, entre outras, ou naquelas áreas enquadradas como de proteção ambiental, como os morros, os mananciais, margens dos rios, entre outras.

Dessa forma, tais constatações reforçam a grande necessidade das revisões e das atualizações teóricas e metodológicas já mencionadas no início deste trabalho.

As *periferias* são construídas ou configuradas, na maioria das vezes, contrariando as leis do uso do solo urbano, como se os seus agentes estivessem alheios às normas legais existentes para a ocupação ou para o parcelamento daqueles espaços sob processo de (peri)urbanização. Num sentido mais amplo, verifica-se que as *periferias* ainda materializam o que Davis (2006) chamou de *informalização do proletariado*.

A lógica do modo de produção e apropriação do espaço urbano trazia, até então, como modelo, as *periferias* com uma aparente espontaneidade em suas construções e conseqüente morfologias anárquicas ou então como frutos da decadência de certas áreas urbanas, em função da desvalorização econômico-social. Esse modelo começa a ser quebrado também nos aglomerados metropolitanos brasileiros. A junção de interesses variados criava espaços intraurbanos, suburbanos e/ou periurbanos cujas diferenças não podem ser percebidas com tanta facilidade, diferentes daqueles do passado, os quais eram facilmente identificáveis.

Áreas que já apresentaram boa infraestrutura e que até chegaram a ser centralidades, num tempo passado, podem constituir-se hoje em *periferias*, por não

terem acompanhado as necessidades da modernidade ou por terem sido constrangidas, excluídas pela modernidade ou pela pós-modernidade ou então, como exemplo oposto, pode-se encontrar áreas “geometricamente” localizadas nas bordas, nos limites territoriais de um aglomerado metropolitano, agora não mais enquadradas como *periferias*.

Tal situação é justificada pelo fato de fazerem parte de uma arquitetura do grande capital e da ação efetiva do Estado, ressaltadas pelo conjunto de externalidades positivas de interesse globalizante, contempladas por grandes investimentos econômicos, contando com a presença de hipermercados, de empreendimentos de lazer ou de complexos empresariais e residenciais, com escritórios, comércio e condomínios horizontais fechados de luxo, entre outras tantas modalidades. Essas áreas, nesse contexto, não mais configuram *periferias* e muitas vezes tendem a ser novas centralidades.

Ao ser disponibilizada infraestrutura básica, ao se promover uma regularização fundiária, ao se diminuir a submissão e a defasagem socioeconômica, ao se elevar o *status*, enfim ao se urbanizar áreas tidas como *periferias*, por motivações diversas, principalmente econômico-políticas, tudo isso faz com que elas não se enquadrem mais como *periferias*. Esse momento, portanto, passa a caracterizar outro processo, ou seja, o de *desperiferização*.

É observado também que muitos daqueles que habitavam essas áreas, enquanto *periferias*, deixam-nas durante o processo de urbanização-regularização, passando a residir em outras áreas, novas ou não, geralmente por processos de ocupação marcada pela ilegalidade, reproduzindo, nessas novas áreas, as mesmas precariedades socioambientais daquelas que eles abandonam, configurando assim uma *reperiferização* ou *nova periferização*.

A aparência urbana, principalmente a metropolitana, revela a essência da interação de inúmeros elementos, entre eles, segundo Moura & Ultramari, (2001, p.14 e 15), destacam-se três:

- a) o *capital*, determinando o custo da terra e impondo a necessária concentração de atividades e de mão-de-obra para seu próprio crescimento;
- b) o *Estado*, representado pela ação do poder público, tentando propiciar serviços e condições básicos para a sobrevivência e oferta de mão-de-obra, garantindo, assim, o desempenho da economia;
- c) a *força de trabalho*, que é quem ocupa e vive a desordem representada pela periferia.

Esses autores acrescentam que o capital, o Estado e a força de trabalho se combinam e se alteram, direcionando o crescimento, dando feição na estruturação da cidade. E, antes de tudo, fazem da urbanização a forma da expansão do lucro.

Percebe-se, também, que continua válido o apontamento de Maricato (1977) com relação à *renda diferencial da terra*, como importante fator definidor das *periferias*. No entanto, o baixo preço ou a maior facilidade de apropriação de certas áreas do espaço metropolitano vem atraindo cada vez mais o “grande negócio”, não apenas os agentes formadores das *periferias*.

Sabe-se hoje que os processos de adensamento, parcelamento e ocupação do solo urbano e a conversão do rural em urbano, ou apenas em periurbano se dão em maior proporção para atender aos interesses especulativos, do que para satisfazer às concretas necessidades ocasionadas pelo aumento populacional. Ou então, que a omissão do Estado, seja nas instâncias municipal, estadual ou federal, frente às ocupações indevidas de áreas impróprias dos aglomerados metropolitanos, para fins principalmente residenciais, exemplifica o descaso e os nítidos interesses econômicos e político-eleitoreiros reinantes.

Com os processos de conurbação e comutação, os aglomerados metropolitanos, como *unidade urbana*³⁶/*metropolitana*, passam a apresentar um tecido urbano cada vez mais distendido, cujas bordas das cidades principais se juntam às das outras, nem sempre com as mesmas infraestruturas. Normalmente, o tecido urbano da cidade principal é conectado às partes limítrofes dos municípios componentes do aglomerado metropolitano, em que reinam condições precárias de urbanização, em virtude do fato de esses espaços concentrarem, na maioria das vezes, um contingente de mão-de-obra barata e/ou de excluídos voltado muito mais a essa cidade principal do que à cidade onde residem. Nesse caso, segundo Julien (2000), envolve as relações domicílio-trabalho entre a cidade, enquanto *unidade urbana*, e seus componentes não-contíguos, configurando uma *aglomeração funcional*.

³⁶ O Institut National de la Statistique Économique et des Études Économiques (INSEE), da França, um similar do IBGE, guardadas as devidas particularidades, introduziu duas formas de enfoque para o fenômeno metropolitano: a *Unidade Urbana*, que se refere ao espaço contínuo construído e a *Área Urbana* que considera a aglomeração funcional, com componentes não contíguos. Essas duas formas podem ser também aplicadas para as áreas metropolitanas brasileiras.

Essas áreas, pelas territorialidades, pelas deficiências de infraestruturas, pela distância social de suas qualidades de vida podem ser configuradas como *periferias*. No entanto, há uma tendência com apelo até *ecologizado* que pode colocá-las como um importante filão de mercado, capaz de trazer-lhes as condições estruturais exigidas para a instalação dos empreendimentos das grandes empresas e ainda, em alguns casos, com força suficiente para transformá-las em centralidades comerciais, empresariais, residenciais ou tudo isso junto – em *Edge Cities*³⁷, fato esse que as eximiria do título de *periferias*.

Tais investimentos valorizam a terra que anteriormente fora esterilizada por um longo período de tempo. Estas terras da “periferia”, com condições ecológicas diferenciadas são destinadas à população de *status*. Os proprietários fundiários tornam-se também promotores imobiliários, loteando, vendendo e construindo casas de luxo. (grifo e aspas incluídos) (CORRÊA, 1995, p. 18)

Outro ponto a se ressaltar diz respeito ao fim dos intensos fluxos populacionais do campo para as cidades, principalmente para os aglomerados metropolitanos brasileiros, uma vez que o conceito de *periferia(s)* estava intimamente associado ao êxodo rural. Esses contingentes, uma vez expulsos do campo, eram atraídos pelos inúmeros predicados atribuídos à metrópole, porém, ao chegarem, viam-se desqualificados e, principalmente, descapitalizados a ocupá-la, conseqüentemente, passavam a fazer parte das suas franjas, do seu entorno ou das suas áreas interiores ignoradas ou até mesmo rejeitadas, momentaneamente, pela especulação imobiliária, pelo baixo preço, pela insalubridade, entre outros fatores.

Atualmente, esse fluxo de pessoas, do espaço rural direcionado para as cidades, é pouco significativo no Brasil ou então a sua rarefação o retira das principais análises generalizantes. O que se tem, de forma mais expressiva, são as migrações intraurbanas e intrametropolitanas, uma vez que a metrópole e a pós-metrópole produzem pobres e reproduzem a pobreza nos seus interiores, portanto as *periferias* atuais estão intimamente ligadas a esses últimos fluxos migratórios.

Dessa forma, as *periferias* não devem ser concebidas pela simples localização na região urbana/metropolitana, mas pelas espacialidades formadas em

³⁷ Trata-se das cidades “fora” da cidade, ou seja, empreendimentos empresariais, com escritórios, comércio entre outras funcionalidades e também residenciais localizados fora dos perímetros urbanos ou então em áreas do entorno de uma metrópole. Não há registro no Brasil da concretização efetiva de *Edge Cities*, apenas de processos ainda embrionários desse fenômeno.

função das suas qualificações socioeconômicas e culturais, de maneira que o interesse contemporâneo recaia não só no teor das suas materialidades, como na subjetividade das suas potencialidades.

Segundo Domingues (1994/5, p.7)

A “distância” ao centro é, assim, uma distância sociológica [...]. Essa distância é, por isso, definida por um afastamento real e simbólico a um “efeito urbano” (identificado pelos indicadores referidos), independentemente da sua posição geográfica no contexto da metrópole: assim, pode estar localizado numa área tida como central, como, de resto, é muito típico do “ghetto” nas cidades dos EUA ou dos centros históricos degradados de algumas cidades europeias.

Apesar de carregar alguns resquícios funcionalistas neopositivistas, e de abordar uma realidade ora europeia ora estadunidense, esse autor começa a apresentar elementos para uma nova construção epistemológica para o termo *periferias*, também válidas para o caso curitibano atual.

Portanto, é viável se afirmar que as *periferias* são caracterizadas cada vez mais por outros contextos, não aqueles mensuráveis simplesmente por quilometragem ou marcação de anéis, coroas ou outro qualquer representativo geométrico.

Esses novos contextos devem estar alicerçados nas condições e nas contradições econômico-sociais dos seus moradores, estabelecidas pelas ausências ou precariedades de infraestruturas básicas tidas como padrão naquele contexto espaço-temporal, pelas múltiplas territorialidades (in)formalizadas, pela estigmatização social, estabelecidas e reestabelecidas, pelo *tempo lento* dos homens hegemônicos pelos “acontecimentos capitalistas”, como teorizou Santos (2002), enfim, pelas suas espacialidades.

Nessa abordagem proposta, as *periferias* se materializam em espaços com espacialidades caracterizadas, não só, por um grau deficitário no que se refere a um padrão de urbanização reinante, não sendo portadoras dos mesmos equipamentos e da mesma lógica urbanística do seu entorno, por estarem aquém em termos de infraestrutura, de serviços, de comércio e de moradia, mas também por não serem possuidoras do mesmo *status* ou da mesma aceitação, fatos que as coloca num nítido distanciamento socioeconômico com relação ao restante metropolitano.

A deficiência de equipamentos, a subjetividade do seu *status* enquanto *periferias*, contingencia-as a uma situação de submissão e a um grau de dependência

com relação a um espaço urbano intermediário predominante e às possíveis centralidades existentes.

As *periferias* podem ser concebidas a partir do fato de estarem às margens, todavia, às margens de um universo referencial baseado nas questões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Portanto, no espaço intrametropolitano são criadas e recriadas constantes hierarquizações, motivadas cada vez mais pelas subjetividades econômico-sociais e culturais do que pelo simples distanciamento centrífugo geometrificado, embaçador das teorias clássicas e funcionalistas.

Esses fatores fazem com que se estabeleçam fluxos e também barreiras entre essas áreas deficitárias com os entornos mais bem equipados e de melhor *status*. Essas barreiras e também o volume e a intensidade comutantes fornecem pistas do grau de dependência e das precariedades reinantes nessas *periferias*.

As *periferias*, ao passo que são os locais possíveis à massa cada vez maior de pessoas expulsas pelo mercado fundiário urbano legal, são, também, objeto de crescente interesse do mercado especulativo dentro das tendências da contemporaneidade. Todos esses fatores trazem um crescente aumento dos espaços periferizados e ao mesmo tempo uma aceleração da efemeridade de suas respectivas espacialidades. Dessa forma, é possível encontrar *periferização, desperiferização e reperiferização* ou *nova periferização*.

É importante lembrar que as *periferias*, antes de qualquer conceituação, são representações de um complexo materializado e simbólico, ao mesmo tempo, das arquiteturas econômico/social/político/cultural reinantes, com nítida conotação de negação ou de ausência.

As *periferias* podem ser ainda um fetiche, uma espécie de encantamento negativo que transpassa a espacialização caracterizada por critérios de contiguidade-proximidade física ou apenas de precariedade e de deficiência em infraestrutura. Sendo, sobretudo, a materialização e a semiologia de uma condição psicossocial espacializada, capaz de ir além da simples oposição aos deslumbramentos que povoam o repertório urbanístico clássico e funcionalista usualmente utilizado.

2 OS REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA

O fenômeno da *metropolização* no Brasil se confunde com o da *grande cidade*; não só a *grande cidade* tende a ser metrópole, como as cidades de características metropolitanas passam a ser núcleos de atração e a formar aglomerados metropolitanos.

Diferente da Europa, onde não necessariamente uma metrópole é uma *grande cidade*, sob o aspecto demográfico, no Brasil, metrópole é aquela cidade/aglomeração urbana que se sobressai, não apenas pelo grande número de habitantes, mas também pela extensão territorial e pelas ações de comando e capacidade de polarização.

As metrópoles se distinguem no espaço urbano brasileiro principalmente pela diversidade e pela maior complexidade das infraestruturas e dos equipamentos urbanos, além da presença mais intensa de atividades financeiras, de gestão e de informação, uma vez que o universo urbano brasileiro permanece marcado por uma série de precariedades e por grande heterogeneidade. Nesse contexto, as metrópoles brasileiras se tornam mais atrativas se comparadas às demais formas e conteúdos urbanos, o que as levam a ter ampliados os seus universos populacional e territorial.

Concorda-se com Souza (2003, p. 32) que, em sua obra *o ABC do desenvolvimento urbano*, assim define uma metrópole.

Uma aglomeração urbana se forma quando duas ou mais cidades passam a atuar como um “minissistema urbano, em escala local, ou seja, seus vínculos se tornam muitíssimo fortes (...). Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se como uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole. (grifo incluído).³⁸

Nessa lógica, Curitiba, ao crescer, passou a polarizar o seu entorno e a ampliar a sua influência no âmbito regional, tornando-se metrópole. Nesse processo,

³⁸ Como toda regra tem exceções, cabe destacar Manaus-AM até a pouco tempo era uma metrópole, sem no entanto constituir uma aglomeração metropolitana pelo fato de não existir conurbação ou médio/alto grau de integração com outra área urbanizada, pertencente a uma diferente municipalidade.

passou a sofrer junção espacial com os tecidos urbanos das outras municipalidades do seu entorno, também em expansão, e a ter crescente intensificação dos fluxos com essa hinterlândia, principalmente, de pessoas, mercadorias, capital e informação, passando assim a compor um aglomerado metropolitano.

Na Figura 2 estão sintetizados os processos de expansão e de transbordamento do tecido urbano-metropolitano de Curitiba, no período de 1965 a 2000, como também os municípios componentes da sua região metropolitana inseridos nesses processos.

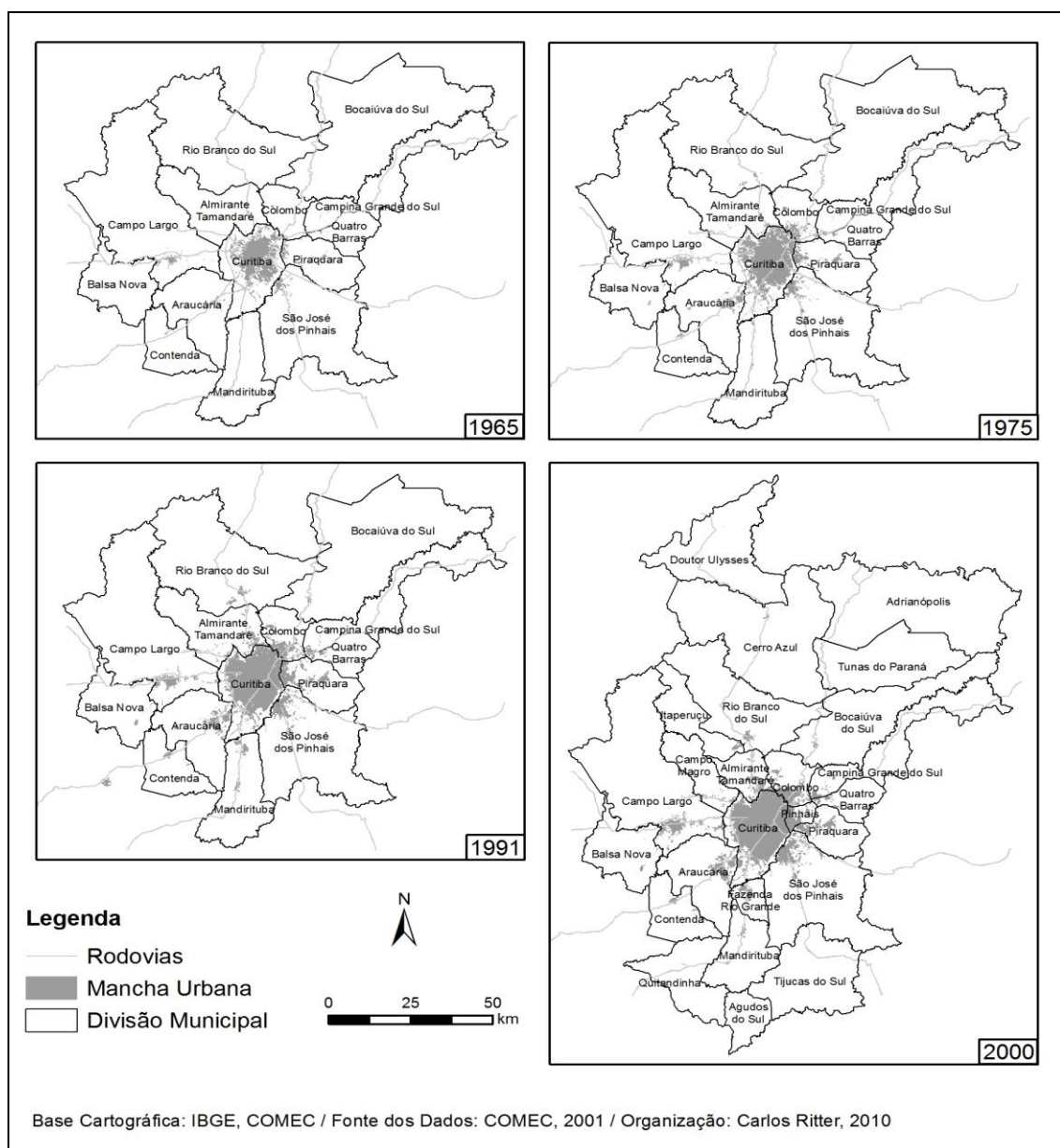


FIGURA 2– EXPANSÃO URBANO-METROPOLITANA DE CURITIBA, NO PERÍODO DE 1965 A 2000

FONTE: COMEC, 2001

No final do século passado, houve a disseminação desses fenômenos, *crescimento e metropolização*, principalmente nos países não desenvolvidos, em que a urbanização sob o aspecto demográfico é mais intensa.

Assim, a sociedade brasileira não só se urbaniza, como também permanece se metropolizando.

As metrópoles, ao desempenharem um importante papel no contexto urbano global, exercem forte influência nas redes de cidades que polarizam e ao mesmo tempo interagem em redes urbanas mais complexas, de maior escala. Dessa maneira, a urbanização de Curitiba começou a ter, na forma metropolitana, a sua realização a partir da década de 1970; porém, a concretização só seria alcançada mais tarde, a partir da década de 1990.

Ainda em meados das décadas de 1980, começou a emergir no mundo uma nova lógica metropolitana, fruto de uma série de efervescências político-econômicas: choques do petróleo, fim da Guerra Fria, aceleração do processo de globalização econômica, ondas neoliberalizantes com políticas macro de liberalização econômica, intensificação de fluxos de capitais e informações. Enfim, um novo ordenamento mundial foi se estabelecendo, e com ele significativas mudanças nos espaços metropolitanos mundiais.

Pode-se enfocar uma problemática econômico-política, social e cultural com especificidades metropolitanas, ao mesmo tempo em que é geral, por refletir fenômenos globais, carrega também características próprias de espaços regionais e das peculiaridades locais. Esse novo estágio, chamado de *metropolização contemporânea*, apresenta inúmeros condicionantes e desafios, principalmente em países como o Brasil, em que há, no seu quadro econômico-social, grandes discrepâncias. Foi, então, neste contexto que ocorreu a metropolização de Curitiba, num misto de atraso, modernidade e pós-modernidade.

[...] o processo de metropolização (*de Curitiba*) assume significado real apenas na década de 90, quando parcelas significativas das atividades econômicas [...] e da população passam a se distribuir pelos municípios componentes do aglomerado metropolitano [...]. (FIRKOWSKI, 2001, p. 15)

Uma metropolização “tardia” a de Curitiba, porém ocorrida num ritmo acelerado, mesmo para o histórico urbano brasileiro.

Curitiba se destacou no cenário nacional, especialmente na década de 1980, não apenas pelo grande crescimento populacional da sua Região Metropolitana, mas pelo fato desse aumento de população se dar concomitantemente com a redução da população rural e com o fraco crescimento populacional registrado no Estado do Paraná, como um todo.

Tal ocorrência foi devida, principalmente, à grande evasão da população rural paranaense para outros Estados da Federação ou para as áreas urbanas do próprio Estado.

A chamada modernização do espaço rural no Paraná, somada às políticas de incentivo à ocupação da fronteira norte do país, e o início de um novo ciclo de industrialização, entre outros fatores, são apontados como justificadores da rápida metropolização de Curitiba.

Todas as outras RM's tiveram uma taxa de crescimento, na década de 80, bastante inferior à da década de 70. [...]. Apesar disso, três RM's se mantiveram num patamar de crescimento que pode ser considerado elevado: Curitiba (3,64), Fortaleza (3,49), e Salvador (3,18). É interessante constatar que as duas RM's de maior crescimento — Curitiba e Fortaleza — são, coincidentemente, as que teriam tido, pelo menos na apreciação da imprensa nacional e internacional, o maior êxito na resolução dos seus problemas administrativos e sociais. O crescimento da RM de Curitiba é particularmente notável em vista do reduzidíssimo aumento populacional no resto do estado. Essa verdadeira metropolização da população paranaense mereceria maior reflexão. (MARTINE, 1994, p. 31)

Como afirmou Martine (1994, p. 18),

Sem dúvida alguma, o fenômeno mais marcante da trajetória populacional da região Sul na década de 80 foi, portanto, o baixíssimo crescimento do estado do Paraná. Os dados do censo de 1980 já tinham espantado os observadores quando mostraram que a área rural tinha tido uma redução absoluta de 1,3 milhão de pessoas durante a década de 70. Esta cifra, descontado o crescimento vegetativo, se traduzia numa emigração estimada de 2,5 milhões de pessoas do campo paranaense.

Apesar desse baixo crescimento populacional apresentado pelo Estado do Paraná, a RMC apresentou o maior crescimento populacional dentre as nove regiões

metropolitanas brasileiras institucionalizadas (1973/74)³⁹, no somatório das três últimas décadas do século XX.

Como Aglomeração Metropolitana⁴⁰, Curitiba virou o século XX com a 4ª maior taxa geométrica de crescimento populacional acumulada nas três últimas décadas desse século, cujo universo de comparação foram as doze principais aglomerações metropolitanas brasileiras. Ficou com a 4ª mais elevada taxa de crescimento anual acumulado, na década 1970, 6ª posição no período de 1980/91 e com a 3ª maior taxa entre 1991/2000, conforme a Tabela 6.

No cômputo geral das três décadas consideradas (1970-2000), a taxa de crescimento populacional da Aglomeração Metropolitana de Curitiba foi superada apenas pelas registradas nas aglomerações metropolitanas de Brasília⁴¹, Goiânia, e Campinas, como se pode observar no Gráfico 1.

Retornando ao conceito de Aglomerado Metropolitano⁴², constata-se que dos 26 municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, quatorze compõem o seu aglomerado metropolitano, ou seja, treze têm suas áreas urbanas conurbadas e/ou mais intensamente comutadas a Curitiba, incluindo ainda, algumas porções descontínuas, porém próximas e de médio ou elevado grau de integração, formando assim o AMC, conforme foi apresentado na Introdução deste trabalho.

³⁹ Lei Complementar nº 14, de 08 de julho de 1973 - Institucionalização de 08 Regiões Metropolitanas, entre elas a RMC; Lei Complementar. nº 20, de 01 de julho de 1974 - Institucionalização da RMRJ.

⁴⁰ Trata-se de um arranjo de cidades em um espaço regional dotado de intensas e recíprocas relações sociais e econômicas entre as unidades político-administrativas que a compõem. Moura e Ultramari (1994, p. 125) afirmam que as Aglomerações Urbanas são configuradas, principalmente, pela comutação diária entre cidades, isto é, ao “desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único”. Quando a Aglomeração Urbana é presidida por uma metrópole, ela se torna Aglomeração Metropolitana.

⁴¹ Cabe ressaltar que Brasília integra, oficialmente, uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), ou seja, uma espécie de região metropolitana englobando municipalidades de mais de uma unidade federativa. Há uma legislação federal específica para a criação de RIDE, a qual delimita os municípios que a integrarão e fixa as competências assumidas por um colegiado que deverá ser formado para administrá-la. Sua criação está prevista “nos artigos 21 (inciso IX), 43 e 48 (inciso IV) da Constituição Federal”. A primeira RIDE estabelecida foi a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Em 2002, foram instituídas duas novas RIDEs, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina e Juazeiro e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

⁴² Ver nota de rodapé nº 1..

TABELA 6 – PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (1970/2000)

AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS de	1970/80	POSIÇÃO	1980/91	POSIÇÃO	1991/2000	POSIÇÃO	TX CRESC. (1970/2000)	POSIÇÃO
Brasília	8,05	1ª	3,5	2ª	3,74	1ª	5,05	1ª
Goiânia	6,64	3ª	3,7	1º	3,29	2º	4,54	2ª
Campinas	6,6	2ª	3,48	3ª	2,49	5º	4,2	3ª
Curitiba	5,84	4ª	3,04	6ª	3,23	3ª	4,01	4ª
Fortaleza	4,28	10ª	3,36	4ª	2,44	6ª	3,38	5ª
Belém	4,31	9ª	2,92	7ª	2,82	4ª	3,34	6ª
Salvador	4,43	8ª	3,18	5ª	2,14	8ª	3,28	7ª
Belo Horizonte	4,73	5ª	2,54	8ª	2,34	7ª	3,19	8ª
São Paulo	4,46	6ª	1,87	10ª	1,62	10ª	2,65	9ª
Porto Alegre	3,79	11ª	2,5	9ª	1,62	9ª	2,64	10ª
Recife	2,95	12ª	1,86	11ª	1,46	11ª	2,1	11ª
Rio de Janeiro	2,44	7ª	1,02	12ª	1,15	12ª	1,53	12ª

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos dados apresentados por BRITO (2006)

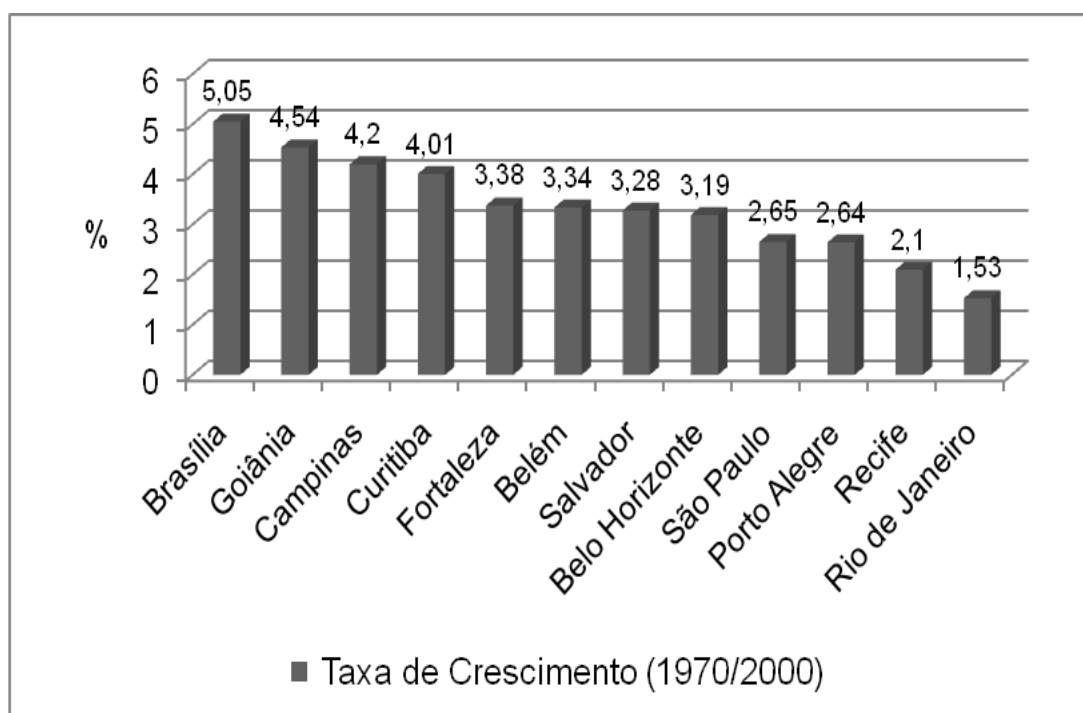


GRÁFICO 1 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DAS PRINCIPAIS AGLOMERAÇÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS (1970/2000)

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir dos dados apresentados por BRITO (2006)

Firkowski (2001) defende e explica o uso do recorte AMC para a apreensão do processo de metropolização:

[...] o recorte espacial constituído pelo aglomerado metropolitano permite uma visão mais precisa da expressão espacial que assume em Curitiba o processo de metropolização, distanciando-se dos limites da Região Metropolitana. Por outro lado, a apreensão do processo tampouco se resume a explicação simplista do extravasamento de Curitiba sobre as áreas vizinhas, pois isso significa a delimitação, *a priori*, de seus limites. Essa visão tende a privilegiar não a dinâmica do processo, mas os limites político-administrativos estabelecidos, estes sim, podem ser transpostos, pois são rigidamente definidos. Trata-se, portanto, de dois limites de naturezas distintas, um político-administrativo, portanto legal e o outro de fato. (FIRKOWSKI, 2001, p. 141)

Esse aglomerado metropolitano corresponde à metrópole de Curitiba, uma vez que essa metrópole, segundo os estudos desenvolvidos pelo IBGE para a identificação das Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008, p. 16 e 17), é composta por quase⁴³ todos os municípios que conformam sua Área de Concentração de População (ACP)⁴⁴. O AMC envolve, além de Curitiba, os seguintes municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

A ACP de Curitiba, por sua vez, é composta por Curitiba mais porções de treze municípios do seu Entorno Imediato⁴⁵.

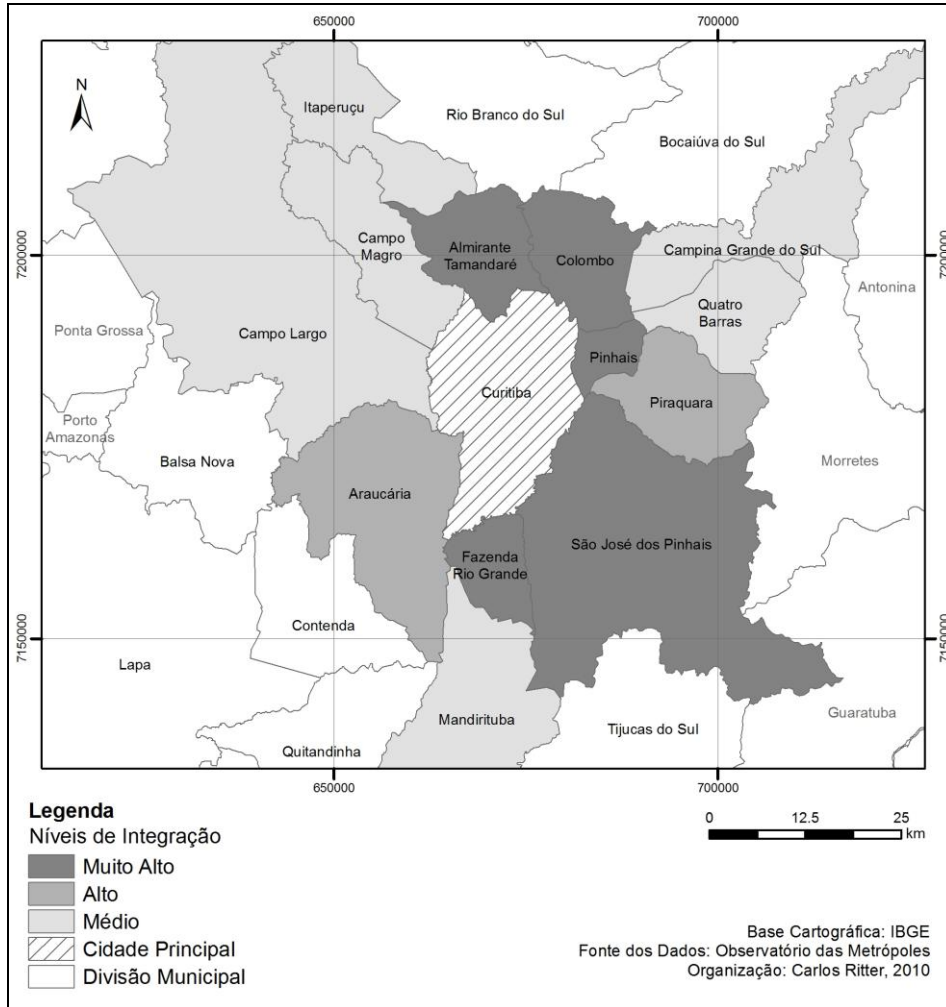
Também há certa equivalência do AMC com as classificações feitas pelo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009) quanto ao conjunto de quatorze dos vinte e seis municípios da Região Metropolitana de Curitiba com níveis de integração considerados “muito alto”, “alto” e “médio”.

Dessa forma, tem-se a seguinte classificação para os municípios componentes do AMC (Mapa 6 e Quadro 1)

⁴³ O município de Mandirituba apesar de compor a ACP de Curitiba, não consta na relação dos integrantes do AMC. Dentre os 14 integrantes do AMC, consta Rio Branco do Sul e não Mandirituba.

⁴⁴ Conforme o IBGE (2008, p.12), as ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumem o nome do município da capital, ou do município de maior população.

⁴⁵ Para efeitos de análise, o IBGE considerou o entorno metropolitano em duas escalas: *Entorno Imediato*, composto pelos 14 municípios da Área de Concentração de População (ACP) de Curitiba; e o *Entorno Mais Distante*, com os demais municípios da Mesorregião Metropolitana.



MAPA 6 – NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: Organizado pelo autor, com base nas informações do Observatório das Metrôpoles.

MUNICÍPIOS DA RMC	TOTAL	NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO
Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais	5	Muito alto
Araucária e Piraquara	2	Alto
Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Itaperuçu, Mandirituba e Quatro Barras	6	Médio
Curitiba	1	Principal cidade do Aglomerado Metropolitano

QUADRO 1 – NÍVEL DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO AMC

FONTE: Organizado pelo autor, 2009, a partir das informações do Observatório das Metrôpoles

Relacionadas a esse processo de metropolização, que ainda não cessou, pelo contrário se apresenta muito ativo no AMC, selecionou-se quatro temáticas julgadas relevantes para a contextualização deste trabalho:

- O aumento do tecido urbano e o crescimento populacional do AMC;
- A cidade-região de Curitiba;
- Os efeitos da *Globalização* e da *Glocalização* no AMC;
- As repercussões sociais do processo de metropolização de Curitiba.

2.1 O AUMENTO DO TECIDO URBANO E O CRESCIMENTO POPULACIONAL DO AMC

Em pouco tempo, a junção espacial e a intensificação dos fluxos entre Curitiba e as áreas urbanizadas da sua hinterlândia próxima deram origem a mais um aglomerado metropolitano no Brasil, o de Curitiba, e com ele inúmeros fenômenos socioespaciais complementares e contraditórios se tornam evidentes, principalmente aqueles que começaram a contrariar os paradigmas predominantes de um crescimento horizontalizado para o tecido urbano, denominado na literatura acadêmica internacional de *urban sprawl*, ou na tradução *espraçamento urbano*.

No entanto, pela grande distância entre a concepção original e a sua efetiva existência no cenário das cidades brasileiras, o uso do termo *urban sprawl* não se mostrava muito apropriado. Poderia ser usado, quase que em licença poética. Ele, até a década de 1980, não deveria ser confundido com a expansão do tecido urbano encontrada nas principais metrópoles brasileiras e muito menos com o conceito de periferização, mesmo que acompanhado da adjetivação terceiromundista.

O *sprawl*, na literatura internacional, é relacionado às características que mais o aproxima de uma suburbanização nos moldes estadunidenses, no entanto é utilizado para retratar o crescimento horizontal das cidades brasileiras e ainda por estar em processo de construção conceitual, pelo menos no Brasil. Todavia ele é, segundo Ojima (2006), amplamente referenciado nos trabalhos produzidos no Brasil, sem que se tenha a devida preocupação conceitual.

Entre as distinções, [...], está a estreita vinculação espacial que é dada pelos estudos de *sprawl* e que não são apropriados pelos estudos brasileiros que abordam o processo de periferização. Em termos gerais, a periferização da população urbana brasileira esteve sempre vinculada a um simultâneo processo de segregação e exclusão social e, desse modo, concentrou seus esforços teóricos e metodológicos para compreender estes processos. (OJIMA, 2006, p. 6)

Ao mesmo tempo em que o crescimento do tecido urbano dos aglomerados metropolitanos brasileiros, pautado na precariedade e nas diferenças socioeconômicas, permanece evidenciando os problemas intrínsecos às suas questões político-econômicas históricas, novos modelos de ocupação e de ampliação dos seus entornos são evidenciados, oriundos das urgências da modernidade ou da pós-modernidade.

Os entornos, além de abrigarem um grande e crescente número de pessoas vitimadas pela degradação social, passam também a contar, em termos residenciais, com integrantes das camadas médias e média/alta, pela “fortificação”, em Condomínios Horizontais Fechados. Assim, essa nova configuração, vem a dar certa legitimidade ao emprego do termo *sprawl*, em se tratando dos novos cenários metropolitanos brasileiros.

Os integrantes desses CHFs são induzidos a optar pela espacialização do entorno dos aglomerados metropolitanos na qual têm a promessa de uma espacialidade especial, capaz de oferecer uma vida longe dos problemas da cidade, livres das alturas dos edifícios, próxima à natureza, com maior segurança, enfim uma melhor qualidade de vida, e ainda, somado a tudo isso a elevação do *status* social, como fator de grande peso.

Somados ao enfoque residencial, inúmeros outros empreendimentos nos setores comerciais, empresariais e industriais passam, cada vez mais, a fazer uso dos entornos dos aglomerados metropolitanos.

Nesse novo contexto urbano-metropolitano, falar de espraiamento ou *urban sprawl* para o caso brasileiro, ou especificamente para o caso curitibano, acompanhado ou não da adjetivação terceiromundista, já não parece tão absurda ou tão distante do cenário que se delineia.

Outro enfoque importante a se destacar é que o novo ordenamento mundial, ao trazer, para Curitiba, *nova onda de industrialização* e de *terciarização do aparato produtivo*, provocou e continua provocando uma acentuada recuperação da sua tendência ao crescimento metropolitano, uma vez que as principais atividades

industriais, na lógica da nova fase do capitalismo, informacional como diria Milton Santos, tem clara preferência por se localizar nas áreas metropolitanas, deixando para a sua cidade principal, as atividades cognitivas e financeiras das empresas.

De Mattos (1999) constatou em seus estudos uma tendência de concentração do novo poder econômico e a preferência, em termos de localização das principais atividades industriais e terciárias, pelas Áreas Metropolitanas, o que comprovaria a continuidade do processo de metropolização.

Al mismo tiempo se produjo una progresiva reindustrialización y terciarización del aparato productivo. Al mismo tiempo se produjo una progresiva recuperación de la tendencia a la concentración metropolitana, en la que tanto el comando del nuevo poder económico, como las principales actividades industriales y terciarias mostraron una preferencia por localizarse en Area Metropolitana. (DE MATTOS, 1999, p. 1)

Mesmo por se tratar de uma referência à expansão metropolitana em Santiago do Chile, tal processo evidenciado por De Mattos (1999) também é válido para outras áreas metropolitanas, como é o caso da de Curitiba.

Firkowski (2001) e Carlos (2008) já haviam retratado fenômenos parecidos para Curitiba e para São Paulo, respectivamente.

[...] a ocorrência do processo em duas escalas: a *nacional*, passível de inserção do Paraná, e a *metropolitana*, que, ao contrário de São Paulo, não redundava na interiorização da indústria, mas sim num novo padrão de localização industrial no interior da Região Metropolitana de Curitiba, portanto distinto do anterior que era centrado em Curitiba (município). (FIRKOWSKI, 2001, p. 82)

Significa dizer que, de um lado, o processo de reprodução da metrópole sinaliza um movimento em direção à realização do mundial anunciado pela extensão do capitalismo a partir de novas exigências; a principal indicaria o movimento da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, trazendo como consequência a necessidade da produção de lugares na metrópole capazes de criar as condições de sua realização. (CARLOS, 2008, p.32 e 33)

Carlos (2008), ao analisar a metrópole de São Paulo, constata uma nova dinâmica espacial, a qual também pode ser aplicada à Curitiba, respeitadas as suas especificidades, uma vez que o deslocamento do setor industrial se realiza com sua substituição pelas atividades de serviços e comércio modernos e com a consequente expansão do eixo empresarial-comercial da metrópole.

Tal constatação revela um novo conteúdo urbano para a metrópole de Curitiba: o crescimento dos serviços modernos continua mantendo forte ligação com o processo industrial de extensão global, especialmente em países industrializados.

Contudo, diferentemente do que ocorre em cidades do mundo desenvolvido, a internacionalização em Curitiba relaciona-se de forma direta com a implantação da indústria automobilística, em particular as montadoras Renault e Audi/Volkswagen e seus fornecedores. Com o desencadeamento desse processo, inúmeras atividades antes controladas por capitais locais ou regionais passaram para o âmbito de grandes empresas de atuação nacional ou global, seja através da aquisição, seja através da implantação ou mesmo da composição entre ambas as possibilidades. (FIRKOWSKI, 2004, p. 93)

Essa dinâmica tende a refuncionalizar o AMC, tanto a cidade de Curitiba quanto as demais componentes desse aglomerado. A primeira tende a se tornar um espaço seletivo, concentrando funções cognitivas, as outras tendem a receber os estabelecimentos industriais, comerciais, empresariais e residenciais relocados de Curitiba ou nelas originalmente instalados, atendendo, assim, aos novos atributos exigidos para a sua inserção no mundo globalizado.

Assim, enquanto essas transformações estão em curso, a delimitação dos circuitos econômicos urbanos (SANTOS, 1979-a), no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, torna-se cada vez mais limitada em suas características econômicas e, mais efêmeros, esses circuitos, em suas territorializações, por estarem inseridos em espaços com evidências de fractalidade, seja pela ocorrência de “urban sprawl terceiro-mundista”, de *gentrificação*⁴⁶ ou por outros processos de revitalização, de reurbanização em voga ou mesmo de *periferização*, *desperiferização* ou *reperiferização*.

Já é possível evoluir quanto aos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, o *superior* e o *inferior*, esboçados por Santos em 1979, em sua obra *O Espaço Dividido*, uma vez que a complexidade da metropolização contemporânea traz novos elementos para a análise, os quais ainda não haviam sido evidenciados no espaço urbano brasileiro, quando da concepção de tal teoria pelo autor. Entre esses elementos, encontra-se a volatilidade das espacialidades, cada vez mais acentuada, motivada pela possibilidade ou pela pressão exercida

⁴⁶ Rigol (2008, p.98), em seu artigo intitulado *A Gentrification: Conceito e Método*, conceitua gentrificação como um processo de requalificação dos “centros” das cidades, capaz de promover o retorno das classes média e alta.

pelo mercado imobiliário especulativo, o qual tem a capacidade de estabelecer os rápidos processos de valorização, desvalorização ou revalorização e consequente atração ou repulsão de pessoas de camadas socioeconômicas diferenciadas.

A existência de uma cidade principal, cada vez mais seletiva e ao mesmo tempo atrativa provoca o redirecionamento dos grandes contingentes populacionais. Esses contingentes são atraídos pela metrópole, porém locados em suas áreas desvalorizadas, impróprias ou até insalubres, existentes no seu interior e nas suas bordas.

Em sua maioria, esses grandes contingentes são de pessoas vitimadas por variados problemas, podendo ser de natureza política, étnica, religiosa, e principalmente econômica, os quais passam a constituir comunidades moradoras de *cortiços*, de *guetos*, de *favelas*, entre tantas outras formas de espacialização desses redutos políticos, étnico-religiosos ou apenas socioeconômicos, como é caso dos encontrados na Curitiba atual e no seu entorno.

Podem ser identificados nas áreas de urbanização mais antiga ou compondo um mosaico urbano mais recente do AMC, criados ou proliferados, principalmente na década de 1980, em virtude da mais difundida do que efetivamente concretizada crise metropolitana.

A tendência predominante é que esses contingentes sejam direcionados para as bordas da mancha urbana, apesar de existirem inúmeros exemplos da ocupação de áreas centrais por representantes desses grupos, na forma de ocupações irregulares, principalmente.

No entanto, além de uma população acometida por precariedades socioeconômicas, já se percebe a presença, tímida ainda em termos quantitativos, de pessoas de outras camadas sociais residindo, também, nos entornos desse aglomerado metropolitano. Fato que contribui para o início da desconstrução da lógica clássica, predominante para a realidade brasileira, que preconiza a discriminação e a fragmentação do espaço urbano, na qual há o direcionamento dos moradores pobres das áreas de urbanização mais antiga para o entorno do tecido urbano, cuja incorporação é mais recente.

Ao mesmo tempo em que se teoriza uma *metapolização*⁴⁷, ainda se observa uma intensa periferização, não apenas nos núcleos ou nas bordas, respectivamente, mas possíveis de serem encontradas, também, em outras partes da mancha urbana, o que dificulta, de certa forma, precisar quantitativamente e qualitativamente tais ocorrências, principalmente da periferização, uma vez que os dados disponíveis, em sua maioria, são concebidos com enfoques duais e aprisionados nas unidades político-administrativas, e as poucas ações, com esse objetivo, são desenvolvidas de forma não integrada.

Quanto à questão do crescimento populacional, um dos principais motivadores do aumento do tecido urbano, foi verificado que nas regiões metropolitanas brasileiras, no intervalo de 2000 a 2007, com base no Censo 2000 e nos dados preliminares de 2007, do IBGE, que a *Taxa de Crescimento* estava na casa de 1% a.a. para os municípios intitulados de *idades-polo*, e para os seus demais municípios os valores estavam próximos aos 3% a.a.

Porém esses valores não se confirmaram ao serem confrontados com os obtidos a partir das informações preliminares do Censo Demográfico (IBGE, 2010). No intervalo de 2000 a 2010, obteve-se para as *idades-polo* taxas geométricas de crescimento populacional, em média, inferiores a 1% a.a. e para os municípios integrantes, entre 1 a 2% a.a..

No entanto, quando a preocupação central está no aglomerado metropolitano e não na região metropolitana, permanece a constatação de que a computação do contingente populacional é feita, sem se distinguir, para esse fim, a verdadeira espacialização da *Unidade Urbana*, ou seja, das áreas contínuas e intensamente aglomeradas, independentemente de qual municipalidade pertençam. O que se faz, normalmente, é considerar os municípios integrantes de um aglomerado metropolitano com todos os seus habitantes, independentemente se estão residindo em uma área não contínua ou de baixa integração com o núcleo conurbado.

A maior aproximação para o caso curitibano, mesmo que não totalmente condizente com a realidade, é encontrada nas informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o qual constantemente analisa

⁴⁷ Trata-se de um processo que tem como resultado a produção de *Métapolis*, uma aglutinação da palavra *méta-metrópolis* (metametrópole), utilizada por Ascher (1995), resultante de uma pós-metropolização, da extrapolação e da evolução do espaço metropolizado na contemporaneidade.

e trabalha os dados dos últimos censos demográficos do IBGE, referentes ao Paraná.

Sabe-se, porém, que na maioria dos casos de aglomeração metropolitana existentes no Brasil, a área efetivamente conurbada e comutada não corresponde exatamente à área total dos municípios integrantes do aglomerado metropolitano, uma vez que nesses municípios podem existir áreas de baixa integração com o núcleo conurbado, assim, podem ocorrer imprecisões nos dados colhidos, pois nem toda a população dessas unidades deve/deveria ser computada.

Mesmo com essas defasagens, os dados disponíveis são relevantes para se situar o AMC, com ou sem Curitiba, nos universos da RMC e do estado do Paraná, conforme é apresentado na Tabela 7.

TABELA 7 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL, 1991, 2000 E 2010

UNIDADES	POPULAÇÃO (1991)	POPULAÇÃO (2000)	TAXA DE CRESCIMENTO (1991-2000)	POPULAÇÃO (2010)	TAXA DE CRESCIMENTO (2000-2010)
AMC	1.960.334	2.608.846	3,23	2.988.420	1,37
AMC, exceto Curitiba	645.299	1.021.531	5,24	1.241.524	1,97
Curitiba	1.315.035	1.587.315	2,11	1.746.896	0,96
Demais municípios da RMC	141.347	159.548	1,35	180.560	1,24
Total da RMC	2.101.681	2.768.394	3,11	3.168.980	1,36
Paraná	8.448.713	9.563.458	1,39	10.439.601	0,73

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados do Censo Demográfico, 2010, do IBGE

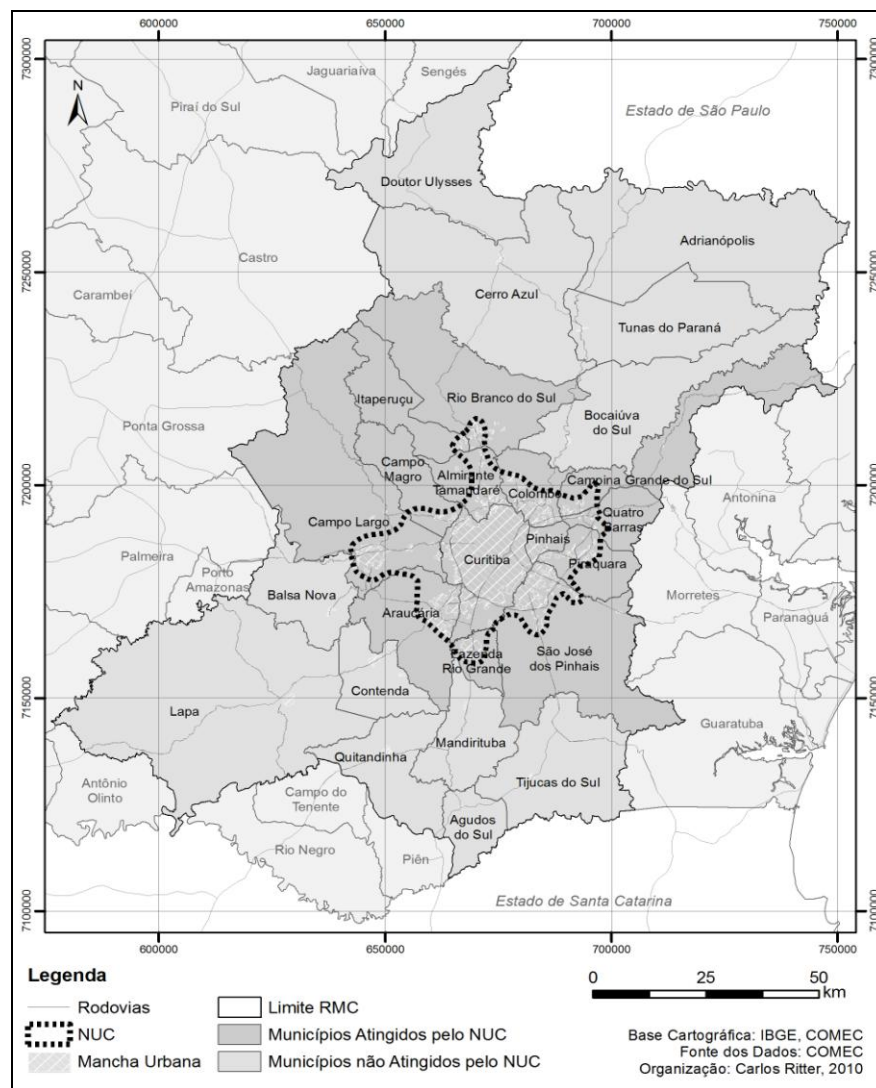
Com base nos efetivos populacionais apresentados na TABELA 7, constatam-se diferenças e quedas dos ritmos do crescimento populacional nas unidades enfocadas. Os valores expostos vêm a ratificar a permanência de um maior crescimento proporcional no conjunto dos integrantes do AMC, excetuando Curitiba, quando comparado às das demais unidades analisadas.

Fica demonstrado que, nos períodos considerados, a taxa geométrica de crescimento populacional do AMC esteve maior que a da RMC, como um todo, e também que a população da RMC continuou a crescer num ritmo bem mais acelerado que a do município de Curitiba ou a de todo o estado do Paraná, o que comprova a permanência ativa do fenômeno da metropolização nessa região.

Todavia o uso desses números pode comprometer, de certa forma, conclusões mais apuradas sobre os fenômenos socioespaciais desencadeados por

esses acréscimos populacionais, principalmente no que se refere ao AMC, uma vez que foram obtidos tomando-se por base a delimitação político-administrativa dos municípios, e, também pelo fato do próprio AMC ser formado por áreas conurbadas e comutadas de quatorze municípios.

Nesse caminho a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) realizou, para a RMC, um trabalho no sentido de delimitar a espacialização das áreas conurbadas e de maior conexão, estabelecendo assim o Núcleo Urbano Central da RMC (NUC), representado no Mapa 7, sem, no entanto, considerá-lo como uma unidade para fins censitários, conforme o constante do PDI II atualizado em 2006 (COMEC, 2006).



MAPA 7 - NÚCLEO URBANO CENTRAL DA RMC

FONTE: COMEC - PDI, com atualizações de 2006.

Firkowski (2001) afirmou que a consolidação da mancha urbana para além dos limites político-administrativos de Curitiba se deu na década de 1990, e que essa consolidação pode ser medida pelo crescimento populacional acelerado dos municípios da sua região metropolitana. A autora, usando dados do IBGE, apresentou a taxa geométrica de crescimento anual da população do município de Curitiba sendo de 1,82% entre 1996 e 2000 e dos demais municípios componentes da RMC bem superiores, como, por exemplo, o de Piraquara, de 8,53%; Fazenda Rio Grande, 8,34%; de Pinhais, 4,84%; de Colombo, 4,51%, entre outros.

Como já foi exposto, com base nos dados do Censo 2010 do IBGE, mesmo que ainda preliminares, foi possível rever os percentuais referentes às taxas geométricas de crescimento populacional, de maneira que se constatou para Curitiba, no intervalo dos anos de 2000 a 2010, uma redução, se comparadas às apresentadas por Firkowski (2001) referentes ao período de 1996 a 2000. Para Curitiba ficou em 0,96% a.a. e, para os demais municípios integrantes do AMC, a taxa caiu para 1,97% a.a., como já exposto na Tabela 7.

Dos municípios integrantes do AMC, destaca-se Fazenda Rio Grande⁴⁸, que passou a apresentar, para o intervalo de 2000 a 2010, uma taxa de crescimento de 2,65% a.a., Piraquara com 2,50% a.a., Pinhais⁴⁹ com 1,30% a.a., Colombo com 1,51% a.a., entre outros.

Ao ser considerado um intervalo de tempo maior, por exemplo, desde a década de 1970, quando a metropolização de Curitiba tomava vulto, observa-se que o crescimento populacional dos municípios do entorno já era bem mais acentuado que o do município de Curitiba.

Para exemplificar esse maior crescimento, na Tabela 8 são comparadas as taxas de crescimento de Curitiba com as dos municípios de Piraquara e de Colombo, no período de 1970-1991, pelo fato desses últimos virem a abrigar os CHFs de *Alphaville* e as Vilas Zumbi e Liberdade, respectivamente.

⁴⁸ Em 26 de janeiro de 1990, através da Lei Estadual nº 9.213, sancionada pelo então governador Álvaro Fernandes Dias, foi criado o município de Fazenda Rio Grande, desmembrado de Mandirituba.

⁴⁹ Em 18 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9.906, houve a criação do município de Pinhais, desmembrado de Piraquara.

TABELA 8 – COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL, 1970-1991

Municípios	População em 1970 (hab)	População em 1980 (hab)	Taxa de crescimento (1970-1980) (% a.a.)	População em 1991 (hab)	Taxa de Crescimento (1980-1991) (% a.a.)
Colombo	19.258	62.881	12,6	117.767	5,9
Piraquara	21.253	70.640	12,8	106.882	3,8
Curitiba	584.481	1.024.975	5,3	1.315.035	2,3

FONTE: Organizado pelo autor, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991

O crescimento populacional do AMC, assim como ocorre nos demais aglomerados metropolitanos brasileiros, vai aos poucos sendo desvinculado do fenômeno da desruralização⁵⁰, apesar de ainda se constatar, no Brasil, municípios perdendo população, principalmente população rural ou então crescendo à taxas menores que 1%, o que mal cobre o crescimento vegetativo. Não se trata mais daquela transferência populacional do campo para as áreas urbanas, como ocorrera na segunda metade de século XX, no Brasil, ou como está ocorrendo intensamente nos países africanos e em grande parte dos asiáticos.

A principal transferência populacional se dá no interior dos aglomerados metropolitanos, das cidades principais para as áreas pobres dos seus entornos, ou pela transferência intraurbana de população das cidades pequenas para as médias e grandes e, principalmente, para as áreas metropolitanas, fenômeno chamado de *emigração intraurbana e intrametropolitana*, por Brito (2006).

O comparativo representado no Gráfico 2 permite uma noção mais exata das diferentes taxas geométricas de crescimento anual de população entre Curitiba, Piraquara e Colombo, nas últimas quatro décadas.

Além da obtenção quantitativa desses contingentes populacionais, com o uso de números absolutos e de taxas de crescimento calculadas, entre outras ações do gênero, importante se faz o adequado uso desses números para se ter uma visão qualitativa dos acréscimos populacionais, com suas causas e efeitos.

⁵⁰ O termo é usado para expressar a formação de uma superpopulação relativa no campo e sua transferência para as cidades.

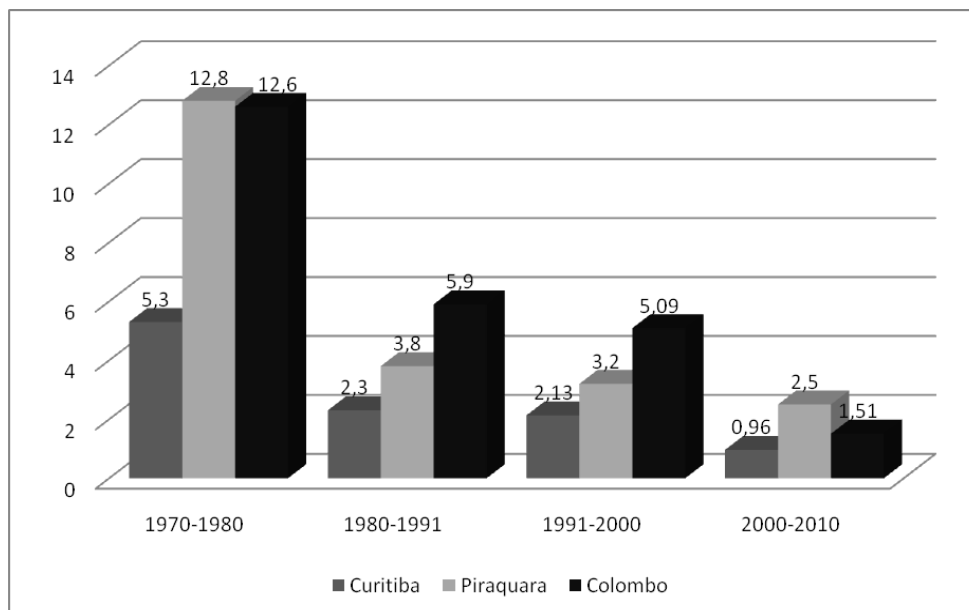


GRÁFICO 2 – COMPARATIVO ENTRE AS TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DE POPULAÇÃO

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos Censos Demográficos (IBGE)

Para o presente trabalho, a intenção do uso desses dados censitários foi apenas estabelecer relações entre o crescimento populacional e o aumento do tecido urbano do AMC, bem como os consequentes reflexos para o triplo processo de P-D-R/NP e, por essa razão, não houve um maior aprofundamento.

O interesse maior está voltado para o Aglomerado Metropolitano de Curitiba, principalmente pelo fato de grande parte desse contingente de emigrantes direcionado para o AMC ser constituído de pessoas acometidas por uma série de precariedades socioeconômicas. Indivíduos que, em sua maioria, pela baixa escolaridade, pelo baixo poder aquisitivo, pela deficiente ou inexistente formação profissional, submetidos às lógicas especulativas e discriminativas imperantes numa sociedade capitalista, foram levados a habitar as *periferias* ou a criar novas *periferias*. Dessa maneira, tornaram as *periferias*, enquanto espacialidades, predominantes dos entornos, além de serem encontradas também no interior do AMC.

No entanto é importante ressaltar dois aspectos já abordados no primeiro capítulo do trabalho. O primeiro é que as *periferias* não estão localizadas apenas nos entornos do AMC; e o segundo, refere-se à presença paulatina e crescente de médios e grandes empreendimentos voltados à população das camadas média/alta

e alta, na forma de condomínios fechados, parques temáticos, chácaras residenciais, hipermercados, entre outras modalidades, ocupando esses entornos e atraindo essa população não só para as atividades de compra ou lazer, mas também para fins residenciais e empresariais. Dessa maneira, passa a ocorrer nessas áreas, além da periferização, também a desperiferização que geralmente vem acompanhada de reperiiferização ou nova periferização, como já foi exposto anteriormente.

Portanto, o tecido urbano pode ser expandido não apenas pela periferização, mas também por empreendimentos imobiliários voltados às camadas média/alta e alta de nossa sociedade.

Com o crescimento da mancha metropolitana, assim como em um número cada vez maior de aglomerados metropolitanos, a de Curitiba assume uma dimensão regional, de limites imprecisos, cuja dinâmica expansiva tem incorporado as diversas cidades do seu entorno e as áreas rurais.

As novas formas de se organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos vêm produzindo novos arranjos e dinâmicas territoriais. Dentre esses arranjos emerge a diluição da separação entre a cidade, de um lado, e a região, de outro [...] na contemporaneidade, emergem novos arranjos e dinâmicas territoriais que não permitem manter a distinção entre a cidade e sua região, em termos consagrados na literatura porque a cidade se tornou região. (LENCIONI, 2006, p. 69)

Sob esse entendimento, os tecidos urbanos dos principais aglomerados metropolitanos se apresentam estendidos em uma dimensão regional; com Curitiba não é diferente.

Firkowski (2001, p. 17) atribui esse transbordamento, em grande parte, ao processo de industrialização, ao se referir à Curitiba: “[...] é marcada, assim, pela emergência da dimensão metropolitana, que é produzida e ao mesmo tempo é também produto da nova realidade industrial”. Curitiba, com “essa nova realidade industrial”, citada pela autora, a partir da segunda metade da década de 1990, passou definitivamente a extrapolar os limites da dimensão municipal, o seu tecido urbano se mostrou muito mais vasto e palco de uma complexidade que vai além das limitações de um só município.

Definitivamente, Curitiba para ser entendida, deve ser vista sob a ótica e sob a dimensão metropolitana, constatação que vem a ratificar a opção por se trabalhar com o AMC.

2.2 A CIDADE-REGIÃO DE CURITIBA

O AMC não é apenas um ponto no mapa, é agora uma mancha. Partindo dessa premissa, questiona-se a possibilidade desse aglomerado metropolitano estar se constituindo numa cidade-região.

Nesse ensejo, faz-se importante um entendimento do que vem a ser cidade-região e principalmente o seu adequado uso.

LENCIONI (2003), ao se referir à metrópole de São Paulo, quanto à dimensão regional, afirma que

[...] pensar a metrópole, a região metropolitana ou o entorno metropolitano é pensar uma região. Mesmo examinando apenas a metrópole, o espectro da região aparece, porque ela em si, não é mais uma cidade isolada, mas uma cidade-região. Uma cidade-região que não se definiu por um planejamento, mas uma cidade que assim se definiu por um processo, por uma lógica histórica que desafia a compreensão de sua dinâmica e, até mesmo, o planejamento urbano. (LENCIONI, 2003, p.8)

Ao se empregar a expressão cidade-região, formulada por Storper (2001), usada por Scott, Soja e Agnew (2001), entre outros, o questionamento de que Curitiba poderia estar se constituindo em uma cidade-região se torna mais consistente.

De fato, em vez das cidades-regiões estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, elas estão se tornando progressivamente centrais à vida moderna e, cada vez mais, a globalização (em associação com várias transformações tecnológicas) vem reativando a sua importância como base de todas as formas da atividade produtiva, seja na indústria ou nos serviços, seja nos setores de alta e baixa tecnologia. Desde que essas mudanças se iniciaram, vem se tornando evidente que a cidade, no sentido estrito, constitui uma unidade menos adequada ou viável da organização social local que as cidades-regiões ou redes regionais de cidades. (SCOTT *et al.*, 2001, p.11)

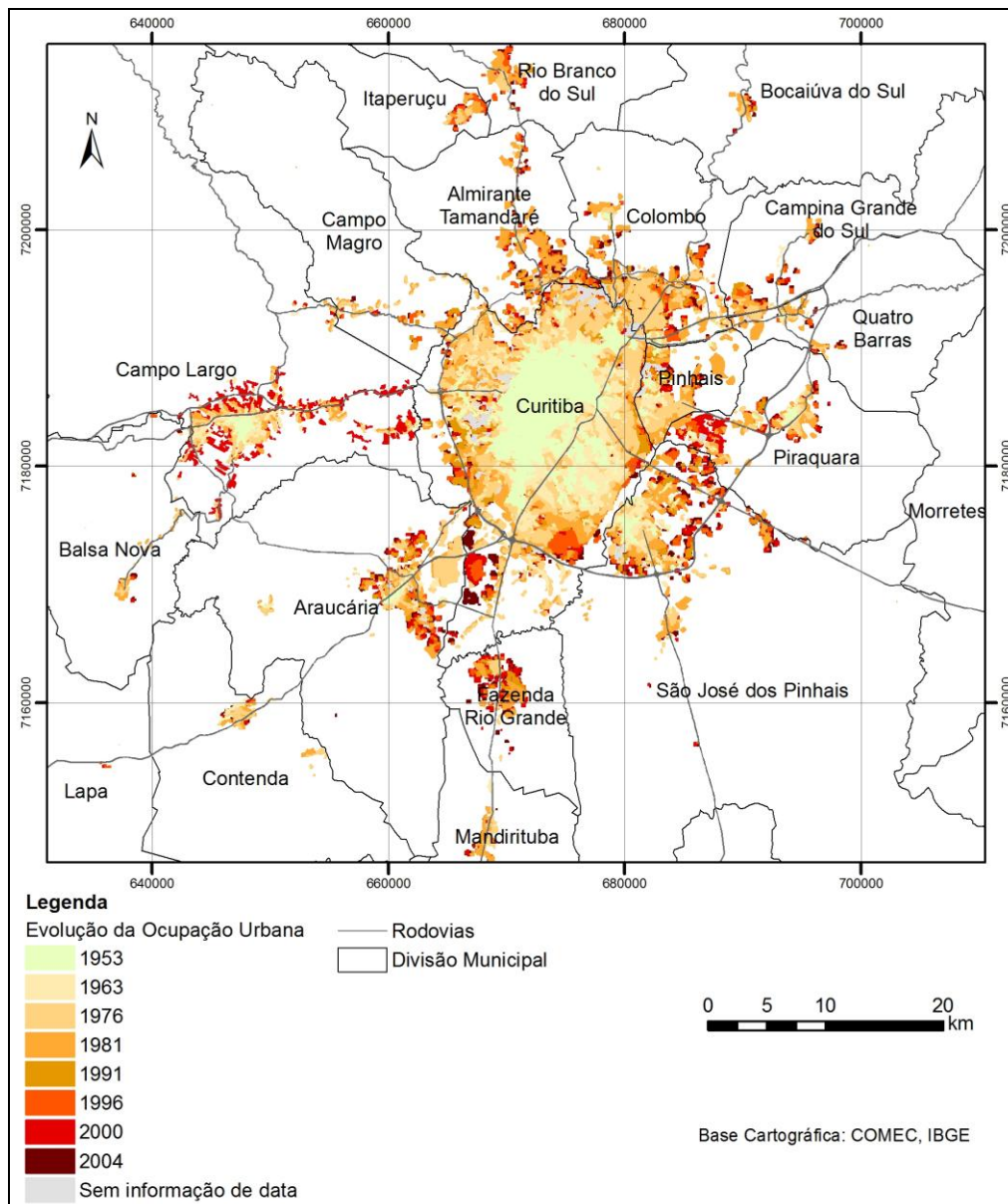
Segundo Gottdiener (1993, p. 14), a cidade se tornou portátil, não tendo mais a forma compacta de outrora, fruto de um longo processo histórico. O que está existindo é cada vez mais uma população metropolitana distribuída e (des)organizada em áreas regionais em permanente expansão, amorfas na forma, porém maciças no escopo.

As concepções desse autor foram formuladas com base no espaço urbano/metropolitano estadunidense, no entanto, já começam a se tornar, com ressalvas, pertinentes ao espaço metropolitano brasileiro. Sob esses aspectos e ponto de vista e, pela sua morfologia adquirida em tão pouco tempo, o Aglomerado Metropolitano de Curitiba foi capaz de contrariar a tão propagada capacidade de planejamento curitibana. Entretanto, contraditoriamente, essa morfologia é resultante, em grande parte, do próprio planejamento ao longo das últimas décadas.

Reforça-se a tese de que, no planejamento/ordenamento urbano/metropolitano de Curitiba, priorizou-se, todos esses anos, o município de Curitiba, não havendo o alcance necessário aos demais municípios componentes do seu aglomerado metropolitano, e ainda, mais grave, não resolvendo os seus problemas socioambientais, de toda ordem, mas apenas exportando-os para esses últimos. Dessa forma, o seu entorno adquire a condição de fragmentado pelas suas discrepâncias e fragilidades, o que o torna alvo predileto de interesses especulativos dos mais variados, nos quais os processos socioeconômicos criam e recriam espacialidades diversas, ora conectadas ao grande capital, ora configurados como depósito de excluídos, ou, ainda, com as duas coisas juntas, em crescente hibridismo.

Com relação a essa *formatação morfológica* dos aglomerados metropolitanos, expressões diversas foram e estão sendo forjadas na tentativa de abarcar a expansão territorial, levando-se em conta as atuais conformações e funcionalidades metropolitanas, como cidade difusa (Indovina, 1990), *cidade-arquipélago* (Viard, 1994), arquipélago urbano (Veltz, 1996), *exópolis* (Soja, 1994 e 2002), *cidade-reticular* (Dematteis, 1998), *cidade dispersa* (Monclus, 1998), como elenca Moura (2009, p. 54) em um quadro contendo trinta e três (33) denominações para as morfologias urbanas e urbano-regionais. Pode-se acrescentar a essa relação, ainda, *metrópole-região* (De Mattos, 1999 e 2001), *cidade extensiva* (Monte-Mór, 2006) entre outras tantas.

Também é perceptível, morfologicamente, uma *cidade-região curitibana*, uma vez que a sua malha urbana extrapola os limites administrativos do município vindo a se unir com as malhas urbanas dos municípios vizinhos, formando uma grande mancha urbana, conforme é mostrado no Mapa 8.



MAPA 8 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA NA RMC

FONTE: PDI atualizado. COMEC, 2006

Porém, ao se retomar duas das quatro categorias utilizadas por Milton Santos, já abordadas na Introdução desse trabalho, a *função* e a *estrutura*, constata-se que a “cidade-região curitibana” não é uma realidade. Principalmente sob os aspectos econômico, político e tecnológico, pairam lacunas a serem preenchidas para que se possa empregar tal terminologia.

A dimensão física dessa mancha metropolitana poderia induzir há uma precipitada afirmação de se ter uma cidade-região, no entanto, a deficitária junção das infraestruturas urbanas ou ainda periurbanas dos quatorze municípios

integrantes do AMC, a falta de reflexos dos processos econômico-sociais e culturais estabelecidos no interior desse aglomerado metropolitano, ou, ainda, a precariedade dos seus fixos com deficitárias infraestruturas de conexão, de certa forma, estariam dificultando os fluxos necessários à completa interconexão das suas partes componentes.

Dessa maneira, as porções da “pretensa cidade-região” de Curitiba encontram-se constrangidas pelos entraves da fragmentação político-administrativa, e assim, ainda, não se poderia confirmar a situação de cidade-região.

Portanto, há de se ter ressalvas ao se adotar indistintamente, para os estudos de caso no Brasil, as mesmas terminologias empregadas na caracterização das novas espacialidades metropolitanas estadunidenses ou europeias, pois muitas vezes, na aparência, os processos podem parecer análogos, porém a essência e a transessência que os motiva são extremamente distintos.

Nessa linha, concorda-se com Moura (2009) quanto ao fato de as especificidades dos fenômenos encontrados no Brasil não se ajustarem aos conceitos recorrentes utilizados nos EUA ou na Europa para as suas novas formas metropolitanas.

É o caso dos conceitos de cidade-região global, pós-metrópole, exópole, metápole, megarregião, posto que, embora incorporem a natureza complexa e multidimensional das grandes metrópoles e avancem na percepção de que as dinâmicas urbanas contemporâneas engendram espaços que transcendem concepções restritas de cidade ou aglomeração, em direção a um fenômeno de caráter urbano-regional, reportam-se a estágio ainda mais avançado da metropolização contemporânea, prenhe da presença da técnica favorecendo as relações em fluxos materiais e imateriais. Objetos produzidos nesse estágio e densos em tecnologia estão presentes em pontos privilegiados das metrópoles brasileiras e latino-americanas, mas imersos em ambientes de visível desigualdade. (MOURA, 2009, p. 223)

Moura (2009, p. 223) admite que os conceitos de *cidade-região*, *posmetrópole*, *exópole*, *metápole*, entre outros, poderiam ser utilizados, com muitas ressalvas, apenas para o espaço urbano/metropolitano de São Paulo, “mas estariam longe de corresponder às características evidenciadas nos arranjos urbano-regionais identificados no Nordeste, Centro-Oeste ou no Sul brasileiros”. Com base nesse raciocínio, Curitiba, com o seu complexo metropolitano, ainda não reuniria suficientes elementos para caracterizar tais fenômenos.

Para a discussão proposta neste trabalho, o mais importante não está na mais adequada terminologia a ser empregada, *cidade-região* ou outras tantas, mas na conscientização da existência de um complexo metropolitano que extrapola a dimensão da municipalidade, independentemente de ser ou não deficitário em termos de infraestruturas e conexões.

2.3 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO E DA GLOCALIZAÇÃO NO AMC

Para Robertson (1995), a palavra *glocalização* descreve os efeitos moderadores das condições locais submetidas às pressões globais. Significa a simultaneidade, a co-presença de tendências globais universalizantes e de locais particularizantes. Esse autor afirmou, também, que o local e o global não se excluem, pelo contrário, o local deve ser compreendido como um aspecto do global.

Para esta análise, a *glocalização* é entendida como uma articulação ampliada dos territórios locais com a economia globalizada, não apenas uma reação dos locais contra as ondas homogeneizantes do global, ressaltadas as suas particularidades. É vista como uma etapa de uma construção ideológica ou de um processo maior, intitulado de *globalização*. O empreendimento *Alphaville*, nesse sentido, é exemplificador da *glocalização*, pois se moldou as peculiaridades do AMC ao mesmo tempo em que seguiu um padrão voltado aos interesses globalizantes.

Já, *globalização* é um termo moldado ideologicamente pelas concepções neoliberais, difundido na década de 1980, a partir dos cursos de administração e de economia das principais universidades estadunidenses, como representativo de um novo momento para a economia e para a política mundial.

Esse termo passou ao ser usado para nomear um novo patamar de mobilidade internacional do capital, oriundo das transformações do processo de produção e da evolução econômica mundial, resultante dos avanços tecnológicos da chamada *Terceira Revolução Industrial*, principalmente os relacionados às novas tecnologias de produção e transmissão das informações. É um importante instrumento para a transnacionalização dos fluxos de capital, no momento em que passou a embasar as ações e as pressões voltadas a quebrar as últimas fronteiras

econômicas protecionistas nacionais, sem a quebra da hegemonia dos seus conceptores.

A *globalização* pouco tem de novo, na essência, guarda a mesma lógica de ampliação de domínios e posteriormente dos mercados para o capital, uma vez que a incorporação de novas tecnologias sempre foi uma prática utilizada por aqueles que desejam dominar, que buscam o poder e a hegemonia. O processo de *globalização*, não simplesmente o termo, é um fenômeno marcante ao longo da história humana, não se restringindo às últimas três décadas.

Ferreira (2007) afirma que o termo *globalização* foi abundantemente empregado no Brasil, na década de 1990, pelas classes dominantes, pelos setores empresariais e pela mídia, e, dessa forma, foi transformado em sinônimo de modernidade.

Na verdade, esse fenômeno nada tem de novo, e nem representa modernidade, muito menos para os países do Sul. Por trás desse mito, o que aparece é apenas um termo cunhado para “*manipular o imaginário social e pesar nos debates*” [...], associando a um processo de hegemonização da ideologia liberal, a idéia de “modernização e integração da economia global”, com o objetivo verdadeiro de escamotear um “ajuste” necessário face à crise estrutural da chamada “economia-mundo capitalista”. Trata-se, pois, de um conceito essencialmente ideológico. (FERREIRA, 2007, p. 94)

Segundo Ascher (2010, p. 64 e 65) a *globalização* induz aos processos de homogeneização e de diferenciação.

[...] homogeneização, porque os mesmos atores econômicos ou o mesmo tipo de atores econômicos estão presentes com as mesmas lógicas em todos os países e em todas as cidades; diferenciação, porque a competição entre as cidades se amplia e se aprofunda, acentuando a importância das diferenças.

Talvez a diferença esteja na intensificação das ideologias “globalizadoras e globalizantes” em escala local, uma vez que é nessa escala que, efetivamente, confronta-se e toma vida a *globalização*.

Ascher (2010, p. 65) afirmou que “[...] é, em última instância, a diversidade entre os locais que estimula o movimento de pessoas, bens, capitais e informações”.

E nessas relações global-local, local-global, incentivadas na contemporaneidade, a ideologia do *Estado Mínimo* é ressaltada na suplantação das escalas regional e nacional pela internacional e pela supranacional, enfim pela

global. Uma desconexão e/ou nova conexão entre as economias centrais e as suas hinterlândias é propagada, não mais em um nível vertical de hierarquização, e sim a partir de uma nova lógica.

[...] é a desconexão crescente entre a economia dos centros e das regiões. Todos lembramos da representação geográfica da França na estrutura piramidal [...] Nessa representação, o destino da região está associado ao destino do centro. Se a capital for dinâmica, difunde riquezas para a periferia. [...] Ora, essa representação é cada vez mais falsa. Hoje, em vez desse esquema “vertical” [...], instaura-se um sistema “horizontal” [...]. (BENKO, 2002, p.52)

[...] A imitação de níveis sobre o princípio das “bonecas russas”⁵¹ (de freguesia ao estilo europeu passando pelas comunas, aglomerações, o país, o cantão, o departamento, a região, a nação) não mais são viáveis. (ASCHER, 2006, p. 76)

As, até então, consagradas relações entre o nacional, o regional e o local devem ser redefinidas. O global pode interagir diretamente com o local, que, no caso em foco, a metrópole de Curitiba, por ter adquirido dimensões regionais próprias, teria, de certa forma, quebrado aquela hierarquia piramidal escalar, a que obedecia em níveis claramente distintos. Aquela em que o local se constituía na base da pirâmide, mantendo relação quase que exclusiva com o nível imediato - o regional, esse com o nível nacional, que, por fim, se relacionava aos últimos níveis hierárquicos, o internacional e o global. Hierarquia, essa, calcada na “lógica das bonecas russas”, perderia sentido diante dos acontecimentos contemporâneos.

Essa nova lógica se apresentaria para expressar a ligação direta do local com o global, neologizada de *glocalização*, na qual o *global* passaria a ser um composto de *ilhas* formadas pelos *locais*, interconectadas sob a égide contemporânea globalizante do capital empresarial, formando um *arquipélago* articulado em rede de cidades, principalmente de metrópoles, desprezando cada vez mais os espaços intermediários entre elas.

Galland (1996, p. 14) definiu assim o processo de *glocalização*:

⁵¹ Esse princípio está baseado na imagem de um conjunto de bonecas, denominado de *Matrioska* (bonecas russas feitas de madeira, geralmente em um número de cinco, uma grande e as demais em tamanhos diferentes, de tal maneira que a menor seja contida na maior subsequente). Trata-se de uma expressão muito usada na Europa para designar o “encaixe”, a hierarquização das unidades escalares, tendo como inspiração metafórica essas *bonecas russas*, em que as maiores contêm as menores.

É um duplo processo no qual a cidade abdica de sua função de produção, de cambio e de tratamento da informação no âmbito regional e nacional e se desloca no ciberespaço global, desenvolvendo conseqüentemente novas formas de organizações socioespaciais no nível local. Vivemos num mundo glocalizado. Pensar globalmente, mas agir localmente [...].

Nesse contexto, Curitiba como local, na configuração de uma *metrópole metropolizada pela modernidade e pela pós-modernidade*, passaria a estar mais voltada para o global do que para o regional ou para o nacional. Apesar de se afirmar como *Metrópole Regional*, a partir da década de 1970, só recentemente alcançou a condição de *Metrópole Nacional*⁵².

Tais posições na hierarquia urbana brasileira foram obtidas, não coincidentemente, no período de intensificação das ondas de modernidade, das políticas neoliberais e da conseqüente chegada da ideologia da pós-modernidade ao Brasil.

É claro que as mudanças dos critérios de estabelecimento dos níveis hierárquicos para as formas urbanas brasileiras, no que se refere às metrópoles, estão muito mais relacionadas às suas capacidades de polarização do que necessariamente às ondas de modernização ou pós-modernização, no entanto não se pode negar certa coerência nessa correlação.

Ao mesmo tempo em que a capacidade de polarização de Curitiba lhe trouxe a condição de metrópole regional e nacional, também a inseriu, de forma ainda tímida, num cenário internacional. Todavia, apresenta-se em contradição escalar, uma vez que não pode mais ser, simplesmente, analisada de forma individualizada, como local e por não estar ainda configurada plenamente na forma de uma região metropolizada ou de uma cidade-região.

A escala metropolitana ilustra com clareza que a atribuição política de uma determinada escala nem sempre resulta em eficácia nos resultados esperados quanto à formulação e implementação de políticas públicas. No jogo escalar, outras escalas têm mais força que a regional, ou metropolitana, no caso, as escalas local e global. Ou seja, a Região Metropolitana, enquanto escala intermediária, entra em conflito com a oposição escalar binária local e global, de um lado, pelo peso da autonomia municipal, de outro, pelo fato de a escala local ser a possibilidade espacial

⁵² O IBGE (2008), com o REGIC (2007), traz as seguintes classificações: Metrópole Nacional e Global (1A): São Paulo; Metrópole Nacional (1B): Rio de Janeiro e Brasília; Metrópole Nacional (1C): estão interligadas nacionalmente, mas se destacam em suas regiões. São elas: - Região Sul: Porto Alegre e Curitiba; - Região Sudeste: Belo Horizonte; - Região Centro-Oeste: Goiânia; - Região Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza; - Região Norte: Manaus e Belém; Dessa forma, Curitiba adquiriu *status* de Metrópole Nacional.

localizada de materializar a reprodução do capital que circula globalmente. (MOURA, 2009, p. 211)

Mesmo ao se restringir ao AMC, a questão escalar permanece, em virtude dos entraves da fragmentação político-administrativa e ao fato das suas porções estarem subordinadas a municípios diversos, apesar da conurbação e da intensa comutação.

Por se tratar de um aglomerado metropolitano localizado em país pouco participante das “novas da globalização”, é sabido que apenas fragmentos do seu espaço integram as redes de fluxos internacionais. No entanto, a ideologia da globalização se faz mais presente do que o processo propriamente dito.

Como Ferreira (2007) expõe para contrapor a classificação de São Paulo como uma cidade-global:

Trata-se tipicamente de um processo ideológico, que tenta universalizar a idéia de que São Paulo é uma “cidade-global”, generalizando a situação muito particular de determinadas “ilhas” na cidade, e legitimando assim os interesses daqueles que ganham com a consolidação dessas áreas. [...] apoiando-nos em dados concretos e argumentações teóricas, que se trata de uma versão da realidade da cidade cuidadosamente construída para satisfazer interesses muito específicos dos setores dominantes mais tradicionais do mercado imobiliário. (FERREIRA, 2007, p.49)

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao processo de metropolização caracterizado por constantes extrapolações dos limites institucionais político-administrativos. Como exemplo endógeno, pode-se abarcar a relação de Curitiba com as suas colônias de imigrantes italianos, alemães, poloneses e ucranianos que, ao prosperarem, cresceram e foram transformadas em cidades; essas cidades, ao sofrerem os efeitos metropolizantes, passaram a compor com Curitiba o AMC, entre outras metamorfoses urbanas. Dessa forma, as dinâmicas socioeconômicas e culturais dessas áreas urbanas, componentes do Aglomerado Metropolitano de Curitiba, tornaram-se mais velozes que o planejamento, a normatização e o gerenciamento conseguiram alcançar.

Em muitos casos, pelo mundo, verificam-se a conexão, a interdependência e a junção entre áreas urbanas pertencentes às municipalidades distintas ou unidades similares, em função dos processos de polarização, comutação, conurbação, em especial, aqueles de cunho econômico-social, formando, dessa maneira, um só

complexo urbano, capaz de romper com os constrangimentos proporcionados pelas fronteiras político-administrativas existentes no seu interior.

Esse constrangimento pode se dar pela diferença de interesses normatizados em escala local, cidades/municípios conurbadas ou próximas, metropolizadas ou não; envolvendo duas ou mais áreas urbanas pertencentes a unidades regionais distintas, *landers*, províncias, estados ou em outras quaisquer unidades regionais distintas. Pode, ainda, abranger mais de uma entidade-nacional, como é caso de cidades alemãs, francesas e holandesas formadoras de um mesmo complexo megalopolitano.

Num exemplo bem mais próximo, o caso da tríplice fronteira, com a *Aglomeración Transfronteiriça de Foz do Iguaçu* (IPARDES, 2008), envolvendo *Santa Terezinha do Itaipu*, no Brasil, *Ciudad del Este*, no Paraguai e *Puerto Iguazú*, na Argentina, que apesar de não constituir um aglomerado metropolitano, apresenta um grau maior de complexidade. Ao mesmo tempo em que envolve localidades de três países distintos, apresenta intensa comutação e outros importantes fluxos que demandam uma maior integração administrativa.

Nesse mesmo caminho, a obra de Hoffmann-Martinot e Sellers (2007) traz outros exemplos, como é o caso das cidades palestinas e israelenses conurbadas ou fronteiriças, apresentadas por Razin e Razan (2007).

Cada vez mais é frequente esse tipo de impasse envolvendo áreas urbanas de diferentes municípios ou unidades equivalentes em processo ou já conurbadas, em especial nos aglomerados metropolitanos, nos quais a gestão se mostra cada vez mais ineficiente para dar conta dos problemas vindouros da configuração socioespacial metropolitana ou de aglomeração urbana.

Na maioria dos países, um aglomerado metropolitano é composto de várias unidades político-administrativas e cada uma delas possui os seus poderes constituídos para legitimar os interesses locais; no de Curitiba, não é diferente.

Um exemplo clássico, vivido pelo Aglomerado Metropolitano de Curitiba, reside nos problemas advindos do compartilhamento das infraestruturas disponíveis no seu interior, tais como rede de água, sistema de coleta e tratamento do esgoto doméstico e industrial, depósito e tratamento do lixo, sistemas viários e transportes coletivos, hospitais, escolas, entre tantas. Em virtude das amarras do fracionamento administrativo, seja pela superutilização - esse compartilhamento gera sobrecarga para algumas unidades de serviços sem ter o retorno financeiro equivalente - seja,

ainda, pela subutilização ou inexistência, resultante de um planejamento inadequado, uma vez que cada municipalidade faz a gerência dos seus recursos e de forma não integrada. Para exemplificar, diariamente chegam aos hospitais públicos de Curitiba mais de 300 ônibus ou ambulâncias com pacientes oriundos dos municípios componentes da sua região metropolitana, dos demais municípios do interior, não só do Paraná como também do estado de Santa Catarina, segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (2009).

Kornin e Moura (2004), ao enfocarem a relação entre a metropolização e a governança urbana, discorrem sobre o conflito entre as práticas municipalistas e a dimensão metropolitana, com destaque para o descompasso dos instrumentos tradicionais de planejamento da gestão pública nos espaços metropolitanos brasileiros.

[...] agravado ante a criação de novos instrumentos voltados a incrementar a competitividade dos municípios por meio de estratégias empresariais orientadas à produção global do espaço. Coloca em evidência o “jogo escalar” propugnado pelo discurso hegemônico, impregnado por um padrão localista de políticas públicas, [...] (KORNIN e MOURA, 2004, p. 11)

Os conflitos e dificuldades de gestão se agravam no momento em que os mecanismos globalizantes/globalizadores e glocalizantes/glocalizadores abreviam caminho, ao enfraquecer o nacional e o regional com os discursos desregulacionistas e privatistas neoliberais, entre outras ações político-econômicas.

O global interagindo diretamente com o local força os gestores, na escala local, a criarem condições econômico-políticas favoráveis, como as isenções tributárias e fiscais, entre outras vantagens, e as infraestruturas necessárias, em favor das empresas e não mais para a população em geral. Esforçam-se, os dirigentes locais, no sentido de permitir a construção de um clima de negócios favorável e, no intuito de tornar a suas municipalidades mais competitivas perante as outras municipalidades rivais; tratam as cidades, esses administradores, como se elas fossem receptáculos passivos dos interesses das grandes empresas.

Assim ocorreu com São José dos Pinhais para atrair as indústrias automobilísticas e, continua ocorrendo com esse mesmo município e com os demais integrantes do AMC, principalmente com Campo Largo, Pinhais, Araucária e Colombo, os quais travam ferrenha disputa no sentido de atrair investimentos e estabelecimentos industriais para os seus territórios administrativos.

Os reflexos da corrida pelos novos investimentos se fizeram sentir também ao nível de cada município, onde, guardadas as proporções de escala, uma série de incentivos foram ofertados de modo a atrair os capitais, como aumento do prazo de pagamento de ISS e IPTU de cinco para dez anos, doação de terrenos e infra-estrutura, dentre outras. (FIRKOWSKI, 2001, p. 105)

Tais acontecimentos evidenciam a participação do Estado ainda como muito necessária. No caso brasileiro, as ondas globalizantes/globalizadoras só passam a ocorrer com a efetiva ação estatal, ou pelo menos com o seu consentimento ou conivência.

Arbix (2002), enfocando as políticas de desperdício e de assimetria entre público e privado na indústria automobilística, ressalta as estratégias adotadas pelo e no Paraná nessa guerra fiscal, não só no âmbito da federação, como também entre os municípios paranaenses, como é o caso de São José dos Pinhais.

Em março de 1996, o governo do Estado, o município de São José dos Pinhais e o Fundo de Desenvolvimento Econômico assinaram um protocolo com a Renault. As condições do acordo estabeleciam que a Renault deveria construir uma planta em São José dos Pinhais até o início de 1999, sendo que 60% do capital total do empreendimento caberia à multinacional francesa que, além disso, geraria 1.500 empregos diretos e pagaria multa de R\$ 50,5 milhões se a planta fosse desativada em menos de vinte anos. O Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais doariam 2,5 milhões de m², providenciariam a infra-estrutura e a logística necessárias, incluindo acessos rodoviários e ferroviários, assim como uma área exclusiva para a empresa no porto de Paranaguá. (ARBIX, 2002, p. 84)

Para as empresas, essa disputa é muito interessante, pois faz com que os municípios se submetam às suas necessidades em termos de infraestruturas e facilitem a solução dos possíveis gravames político-administrativos. Dessa forma, há a inversão de prioridades; a máquina pública fica voltada para essas empresas, desconsiderando as necessidades de grande parcela da população.

Essa situação se torna preocupante por se tratar de um aglomerado metropolitano, uma vez que não é possível para uma de suas cidades/unidades agir isoladamente sem trazer reflexos para as demais municipalidades, cujas áreas urbanizadas compõem o mesmo aglomerado e, nas quais, os fluxos *comutantes* entrecruzam, socioeconomicamente, os seus espaços.

Várias tentativas de solução foram, e estão sendo, implementadas nos aglomerados metropolitanos do mundo, entre as mais comuns, encontra-se a

criação de órgãos supramunicipais ou equivalentes, com a incumbência de planejar e normatizar as Regiões Metropolitanas instituídas.

O governo do estado do Paraná criou a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), com essa atribuição.

[...] A criação de uma entidade pública para o trato das questões de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba aconteceu no ano de 1974, como decorrência direta das instruções contidas na Lei Complementar nº 14. O Governo do Estado do Paraná, através de Lei Estadual nº 6.517, criou a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, [...] (COMEC, 2001(a), p.3)

Normalmente, esses órgãos, como a COMEC, entram em conflito com os interesses localistas e globais, das oligarquias e das empresas e geralmente não conseguem desenvolver um trabalho coerente à proposta inicial de sua criação. Kornin e Moura (2004) citam também as iniciativas de se formar consórcios, comitês, parlamentos metropolitanos e associações supramunicipais voltadas a solucionar esses problemas.

Dentre as inúmeras iniciativas, talvez a experiência canadense, segundo Hoffmann-Martinot e Sellers (2007), seja a mais interessante: nesse país, promoveu-se a fusão de municipalidades. Assim que as municipalidades do entorno atingem um grau elevado de conexão e interdependência com a principal, passam a compô-la pelo processo de fusão. Para fins político-administrativos, deixam de existir, o que facilita o planejamento e a execução de ações de governo no todo metropolitano.

Collin, *et al.* (2007, p. 34 e 35) retratam essas ocorrências no espaço urbano canadense:

Após os anos 60, a reorganização do mundo municipal chamou muito a atenção [...] a questão do número muito elevado de pequenas municipalidades foi debatida [...] os governos provinciais se orientavam firmemente em direção a fusões municipais. Na Ilha de Príncipe Eduardo, as 16 municipalidades da Região da Capital Provincial (Charlottetown) foram reunidas em três cidades [...]. O modelo da cidade única veio, pois, a se impor a todo o país [...].

Se tal procedimento fosse aplicado ao Aglomerado Metropolitano de Curitiba ou até mesmo a toda Região Metropolitana de Curitiba, proporcionaria a redução de 13 ou 25 municipalidades, pela fusão das 14 ou 26, respectivamente, com todos os seus entraves burocráticos, em prol de uma nova unidade político-administrativa. Um

novo arranjo seria possível e, assim, mais que uma megacidade ou megametrópole, ter-se-ia uma metrópole de fato e de direito.

2.4 AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE CURITIBA

Castells (1999) sugeriu que se usasse *produção social das formas espaciais*, e não mais *urbanização*. Sua abordagem sugestiva e as de muitos outros cientistas sociais, resguardados, é claro, os diferentes enfoques e interpretações, evidenciam a crescente necessidade de uma maior preocupação com as questões socioespaciais nas áreas sob o fenômeno da urbanização, principalmente sob metropolização.

Observa-se que essas preocupações são tanto mais latentes quanto mais complexo econômico e socialmente for o espaço metropolitano constituído. Dessa forma, pelas grandes velocidades, intensidades e disparidades dos fenômenos socioespaciais, há uma tendência na contemporaneidade de maior complexidade nos aglomerados metropolitanos, como o de Curitiba.

No mundo, há um crescente relativismo e uma nova escala para a espacialização da tradicional dicotomia *riqueza x pobreza*, a qual começa a secundarizar a bipartição global e priorizar a escala local (local/regional: cidade-região), em outras palavras: a localização das diferenças econômico-sociais atribuídas à *linha Norte – Sul* do planeta já não é mais tão prioritária, aos poucos perde importância diante das complexas dinâmicas socioespaciais das realidades contrastantes encontradas nos aglomerados metropolitanos, tanto do hemisfério Sul quanto do Norte, onde a riqueza e a pobreza são evidenciadas. Esses fenômenos estão extremamente relacionados à generalização do processo de urbanização/metropolização em que as fronteiras do urbano são cada vez mais tênues, dissociadas que estão da produção de riqueza e dos efeitos tidos como civilizatórios que caracterizaram as cidades da *Revolução Industrial*. Esses ambientes são híbridos e muitas vezes desfalcados dos pressupostos já citados: riqueza e civilidade. A pobreza e a barbárie proliferam em velocidade espantosa.

Num mesmo espaço metropolitano, como o de Curitiba, é possível encontrar os *multipertencentes*, ou seja, aqueles inseridos na lógica e nos poderes da economia cognitiva, os que compõem uma sociedade hipertextual⁵³ e os excluídos, alijados dos benefícios, mas ainda úteis a tão divulgada modernidade ou agora a pós-modernidade, nos extremos de uma “evolução social metropolitana”, além dos cidadãos tidos como normais, padronizados.

A experiência da mobilidade espacial diretamente ligada à mobilidade social ascendente, fenômeno que acompanhou a fase da acelerada industrialização e rápida urbanização, característica do período fordista, já não é praticamente observada nas grandes cidades dos países pobres industrializados, com raras ressalvas. Nessas cidades passou a predominar uma mobilidade espacial intraurbana centrífuga relacionada a uma social descendente, ligada a uma degradação do quadro socioeconômico predominante.

No entanto, essa lógica começa a ser quebrada. Pode-se citar os CHFs instalados no entorno de Curitiba, uma vez que representam, de certa forma, a mobilidade espacial centrífuga ligada à ascensão social.

Essa exemplificação se deve à presença de pessoas em ascensão econômica e social entre os seus atuais moradores, como é o caso de empresários, de atletas, entre outros. Esses, na maioria, ao ascenderem se mudaram dos apartamentos, situados nas principais centralidades de Curitiba, para os CHFs *Alphaville* Graciosa e Pinheiros, localizados no entorno metropolitano.

Também o perfil socioeconômico dos novos moradores da Vila Zumbi, após a sua regularização fundiária, as melhorias urbanísticas e os programas socioambientais, lá implantados, serve para comprovar essa nova relação.

O universo de pessoas que migrou para a Vila Zumbi depois da regularização era composto, em sua maioria, por trabalhadores optantes ou já enquadrados pela formalidade, em uma Vila Zumbi regularizada, na qual poderiam ter certa estabilidade social, certos direitos à cidadania, como a da sonhada casa própria, da escola para os filhos, entre outros, mesmo que para isso fosse necessário residir mais distante das tradicionais centralidades metropolitanas.

⁵³ Ascher (1995) usa uma figura metafórica para caracterizar uma sociedade onde os indivíduos apenas compartilham efemeramente os valores e as experiências sociais do local estando conectados ao local e também a outros muitos lugares. Pertencem a todos os lugares e a nenhum deles ao mesmo tempo.

Outro aspecto ligado às questões sociais se relaciona aos efeitos da crescente conexão em rede dos espaços locais mais aptos ao capital global. Essa conexão promove uma grande seletividade por parte das empresas, isso traz a metropolização da economia mundial, ou ainda a economia de arquipélago. Dessa forma, frações do Aglomerado Metropolitano de Curitiba devem ser vistas também como protagonistas; todavia permanece existindo no seu interior, espaços excluídos que funcionam como áreas de escape para os quais levadas cada vez maiores de população são transferidas, impedindo, adiando ou minimizando uma convulsão social.

Essas dinâmicas aceleram as crescentes proliferação e concentração da pobreza humana nos aglomerados metropolitanos, ampliando os seus espaços degradados socioeconomicamente, chamados de favelas, *slums*, entre outros ou generalizadamente, por Davis (2006) de *Depósitos de lixo humano*, conforme foi abordado anteriormente.

Na obra *ABC do Desenvolvimento Urbano*, Souza (2003, p. 83) usa o termo *segregação residencial*, quando escreve que:

Segregação residencial é um resultado de vários fatores [...] da pobreza (e do racismo), [...] ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infra-estrutura e no favorecimento dos moradores de elite (principalmente em um país como o Brasil).

Brito e Souza (1998) apresentaram no *XI Encontro de Estudos Populacionais* da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) um trabalho sobre as faces da população mais pobre da RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte), em que abordaram o crescimento das emigrações da capital, Belo Horizonte em direção aos outros municípios metropolitanos, o processo de desconcentração urbana e a conseqüente metropolização da pobreza.

Percebe-se, ao comparar essa região metropolitana com a de Curitiba, que há uma grande semelhança entre as duas, quanto a tais fenômenos, principalmente em seus aglomerados metropolitanos.

Moura (2009, p 177) afirma que os *Indicadores Intrametropolitanos* (IPARDES, 2005) relativos ao número de habitantes, à educação, à condição domiciliar, aos bens de consumo, à pobreza e ao trabalho, com base nas *Áreas de Ponderação da Amostra* (AEDs) do Censo Demográfico de 2000 evidenciam as

diferenças socioespaciais no território da RMC e, que a taxa de pobreza⁵⁴ poderia sintetizar os demais indicadores de comportamento socioespacial.

Dessa forma, ao focar o indicador *taxa de pobreza*, constata-se que no ano de 2000, era de 13,1% para a RMC, o que correspondia a 106.805 famílias pobres. Curitiba concentrava 39,9% do total de famílias pobres, ou seja, apresentava uma taxa de 8,6%. Os municípios do entorno imediato respondiam por 44,9% das famílias pobres, restando 15,2% para os demais municípios da RMC. Apesar dessa grande diferença, havia certa discrepância entre as taxas de pobreza detectadas no interior do município de Curitiba, enquanto o gradiente de distribuição das famílias pobres pelo território municipal, que variava de 0,5% a 2%, em AED⁵⁵ dos bairros nobres da porção norte da cidade, em bairros populares da porção sul, como no Uberaba, cujos valores se aproximavam dos encontrados nos municípios do entorno próximo, como os de Pinhais ou os de Colombo.

Entre os quatorze municípios integrantes do AMC, esse gradiente ficava entre 14% e 25%. Já nos municípios do entorno mais distante, ou seja, aqueles componentes da RMC e fora do AMC, com maiores características de ruralidade, a situação era mais grave, uma vez que apresentavam valores superiores aos 40%, como era o caso do município de Doutor Ulysses, com 57,3%.

A pobreza urbana também é trabalhada por Borges (2004), ao analisar São José dos Campos – SP. Essa autora afirmou que todo um setor conurbado daquela cidade com demais cidades limítrofes constituiria uma grande (*hiper*)periferia, emprestando o termo *hiperperiferia*⁵⁶ já usado nos trabalhos publicados por Torres e Marques, em 2001.

Hiperperiferia não caberia bem à proposta deste trabalho, pelas diferenças relativas às escalas utilizadas e às metodologias adotadas, uma vez que, segundo Borges (2002) envolveria uma grande *conurbação periférica e pobre*.

⁵⁴ A taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas pobres sobre a população total. São consideradas pobres aquelas pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo.

⁵⁵ AED- *Áreas de Ponderação do Censo Demográfico* (IBGE). Os detalhes sobre a conformação das Áreas de Ponderação podem ser consultados na *Documentação dos Microdados da Amostra* (IBGE, 2002).

⁵⁶ Torres e Marques (2001) colocaram que as condições de pobreza nas cidades brasileiras, na década de 1990, eram mais adversas do que as vivenciadas nas décadas de 1970 e 1980, configurando a existência de uma “hiperperiferia”. Ou seja, verificaram que estava ocorrendo uma condensação, num espaço menor, de carências sociais, riscos residenciais e ambientais.

Em primeiro lugar, pelo emprego conflituoso, ao longo do seu texto, do termo *periferia*, com relação à concepção adotada para este trabalho, tendo ele, cada vez mais um caráter socioeconômico do que geométrico, conforme já foi abordado; em segundo lugar, objetiva-se justamente desmitificar o emprego desse termo, *periferias*. Tê-lo como sinônimo dos espaços do entorno de uma cidade ou de um aglomerado urbano/metropolitano, como *locus* só de população pobre, de forma generalizada, pode se constituir em um grande equívoco. A presença crescente de população das camadas média/alta e alta nessas áreas antes ocupadas, de maneira geral, pela população pobre é um fato que não deve ser negligenciado.

Moura (2000, p. 205) afirma que projetos de renovação urbana, reurbanização e gentrificação constituem estratégias comerciais, pois induzem um processo de revalorização do solo urbano e, que os grandes empreendimentos comerciais, de lazer, e os condomínios de luxo que invadem bairros pobres criam um efeito dominó com a expulsão dos moradores originais, já segregados, para mais longe.

Angotti (1999, p. 203) traz um posicionamento nessa mesma linha, ao escrever que o mercado imobiliário torna a atuação do planejador urbano uma metáfora, em que a realidade mercadológica de valorizar o solo e obter maior lucratividade na troca sobressai, em muito, à utopia dos princípios de otimizar e coletivizar o uso da terra. Esse autor afirma, ainda, que a ostentação da cidade hegemônica, com direitos aos lugares, passa a ser uma agressão à cidade dos não-cidadãos, em que o poder e a prosperidade já se apartaram da miséria com cercas invisíveis. Hoje, podem ocupar uma mesma área da cidade, no entanto a discriminação é mantida, uma vez que os mais “ricos” se protegem por trás de muros, grades, fortificações, seguranças armados, entre outros aparatos, constituem enclaves, comunidades fechadas e alienadas do que ocorre em seus entornos.

Moura (2009, p. 177), ao analisar os movimentos pendulares no *Arranjo Urbano Regional de Curitiba*, confirma a presença de condomínios fechados e de ocupações horizontais de população de maior renda, particularmente nos municípios limítrofes à Curitiba.

No entanto, essa autora, julga pouco provável, para o caso curitibano, a hipótese de Rodríguez (2008) de um abrandamento na segregação, pela aproximação dos diferentes grupos socioeconômicos em algumas zonas das cidades, motivadas pela redistribuição das classes mais abastadas, em função da

verticalização das áreas centrais das cidades do entorno e pela implantação de condomínios fechados encravados nas áreas pobres desse mesmo entorno metropolitano.

Cabe ressaltar que Rodríguez (2008) se refere a quatro aglomerados urbanos latino-americanos: da Cidade do México, de Santiago do Chile, de São Paulo e do Rio de Janeiro, em momento algum faz referência ao de Curitiba.

Com esse posicionamento, Moura (2009, p. 177) afirma que a segregação velada nas relações sociais na aglomeração metropolitana de Curitiba se mantém.

Mesmo que fisicamente diferentes grupos se aproximem, a distância social permanece, como sintetiza a analogia recorrente nas discussões dos movimentos sociais que contrapõe o Alphaville – condomínio de luxo situado em Pinhais – ao “alfavela”, em alusão às ocupações pobres vizinhas aos seus limites.

No entanto, apesar de concordar que a distância social permanece, há de se ressaltar, que, de certa forma, Rodríguez conseguiu captar uma evolução psicossocial para os contrastes encontrados nos quatro aglomerados urbanos latino-americanos estudados e, com as pesquisas *in loco* deste trabalho, seja com os moradores das vilas Zumbi dos Palmares ou da Liberdade, as “alfavelas”⁵⁷, seja com os moradores dos CHFs *Alphaville*, tal abrandamento também conheça a ocorrer no AMC, no que se refere às relações de proximidade desses condomínios de luxo com o seu entorno. Um abrandamento providencial, necessário, compatível em intensidade aos interesses de ambos os lados. Emprego, infraestrutura, ação social para um, segurança e manutenção do *status* para o outro lado. Todo um jogo de poder e de interesses se descortina, mantendo-se uma discriminação velada.

Na continuidade do trabalho, com a caracterização das espacialidades das três áreas escolhidas, será possível perceber com maiores detalhes os reflexos da metropolização de Curitiba, ora abordados.

⁵⁷ MOURA, R. (2009) faz uso desse trocadilho para se referir à favela Zumbi dos Palmares e demais ocupações irregulares, localizadas nas proximidades do CHFs *Alphaville*.

3 AS ESPACIALIDADES PERIFERIZADAS E/OU EM PROCESSO DE DESPERIFERIZAÇÃO

Inicialmente, para a caracterização e para a análise das espacialidades do AMC, enfocadas neste trabalho, efetuou-se um resgate dos principais acontecimentos relacionados aos recortes espaciais sob os efeitos dos processos de periferização e desperiferização, constituídos pelas Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares, respectivamente.

Dessa forma, percebeu-se diferentes históricos, mesmo naquelas espacialidades, cujas origens estão ligadas, em algum momento, às ocupações irregulares. Para exemplificar, encontrou-se na Vila Liberdade uma construção baseada, principalmente, na lógica da localização residencial calcada no compimento dos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, bem como os seus familiares e agregados, para as áreas mais próximas possíveis de suas atividades cotidianas básicas, com destaque para o trabalho, de acordo com o permitido pelas suas realidades socioeconômicas e culturais.

Já, para a Vila Zumbi dos Palmares, além da lógica da proximidade do local de trabalho, foram detectadas estratégias e ações de cunho político-econômico que extrapolaram a vontade dos seus atores diretos, os moradores. Essas extrapolações atribuíram um grau de complexidade e uma velocidade maior ao seu processo de construção, as quais serão abordadas ao longo desse terceiro capítulo do trabalho.

Foi possível distinguir ritmos diferenciados de ocupação e formação das Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares: para a primeira, um processo mais lento e gradativo, de forma mais espontânea, sem a caracterização de indução, ou seja, de manipulação política externa do contingente dos ocupantes irregulares; para a segunda, um processo rápido, no qual as ocupações ocorreram em um curto período de tempo e com fortes elementos dessa indução.

Outro fator importante a ser ressaltado é que essas vilas, até o ano de 2004, apresentavam materialidades semelhantes em termos de deficiências estruturais, principalmente as relacionadas às vias de acesso, às condições de deslocamento das pessoas e à velocidade das informações, o que impunha aos seus moradores um “tempo mais lento”, se comparado ao das outras porções do AMC, com melhores infraestruturas.

A partir de 2004, a Vila Zumbi dos Palmares passa por grandes transformações, incorporando uma maior e melhor materialidade, em termos de infraestruturas, e conseqüente diferenciação da sua temporalidade em analogia a da Vila Liberdade.

Com base nas concepções de Santos (2002), foi possível verificar que o “tempo”, para os moradores da Vila Zumbi, sofreu uma aceleração, em virtudes dos reflexos socioeconômicos e culturais das transformações ocasionadas pelas intervenções do Estado com o Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental.

Já entre os bairros vai-se mais devagar, no sentido de que não há uma materialidade que favoreça o tempo rápido. Aqui, a materialidade impõe um tempo lento. Isso quer dizer que os pobres vivem dentro da cidade sob tempos lentos. São temporalidades concomitantes e convergentes que têm como base o fato de que os objetos também têm uma temporalidade, os objetos também impõem um tempo aos homens. A partir do momento em que eu crio objetos, os deposito num lugar e eles passam a se conformar a esse lugar, a dar, digamos assim, a cara do lugar, esses objetos impõem à sociedade ritmos, formas temporais do seu uso, das quais os homens não podem se furtar e que terminam, de alguma maneira, por dominá-los. (SANTOS, 2002, p. 4)

Assim, ao longo dos próximos tópicos, as Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares serão analisados em seus distintos momentos de espacialização e nos seus envolvimento com o triplo processo de P-D-R/NP encontrado no Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

Pela Figura 3 é possível se verificar a proximidade entre as duas Vilas, Liberdade e Zumbi dos Palmares, cujo limite físico está apenas na rodovia BR 116.

Na mesma figura se visualiza o Complexo *Alphaville*, que também participa desse triplo processo, apenas com o detalhe de estarem localizados em municípios diferentes. As Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares pertencem ao município de Colombo e os dois CHFs Graciosa e Pinheiros, bem como as suas áreas comerciais e empresariais, integrantes do Complexo *Alphaville*, ao de Pinhais, portanto, submetidos a prefeituras distintas.

O Complexo *Alphaville*, bem como a sua influência na Vila Zumbi dos Palmares, será tratado no capítulo 4.

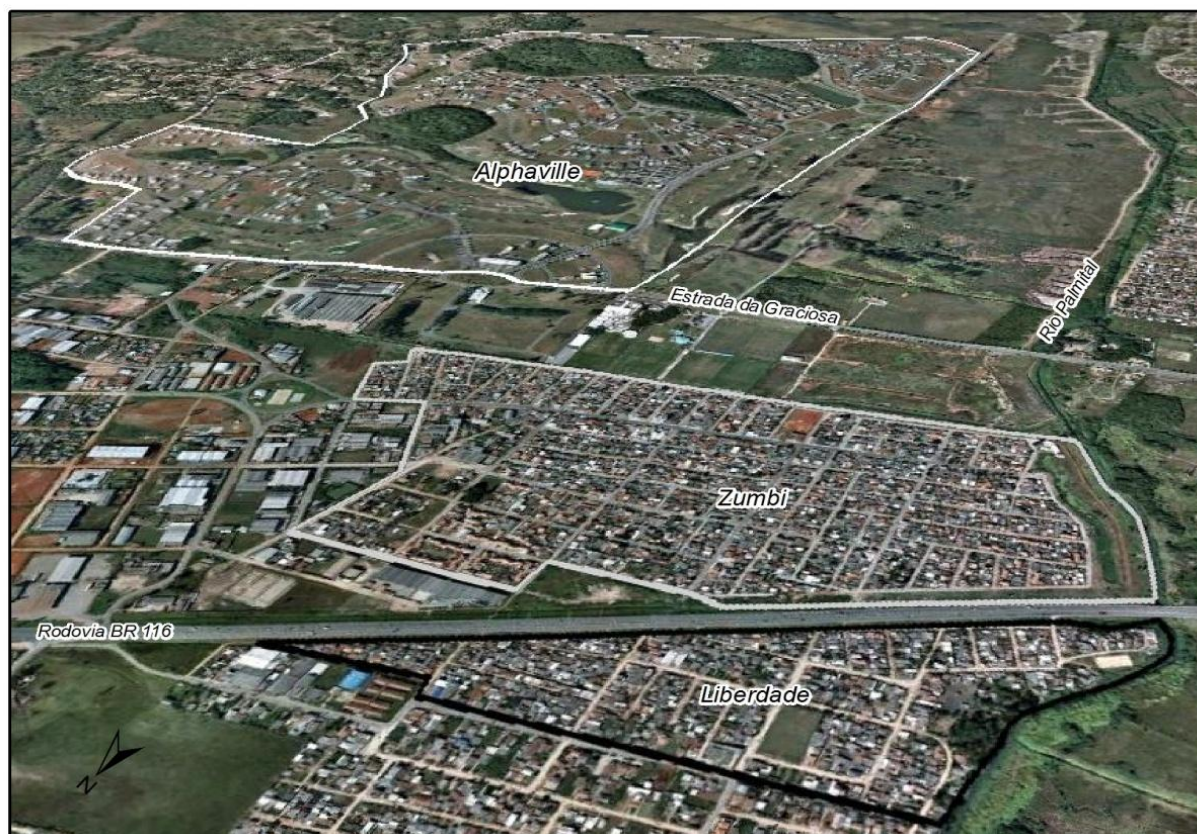


FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS TRÊS ÁREAS ESTUDADAS

FONTE: Organizado pelo autor, a partir de imagens do *Google Earth*, 2010

3.1 HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES DAS VILAS LIBERDADE E ZUMBI DOS PALMARES

A partir dos anos 1950, partes das áreas rurais do município de Colombo que foram desmembradas da Fazenda Rincão, localizadas próximas ao limite com o município de Curitiba, na margem esquerda do Rio Palmital, passaram a serem jurídico-administrativamente incorporadas ao espaço urbano de Colombo. Nesse conjunto, destaca-se a aprovação de dois loteamentos⁵⁸:

- Loteamento da Vila Palmital, em 16/09/1954, tendo como proprietários os Srs. David Carneiro, Caetano B. Cortes e Sebastião Schleder de Macedo (Figura 4);

⁵⁸ Esses loteamentos foram aprovados pela Prefeitura Municipal de Colombo e registrados no cartório de imóveis daquele município. O Jardim Palmital e a Vila Graciosa sob o nº 13. Microfilmados e identificados sob o nº 0674/71, de 08/03/1971.

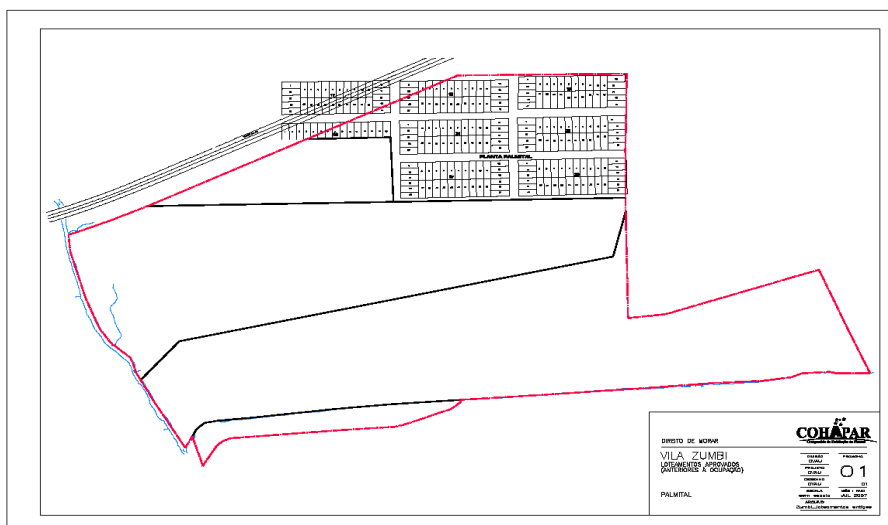


FIGURA 4 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA VILA PALMITAL (1954)

FONTE: COHAPAR, 2005

- Loteamento do Jardim Graciosa, em 22/10/1954, em nome do Senhor Sebastião Schleder de Macedo (Figura 5);

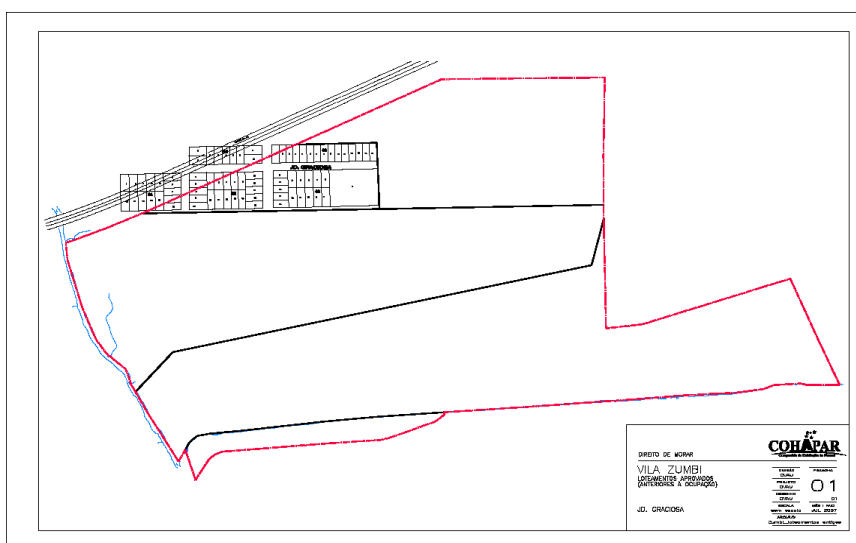


FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DO JARDIM GRACIOSA (1954)

FONTE: COHAPAR, 2005

Já, nessa época, merecia destaque a desconexão dessas áreas loteadas com o núcleo urbano do município de Colombo e a maior proximidade ao de Curitiba. Fato que poderia instigar hipóteses de já haver a percepção ou pelo menos a aposta de maior crescimento e valorização das terras próximas à Curitiba, cuja

pujança era muito mais notória do que em Colombo. Haveria expectativas de maior conexão com Curitiba? Ou então, haveria primórdios ou indícios de uma metropolização?

Como tais hipóteses tangenciam o enfoque principal deste trabalho, achou-se por bem não ir à busca das suas comprovações, no entanto, fica lançado o questionamento para trabalhos vindouros.

Quanto ao Jardim Graciosa e à Vila Palmital, tratava-se de “loteamentos brancos”, ou seja, existiram durante muito tempo, apenas no papel, nos projetos apresentados e aprovados na Prefeitura de Colombo; *in loco* nada havia sido feito, nenhuma demarcação de lotes, nenhum arruamento, enfim nenhuma infraestrutura urbana. Até a década de 1960, as suas paisagens eram marcadas pela caracterização das práticas agrícolas e criatórias.

Posteriormente, novos loteamentos foram aprovados nessa porção de Colombo, como os loteamentos do Centro Industrial Barão de Mauá⁵⁹ e da Vila Ana Maria⁶⁰. O primeiro, em 1985, em nome do Senhor Assis Zani, proprietário da AZ imóveis, contendo lotes para fins de implantação de estabelecimentos industriais, além de uma área contínua e adjacente para fins residenciais (Figura 6);

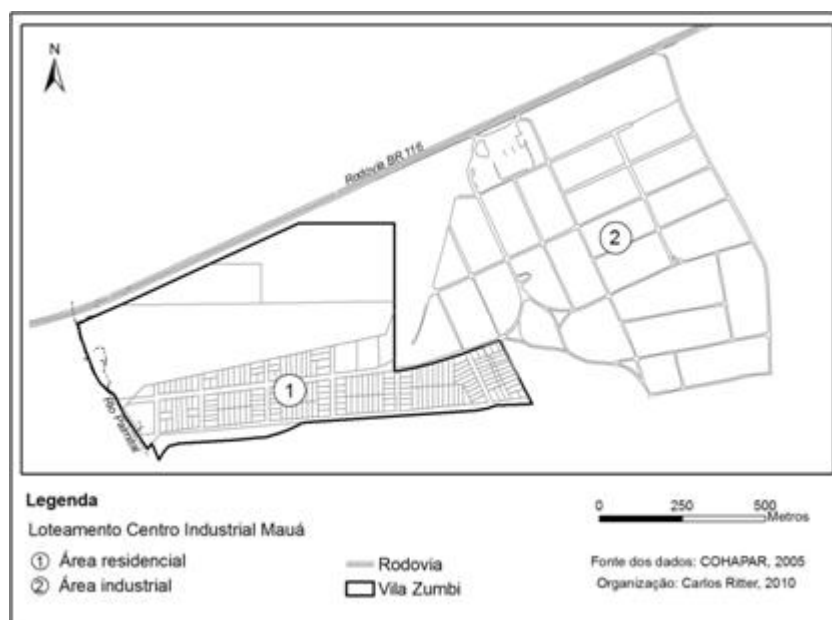


FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL BARÃO DE MAUÁ (1985)

FONTE: Organizado pelo autor, a partir das informações da COHAPAR, 2005

⁵⁹ O CIM foi registrado sob o nº 512; microfilmado e identificado sob o nº 4283/85, de 07/03/85.

⁶⁰ A Prefeitura de Colombo não disponibilizou informações de registro desse loteamento, apenas uma cópia da Planta Original.

O loteamento da Vila Ana Maria foi aprovado nesse mesmo ano, localizado ao norte e paralelo à Vila Palmital, com destinação apenas para fins residenciais, em nome do Senhor Lauro Machado, cuja venda dos seus lotes era administrada, também, pela AZ imóveis (Figura 7).

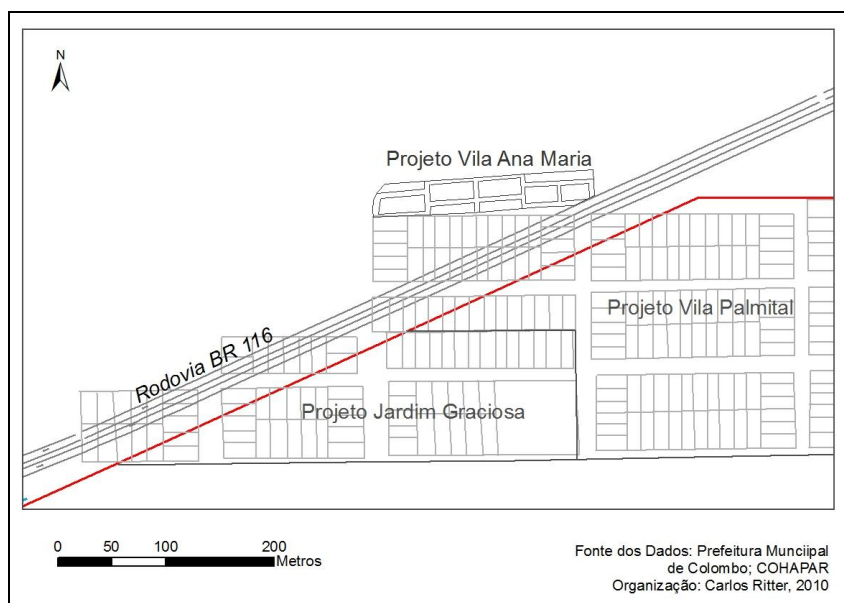


FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA VILA ANA MARIA

FONTE: Registro de Imóveis do Município de Colombo-PR

As primeiras ocupações efetivas por residentes começaram a ocorrer apenas na década de 1960, nos loteamentos da Vila Palmital e do Jardim Graciosa, quando da venda de alguns lotes e consequente construção de algumas poucas casas e um barracão, nas porções afastadas do Rio Palmital, livres das inundações, e a cavaleiro da recém inaugurada BR 2⁶¹, pela maior facilidade de acesso e conexão à Curitiba. Pela Figura 8, feita em 1976, é possível se constatar a escassa presença de construções nas áreas que viriam a constituir as Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares.

⁶¹ A. O trecho da BR 2, ligando São Paulo ao Paraná, foi construído no período de 1957 a 1960, sendo inaugurado em fevereiro de 1961, com o nome de rodovia Regis Bittencourt. Em 1973, pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro daquele ano, deixou de ser BR 2, passando a ser designada BR116, de acordo com o Plano Nacional de Viação, segundo o site www.transportes.gov.br/historia/.../GM.htm.

A BR 2 ao atravessar os loteamentos da Vila Palmital e do Jardim Graciosa, dividiu-os em duas porções, a porção a noroeste, hoje, compõe a denominada Vila Liberdade e a porção à sudeste integra a Vila Zumbi dos Palmares.

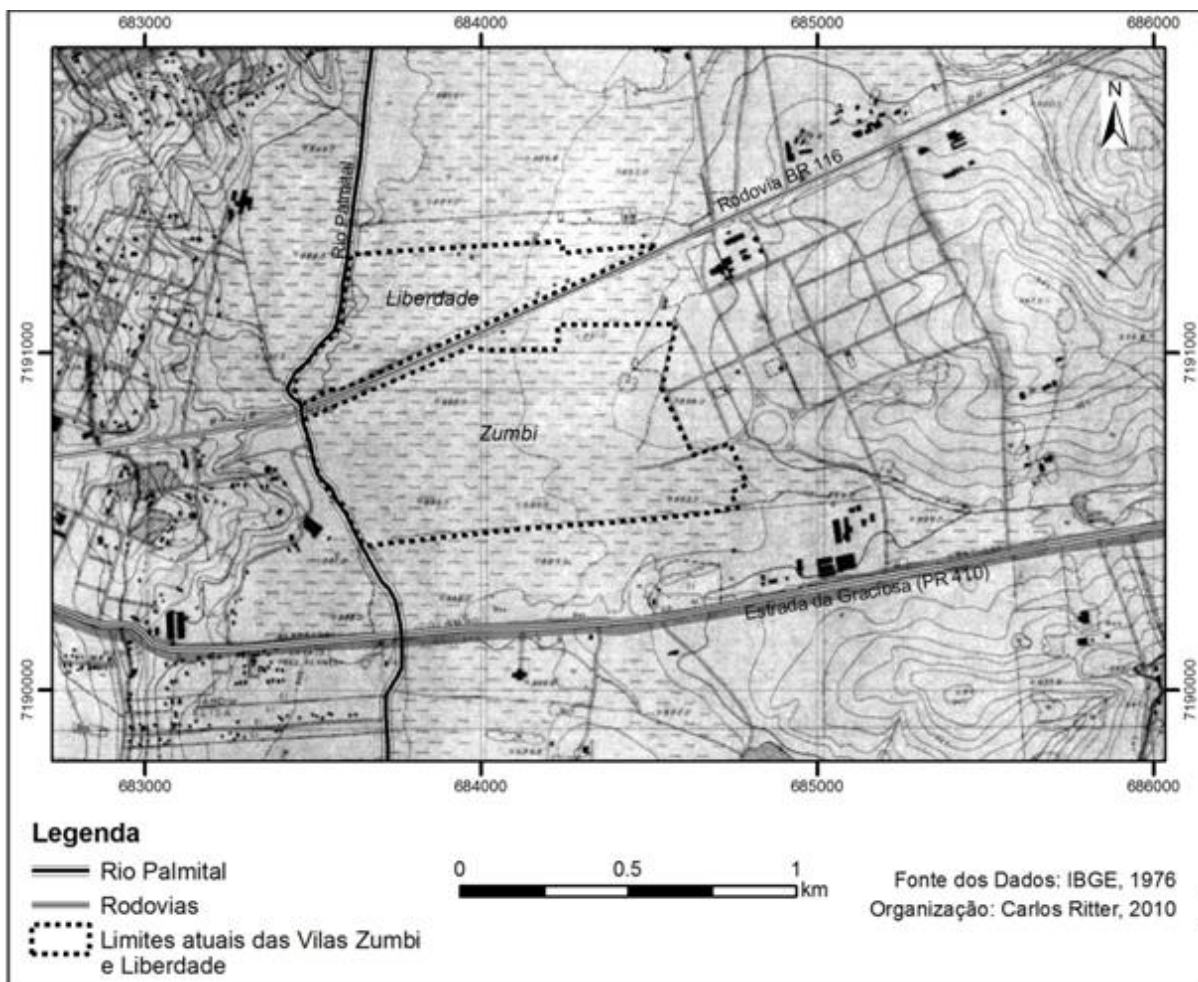


FIGURA 8 – ÁREA DOS LOTEAMENTOS GRACIOSA, PALMITAL E CENTRO INDUSTRIAL MAUÁ (1976), ANTES DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

FONTE: Carta Topográfica da Região de Curitiba, IBGE, 1976

No entanto, até se ter essas áreas efetivamente ocupadas, um período de mais de três décadas se fez necessário, o que evidencia práticas muito mais voltadas à especulação imobiliária do que a real necessidade de incorporação de novos espaços ao tecido urbano do município de Colombo, uma vez que na época era muito fácil converter áreas rurais em urbanas, deixando-as como *expectantes*, em reservas de valor e mesmo assim, a ocupação dessas áreas se deu, em grande parte, de forma ilegal.

Nesse período, em Colombo, não havia uma maior preocupação em normatizar a conversão do espaço rural em urbano, existia somente uma lei municipal, a lei nº 38/73, fixando normas para os seus arruamentos e para os seus novos loteamentos.

Dessa forma, os períodos que antecederam a mudança dessa lei e a adoção de legislação mais rigorosa com relação às práticas de urbanização, foram marcados por uma aceleração no processo de ampliação do perímetro urbano de Colombo e de formação de bairros desconectados oriundos do parcelamento dessas áreas já convertidas em urbanas ou em processo de conversão.

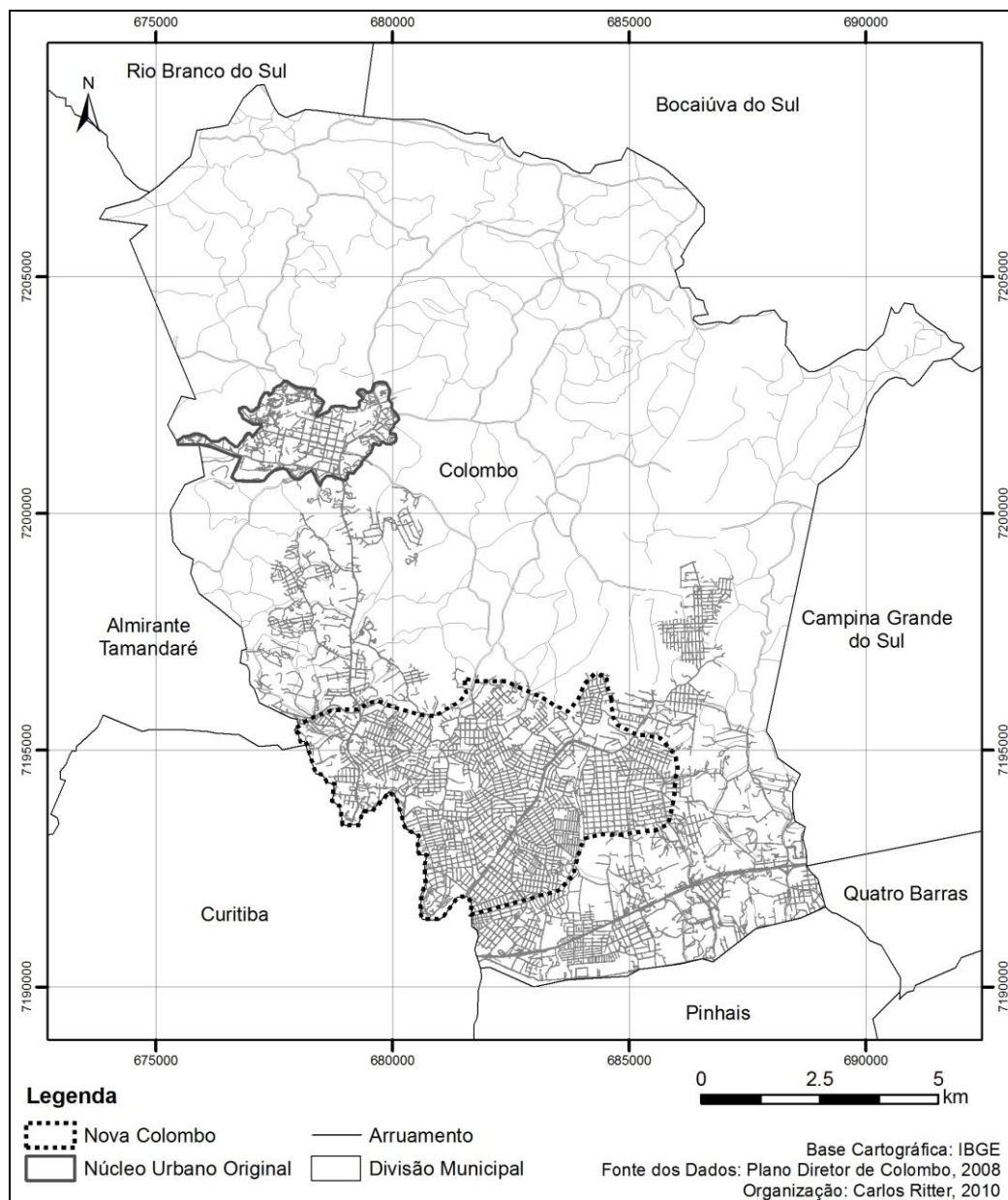
Em 1980, o legislativo municipal aprovou o primeiro Plano Diretor para Colombo, e em 1988, a lei municipal 428/88. Esses instrumentos deveriam ordenar o processo de construção do espaço urbano daquele município, no entanto, não tiveram a eficácia esperada. Justamente naquela década houve uma intensificação dos fluxos de pessoas atraídas por Curitiba e compelidas a residir nos municípios do seu entorno, fato que colaborou, muito, para o aumento dos casos de ocupações irregulares nessas porções de Colombo.

Por essas razões, somadas as distâncias físicas, tanto de Curitiba quanto da sede de Colombo, as áreas em questão não receberam a valorização projetada, e o conseqüente interesse imobiliário, até meados da década de 1990. No entanto, esse quadro passou a ser alterado com a aceleração do processo de metropolização e de crescimento do tecido urbano do AMC, com isso, passaram a estar localizadas mais próximas da cidade principal, Curitiba, do que da sede administrativa de seu próprio município, Colombo. Dessa maneira, enquadradas em um conjunto maior de áreas limítrofes à Curitiba passaram a ser procuradas por uma população portadora de graves problemas socioeconômicos, população essa que era e continua sendo, ao mesmo tempo, necessária economicamente, mas dispensável socialmente à metrópole.

O volume do fluxo populacional transferido para essa área do município de Colombo foi significativo a tal ponto de constituir a denominada *Nova Colombo* (ver Mapa 9), ou seja, um somatório de loteamentos ocupados, em sua maioria de forma irregular. A atual *Nova Colombo* concentra mais de 50% da população total daquele município⁶².

⁶² Dados coletados junto à Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Colombo, em maio de 2009.

A *Nova Colombo* passou a apresentar marcantes características de *cidade dormitório* de Curitiba, uma vez que suas relações funcionais foram sendo estabelecidas muito mais com Curitiba, do que com o núcleo urbano já consolidado de Colombo.



MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE COLOMBO

FONTE: Plano Diretor de Colombo, 2008

Dentro dessa lógica metropolitana de ocupação e especulação do espaço urbano, as áreas de Colombo localizadas no entorno de Curitiba passaram a despertar interesses econômicos e principalmente políticos, capazes de promoverem constantes alterações em suas espacialidades, apesar de apresentarem numerosas ocupações irregulares; nem mesmo às áreas de proteção ambiental (APA) foram poupadas, fato também ocorrido com os mananciais localizados em Pinhais, em Piraquara, entre outros municípios do AMC.

Cabe destacar que as primeiras ocupações que deram origem às atuais Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares eram legais. Inicialmente, ocorridas nos loteamentos do Jardim Graciosa e da Vila Palmital localizados a oeste da rodovia Régis Bittencourt, BR 02 (atual BR 116) e espalhando-se para o outro lado da BR. Segundo Cadastro Municipal da Prefeitura de Colombo (1990), até o final da década de 1980, legalizadas eram 3 residências e 1 barracão nos loteamentos Palmital e Graciosa e 8 residências e 7 barracões na porção do Centro Industrial Mauá.

O pequeno número de construções era justificado pelo contexto político-econômico e pelas condições impróprias de parte dessas áreas à urbanização, conforme será detalhado posteriormente. No entanto, no final da década de 1980, foi iniciado um processo de ocupações irregulares que se estendeu pela década de 1990, com maior intensidade, atingindo praticamente todos esses loteamentos e uma gleba não loteada, localizada entre o loteamento residencial do Mauá e o Jardim Graciosa.

Essas ocupações irregulares estavam diretamente relacionadas ao contexto político-econômico em que vivia o Brasil e por consequência a RMC.

Neste contexto, dentre outros fatores, o destaque era para a forte crise econômica, com a desaceleração do crescimento industrial, que, no período, trouxe para a RMC uma diminuição da oferta dos empregos formais, tanto no que se refere ao setor secundário quanto ao terciário e, ao mesmo tempo, intensificou os fluxos migratórios direcionados à metrópole curitibana, em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Esses fluxos, por sua vez, fizeram com que Curitiba e principalmente os municípios do seu entorno próximo permanecessem com crescimento populacional superior à média paranaense, bem como tivessem a intensificação do processo de ocupações irregulares.

3.2 IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS FÍSICOS PARA A ANÁLISE DAS ESPACIALIDADES DAS VILAS LIBERDADE E ZUMBI DOS PALMARES

Longe de partir para uma abordagem determinista, mesmo porque não se compactua com tal concepção, verifica-se a importante influência dos fatores físicos na construção das espacialidades em estudo, com destaque para os aspectos relacionados à geomorfologia, à hidrografia e às coberturas vegetais. Esses elementos naturais são considerados, não como possibilitadores e muito menos como determinantes, mas como integrantes de um conjunto de elementos de grande relevância no momento de se traçar as estratégias da especulação imobiliária e das preferências nos processos das ocupações irregulares. Agregando ou subtraindo valor e *status*, esses aspectos físicos exercem importante papel no mecanismo de conversão e apropriação do solo urbano.

Em um espaço concebido como mercadoria pelo seu valor de troca e demais possibilidades especulativas, a presença de um conjunto desses elementos naturais pode proporcionar ganhos consideráveis ou então torná-lo insignificante, para efeitos comerciais. Tudo depende do que se está sendo valorizado econômico, sócio e culturalmente, naquele momento e naquele lugar.

Cabe destacar que tais potencialidades ligadas às condições naturais do espaço também são relevantes para aqueles que realizam as ocupações irregulares. Nas Vilas Liberdade e Zumbi dos Palmares houve, já no período das ocupações irregulares, uma clara preferência dos ocupantes pelas porções mais altas e afastadas do Rio Palmital e dos demais cursos d'água existentes em sua margem esquerda. Também era latente a opção pelas áreas de solo menos argiloso e ainda por aquelas não tão próximas à rodovia BR 116, restando para os ocupantes, que foram chegando depois, os espaços rejeitados, ou seja, uma faixa próxima a rodovia – BR 116 e as porções inundáveis, de solos argilosos e difícil drenagem, próximas à calha do Rio Palmital.

O parecer emitido em 01 de julho de 1993, pelos geólogos Gil F. B. Polidoro e Márcia C. Lima, do Departamento de Planejamento da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 1993), sobre as condições geomorfológicas das áreas onde foram assentadas as Vilas Zumbi dos Palmares e Liberdade, atesta se tratar de uma planície de aluvião da bacia hidrográfica do Rio Palmital, suscetível às

rápidas e frequentes inundações, cujo solo é composto de uma argila-arenosa, com pouca infiltração e, em alguns pontos, com lençol freático aflorante ou quase aflorante com escoamento superficial potencializado.

Conforme esse parecer, as características do solo, onde está assentada a Vila Zumbi, dificultariam a instalação de pavimentação e de rede de esgoto. Tais infraestruturas exigiriam tecnologias diferenciadas, o que encareceria ou até inviabilizaria a urbanização daquela área. Na prática, essas características eram, grosso modo, conhecidas por aqueles que fizeram uso dessas áreas, inclusive pelos ocupantes irregulares.

Por se tratar de uma planície de aluvião, grande parte da área onde se localiza atualmente a Vila Liberdade foi utilizada para o cultivo de arroz irrigado, nos anos de 1970. As demais foram utilizadas como pastagens da Fazenda Rincão ou de terceiros, desde a década de 1940 até o momento das ocupações irregulares.

Outro fato importante se refere à construção do aterramento para dar nível ao traçado da então rodovia BR 2, concluído em 1960. Tal obra provocou o agravamento do quadro de inundações na bacia do Rio Palmital, a montante dessa rodovia.

As constantes inundações, tanto na Vila Liberdade quanto na Vila Zumbi dos Palmares, de certa forma, contribuíram para selecionar os ocupantes irregulares portadores das maiores precariedades socioeconômicas, uma vez que os lotes livres das inundações eram mais valorizados e os primeiros a serem ocupados.

Principalmente na Vila Zumbi dos Palmares, os lotes inundáveis foram ocupados por aqueles em pior situação socioeconômica, e não, necessariamente, pelos últimos a chegarem ao local da ocupação. Dentro dessa área houve, nos primeiros meses, um processo de acomodamento, com intenso escambo e comércio dos melhores lotes. Tal fato pode ser constatado a partir da análise dos discursos dos primeiros ocupantes, como o do Senhor “Cl. P.”, ex- morador da Vila Zumbi (2009):

“Quando eu cheguei na Zumbi queriam me dá um lote perto do rio. Eu não quis, pedi pra ser mais no alto. Não tinha. Tive que falá com o Paulino, foi então que ele me conseguiu um lote melhorzinho [...] tinha medo do alagamento e depois aquele lugar valia menos se eu tivesse que vende ou trocá”.

Ou ainda, do Senhor “M.”, morador da Vila Liberdade (2010):

“Conheci aqui desde o tempo do arroizal. Sabia que na época das chuvas alagava tudo. Não queria morá nem no baixadão e nem no barrero [...] sabe como é que é, a gente procura consegui um lugarzinho que seja fácil de barganhá se for preciso”.

Os ocupantes irregulares, antes das questões de sobrevivência, de escapar das enchentes ou do perigo da rodovia ou ainda de se conseguir um “cantinho” para morar, buscavam constituir um patrimônio, além de um espaço para o simples ato de morar, como valor de uso, queriam também o seu valor de troca, pela lógica capitalista, já incutida na maneira de agir daquela população.

3.3 A VILA LIBERDADE

Localiza-se num dos extremos do município de Colombo, próximo à divisa com Pinhais e com Curitiba. Foi construída, parte em área de preservação – margem esquerda do Rio Palmital, parte na faixa de domínio da BR 116 e o restante em áreas particulares, englobando frações dos loteamentos do Jardim Graciosa e das Vilas Palmital e Ana Maria, conforme se observa na Figura 9.

Trata-se de uma comunidade formada a partir do uso de três distintos mecanismos de apropriação do solo urbano. O primeiro, deu-se por pessoas que adquiriram terrenos nas áreas loteadas pela AZ imóveis, efetivaram o pagamento completo e legalizaram seus imóveis. Encontra-se nessa situação um grupo bastante reduzido de moradores. O segundo foi caracterizado por lotes inicialmente legalizados, ocupados e, no entanto, não pagos, ou então com o pagamento das primeiras parcelas apenas, uma vez que os seus compradores, ao perceberem que os demais lotes estavam sendo irregularmente ocupados, deixaram de pagar as prestações restantes. No entanto não os abandonaram, pelo contrário, neles construíram suas casas e estabeleceram residência, passando, dessa forma, para uma situação irregular. O terceiro constitui o mecanismo mais significativo para este trabalho, uma vez que abrange um grande número dos lotes e habitações existentes nessa vila.

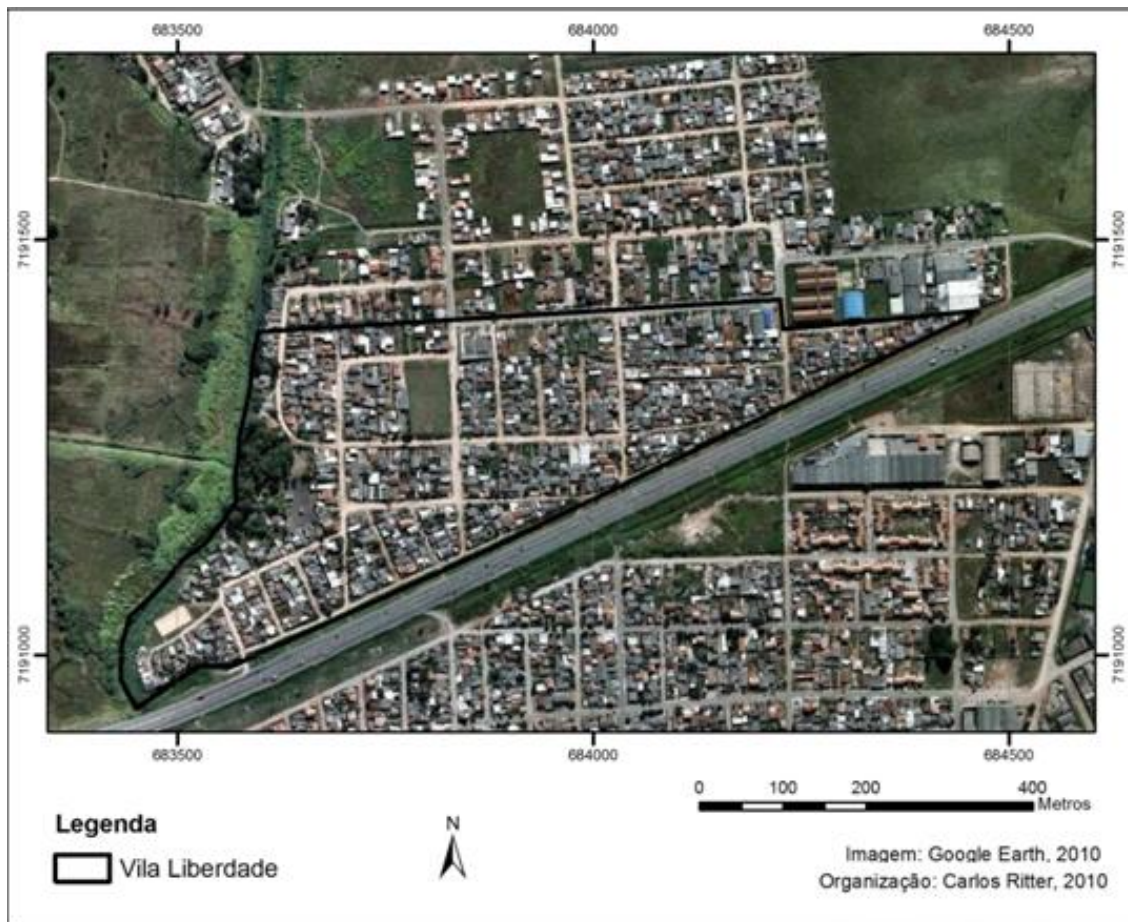


FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA VILA LIBERDADE

FONTE: Organizada pelo autor, a partir de imagem do *Google Earth*, 2010

O depoimento do Senhor “A. P.”, um dos primeiros moradores da Vila Liberdade, ratifica tal situação.

“Quando cheguei aqui, tinha só umas poucas casinha. Era um banhado que só.[...] Eu comprei um lote da Chácara do José Marques, em Dezembro de 1985. Paguei certinho, mais os outro que começaram a vim pararam de paga e depois começou as invasão desse lado do loteamento Palmital e do Jardim Graciosa, principalmente na bera da rodovia. Os da Ana Maria pagaram uma parte, depois também pararam de paga.[...] Mas muita gente tem os documento dos lote, tudo certinho [...]” (AUTOR, entrevista nº 12, 2010).

A partir do ano de 1986, houve uma sequência de ocupações irregulares das porções dos três loteamentos feitos pela AZ imóveis: as porções do Jardim Graciosa e da Vila Palmital que ficaram a noroeste da rodovia, BR 116, nas suas partes mais próximas ao Rio Palmital, além da parte sudoeste da vila Ana Maria, localizadas na margem esquerda desse rio.

Segundo os dados atualizados pela COHAPAR (2009), a Vila está ocupada por 709 famílias, sendo que 250 estão residindo em habitações autoconstruídas em locais impróprios, ou seja, nas proximidades imediatas do Rio Palmital, sujeitas as constantes inundações e/ou na faixa de domínio da BR116.

A irregularidade da posse da terra também é uma característica marcante, uma vez que, dos mais de 580 lotes existentes, pelo menos 373 necessitam de regularização fundiária, segundo o último *Levantamento Técnico e Social*. (COHAPAR, 2007).

A Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Colombo em parceria com a COHAPAR e com a SANEPAR, em 2007, cadastrou 414 famílias, enquadradas como de maior gravidade socioambiental, por estarem morando em áreas consideradas de risco e/ou estarem em situação de irregularidade fundiária, totalizando 1.543 pessoas. Desse total, a Secretaria abordou 58,5%, ou seja, 242 famílias, através de visitas e do preenchimento de uma ficha cadastral.

Assim, com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico da população residente nessa Vila, fez-se uso dessas informações acrescidas da junção e da compilação dos dados obtidos junto aos outros dois órgãos públicos, COHAPAR e SANEPAR, bem como das demais informações coletadas através das pesquisas *in loco*, conforme se segue:

a) Há pouca rotatividade entre os seus moradores, uma vez que se constatou que 46,62%, das 414 famílias cadastradas, residem na Vila Liberdade há mais de 10 anos, 14,73% entre 06 a 10 anos e 38,65 há menos de 06 anos (Tabela 9). No entanto, cerca de 60% dos ocupantes das áreas de risco, ou seja, os moradores, cujas casas situam-se na beira do Rio Palmital e na área de domínio da BR 116, ali residiam há menos de 04 anos (dados de 2007). Nesse grupo estava grande parte daqueles que deixaram a Vila Zumbi dos Palmares, assim que essa passou a sofrer intervenção direta do Estado.

A partir desses dados, com o acréscimo das informações obtidas pelos questionários e pelas entrevistas, foi possível constatar que há uma maior rotatividade entre os moradores das áreas de risco, existentes nessa vila.

TABELA 9 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DAS FAMÍLIAS MORADORAS NA VILA LIBERDADE

TEMPO DE RESIDÊNCIA	Nº DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
Até 01 ano	81	19,57
Mais de 01 a 02 anos	16	3,86
Mais de 02 a 04 anos	30	7,25
Mais de 04 a 06 anos	33	7,97
Mais de 06 a 10 anos	61	14,73
Acima de 10 anos	193	46,62
Total	414	100

FONTE: PTTS- COHAPAR, 2007

b) Quanto à densidade de moradores por domicílios, obteve-se uma média de 3,67 habitantes por domicílio, sendo importante destacar que, em 15,22% dos domicílios, este índice subia para 06 ou mais habitantes. (Tabela 10).

TABELA 10 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

COMPOSIÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS	PERCENTUAL
Até 2 pessoas	105	25,36
3 pessoas	109	26,33
4 pessoas	79	19,08
5 pessoas	58	14,01
6 pessoas	37	8,94
Acima de 6 pessoas	26	6,28
Média 3,67	Total: 414	100

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados da Secretaria de Ação Social de Colombo, 2007

c) Quanto à renda familiar, dentre o universo pesquisado, 92,57% das famílias possuíam renda até 03 salários mínimos, sendo que o total de famílias com até 01 salário mínimo representava 36,71%, e com mais de 05 salários mínimos, apenas 1,45%, o que demonstra o baixo poder aquisitivo dessa população. (Tabela 11).

TABELA 11 – RENDA MÉDIA DAS FAMÍLIAS

RENDA FAMILIAR	Nº DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
Até 1 SM	152	36,71
1,01 a 2 SM	160	38,65
2,01 a 3 SM	71	17,15
3,01 a 5 SM	25	6,04
Acima de 5 SM	6	1,45
Total	414	100

FONTE: Secretaria de Ação Social de Colombo, 2007

d) Quanto ao material utilizado nas construções das habitações, constatou-se que 20% das famílias moravam em casas feitas de madeira e 10,1% em casas mistas, ou seja, uma parte de madeira e outra em alvenaria, geralmente, apenas o banheiro era de alvenaria (Tabela 12).

TABELA 12 – TIPOLOGIA DAS HABITAÇÕES

TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
Madeira	81	19,6
Alvenaria	266	64,2
Mista	42	10,1
Subabitação	2	0,5
Outros	23	5,6
Total	414	100

FONTE: Cadastro de pretendentes da COHAPAR, 2007

Apesar de a maioria das famílias residir em habitações feitas em alvenaria, cerca de 64%, essa constatação não é uma garantia de qualidade do imóvel, uma vez que grande parte é resultante da autoconstrução e do uso de material de baixa qualidade, fora dos padrões técnicos de construção, segundo os técnicos da COHAPAR (2007).

e) Das 1.543 pessoas constituintes das 414 famílias cadastradas, os dados apontavam para uma população com predomínio de indivíduos com idade até 30 anos, 66,11%, sendo 44,73% jovens com idade inferior a 18 anos. Outro dado relevante é o pequeno número de pessoas com idade superior a 60 anos, apenas 5,44%. (Tabela 13).

TABELA 13 – FAIXA ETÁRIA GERAL

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS	PERCENTUAL
De 0 a 02 anos	95	6,16
De 03 até 13 anos	439	28,45
De 14 até 17 anos	156	10,12
De 18 até 30 anos	330	21,38
De 31 a 60 anos	439	28,45
Acima de 60 anos	84	5,44
Total	1543	100

FONTE: Secretaria de Ação Social de Colombo, 2007

f) Quanto ao nível de escolaridade, destaca-se a presença de analfabetos. Dentre os 853 entrevistados com idade superior aos 18 anos, foram detectadas 50

peças não alfabetizadas; número que corresponde a 5,86%. Nesse universo, encontravam-se, principalmente, os aposentados e as pensionistas.

O maior percentual dos entrevistados se encontrava entre aqueles que não concluíram e/ou estavam cursando o Ensino Fundamental, em torno de 520 pessoas. Com o Ensino Médio completo ou cursando o Superior, apenas 3,4%. (Tabela 14).

TABELA 14 – FAIXA DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES COM MAIS DE 18 ANOS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE PESSOAS	PERCENTUAL
Não alfabetizados	50	5,8%
E F incompleto	520	61%
E F completo	172	20,2%
E M incompleto	82	9,6%
E M completo	21	2,5%
Ensino Superior	8	0,9%
Total	853	100

FONTE: Organizada pelo autor, com base de dados da Secretaria de Ação Social de Colombo, 2007

g) Quanto à atividade profissional, foram computados apenas os titulares das famílias cadastradas. Em um universo de 414 pessoas, declararam-se como inseridos no mercado de trabalho informal, 35,8%, contra apenas 21% no mercado formal. Portanto, era notório o grande número de titulares sem proteção social do trabalho e sem vínculo empregatício.

Outro aspecto relevante foi a ocorrência de aposentados e pensionistas, 15%, e de pessoas que declararam estarem, naquele momento, desempregados, em torno de 6 a 7%, sem considerar as mulheres “do lar”, 20%. (Tabela 15).

TABELA 15 – SITUAÇÃO DE EMPREGO DOS TITULARES

SITUAÇÃO DE RENDA	NÚMERO DE PESSOAS	PERCENTUAL
Não informado	7	1,7
Do Lar	83	20
Desempregado	27	6,5
Aposentado/pensionista	62	15
Informal	148	35,8
Formal	87	21
Total	413	100

FONTE: Cadastro de Pretendentes - COHAPAR, 2007

h) Apenas uma rua, dentre todas, é asfaltada, a Rua João Alves, justamente onde passa a única linha de ônibus - *Vila Planalto-terminal Maracanã*.

i) Até o ano 2000, não havia coleta do lixo doméstico produzido. Predominava a cultura de se queimar ou jogar esse lixo no Rio Palmital, cultura essa ainda muito presente entre os seus moradores, haja vista, a quantidade de dejetos encontrados nesse rio.

Em novembro de 2000, a empresa *Transresíduos S/A* passou a fazer essa coleta na Vila Liberdade, executando-a duas vezes por semana, apenas.

j) O esgotamento sanitário permanece sendo lançado diretamente no Rio Palmital ou então no sistema de captação pluvial, o qual, também, direciona os dejetos para o Rio Palmital.

A SANEPAR projeta instalar e interligar o sistema de coleta do esgoto doméstico da Vila Liberdade ao da Vila Zumbi dos Palmares, uma vez que este último está conectado à Estação de Tratamento do Atuba.

3.4 A VILA ZUMBI DOS PALMARES

Das três áreas analisadas, a Vila Zumbi dos Palmares se constitui no mais significativo recorte para a comprovação da tese da existência do triplo processo de P-D-R/NP, defendida nesse trabalho, no momento em que passou a apresentar substanciais mudanças em suas espacialidades, em menos de duas décadas.

Viveu, inicialmente, uma intensa periferização e, num segundo momento, configura-se num espaço intermediário, no qual já é possível se encontrar elementos para substanciar a existência do processo de desperiferização. As diferentes paisagens desses dois momentos são retratadas na Figura 10.

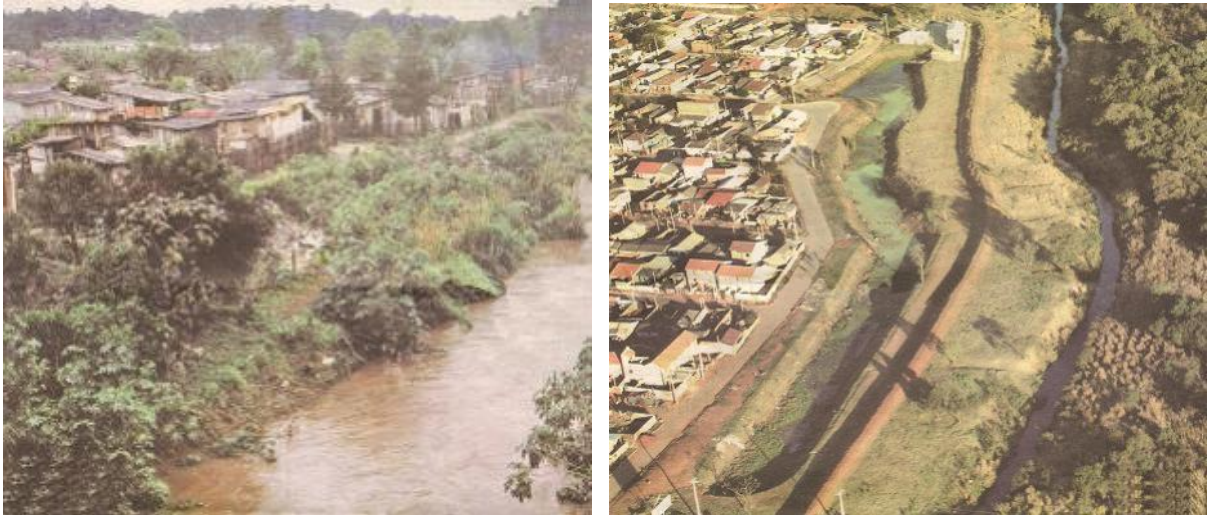


FIGURA 10 – VILA ZUMBI ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

FONTE: Jornal Notícias do Paraná, Setembro de 2008

3.4.1 A espacialização da Vila Zumbi dos Palmares antes da regularização fundiária e da urbanização: um espaço periferizado

Assim, como na Vila Liberdade, parte da área que viria a constituir a Vila Zumbi dos Palmares já se apresentava parcialmente loteada (loteamentos brancos) desde 1954, num processo de conversão de glebas da Fazenda Rincão em áreas periurbanas.

Na Figura 11, pode-se observar a evolução da estrutura fundiária da área ocupada pela Vila Zumbi dos Palmares.

Na primeira quinzena do mês de maio do ano de 1991, teve início um intenso processo com elementos de indução às ocupações irregulares das áreas localizadas às margens da BR 116, no lado oposto ao da Vila Liberdade, ou seja, grande parte do terreno dos loteamentos da Vila Palmital, do Jardim Graciosa, da porção residencial do loteamento do Mauá (CIM) e de uma gleba remanescente da Fazenda Rincão, os quais passariam a formar a Vila Zumbi dos Palmares, conforme se pode observar na Figura 12.

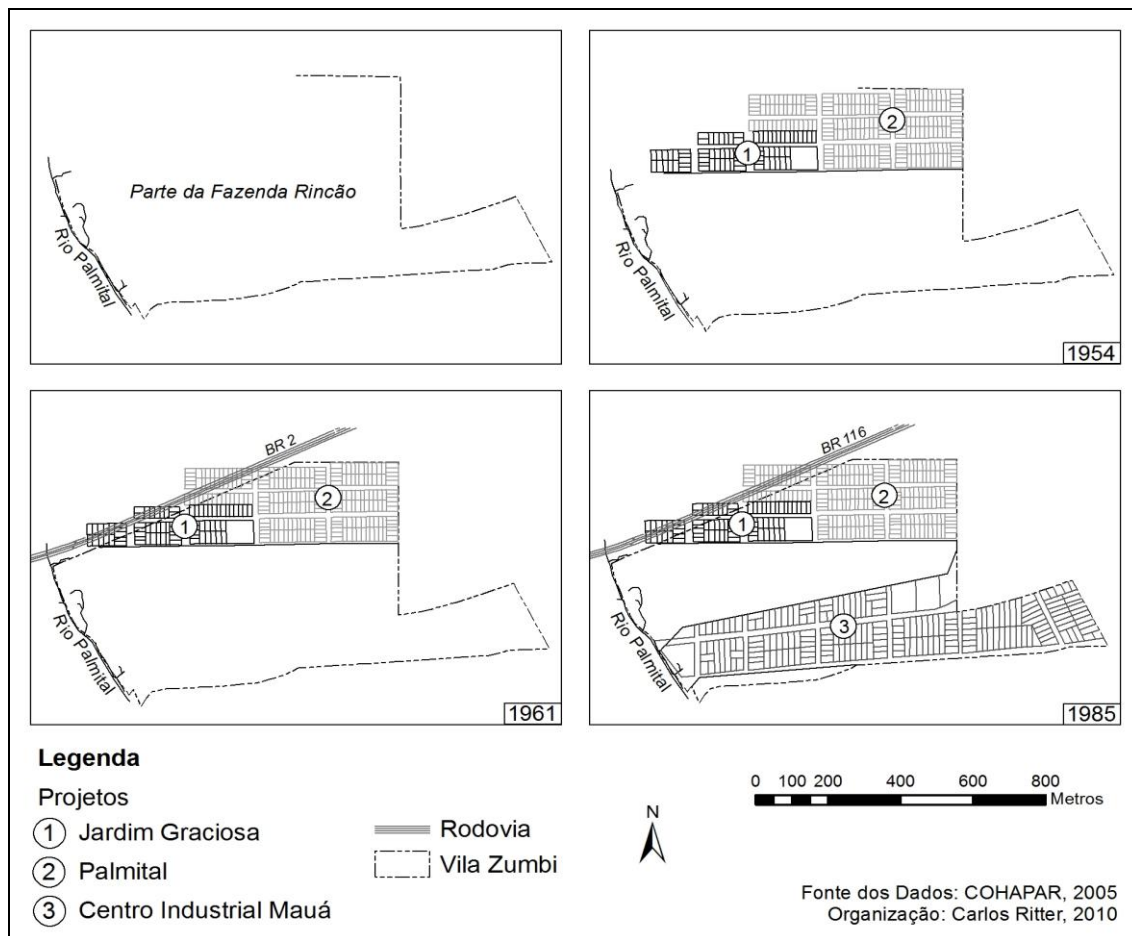


FIGURA 11 – EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA EM ESTUDO

FONTE: COHAPAR, 2005

Portanto, as ocupações irregulares se deram em áreas dos loteamentos do Jardim Palmital, da Vila Graciosa, da porção residencial do CIM e numa gleba remanescente da Fazenda Rincão, conforme pode ser constatado no Mapa 10.

A ocupação das porções constituintes da Vila Zumbi dos Palmares foi relatada pelos primeiros moradores, como no depoimento do Senhor “A. de A. S.”:

“O João me aviso que o advogado “P. P.” tava chamando a gente pra ganha os lote. Era só leva um documento, uma foice e inchada pra ocupá, lá depois da BR, perto do Rio Parmital, mais tinha que í de pressa. [...] cheguei lá e já tinha muita gente, dei meu nome pra uma dona que anotava, o “P.” me mostro o meu lote, ele media 10X20 m², [...] fui logo tirando o mato. Dois dia depois me deram a lona preta, eu e meus tres fios levantamo o ranchinho.[...] pra tudo que era lado que se oiava só se via as lona armada e mais gente chegando de ônibus pago por alguém, não era pelo povão”. (autor, entrevista nº 2, 2009)

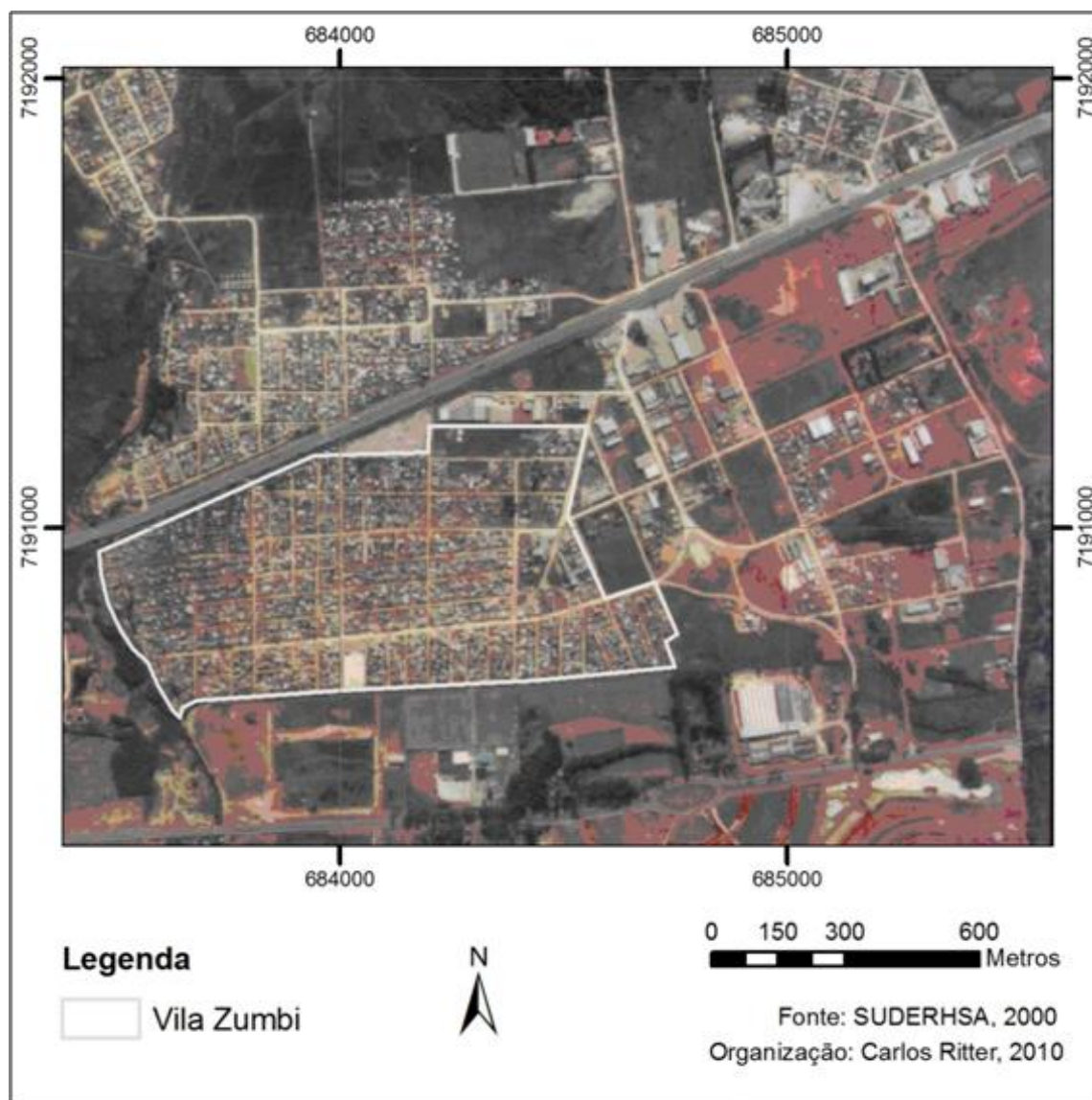
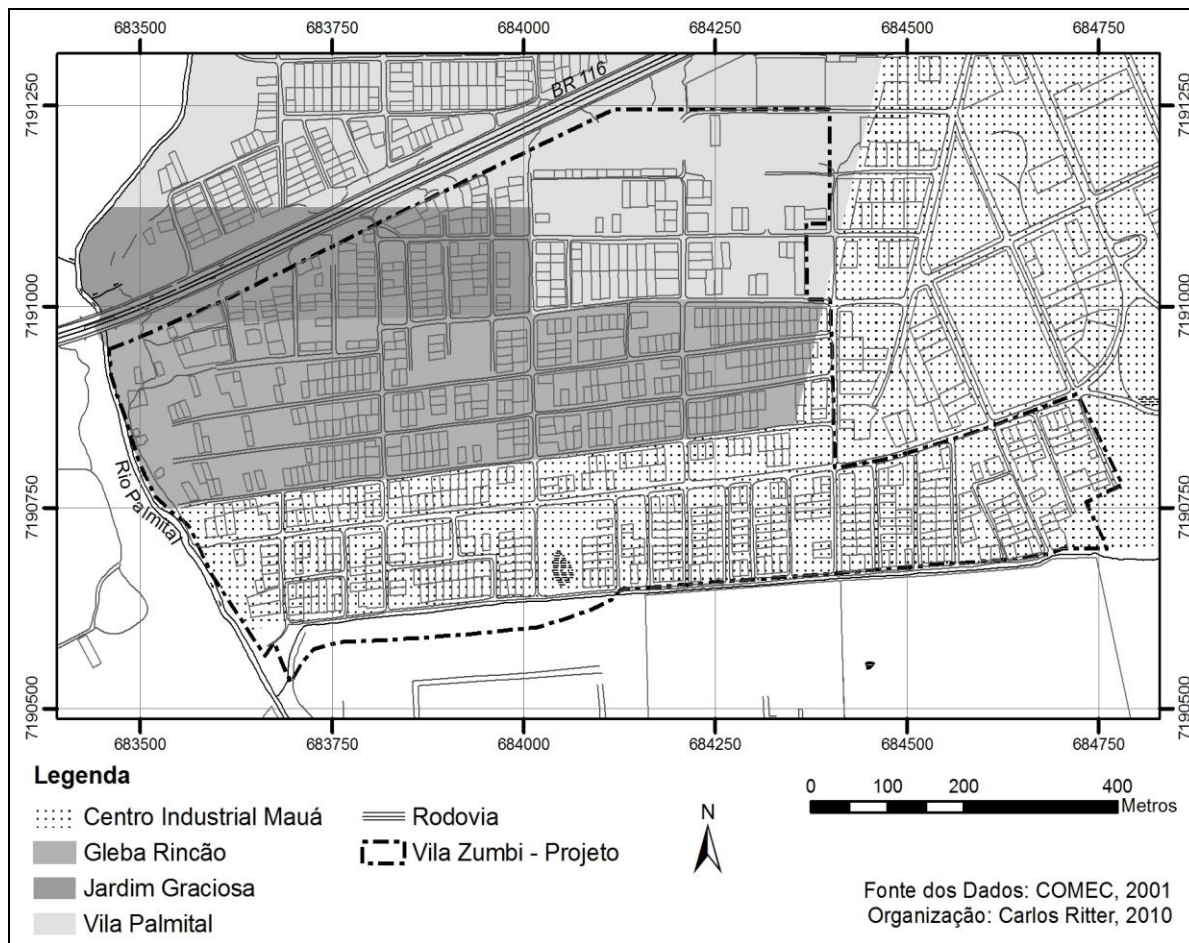


FIGURA 12 – FOTO AÉREA COM A DELIMITAÇÃO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: SUDERHSA, 2000

Ou da transcrição da entrevista com a Senhora “A.R.N.”, realizada por Polli (1997, p. 22), onde se destaca:

“O advogado “P. P.” mexe muito com estas coisas de terra. Foi ele quem me mandou vir aqui, pois eu fui procurar ele, como advogado, justamente por causa de um problema de um terreno onde eu morava. Ele me encaminhou para a “M. da L.”, pois na época ela era a tesoureira da FAMOPAR – (*Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná*). Todos tinham algo a ver com a invasão”.



MAPA 10 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ÁREA NO MOMENTO DA OCUPAÇÃO, EM 1991

FONTE: COMEC, 2001

Pela voracidade e pela organização das ocupações, verificam-se que não estava em jogo o bem estar ou simplesmente os interesses daquela população ocupante, bem como há elementos comprobatórios de que elas estavam sendo manipuladas para fins de atender aos interesses político-econômicos de grupos que se revezam no poder. Alguns dos proprietários das áreas ocupadas tinham grande representatividade no cenário político do AMC, como era o caso de Rafael Greca e de Assis Zani, e ao mesmo tempo compunham oposição às forças que estavam no governo do Estado do Paraná. Esses proprietários apoiavam Jaime Lerner, adversário político de Roberto Requião - governador do estado, na época.

Findado o mês de maio daquele ano, já eram mais de quinhentos ocupantes, que aos poucos substituíam os barracos de lonas por construções de madeira, de

uma ou duas peças, segundo o depoimento do Senhor “A. A. do S.” e demais moradores/ocupantes pioneiros (Figuras 13 e 14).



FIGURA 13 – CONSTRUÇÃO DOS PRIMEIROS BARRACOS DE LONA

FONTE: Cedida por um ocupante. Tirada no momento da chegada dos primeiros ocupantes irregulares, em 12 de maio de 1991.



FIGURA 14 – AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA QUE SUBSTITUÍRAM OS BARRACOS DE LONA NA VILA ZUMBI DOS PALMARES – FOTOS TIRADAS EM NOVEMBRO DE 2001

FONTE: COMEC, 2001

Por persuasão do advogado “P. P.”, citado nas entrevistas, a comunidade recebeu a denominação de *Vila Zumbi dos Palmares*, em homenagem ao *Rei Zumbi - líder do Quilombo dos Palmares*, e, também, pela coincidência de datas: da *Libertação dos Escravos*, com a da chegada e estabelecimento do maior contingente de ocupantes irregulares naquele local. A moradora “A.R.N.”, em depoimento, relata esse episódio:

“[...] o “P. P.” sugeriu o nome Zumbi. Ninguém conhecia tal nome, foi então que ele explicou ser um líder dos negros e que porque era maio, mês da libertação dos escravos seria interessante, e que aquele nome “Zumbi” era um nome forte, de grande impacto, chamaria a atenção do mundo inteiro pra nossa vila, pra nossa causa. E que no mês de maio houve a maior chegada de pessoas para ocupar aquele lugar”⁶³. (Autor, entrevista nº 3, 2009)

Cabe lembrar que esses fatos relatados se constituem elementos para fortalecer a suspeita da *ocupação induzida*, seja pela manipulação das massas e/ou pela condução dos atos político-administrativos em favor do interesse de poucos.

Como já foi exposto, o termo *induzido* adjetiva a ação de ocupar e é empregado para caracterizar uma forma planejada e direcionada de ocupação irregular. O emprego de caravanas organizadas, nas quais o transporte era oferecido de forma gratuita, teve o intuito de direcionar e facilitar a vinda dos ocupantes para um local previamente escolhido. O transporte de parte dos ocupantes da Vila Zumbi foi exatamente dessa forma.

O uso de propaganda em outras *periferias* para divulgar a possibilidade de se obter local para morar sem pagar aluguel, tornando-se o dono do próprio lote, ou ainda por disponibilizar equipes montadas para dar apoio àqueles que chegavam à área de ocupação, com trabalhos de cadastramento, marcação e distribuição dos lotes, fornecimento de lonas plásticas, entre outros serviços também são subsídios para a comprovação de que a ocupação da Vila Zumbi foi induzida e direcionada com um fim específico.

Os depoimentos, já explicitados anteriormente, trazem relatos da ocorrência de todos esses procedimentos durante o processo de ocupação irregular das áreas que vieram a constituir a Vila Zumbi dos Palmares.

⁶³ Faz-se importante ressaltar que 13 de maio é a data comemorativa da Abolição da Escravatura no Brasil e que se estabeleceu 20 de novembro como alusiva a Zumbi, tida como a data de sua morte, adotada também como o “Dia da Consciência Negra”.

Também foi possível extrair desses depoimentos, de forma geral, que os locais escolhidos para se cooptar os potenciais ocupantes eram marcados pelas precariedades socioeconômicas, em que a insalubridade persistia e, principalmente, encontravam-se em fase de saturação, ou seja, eram ocupações também irregulares, porém mais antigas que aos poucos passaram a sofrer um maior adensamento populacional, tanto pela chegada de novos moradores como pelas elevadas taxas de natalidade ou ainda áreas que estavam em processo de reintegração de posse. Dentre esses lugares, destaca-se uma ocupação às margens da linha férrea, localizada no bairro do Uberaba, município de Curitiba, por fornecer um grande número de ocupantes a Vila Zumbi.

Polli (1997) levantou, através de entrevistas de campo, com uma amostragem de 7% da população, em diferentes pontos da Vila Zumbi, a procedência dos seus primeiros moradores. Constatou que mais de 58% era proveniente da RMC, com destaque para Curitiba com 23,65% e Colombo com 15,05%, sendo ainda mais de 40% de outros municípios do estado do Paraná, não integrantes da RMC ou de outros estados da federação, conforme a Tabela 16.

TABELA 16 - LOCAL DE ORIGEM DOS OCUPANTES DA VILA ZUMBI

ORIGEM	PARTICIPAÇÃO
COLOMBO	15,05%
CURITIBA	23,65%
RMC (SEM CURITIBA e COLOMBO)	19,35%
DEMAIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	30,13%
OUTROS ESTADOS	11,82%

FONTE: Elaborado pelo autor, a partir das informações de Polli, 1997

Em complemento a essa pesquisa, verificou-se através de entrevistas que os primeiros cooptados para ocupar as áreas que viriam a se tornar a Vila Zumbi eram provenientes da própria RMC, porém em número maior do que o levantado por Polli (1997).

Através da divulgação “boca a boca”, essas pessoas anunciavam a possibilidade da obtenção de um local para morar e as benesses de uma metrópole aos parentes ou conhecidos que estavam morando em outros lugares, fora ou dentro da RMC, até mesmo em outros estados.

Também foi constatado, sem um maior aprofundamento, que aqueles que declararam ter vindo de outros estados ou do Paraguai, teriam de fato migrado desses outros estados ou desse outro país (Paraguai) para a RMC, há pouco tempo, primeiro para locais provisórios na RMC e daí sim, desses para a Vila Zumbi. Ao responderem às entrevistas, os moradores teriam informado, de forma equivocada, o local de origem à pesquisadora Polli. Para exemplificar, os depoimentos dos Senhores “E. da S.” e “M. G.”. O primeiro constava como migrante paraguaio. Era na realidade um “brasiguai” que migrou, com toda a sua família, para o Paraguai nos anos 1980 em busca de trabalho. Por lá permaneceu até o ano de 1989. Nesse ano, retornou para o Brasil, estabelecendo residência, inicialmente, na zona rural do município de Cascavel-PR. Em 1990, mudou para a Vila Pinto, em Curitiba, na casa de parentes, e lá, seis meses depois, foi alertado por outros familiares, que residiam em Colombo, da possibilidade de conseguir um local para morar, na Zumbi em formação. A transcrição do seu depoimento retrata tais episódios:

“Fiquei no Paraguai quase oito ano. Vim de lá pra Cascavel em oitenta e nove, mais não tava dando muito certo lá. [...] no final de noventa mudei pra Vila Pinto, na casa de um cunhado [...] era tudo apertadinho, não tinha lugar pra nada. [...] o meu sobrinho me aviso da Zumbi. Falei com a “M.” e com o “P. P.”, no dia seguinte, pegamo as traia e viemo pra cá”. (Trechos da entrevista com o Senhor “E. da S.”, o autor, 2009)

O segundo era oriundo de Morretes, município do litoral paranaense. Mudou-se com a sua família para Araucária, município integrante do AMC. Morou por três meses apenas em uma “meia-água” construída nos fundos do terreno de um parente, pois havia conseguido um emprego no Centro Industrial de Araucária. De Araucária, mudou-se para a Vila Zumbi, conforme os trechos do seu depoimento:

“Vim de Morretes para trabalhar na FOSFERTIL. Dei azar e perdi o emprego rapidinho. [...] a coisa ficou feia, pois morava de favor numa meia-água no fundo da casa do meu tio. [...] não queria voltar para Morretes, foi aí que falaram da Zumbi. [...]”. (AUTOR, entrevista nº 5, 2009)

Outro aspecto importante foi que, diante das ocupações irregulares, os proprietários das áreas constituintes da Vila Zumbi, tendo os seus interesses contrariados, deram entrada na justiça, com vários pedidos de reintegração de posse. No entanto, não lograram êxito ou então não tiveram a ordem judicial de reintegração e retirada dos ocupantes cumprida pelo governo do Estado. Um

exemplo marcante de tal situação é o caso da porção residencial do Centro Industrial Barão de Mauá.

O Senhor Assis Zani, proprietário legal dessa porção do CIM, dono da AZ imóveis, após tais episódios, impetrou um processo contra o Estado pela reintegração de posse, conforme informação do setor jurídico da COHAPAR. De maneira que se estabeleceu uma disputa política, um verdadeiro jogo de xadrez; o Estado, durante o primeiro mandato de Requião, lutou para protelar tal situação, pois dessa forma se via desobrigado a levar infraestrutura, a investir em ações sociais, enquanto não saísse uma decisão judicial, e, também atingia os seus objetivos políticos, ao prejudicar os negócios dos seus adversários.

Por outro lado, os proprietários tinham os seus planos especulativos frustrados e, encontravam-se afrontados politicamente.

Diante desse impasse, as ocupações irregulares foram se espalhando pelos antigos loteamentos da Vila Palmital, Jardim Graciosa, gleba Rincão, e porção sudeste do Centro Industrial Barão de Mauá, chegando a ser em 1992, a Vila Zumbi, uma das maiores ocupações irregulares contínuas da RMC, com 924 habitações/sub-habitações, com mais de 3.500 pessoas, segundo dados da COMEC (2001-b).

Com a mudança de governo em 1995, de Requião para Lerner, procedeu-se certa mudança na condução das políticas sociais do Paraná, e com ela, uma desconsideração, um esquecimento para com as Vilas Liberdade e Zumbi, uma vez que as suas ocupações já estavam consolidadas com um grande contingente de moradores. Restavam basicamente duas opções para o governo de Lerner: remover essas favelas, pois ocupavam terras dos seus aliados ou, então, ignorá-las.

A primeira opção implicava a necessidade de se viabilizar um local para reassentar as famílias residentes nessas áreas irregularmente ocupadas. Não apenas um local, mas também toda a infraestrutura básica, o que demandaria em custos e configuraria uma forte intervenção do Estado nas ações daquele município, cuja administração, além de ser de partido político opositor ao governo de Lerner, também não demonstrava interesse em resolver tal situação.

A segunda opção se apresentava mais cômoda e menos desgastante, adequada ao momento político e econômico que vivia o seu governo. Momento esse do deslumbramento para com o neoliberalismo, em que a intervenção do Estado não era vista com “bons olhos”, principalmente se estivesse ligada às questões sociais.

O Estado deveria se comportar como um viabilizador dos interesses globalizantes, priorizando os grandes investimentos privados.

O discurso de remodelação das funções do Estado atinge seu momento mais forte com a ascensão do ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, ao governo do Estado. Entre as medidas tomadas por este governo e que de certa forma caracterizam-se por serem de cunho liberal, merecem destaque a criação de inúmeras entidades não governamentais para cuidar de assuntos antes de responsabilidade de secretarias estaduais: Paraná Educação, Paraná Cidade, Paraná Turismo, entre outras. Além disso, ele também aprofundou o processo de venda de estatais, como a COPEL – Companhia Paranaense de energia elétrica (não efetivada); SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná, (desfeita com a ascensão de Roberto Requião à chefia do Executivo estadual em 2003), bem como, do banco do Estado – Banestado. A capacidade de investimento governamental foi quase anulada, sendo a função de fomento repassada a empresas terceirizadas, numa clara guinada para o Estado mínimo. (LIMA, 2006, p. 120)

A administração municipal de Colombo⁶⁴, do PMDB, adotou a postura de aguardar um posicionamento do governo estadual e/ou uma decisão judicial. Dessa forma, via-se desobrigada a levar os serviços para aquelas comunidades, enquanto não saísse uma decisão definitiva, uma vez que constituíam ocupações irregulares que poderiam ser desativadas com a reintegração de posse e a desocupação da área. Por essas incertezas, na visão dos administradores municipais, da época, ter-se-ia um grande investimento perdido, se a reintegração se efetivasse.

Em 2003, Requião volta a ser o governador do Paraná e, dessa vez, imbuído de um discurso nacionalizante e antineoliberal, buscava enfaticamente desconstruir os paradigmas defendidos pelo governo anterior, adotando medidas, em muitos casos, exatamente opostas ao do governo de Lerner. Entre elas, destacava-se a “estatização” ou o resgate das empresas do estado paranaense, desativadas ou privatizadas pelo governo anterior, como a COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná e a COPEL- Companhia paranaense de Energia Elétrica, respectivamente. Também as ações empreendidas com relação às favelas Zumbi e a do Parolin são exemplificadoras dessa guinada política, vivida pelo Estado do Paraná.

Assim como a COMEC foi de grande importância para o governo Lerner, a COHAPAR passou a ser para o de Requião. Essa companhia foi colocada, pelo seu

⁶⁴ Os prefeitos de Colombo, no período do governo Lerner (1995-2002), foram: Edson Strapsson-PMDB (1993-1996) e Elizabete Cristina Pavin –PMDB (1997-2004- dois mandatos), ou seja, os dois prefeitos eram do mesmo partido político de Requião. Em 2004 foi eleito José Antonio Camargo, do PSC, partido aliado do governo estadual (PMDB), para o período de 2005 a 2008.

governo, à frente dos trabalhos de urbanização e regularização fundiária no estado paranaense.

Para demonstrar sua força política, nada melhor para o governo de Requião, do que realizar uma intervenção em um dos maiores favelamentos existentes no Paraná, na época, a Vila Zumbi dos Palmares.

Para tanto, em maio de 2004, o seu governo, por intermédio da COHAPAR, deu início aos trabalhos na Vila Zumbi dos Palmares, objetivando implementar o *Projeto de Urbanização, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Socioambiental*. Para essa realização, inúmeras ações foram desencadeadas, através da junção de forças do Estado do Paraná, da Prefeitura de Colombo e da empresa *Alphaville Urbanismo S/A*, as quais serão mais bem explicadas nos tópicos seguintes.

3.4.2 Caracterização das primeiras espacialidades da Vila Zumbi dos Palmares

Ao se contrastar as informações a que se teve acesso, como as produzidas pela COMEC, no início da formação da Vila Zumbi, com as da COHAPAR, em 2004/05, percebe-se que, 13 anos depois do início da ocupação, a Vila Zumbi teve o número de seus domicílios quase dobrado, saltando de 924 para 1.797 habitações, num total de 6.649 pessoas, atingindo continuamente uma área total de 501.125 m².

A inexistência ou a baixa qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos nessa vila foi latente desde o início da ocupação até o ano de 2004. Praticamente, por todo esse tempo, mais de uma década, os serviços básicos foram sonogados ou adiados por omissões, conveniências e por disputas políticas e jurídicas.

Utilizando como base os documentos da COMEC e os diagnósticos realizados pela COHAPAR, ou ainda, as publicações em jornais da época e as entrevistas realizadas, foi possível caracterizar a espacialidade dessa vila, no momento em que nela se configuravam *periferias urbanas*. Inicialmente pela precariedade das infraestruturas físicas e pelas condições socioeconômicas e ambientais reinantes, dentre elas, merecem destaque:

- A energia elétrica demorou mais de dois anos para ser disponibilizada aos moradores. Eles usavam velas e “liquinhos” - aparelhos de iluminação a gás; e muitos, cujas casas estavam localizadas próximas a uma linha de transmissão da COPEL, faziam ligações improvisadas, clandestinas, chamadas popularmente de “gatos”; essa foi a forma que predominou até o início da regularização, em 2004;
- A instalação de água domiciliar apenas ocorreu em 2001, após 10 anos de ocupação. Os moradores eram obrigados a usar água de nascentes locais, já contaminada pelas fossas sanitárias e/ou pelo esgoto não canalizado e demais rejeitos líquidos e sólidos produzidos pela precariedade socioambiental reinante na vila;
- Os estabelecimentos comerciais eram poucos, não regularizados, sem os devidos alvarás de funcionamento, em suma, clandestinos. Limitavam-se a atender de forma bastante precária as necessidades prementes da população local. Geralmente eram pequenas vendas conjugadas com moradias, instaladas nas porções frontais das residências, nas quais se comercializavam, a preços majorados, bebidas, cigarros e gêneros de primeira necessidade. Os moradores, até o ano de 1995, necessitavam atravessar a BR 116 para fazer compras num pequeno armazém existente na Vila Liberdade ou então realizar deslocamentos mais longos, por trilhas, para chegar a um supermercado instalado às margens da Avenida Jacob Macanhan, nas proximidades da Vila Tebas, em Pinhais. Somente em 1995 foi instalado o primeiro mercado na vila, localizado na rua principal, o qual foi chamado de *Mercado Palmares*. Até 2004, segundo a Associação Comercial de Colombo, havia registro de apenas 01 farmácia, 02 supermercados e 01 mercearia⁶⁵. No entanto os estabelecimentos comerciais/empresariais existentes eram em número bem superior, a diferença era que atuavam na ilegalidade. Dentre esse universo, destacava-se o grande número de desmanches/ferros-velhos (07), bares (10), salões de beleza (05) e depósitos de lixo (06);
- O transporte público esteve ausente por muito tempo, somente algumas linhas pela BR 116 e mesmo assim, durante dois anos não havia ponto de parada nas imediações da Vila Zumbi. Os moradores precisavam andar mais de 2 Km até o ponto mais próximo. A primeira linha de ônibus a passar por dentro da vila, em 1998, era clandestina e com veículos em péssimo estado de conservação, os quais, inclusive, foram apreendidos pela polícia rodoviária após pouco tempo de circulação;

⁶⁵ Possuíam registro na Associação Comercial de Colombo, no entanto, não possuíam alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Colombo.

- Não havia coleta de lixo, sendo este jogado nas valas dos Córregos Ronconi e Santa Mônica e no Rio Palmital ou nas suas imediações;
- As ruas, sem pavimentação alternavam barro e poeira, dificultando a circulação de pessoas ou veículos e agravando as condições de higiene e saúde (Figura 15);



FIGURA 15 – CONDIÇÕES DAS RUAS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2004

FONTE: COHAPAR, 2004

- Nas proximidades do Rio Palmital eram constantes as inundações;
- Pela inexistência de um sistema de esgoto, os dejetos residenciais corriam a céu aberto, por pequenas valas abertas pelos moradores; (Ver Figuras 15 e 18)
- Altos índices de criminalidade, configurando um dos mais elevados do município de Colombo, que por sinal ocupava, nesse período, o 2º

lugar dentre os municípios mais violentos do Paraná⁶⁶. Foi registrado na Vila Zumbi o maior número de homicídios para cada 1000 habitantes, no período de 1992 a 1996 e uma das maiores ocorrências, na década de 1990, de desmanches de automóveis, de toda a RMC, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná (2009); (Ver Figura 16)

- Não possuíam nenhuma estrutura de assistência médica. O posto de atendimento médico mais próximo ficava na Vila Liberdade (porção do Loteamento Ana Maria) e mesmo assim, só foi instalado em 1995; e
- Havia elevados índices de desemprego, de analfabetismo, entre outros graves problemas socioeconômicos.

Em suma, o que reinava era um quadro de grande precariedade socioambiental, conforme aparece reportado nas Figuras 16 e 17 e transcrito por Polli (1997), que teve por base as entrevistas com os primeiros moradores, dessa Vila. Conforme exemplo:

Com a senhora “J.J.P.”

“Foi muito sofrido, pois não tinha água, luz [...] o barro era muito [...] A primeira luta foi pela luz, pois só existiam as velas. A água era retirada de uma bica que vinha direto de uma vertente natural. Todo mundo bebia dessa água. A região era muito úmida, onde se cavava vertia água. O sofrimento era muito grande. [...] Foram feitos vários abaixo-assinados até que se conseguiu a instalação de uma torneira comunitária”. (POLLI, 1997, p. 2)

Com a senhora “V.M.V.”

“A água era difícil, pois os poços eram contaminados. O povo precisava sair longe atrás de água, era preciso ficar meio dia na fila para conseguir um balde d’água. [...] para lavar roupa pegávamos água na valeta do Ronconi [...] com o lixo dos moradores ela se contaminou. [...] O povo precisava ir à pé na vila Tebas, Atuba para comprar desde pão e leite e remédios. Não existia ônibus e os que passavam na BR116, não paravam, por não ser um ponto oficial. As empresas de ônibus não queriam colocar ônibus na vila, de medo que o povo apedrejasse. Os primeiros ônibus foram os piratas vindos de São Paulo”. (POLLI, 1997, p. 4 e 5)

⁶⁶ Segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Foz do Iguaçu ocupava o 1º lugar, dentre os municípios mais violentos do Paraná.

Em outubro de 1995, a COMEC desenvolveu a proposta da criação do Parque Longitudinal do Rio Palmital, nos municípios de Colombo e Pinhais, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais e recuperar as áreas degradadas pela ocupação humana. O projeto previa uma área total de 212,71 ha, composta, entre outras medidas, da implantação de hortos florestais com capacidade para produção de mudas de espécies nativas e consequente recuperação com reflorestamento da mata ciliar para a formação de um corredor ecológico e também com o objetivo de preservar as áreas verdes daquela parte dos mananciais de abastecimento de água da grande Curitiba.

A proposta desse parque tinha como um dos seus entraves a existência de ocupações irregulares, como as das Vilas Zumbi e Liberdade, com todos os seus efeitos socioambientais negativos.

Para a implantação do referido parque, tornava-se necessária uma intervenção como a efetuada na Vila Zumbi, nas demais ocupações às margens do Rio Palmital, no sentido de retirar os moradores e reconstituir ambientalmente faixas de 75 metros de cada lado, no mínimo, cavaleiras a esse rio, tratar os efluentes domésticos jogados diretamente nesse rio ou nos afluentes das suas margens, principalmente da esquerda, entre outras tantas medidas necessárias para viabilizar tal projeto. Cabe ressaltar que a sua implantação ainda não havia se realizado, permanecia, no período das pesquisas, apenas como um projeto.

Para complementar a caracterização da espacialidade de Zumbi, no período de 1994 a 2004, utilizou-se também de informações obtidas a partir de duas fontes cadastrais e dos depoimentos de moradores e ex-moradores.

A primeira fonte utilizada foi o trabalho de Polli (1997), no qual essa pesquisadora visitou 113 residências, em diferentes pontos da Vila Zumbi, o que correspondia, em 1997, a 7% do total de moradores. A segunda fonte foram os dados cadastrais da COHAPAR (2004), quando do diagnóstico socioeconômico com vistas ao projeto básico de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento socioambiental, elaborado especificamente para aquela vila.

18/07/2004

REGIÃO METROPOLITANA E POLÍCIA MILITAR OCUPA ÁREA EM COLOMBO E TENTA DIMINUIR O PODER DOS TRAFICANTES



Um na Vila Zumbi, com lixo e esgoto ao ar livre, cerca de 4 mil famílias vivem no região, onde UPDs tentam diminuir o poder dos traficantes.

Moradores convivem com a violência, falta de estrutura, esgoto ao ar livre e desmandos do tráfico

A VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM COLMBO, PASSOU NA TERÇA DE 12 ANOS PARA SER OCUPADA E AGORA TEM EM SEU TERCEIRO ANO DE OCUPAÇÃO. A POLÍCIA MILITAR OCUPA A ÁREA PARA DIMINUIR O PODER DOS TRAFICANTES. A POLÍCIA MILITAR OCUPA A ÁREA PARA DIMINUIR O PODER DOS TRAFICANTES. A POLÍCIA MILITAR OCUPA A ÁREA PARA DIMINUIR O PODER DOS TRAFICANTES.

Uma das tentativas de estruturação é a construção de um sistema de esgoto. O projeto de saneamento básico, como o sistema de esgoto, é o principal dos moradores. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores.

Mapa da Vila Zumbi dos Palmares. Tabela com dados demográficos e estatísticos da região, incluindo população e indicadores sociais.

Tabela com dados estatísticos sobre a população e indicadores sociais da Vila Zumbi dos Palmares. Inclui colunas para população, indicadores e porcentagens.

Segundo o sociólogo Paulo Sérgio, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal de Pernambuco (UNEP), a região de Vila Zumbi dos Palmares é considerada uma das mais violentas do país. A região de Vila Zumbi dos Palmares é considerada uma das mais violentas do país.

Um dos principais problemas da região é a falta de saneamento básico. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores.

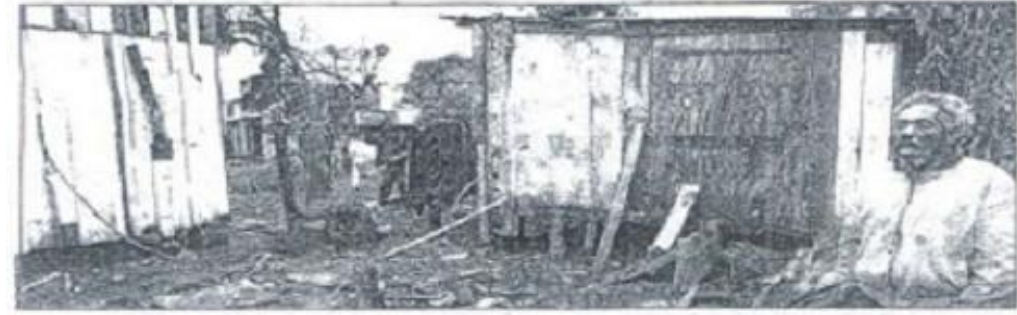
CETIBIANS

Muitos problemas no caminho de casa

A maioria das famílias de Zumbi é formada por pessoas que vivem em condições precárias. A maioria das famílias de Zumbi é formada por pessoas que vivem em condições precárias.

Fila de espera em creche tem 460 crianças

Uma lista com 460 nomes aguarda a vaga em uma creche. Uma lista com 460 nomes aguarda a vaga em uma creche.



João Manoel Rodrigues, 47 anos, faz parte de uma família que vive em condições precárias na Vila Zumbi.

Um dos principais problemas da região é a falta de saneamento básico. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores. A falta de saneamento básico é o principal dos moradores.

FIGURA 16 – A VIOLÊNCIA E A PRECARIEDADE DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Jornal Gazeta do Povo, 18/07/2004

A favelização que cresce ao lado da cidade modelo

Milhares de famílias vivem em subabitações sem mínima infra-estrutura

Arnoni Marcol

A falta de qualidade na habitação é um dos problemas que mais atinge a sociedade moderna. Até cidades interiormente conhecidas por seu padrão de vida mais elevado, hoje sofrem com a migração e a consequente "favelização". Curitiba e sua Região Metropolitana não fogem dessa realidade. Segundo dados da Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab), existem 262 ocupações irregulares na capital. Fora essas ocupações, existem mais 39 loteamentos clandestinos.

Segundo o coordenador de regularização fundiária da Cohab, Marco Aurélio Becker, 13 dessas áreas foram regularizadas até este mês. "Hoje a Cohab não mais compra áreas inundadas, ela serve como uma espécie de fadista, intermediária do negócio. Mas são os próprios moradores que pagam pelas terras", explicou, destacando que a prioridade não são ocupações e sim as famílias que estão na fila para adquirir um lote urbanizado.

Conforme Becker, a capital paranaense tem 15% de sua população, ou seja, 50 mil famílias, morando em áreas de ocupação. Todavia, esse número vem se mostrando estável nos últimos anos. "É um percentual alto, mesmo assim ainda bem menor que outras capitais como São Paulo e Rio, por exemplo", disse.

Região Metropolitana

Os números da Cohab referem-se apenas à capital, mas a Região Metropolitana também passa por uma situação parecida ou até pior. Pedro de Freitas Sampaio, de 32 anos, é pedreiro e há dez anos mora na Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Ele conta que comprou o terreno de um antigo morador, mas não tem título



Pedro Sampaio e a família convivem com o esgoto a céu aberto.

ou. Por sinal, as condições em que Sampaio, sua esposa e sua filha vivem, passam longe das ideais. Ele tem água encanada, porém as valetas com esgoto a céu aberto que passam em frente à sua casa causam um grande mau cheiro. "O cheiro é realmente muito ruim", reclama, citando como outro exemplo de falta de infra-estrutura da região a energia elétrica. "Aqui só temos 'gato'. Quería poder ter luz legalizada e que eu pudesse pagar."

Ainda esperanças que as administrações estadual e federal venham resolver o problema, ele contou que, à noite, a família nem toma banho de chuveiro porque a energia de noite fica muito fraca, quase com a metade da intensidade normal. "Temos que nos lavar em uma bacia", revelou, destacando ainda que já viu várias casas se incendiar devido às ligações clandestinas.

A falta de segurança é outro problema. "Não é tão de noite. Confesso que mesmo morando há bastante tempo aqui não conheço bem a vila", disse,



Laudolina Carneiro.

Trabalhando como pedreiro autônomo e vendendo algodão-doce, ele não consegue mais do que R\$ 200,00 mensais. "O grande problema é conseguir um emprego fixo", revelou.

Sonhos

Mesmo morando em condições difíceis, os moradores de áreas de ocupação não deixam de sonhar. A dona de casa Laudolina Carneiro, 55 anos, tem um sonho muito próprio: "Quero um dia ter um sítio". O



Expostas à doenças.

na vila do interior de Mato Grosso, onde vivia num sítio. "Aqui as casas não estão apertadas, uma em cima da outra. Lá havia espaço, era bem melhor", reclamou, queixando-se também das valetas a céu aberto e da energia elétrica. "Quanto à segurança, graças a Deus, nem eu nem meus filhos tivemos problema. Mas é porque eles vão de casa para o trabalho, do trabalho para a igreja, da igreja para casa de novo.

FIGURA 17 – OS CONTRASTES DA CIDADE-MODELO

FONTE: Jornal O Estado do Paraná, 26/10/2003

Da comparação das informações de Polli (1997) com as da COHAPAR (2004), é possível perceber que a aparente transformação das casas de madeira para casas do tipo misto correspondeu a certa estabilidade quanto à posse dos lotes, ou seja, o risco eminente de despejo e desocupação do terreno não mais ameaçava seus ocupantes que, assim, teriam resolvido consolidar a ocupação, com gradual substituição da madeira, tábuas de *pinus* de baixa durabilidade (conforme já mostrado na Figura 14), por tijolos e, as lonas ainda existentes em alguns dos telhados por telhas de amianto, sem que isso, no entanto, tenha representado melhoria no quadro socioeconômico.

Com a comparação entre as Figuras 18 e 19 e com os dados apresentados no Gráfico 3, percebe-se uma pequena evolução do padrão habitacional, no período de 1997 a 2004.

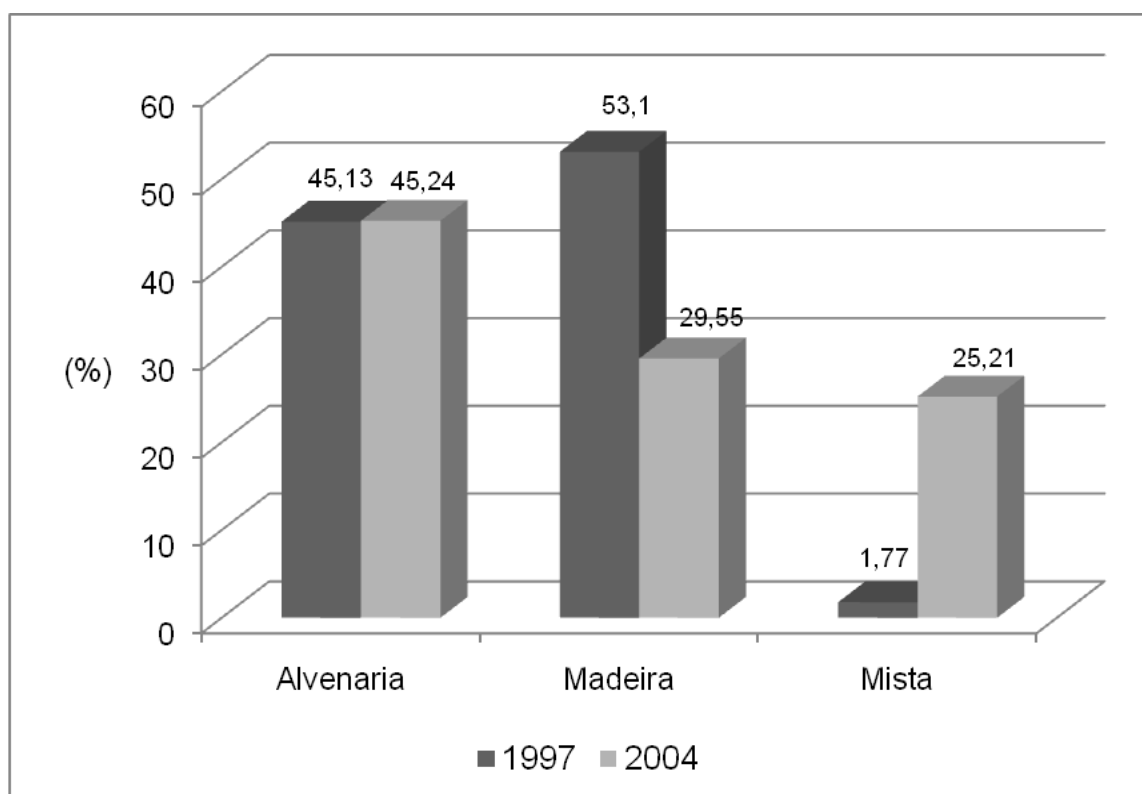


GRÁFICO 3 – TIPO DE MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO

FONTE: Organizado pelo autor, a partir dos dados de POLLI, 1997 e da COHAPAR, 2004



FIGURA 18 – CONDIÇÕES DAS CASAS AO LADO DO RIO PALMITAL

FONTE: Associação dos Moradores, 2003



FIGURA 19 – HABITAÇÕES DE MADEIRA, ALVENARIA OU MISTAS, PREDOMINANTES NA VILA ZUMBI

FONTE: Associação dos moradores da Vila Zumbi, 2003

No Gráfico 4, é apresentada a comparação entre a renda mensal domiciliar, levantada pela COMEC (POLLI, 1997) e a apurada pela COHAPAR (2004). Para tanto, foram consideradas as somas dos rendimentos por domicílio, segundo o critério adotado pela COHAPAR.

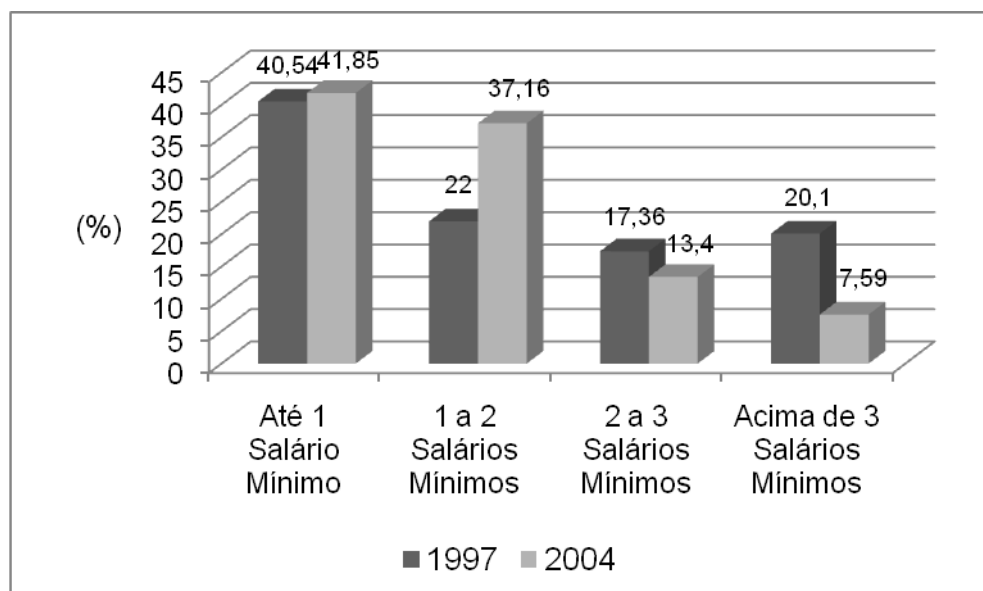


GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DA RENDA MENSAL DOMICILIAR, VILA ZUMBI DOS PALMARES, 1997 E 2004

FONTE: Organizado pelo autor, com base nas informações de POLLI, 1997/ COHAPAR, 2004

Mesmo considerando-se o aumento populacional, pode-se dizer que houve uma redução na casa de 22% da renda média das famílias moradoras na Vila Zumbi, no período considerado, uma vez que a renda familiar média retrocedeu de 1,8 SM, em 1997, para 1,4 SM, em 2004. Sumariamente, desconsiderando a variação da *paridade do poder de compra* (ppc), em função dos salários mínimos dos diferentes períodos enfocados, chega-se à constatação de que tais números refletem um quadro de empobrecimento gradativo.

Constata-se que apenas 7,59% das famílias possuíam renda mensal maior que três salários mínimos, sendo 41,85% com renda menor que um salário mínimo, em 2004.

Ao se comparar a evolução dos dados de 1997 e 2004, observa-se uma redução no número de famílias com rendimento mensal variando de 2 a 3 SM e com

mais de 3 SM. Em contrapartida, o acréscimo de 15,16% dos domicílios sustentados por rendimentos entre 1 a 2 SM, o que, também, pode revelar o agravamento da pobreza entre os seus moradores de menor renda.

No Gráfico 5, é apresentada a condição de uso dos imóveis, no âmbito das regras do mercado informal de terras, de acordo com as seguintes classificações: (i) imóvel próprio - o ocupante comprou a posse da terra; (ii) imóvel cedido - ocupado temporariamente por outra família que não o posseiro; (iii) imóvel alugado - é aferida renda com a ocupação. No período, observou-se que não houve significativas alterações na frequência de apropriação dos imóveis, somente a diminuição de 12% dos imóveis próprios. Cabe destacar que Polli (1997) não incluiu na sua pesquisa os imóveis classificados como cedidos, como o fez a COHAPAR (2004). Por essa razão, essa classe aparece zerada no Gráfico 5, para o ano de 1997.

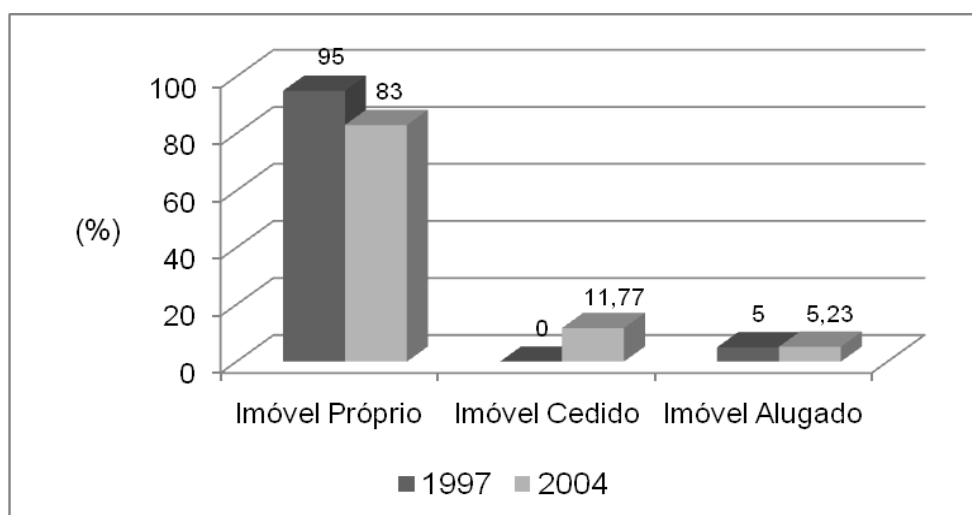


GRÁFICO 5 – TIPO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL, SEGUNDO MERCADO INFORMAL DE TERRAS (IMÓVEL PRÓPRIO, CEDIDO OU ALUGADO), EM % DE DOMICÍLIOS, 1997-2004

FONTE: Organizado pelo autor, a partir dos dados de POLLI, 1997 e da COHAPAR, 2004

O baixíssimo percentual de imóveis alugados, cerca de 5%, comprova que os imóveis não eram utilizados como fonte de renda direta. Os ocupantes da área buscavam a Vila Zumbi dos Palmares como alternativa no enfrentamento do problema habitacional, com a fuga do aluguel e de mais despesas com o ato de ter uma morada, ou ainda, como uma mercadoria comercializável, uma vez que as

trocas e as vendas dos lotes com ou sem os barracos se constituíam em práticas comuns.

No Gráfico 6, é mostrado o tempo de moradia na Vila Zumbi. Cabe lembrar, aqui, que Zumbi dos Palmares foi ocupada em maio de 1991, tendo no final de 2004, mais de 13 anos de ocupação.

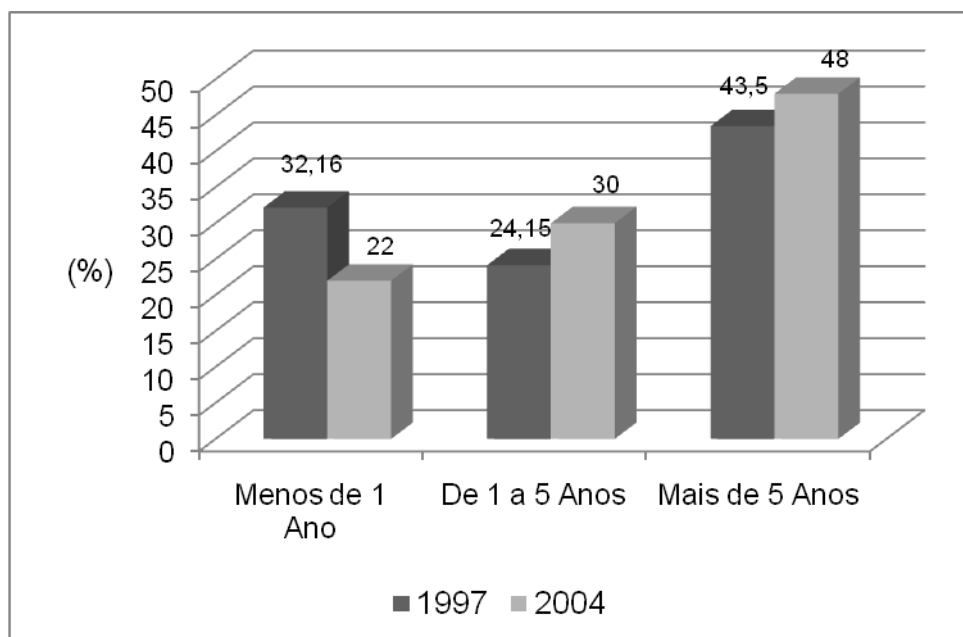


GRÁFICO 6 – TEMPO DE MORADIA NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, 1997-2004

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados de POLLI, 1997 e da COHAPAR, 2004

Como indicado no Gráfico 6, para os residentes há mais de cinco anos, considerando a amostra de 1997, provavelmente, 43,5% das famílias moravam na vila desde a sua fundação. No entanto, a composição tende a se alterar com o passar dos anos, tendo em vista a elevação dos percentuais relativos a famílias com menos de um ano e de um a cinco anos de residência no local. Esse fato revela a grande mobilidade populacional, que não é só quantitativa como se pode observar, mas também qualitativa, pelos motivos já expostos relativos à *ocupação induzida*, da formação de práticas especulativas que, mesmo na informalidade existem, e com grande força, pois fazem parte da lógica capitalista que promove a dinâmica migratória intrametropolitana.

Essas instabilidade e rotatividade fazem com que os moradores não criem laços de pertencimento necessários ao compromisso sociocultural com o lugar.

Pelo Gráfico 7, percebe-se que o tamanho médio da moradia de 52% da população era de aproximadamente 40 m², e a composição familiar em torno de cinco a seis pessoas, o que denota uma inadequação da moradia e um comprometimento das condições mínimas de vida. Comparado aos valores mínimos indicados por Ornstein e Cruz (1995), percebe que a média de 8 m² de área útil/morador em Zumbi estava abaixo do mínimo recomendado pela literatura, que varia de 10 m² a 13,7 m² de área útil/morador, e ainda, que a maioria se apresentava como subabitações/ “barracos”, marcadas pela precariedade na construção e pela falta de infraestrutura básica.

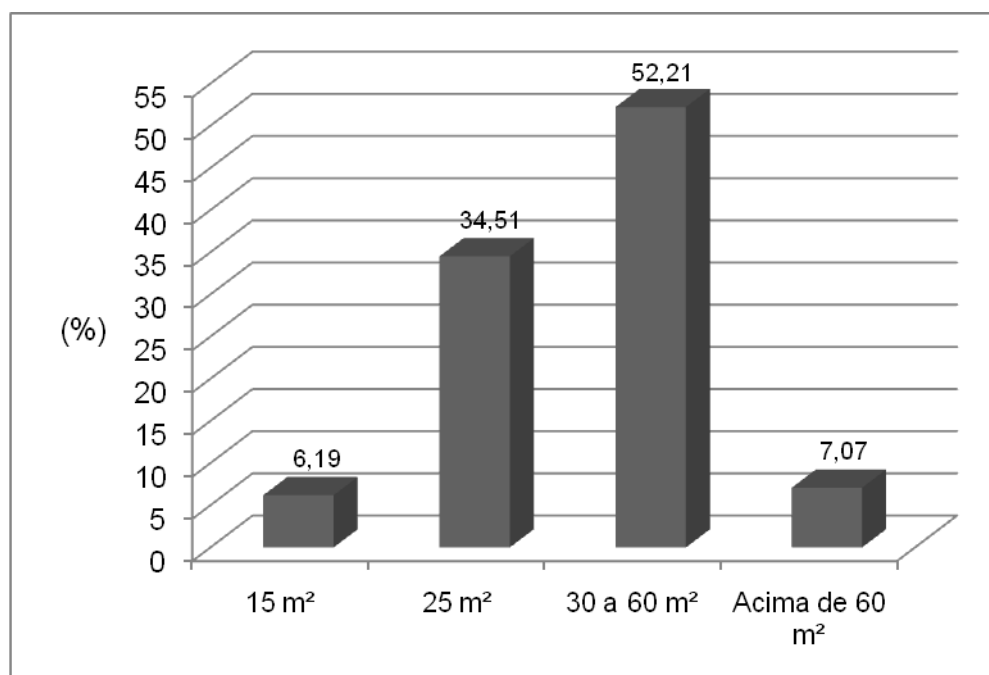


GRÁFICO 7 – ÁREA MÉDIA DAS MORADIAS, NA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 1997

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados apresentados por POLLI, 1997

Outro procedimento adotado foi a comparação entre duas listagens de moradores titulares, organizadas por ordem alfabética. A primeira elaborada pela COMEC, com base em dados coletados em 2001 e, a segunda, elaborada pela COHAPAR, com dados coletados para embasar o *Projeto Básico de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental*, em 2004, já no governo

do Requião. Posteriormente, essa listagem de 2004 foi atualizada com um novo levantamento realizado no período de dezembro de 2007 a março de 2008, portanto, mais de sete anos após a elaboração da primeira listagem.

Dessa forma, foram selecionados, inicialmente, aqueles moradores titulares cuja residência estava localizada nas áreas de risco socioambiental e assim prevista para o processo de realocação, totalizando 275 nomes. Áreas essas, identificadas pela COMEC (2001), como:

- subsetor A: residências localizadas dentro da faixa de até 30 metros do barranco do Rio Palmital, onde residiam 37 famílias;
- subsetor B: residências localizadas dentro da faixa de 30 a 75 metros do barranco do Rio Palmital, faixa esta declarada como de preservação permanente pela prefeitura municipal de Colombo, onde residiam 63 famílias;
- subsetor C: residências localizadas na faixa não edificável da BR 116, com 46 famílias;
- subsetor D: residências localizadas na área destinada à implantação de estruturas industriais e de ensino profissionalizante, num total de 129 famílias.

Conforme é mostrado na Tabela 17:

TABELA 17 – SUBSETORES DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

SUBSETORES	TOTAL DE RESIDÊNCIAS	PERCENTUAL
A	37	13,5%
B	63	22,9%
C	46	16,7%
D	129	46,9%
Total	275	100%

FONTE: COMEC, 2001

Essas 275 famílias seriam portadoras, a princípio, de grande vulnerabilidade socioeconômica e, portanto, mais suscetíveis à mobilidade intrametropolitana, fato de interesse para esse trabalho, uma vez que a reperiiferização ou a nova periiferização se enquadram nesse processo. Assim, buscou-se quantificar, nesse primeiro momento, o destino dessas famílias e agregados após as ações do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental.

Os moradores dessas 275 sub-habitações, segundo a COHAPAR, teriam prioridade na ocupação das novas residências, os sobrados construídos pela

COHAPAR, uma vez que as habitações ocupadas por eles foram removidas das áreas de risco, em sua maioria destruída e os entulhos retirados. No entanto percebe-se que para mais da metade desse contingente que habitava as áreas de risco, 56,4% o reassentamento não se concretizou.

Desses 275 nomes constantes da primeira listagem e ocupantes das áreas de risco, identificadas como subsetores A, B, C e D, 56,4%, ou seja, 155 não apareceram na última listagem, portanto não mais residiam na Vila Zumbi, o que leva à dedução de que novamente migraram (Gráfico 8).

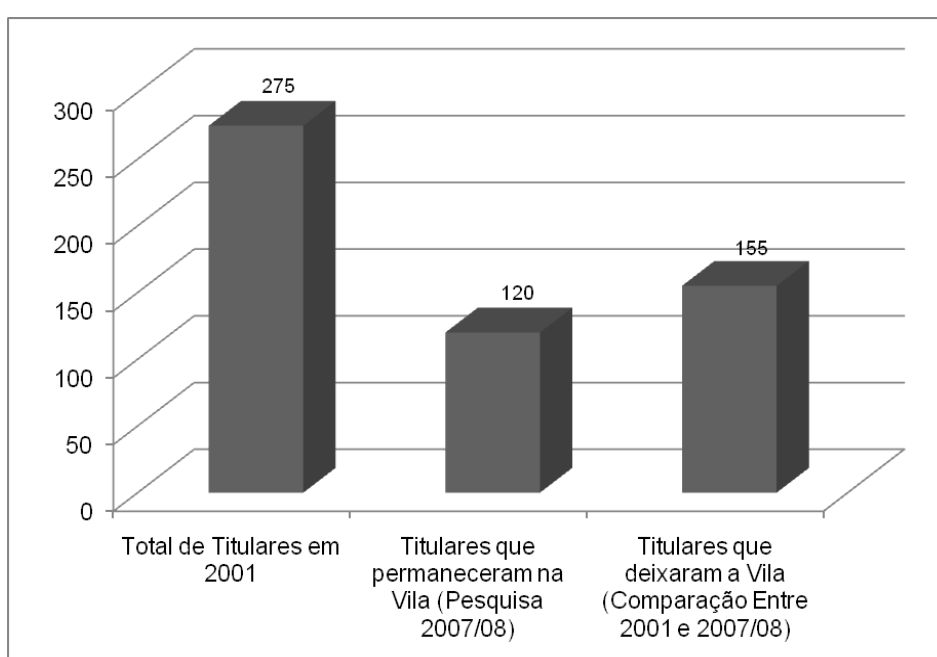


GRÁFICO 8 – SITUAÇÃO DOS OCUPANTES TITULARES DAS ÁREAS DE RISCO

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados da COMEC, 2001 e da COHAPAR, 2007/08

Uma segunda comparação entre as listagens foi realizada, enfocando o total geral de nomes dos titulares, os 1679⁶⁷ da primeira listagem (2001) e os 2430⁶⁸ da listagem atualizada (2007/08), identificando todos os nomes que constavam na

⁶⁷ Na relação original da COMEC constam 1794, porém com muita duplicidade ou ausência de nomes, uma vez que foi organizada com base nos lotes e nas habitações existentes na Vila Zumbi em 2001. (alguns moradores tinham mais de um lote ou mais de uma habitação). Filtrando-se essas falhas, chegou-se a 1679 nomes de titulares.

⁶⁸ Chegou-se a esse número, subtraindo-se os 17 nomes em duplicidade encontrados na relação fornecida pela COHAPAR (2447 nomes).

primeira e não mais apareciam na última, ou seja, aqueles moradores, constantes como titulares que deixaram a Vila Zumbi, a princípio com suas respectivas famílias e agregados. Achou-se por bem denominar esse grupo de “emigrantes” da Vila Zumbi. Dessa forma, foi levantado que, do total geral de moradores titulares constantes na primeira listagem (1679), 705 (42%) permanecem constando da última listagem e 974 não apareceram, o que corresponde a 58%, conforme o Gráfico 9.

De posse desses nomes, partiu-se para a localização e aplicação de entrevistas/questionários a esse grupo de “emigrantes” da Vila Zumbi reperiferizados, bem como, procedeu-se o devido tratamento estatístico aos dados obtidos.

Pela grande desconfiança dessas pessoas com relação às pesquisas e ações do gênero, achou-se por bem estabelecer mediadores para um contato inicial. Dessa forma, obteve-se ajuda de alguns “moradores-chave” da Vila Zumbi, como foi o caso da Senhora “C.” e do Senhor “G.”, uma vez que esses evidenciavam grande conhecimento e aceitação nessas comunidades. Com relação à primeira, por já ter sido integrante da Associação dos Moradores e de programas sociais desenvolvidos por organismos governamentais e não-governamentais na Vila Zumbi e, com relação ao segundo, por ter sido presidente da Associação dos Moradores, no período de 2006 a 2009 e também por ser morador da Vila Zumbi, desde 1992.

Essa colaboração foi de grande importância para se conseguir as pistas necessárias que permitiram refazer o caminho migratório de uma parcela desses “emigrantes”, no que se refere à saída da Vila Zumbi ao novo destino. Também, através dessas intermediações, foi possível efetuar as entrevistas, uma vez que nos locais onde a maioria habitava havia certa hostilidade a esse tipo de ação.

De certa forma, esses locais se apresentavam marginalizados/marginalizantes, e também discriminadores, onde a *marginalidade* era regida por normas e pactos que estabeleciam certa resistência e um grande receio à presença de pessoas estranhas, principalmente àquelas que vêm solicitar informações. Isso lhes trazia de imediato a associação com a justiça, com a cobrança de dívidas, entre outras formas repressivas formalizantes, enfim, formas de poder. Quebrar com essas barreiras para conseguir entrevistá-los, exigiu esforço, paciência e principalmente ações de intermediação dos dois já citados “moradores-chave”.

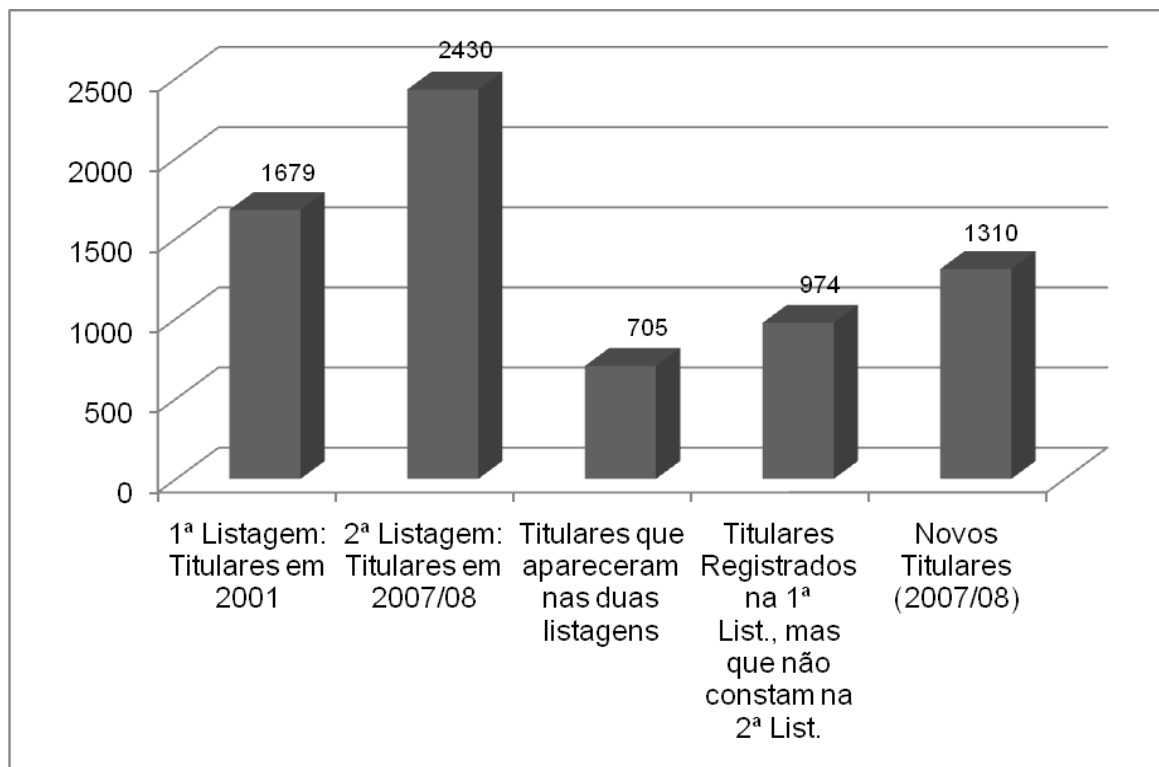


GRÁFICO 9 – COMPARATIVO ENTRE AS DUAS LISTAGENS DE MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados da COMEC, 2001 e da COHAPAR, 2007/08

Ao enfatizar o recorte percentual dos 58% dos nomes de titulares que, com suas respectivas famílias e agregados, a princípio, deixaram a Vila Zumbi dos Palmares, percebe-se tratar de um pequeno, porém significativo exemplo amostral da dinâmica migratória intrametropolitana.

Esses “emigrantes” (58%), no ato de deixar a Vila Zumbi, trataram de comercializar de alguma forma o direito ao lote e ao sobrado⁶⁹, tendo em vista se acharem sem condições ou não dispostos a arcar com as novas despesas domésticas, como as contas de água e luz, a prestação do lote e, em alguns casos também com a do sobrado, com o IPTU, entre outras, provenientes do processo de regularização e urbanização, passando-os para terceiros, por processos de troca ou mesmo de venda, com valores muito baixos. De acordo com os depoimentos colhidos, referentes a esse período, o valor de um lote situava-se em torno de R\$

⁶⁹ A COHAPAR anunciava a construção, na própria vila, de 289 sobrados de 40 m² destinados às famílias que seriam retiradas das áreas de risco.

1.500,00, sendo muito comum o recebimento de automóveis, motocicletas, eletrodomésticos, entre outros bens, como forma de pagamento, conforme afirmou o senhor "J.C.S.", ex-morador de Zumbi, morando atualmente em Guaritubinha, uma ocupação irregular, localizada no município de Piraquara:

“Morava pertinho do rio, lá na Zumbi. Tinha que saí, pois a COHAPAR queria que nós desocupasse a casa. [...] a minha casa ia ser derrubada e como não queria e nem podia paga aluguel, resolvi passa nos cobre o novo lote e o tar de sobrado que a COHAPAR ia construí. O "P.J." me deu duzentos real e uma moto.[...] e eu dei as papelada pra ele preenche. Desmanchei o rancho e montei ele aqui. O meu vizinho, o [...] trocou o dele por Uno 83”. (AUTOR, entrevista nº 8, 2009)

Esse entrevistado, assim como os demais integrantes dos 58% “emigrantes” da Vila Zumbi, representa um grande contingente que engrossa os fluxos migratórios existentes nas áreas metropolitanas, como é o caso da de Curitiba.

No momento em que esses “emigrantes” se transferem para outra área de ocupação irregular, nova ou não, ocorre também, de certa forma, a transferência das precariedades que lhe eram peculiares em Zumbi. A suas experiências vividas são transplantadas para esse novo *habitat*, tendendo a (re)produzir *periferias* com degradação socioambiental.

Dos 974 nomes titulares a comporem o universo dos “emigrantes” da Vila Zumbi, foi possível contatar e entrevistar 78 com suas respectivas famílias e agregados. Dessa forma, teve-se uma amostragem de alguns dos destinos desse fluxo migratório.

Foram priorizados aqueles que permanecem residindo em ocupações irregulares, pelo fato de serem os atores caracterizadores da reperiiferização e representarem quase a totalidade dos contatados. A exceção residiu, dentro de um universo de 78, em apenas 03 famílias que, no momento da regularização fundiária e remoção dos respectivos barracos, barganharam o direito ao cadastramento a terceiros e se mudaram para locais cuja ocupação era legalizada. Uma delas mudou-se para o bairro da Barreirinha em Curitiba e as outras duas para o Alto Maracanã em Colombo.

Portanto, das 78 famílias que saíram da Vila Zumbi, 75 foram morar em outras áreas de ocupação irregular (novas ou não), correspondente a 7,7% do total dos “emigrantes”, constatou-se maior ocorrência em Guaritubinha, porção da Vila Guarituba e no Jardim Holandês, localizados no município de Piraquara; seguidas

da Vila Liberdade, em Colombo, nas proximidades da Vila Zumbi, separada apenas pela BR116, por ocupações irregulares no município de Fazenda Rio Grande, pela Vila Alvorada e pelo Jardim Icaraí, bairro de Uberaba, em Curitiba, às margens da linha férrea, nas proximidades da divisa com o município de São José dos Pinhais. Ainda, um menor número, foi localizado e entrevistado, 05 famílias em ocupações irregulares localizadas no Jardim Campo Alto, município de Colombo, 02 famílias residindo em sub-habitações situadas na margem direita do Rio Bacacheri, na altura da confluência com o Córrego Capão da Imbuía, no Bairro Tarumã, 02 famílias no Alto Boqueirão, Curitiba, 02 na Vila Nossa Senhora da Luz, Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e, 09 outras em distintas ocupações irregulares dispersas, porém todas localizadas no interior do aglomerado metropolitano, conforme está representado no Gráfico 10 e no Mapa 11.

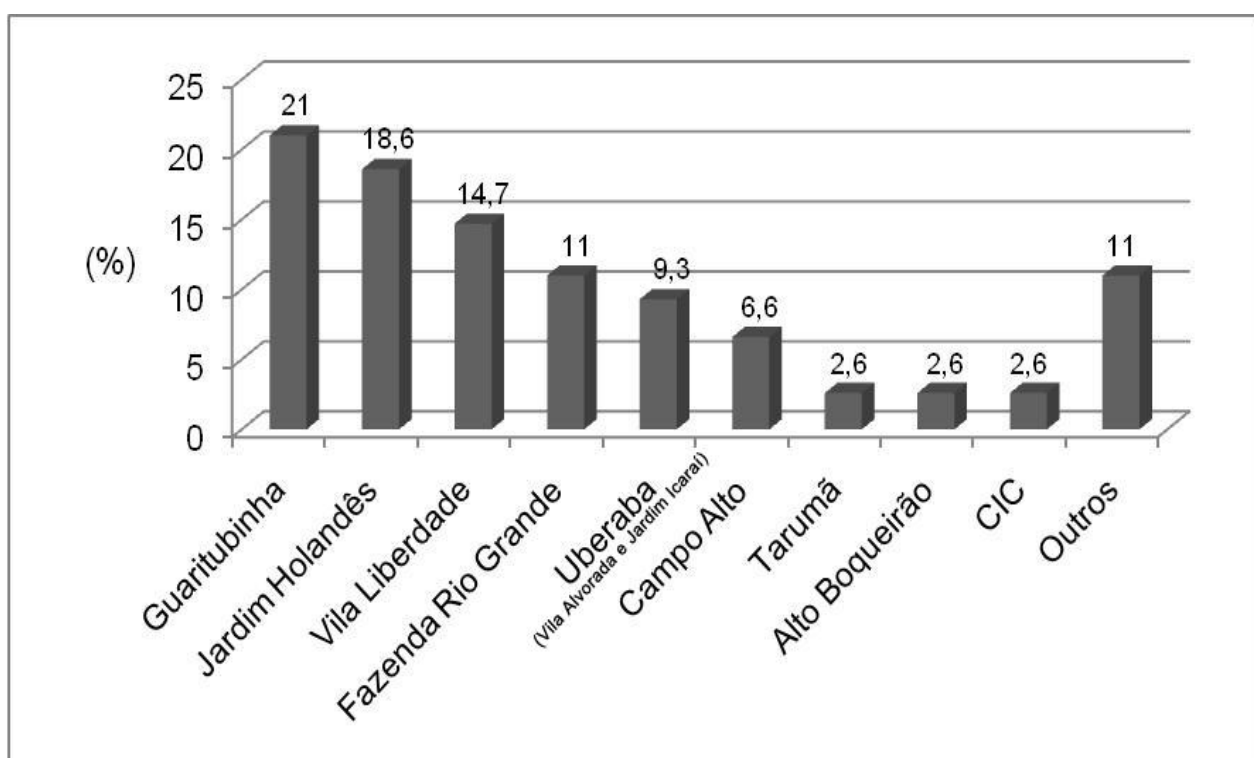
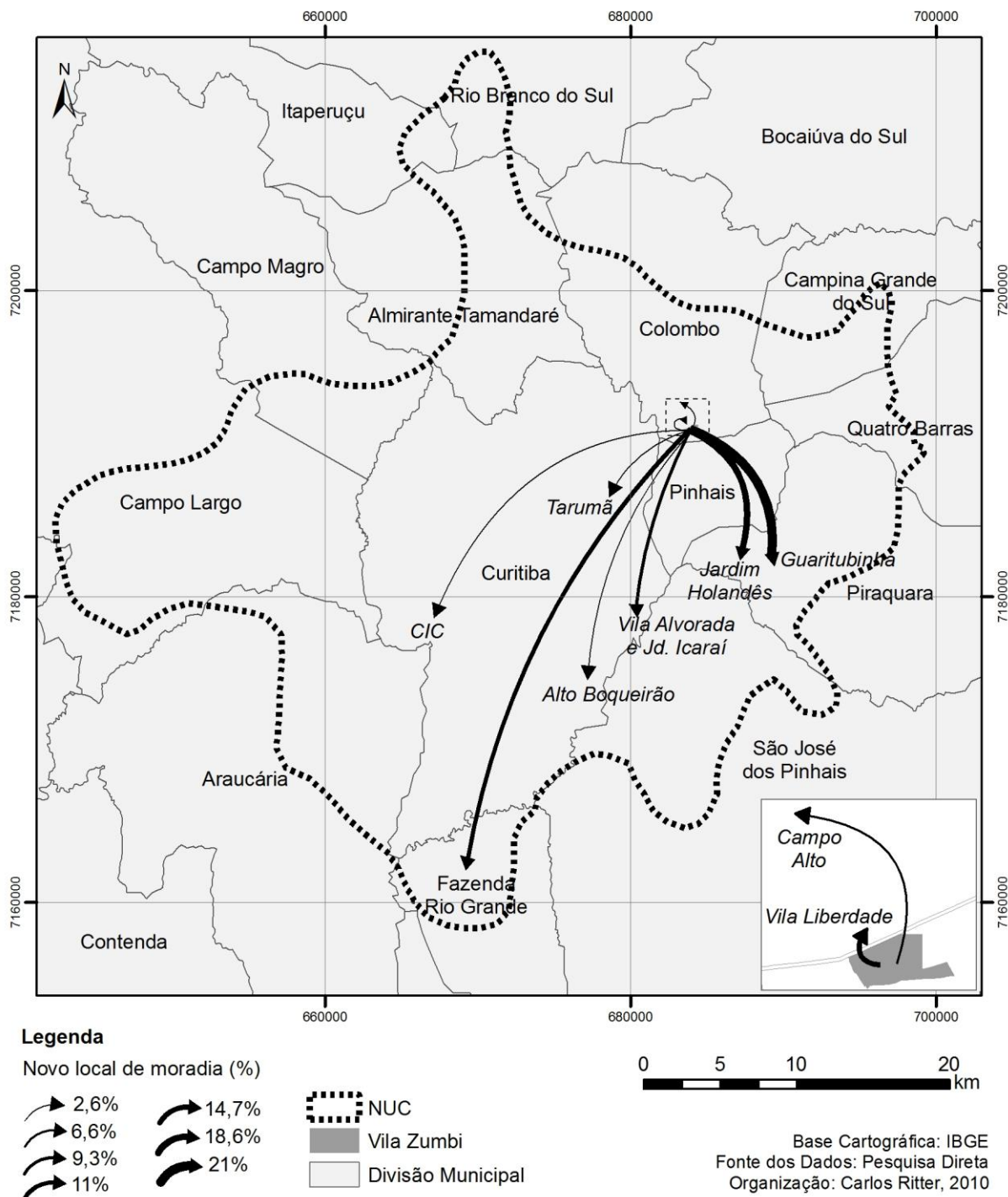


GRÁFICO 10 – LOCAL DE MORADIA DOS “EMIGRANTES” DA VILA ZUMBI DOS PALMARES, REPERIFERIZADOS

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2010



MAPA 11 – NOVOS LOCAIS DE MORADIA DOS “EMIGRANTES” DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2010

E, ainda, dessas 75 famílias, 21 estavam entre aquelas 155 ocupantes das áreas de risco socioambiental e que haviam sido submetidas aos processos de desocupação e suposta realocação. Usa-se o termo *suposto*, pelo fato de tal

realocação não ter se concretizado para as 155, dentre as 275 famílias que habitavam as áreas de risco, conforme a Tabela 17, já apresentada.

Pelas visitas e compilação das entrevistas com 21 dessas 155 famílias, a princípio, pode-se constatar que elas foram compelidas pela conjuntura socioeconômica a novamente migrar para outras *periferias*, não usufruindo dos benefícios que estavam sendo levados à Vila Zumbi. O depoimento da Senhora “E. P. de O.”, migrante da Zumbi para o Guaritubinha, ajuda a exemplificar essa constatação.

“Na época tava sem marido e com quatro filho pra criá. [...] a minha casa ia ser desmanchada, pois o pessoal da Cohapar já tinha me avisado. Não sabia o que ia acontecer, se eles iam mesmo me dá uma outra casa. Eu não tinha condição de pagá prestação ou então pagá aluguel. Resolvi passá a veis e mudá prá cá (Guaritubinha).” (AUTOR, entrevista nº 7, 2009).

Entre esses “emigrantes” reperiferizados predomina um quadro socioeconômico muito semelhante àquele que os caracterizava enquanto moradores da Vila Zumbi, ou seja, o subemprego, a informalidade, a renda familiar em torno de 1 SM (80%). Não têm a posse legal da terra e continuam construindo as suas próprias habitações (autoconstrução) com grande improviso e precariedade, usando material reaproveitado, conforme se pode observar na Figura 20.



FIGURA 20 – HABITAÇÕES PRECÁRIAS, AUTOCONSTRUÍDAS EM GUARITUBINHA- PIRAQUARA-PR, POR FAMÍLIAS REPERIFERIZADAS

FONTE: COHAPAR, 2009.

Em sua maioria, esses “emigrantes”, em suas moradias precárias, têm acesso à energia elétrica e à água tratada, porém 98% delas não estão conectadas ao sistema de esgotamento sanitário.

3.4.3. Nova espacialidade para a Vila Zumbi dos Palmares, a partir de 2004

Em 2004, aquela ocupação favelizada, abandonada pelas autoridades, carente de infraestruturas começa a sofrer profundas transformações decorrentes, principalmente, de três importantes fatos:

O primeiro refere-se à mudança política ocorrida no governo do Estado, uma vez que as eleições de 2002 foram vencidas pela oposição; Roberto Requião se tornou governador do Paraná.

Dessa forma, ao ter assumido em 2003, Requião fez com que a máquina pública passasse a se importar com a Vila Zumbi dos Palmares e, assim ter dado prosseguimento aos seus planos políticos para com a Vila Zumbi, iniciados em 1991, quando da ocupação irregular com indícios de indução e das promessas feitas durante a sua campanha de 2002 – tudo aquilo que o governo de Lerner não realizou para aquela comunidade, o seu governo faria, ou seja, iria desapropriar as terras ocupadas e promover a regularização fundiária e a urbanização da Vila Zumbi dos Palmares, bem como a melhoria das suas condições socioambientais.

A administração do município de Colombo, nesse novo contexto, integrando dessa vez partido político aliado ao do governo estadual, passa a apoiar as ações implementadas na Vila Zumbi dos Palmares. No dia 26 de julho de 2005, foi assinado convênio entre o Estado do Paraná e a Prefeitura de Colombo, formalizando a implantação do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanização, conforme publicado pela imprensa local.

O governador Roberto Requião, o secretário do Desenvolvimento Urbano Renato Adur, o presidente da Cohapar, Luiz Cláudio Romanelli e o prefeito de Colombo, José Antônio Camargo (PSC, partido aliado) assinaram nesta 3ª feira (26) o convênio que formalizou a implantação do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanização da Vila Zumbi dos Palmares. (JORNAL DE COLOMBO, de 29 de julho de 2005, p. 9)

O segundo diz respeito às notícias sobre a favela Zumbi dos Palmares terem escapado à “censura estratégica combinada”⁷⁰, já ampla e historicamente utilizada pelas elites curitibanas, na qual é de praxe o estabelecimento de pactos de não divulgação ou então de minimização dos inúmeros acontecimentos que poderiam macular a imagem da metrópole curitibana planejada e compactuada também entre os representantes do Estado e as principais mídias.

Por outro lado, esse pacto existente corrobora para maximizar e externalizar as virtudes curitibanas ou os fatos julgados positivos ao seu respeito, bem como a manter a construção mitificada de cidade e de metrópole exemplo.

Não se deve ignorar, todavia, que Curitiba, tanto através de seu poder público, quanto sob o estímulo do próprio imaginário local, busca criar condições favoráveis a uma realidade fictícia [...] antes busca “esconder” a pobreza, por vergonha, que superá-la, por convicção crítica. (SOUZA, 2003, p.133)

O jornal O Globo do Rio de Janeiro (18 mar 2002) publicou uma reportagem sobre favelas, na qual faz referência a favela Zumbi dos Palmares em contraste com a cidade modelo de Curitiba. Essa reportagem, assim como outras, além de representar o vazamento para o mundo de informações não convenientes à imagem de Curitiba, colocaria em xeque toda a construção ideológica voltada a mitificar seu planejamento bem sucedido, quase secular.

Ideologia essa que se intensifica desde, pelo menos, os anos 20 do século passado, com os esforços em difundir a ideia de cidade europeia, nos moldes de Buenos Aires ou de Montevideú, chegando até a da cidade modelo, cidade de 1º Mundo, cidade ecológica⁷¹, entre outros tantos predicados atribuídos à Curitiba nas últimas décadas, no intuito de diferenciá-la e dar-lhe vantagens perante a concorrência global de cidades, enaltecendo as suas sinergias e seus atributos, direcionando-os no sentido de comporem externalidades positivas valorizadas pelas grandes empresas multinacionais.

⁷⁰ Sánchez (1993), em seu trabalho: *Curitiba Imagem e Mito: reflexões acerca da construção social e de uma imagem hegemônica*, expõe com maiores detalhes tais artimanhas reinantes em Curitiba.

⁷¹ A revista Veja, em edição 1281, ano 26, n. 13, de 31 de março de 1993 traz reportagem com o título: *Curitiba: a cidade-modelo de um país viável*, na qual faz uso desse e de outros predicativos enaltecendo à Curitiba.

Santos (2006, p. 22) observou que “estamos sempre olhando para fora, buscando comparar e, o que é mais grave, para imitar. [...] fazer globais as cidades do sul para que sejam parecidas com as cidades do norte”.

A favela Zumbi dos Palmares passava, dessa forma, a representar um grande demérito ao renomado histórico de planejamento urbano de Curitiba, o qual, conhecido mundialmente pela sua eficiência e pela sua capacidade em minimizar os efeitos do subdesenvolvimento latino-americano, poderia ser seriamente abalado.

[...] avulta um único exemplo de um caso de sucesso no campo do planejamento urbano: o de Curitiba. Do “laboratório de experiências urbanísticas” dos anos 70 à “Capital ecológica” dos anos 90, [...] Curitiba conseguiu projetar, ao longo de todos estes anos, uma imagem extremamente positiva de sua gestão urbana, fato que, afinal, terminou por alçá-la à condição de modelo para todo o país. (IUPERJ/MINTER, in OLIVEIRA, 2000, p. 15)

O terceiro fato está ligado à afirmação de novas práticas de espacialização do grande capital nos espaços metropolitanos, capaz de eleger áreas localizadas no entorno dos aglomerados metropolitanos para receber grandes empreendimentos imobiliários, com a instalação de condomínios horizontais fechados voltados às classes socioeconômicas de maior poder aquisitivo, como foi o caso das porções localizadas no município de Pinhais, limítrofes à Vila Zumbi dos Palmares, com os CHFs de *Alphaville*, *Pineville*, entre outros. Para tanto, um corporativismo entre o Estado e as grandes empresas foi se consolidando.

Tanto Oliveira (2000) quanto Sánchez (2003) afirmam que a face ideológica do planejamento de Curitiba se adequa aos discursos que atualizam a cidade, segundo as tendências internacionais, e que uma das razões do seu propagado êxito está assentada na associação do planejamento e dos gestores públicos com os interesses dos principais setores empresariais da cidade e do exterior.

O planejamento urbano de Curitiba não só alterou significativamente as práticas espaciais dos atores privados como parece ter contribuído para conferir uma vitalidade adicional a essas práticas, fazendo prevalecer os interesses corporativos diante do interesse público. (SÁNCHEZ, 2003, p. 172)

Nessa ótica, a Vila Zumbi dos Palmares estaria atrapalhando os negócios, constituindo-se em uma perigosa externalidade negativa, não tanto pela favelização e precariedade do seu quadro socioeconômico e sim pela repercussão conseguida

no cenário local, e principalmente no nacional, que facilmente chegaria ao internacional, capaz de prejudicar o bom andamento dos empreendimentos e as estratégias político-econômicas arquitetadas pelo corporativismo Estado/grandes empresas para essa porção do Aglomerado Metropolitano de Curitiba.

A parceria corporativista Estado/ grandes empresas teria que dar uma resposta a tudo isso. Foi o que aconteceu. Houve uma mobilização dos dirigentes estaduais engajando a máquina pública, canalizando os esforços no sentido de preservar/recuperar a imagem de Curitiba como *metrópole planejada, funcionalista e eficiente* e, antes de tudo, como um *lugar de bons negócios*, como divulgado na Revista Exame (2000):

[...] a qualidade de vida, potencial de consumo e bom nível de escolaridade – eis os trunfos que levam Curitiba ao pódio de primeiro lugar na classificação das Melhores Cidades Brasileiras para se fazer negócios. (REVISTA EXAME, 2000, p. 77-108)

Essas conclusões podem ser ratificadas com os conteúdos dos depoimentos e das entrevistas abaixo:

O Senhor “C. L.”, dono do Escritório Imobiliário Atuba, instalado em Pinhais, com grande atuação no mercado imobiliário da região leste do AMC, declarou, segundo Polli (2006), acreditar que o Projeto de Regularização da Vila Zumbi dos Palmares resultou, em grande parte, da pressão exercida pelo Condomínio *Alphaville* junto aos órgãos públicos estaduais e municipais, para tomar a frente e acelerar o processo de regularização da área.

Por outro lado, segundo Sérgio Ricci, funcionário do governo estadual, em 2006, a Vila Zumbi foi escolhida como projeto-piloto por que

Zumbi tem todas as peculiaridades de uma grande área de invasão, todos os tipos de problemas, é a situação com mais dificuldades para resolver, se a COHAPAR vencer esse desafio, estaremos credenciados para todos os outros tipos de regularização do Paraná. A intervenção não tem caráter político, queremos simplesmente o bem para a comunidade. (POLLI, 2006, p. 132 e 133)⁷²

⁷² Resumo da entrevista cedida pelo coordenador geral da unidade gerenciadora setorial do Projeto de Regularização da Vila Zumbi dos Palmares, em janeiro/2006.

Segundo lideranças locais e membros da comissão paritária⁷³, a Vila Zumbi dos Palmares foi escolhida como projeto-piloto de regularização em todo o Paraná em virtude, basicamente, das promessas políticas de campanha do governador Requião. Fala-se, ainda, sobre a projeção política desejada por Requião, visto que a Vila Zumbi era, nessa época, maior em população que muitos municípios do Paraná. Também, segundo os entrevistados, a influência do empreendimento *Alphaville*, pressionando o governo a promover a regularização do seu entorno imediato, era inegável.

Encontram-se fortes subsídios nos conteúdos das conversas informais com os moradores locais, nas entrevistas e nos depoimentos dos “emigrantes” e daqueles que ainda moram na Vila Zumbi, bem como no discurso de Sergio Ricci, proferido na reunião da *Comissão Paritária*, para se sustentar que, por trás da regularização da Vila Zumbi, houve o interesse político do governo Requião. Tal sustentação se apóia também na forma de condução do processo, incluindo uma série de obras assistencialistas e de serviços que não eram atribuição da COHAPAR, tais como o fornecimento de carteiras de identidade, de trabalho, entre outras; seja ainda, pelo curto tempo de realização das obras, até junho de 2006⁷⁴.

Ainda, deve-se considerar que não seria o governo de Requião aquele que romperia com o ciclo mitificador de construção das qualidades curitibanas e que permitiria que o alarde da “favela Zumbi na Cidade Modelo” manchasse uma história de sucesso de Curitiba. Não deixaria um desprestígio, dessa magnitude, abalar a fama da metrópole do estado que governava.

Considerando-se a hipótese da ocupação induzida como válida, ter-se-ia uma mudança de estratégia por parte do governo de Requião. Todo o esforço despendido para incentivar a ocupação irregular das áreas pertencentes aos seus adversários e a conseqüente formação de mais uma ocupação irregular favelizada, entre outras tantas ações políticas nesse sentido, perderiam o seu valor, naquele novo contexto, se o prestígio de Curitiba fosse abalado.

⁷³ Comissão formada por oito representantes dos órgãos públicos e lideranças da Vila Zumbi para acompanhar o projeto de regularização desenvolvido pela Cohapar.

⁷⁴ Coincidentemente, o mês de junho foi o prazo máximo permitido pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para se inaugurar obras antes das eleições ocorridas naquele ano de 2006, no mês de outubro.

Também significaria a continuidade dos seus planos iniciados em 1991, com o processo de ocupação da área da Vila Zumbi. Seria uma resposta aos ocupantes, um cumprimento daquilo que lhes foi prometido.

As ações do governo Requião para com a questão *Alphaville/Vila Zumbi* “abririam parenteses” nos discursos antineoliberais e nacionalistas proferidos por esse governador, pois seriam contraditórios às suas ações, uma vez que poderiam ser vistas como voltadas a atender os interesses de uma grande corporação econômica, o *Alphaville Urbanismo S/A*. Tal contradição seria confirmada no momento em que envidou esforços no sentido de impedir, de conter a propagação da imagem de uma favela que se constituía em uma perigosa externalidade negativa para o empreendimento *Alphaville*.

Por outro lado, a favela Zumbi, ao comprometer os “bons negócios”, diretamente os do *Alphaville*, bem como a imagem e o prestígio de Curitiba, estaria também prejudicando a imagem e o prestígio do estado do Paraná, como um todo. Assim, tal situação, traria prejuízos para o seu governo e para a sua carreira política.

Nesse contexto, o governo do Estado do Paraná, no final do ano de 2003, tendo como governador o Senhor Roberto Requião, passa a intervir diretamente na Vila Zumbi dos Palmares, através da COHAPAR, conforme a Figura 21, canalizando esforços no sentido de reverter o quadro socioambiental precário daquela Vila. Para tanto, foi formulado o *Projeto Básico de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental* (COHAPAR, 2004) específico para aquela vila, integrante do Programa Direito de Morar, já em desenvolvimento pela COHAPAR em grande parte do Paraná (Figura 22).

Em 2004, esse projeto começa a ser colocado em prática, com a previsão de ser concluído em menos de três anos. Foi composto de três subprojetos:

1. Subprojeto de Regularização Fundiária;
2. Subprojeto de Urbanização; e
3. Subprojeto de Desenvolvimento Socioambiental.

Vila Zumbi

dos Palmares

Informativo da Regularização Fundiária | n.º 1 | Dezembro de 2005



Requião autorizou investimento de R\$ 21 milhões na Vila Zumbi. Os detalhes foram apresentados à comunidade pelo presidente da Cohapar, Luiz Claudio Romanelli. Obras já começaram

Cohapar apresenta projeto de urbanização

O presidente da Companhia de Habitação do Paraná, Luiz Claudio Romanelli, apresentou o projeto de regularização fundiária e urbanização da Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo, aos moradores da ocupação.

A ação faz parte do programa Direito de Morar e terá investimento de R\$ 21 milhões, autorizado em julho pelo governador Roberto Requião. A intervenção beneficiará 1.797 famílias.

A atuação do Direito de Morar na Vila Zumbi inclui urbanização e recuperação ambiental (investimento de R\$ 9,6 milhões), sistema de drenagem de águas de chuva

(R\$ 4,6 milhões), pavimentação e paisagismo das ruas (R\$ 3,4 milhões), instalação de rede de esgoto (R\$ 1,2 milhão), recuperação ambiental (R\$ 283 mil), construção de 281 sobrados (R\$ 3,7 milhões), melhoria nas instalações de 400 moradias (R\$ 2,6 milhões). Além disso, serão construídas duas creches para 400 crianças, um centro comunitário e uma central de carrinheiros com barracão para reciclagem de lixo, com investimentos de mais de R\$ 1 milhão.

Segundo Romanelli, a relocação de algumas famílias será necessária para que se possa construir um dique de contenção para evi-

tar as enchentes que são comuns no local.

"A Vila Zumbi é uma das maiores ocupações irregulares do Estado. Começamos o programa por ela pois sabemos que é onde estão os maiores desafios", diz Romanelli. Localizada em Colombo, a Vila Zumbi é maior que 138 municípios do Paraná.

Romanelli explicou aos moradores que dois terços da área de ocupação já estão escriturados em nome da Cohapar. "Com as obras, os imóveis daqui serão valorizados e vocês não devem vender. A casa é um bem para a vida toda".

A intervenção tem recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Paraná

Cidade/SEDU/BID, Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU), Sanepar, Prefeitura de Colombo e Cohapar.

O Direito de Morar foi implantado pela Cohapar em 2003 para enfrentar o problema das ocupações irregulares — só na Região Metropolitana de Curitiba, 136 mil famílias vivem em favelas. Além da Vila Zumbi, o Direito de Morar está em andamento em ocupações em Curitiba, Pinhais, Londrina, Paranaguá, Matinhos e Pitanga, beneficiando mais de 6.800 famílias, em parceria com prefeituras e iniciativa privada.

FIGURA 21 – APRESENTAÇÃO OFICIAL DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL PARA A VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: COHAPAR, 2005

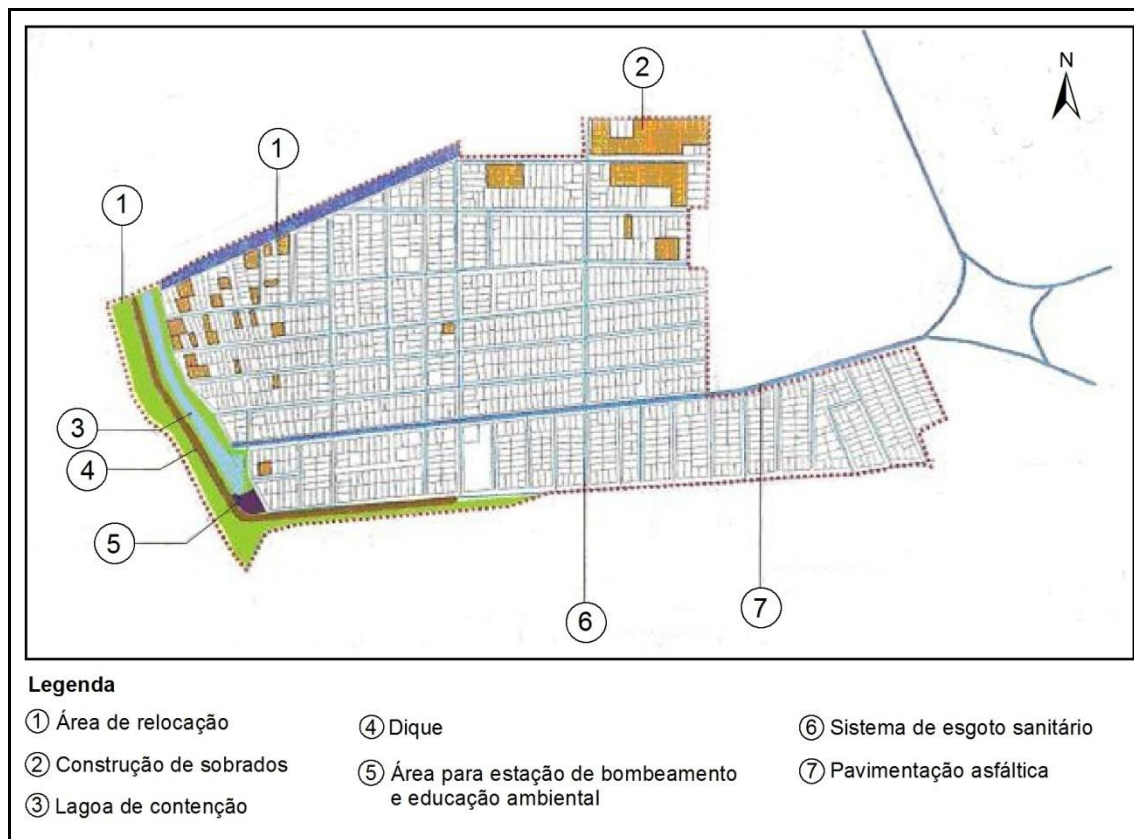


FIGURA 22 – INTERVENÇÕES REALIZADAS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: COHAPAR, 2009

3.4.4 O Subprojeto de Regularização Fundiária

As áreas irregularmente ocupadas da Vila Zumbi foram desapropriadas pelo governo do Estado, pelo Decreto Estadual nº 2364, de 16/12/2004, e repassadas a COHAPAR. Houve assim, como primeira parte do processo a tomada para si, por parte do Estado, da área desapropriada, para depois serem estabelecidas as regras para uma “privatização social”, por intermédio de uma regularização fundiária e de ações urbanizantes voltadas ao desenvolvimento socioambiental. Essas ações do Estado na Vila Zumbi dos Palmares oportunizaram aos moradores a inscrição à propriedade definitiva dos lotes, apesar de estarem residindo neles, em alguns casos desde 1991. Para uma posse legalizada, os moradores teriam de se submeter a uma inscrição, mediante cadastro e avaliação, passariam à compra-subsidiada dos lotes

em que já estavam ocupando, ou em outro definido pelo novo traçado das ruas e das novas quadras, variando entre 60 m² a 200 m², cada lote.

Dessa forma, por ser uma ação de cunho social, os moradores que se submetiam aos programas desenvolvidos pela COHAPAR passavam a pagar prestações que não poderiam exceder a 20% da renda declarada.

A área total desapropriada media aproximadamente 500 mil m², formada por grande parte de três loteamentos aprovados nas décadas de 1950 e 1980, as plantas da Vila Palmital, do Jardim Graciosa, do Centro Industrial Barão de Mauá e, uma gleba não parcelada, como já foi exposto anteriormente.

Os valores ofertados para desapropriação tiveram por base a avaliação realizada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), estimados inicialmente em R\$ 3.104.644,25, cerca de R\$ 7,00 por m² de terreno, que, no entanto alcançou no final do processo um montante superior a R\$ 3.900.000,00 (COHAPAR, 2005).

No Plano de Relocação e Reassentamento, elaborado pela COHAPAR (2005), dentre os 88 proprietários legais para serem indenizados, destacam-se, pelos valores das indenizações a serem pagas:

- A AZ imóveis, cuja avaliação ficou em R\$ 1.590.000,00 e a negociação acabou acontecendo no valor de R\$ 1.300.000,00;
- À família Greca, representada por Francisco Greca, Olívio Greca e Orlando Greca, cuja estimativa inicial era de R\$ 1.070.000, mas que teve a negociação final no valor de R\$ 800.000,10, cabendo R\$ 266.666,70 a cada um desses proprietários, uma vez que a gleba Rincão já havia sido desmembrada, por questão de herança;
- Ao senhor Lee Chiu Kang e s/m Lui Hui Ling houve depósito judicial feito pelo Estado em seu favor como indenização no valor de R\$ 93.212,71, uma vez que não se chegou a um acordo quanto ao valor exato de sua indenização;
- A senhora Stella Souza Cavalcanti Albuquerque e s/m Léo Cavalcanti de Albuquerque receberam R\$ 93.212,71;
- Ao senhor Sebastião Schleder Macedo recebeu R\$ 54.582,00;
- A Veja Imóveis Ltda coube R\$ 29.053,31;
- Ao senhor Ali Bark, R\$ 25.000,00;
- A José Alves Pires, R\$ 23.000,00. Foi o último a receber um valor mais elevado;

- Aos demais 79 proprietários receberam indenizações com valores bem mais baixos, em torno de R\$ 3.000,00 por lote individual, sem benfeitorias.

O processo de regularização compreendeu a desapropriação, a unificação, depois o parcelamento e a última etapa, ainda em andamento, é a transferência de propriedade aos ocupantes, cadastrados e concordantes dos termos do contrato, imposto pela COHAPAR para tal ato.

Para se efetuar a indenização, salvo alguns casos em que não se chegou a um acordo, houve o uso de depósitos judiciais do valor estimado e, para os demais casos, seguiu-se o cronograma estabelecido pela COHAPAR (Figura 23):

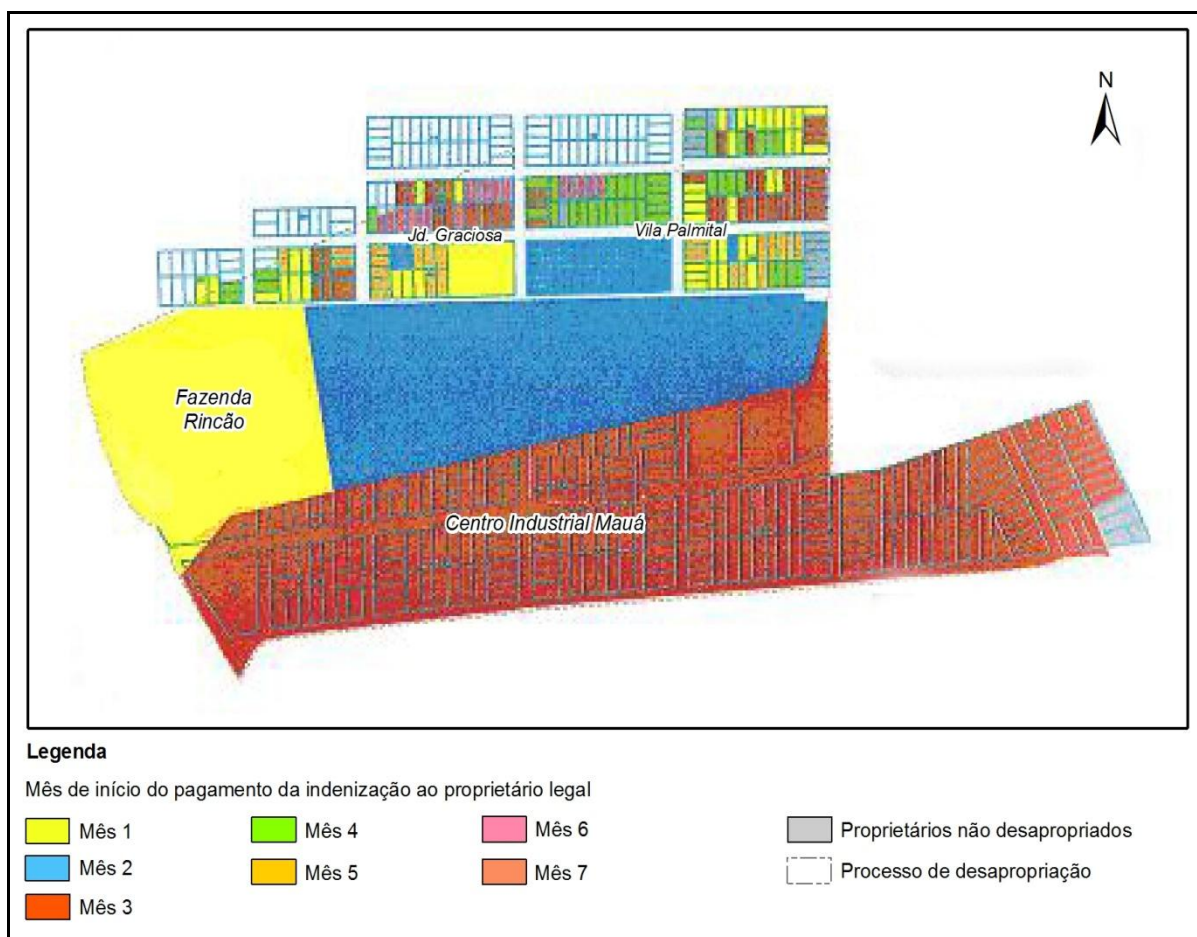


FIGURA 23 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE INDENIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS LEGAIS DE TERRENOS NA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: COHAPAR, 2005

A dificuldade jurídica encontrada esteve na aceitação da desapropriação e do valor estipulado para a indenização, pelos antigos donos, sendo que o Estado foi obrigado a cumprir ordens judiciais de desapropriação.

Devido aos processos judiciais em andamento, muitos dos atuais moradores possuem apenas a posse da terra, uma vez que os trabalhos de cadastramento continuam a ocorrer em um escritório montado na própria Vila, ao lado do posto da Polícia Militar. Concomitante aos novos cadastros que continuam a serem realizados, a COHAPAR procede a entrega dos títulos àqueles moradores, cujo processo já tenha sido aprovado.

Dos 1794 lotes criados nas áreas desapropriadas, havia 1692 famílias em registros pré-aprovados, e até o início do ano de 2009, 678 titulares cadastrados que não tinham comparecido a esse escritório para a regularização, segundo a COHAPAR (maio de 2009). Assim, o morador cadastrado que posteriormente comparece ao escritório da COHAPAR e regulariza a sua situação, passa a ser mutuário daquela empresa, bem como passa a arcar com a seguinte despesa⁷⁵:

- Para o lote, prestações mensais durante 20 anos, sendo de R\$ 56,00, com base no atual SM (salário mínimo), para aqueles cuja renda familiar for igual ou inferior a 1 SM; de R\$ 68,00 para a família de renda entre 1 a 2 SM e acréscimo de 10% para cada SM a mais na renda familiar. Os reajustes ficaram definidos em igual percentual do atribuído ao Salário Mínimo vigente no Brasil;
- O governo do estado subsidia em até 20% as prestações. Caso o proprietário venha a vender o seu lote, transferindo-o para um terceiro, esse novo mutuário perderá esse subsídio;
- Há preferência em legalizar os lotes e os sobrados em nome das mulheres (esposa, companheira, etc.);
- Em nenhum dos casos, a prestação poderá ultrapassar em 20% da renda familiar declarada.

Desses 1794 lotes criados, 81 foram reservados para fins não residenciais, para a instalação de igrejas, estabelecimentos comerciais e assistenciais, além das áreas não loteadas reservadas ao poder público, para a instalação de escolas, praças, posto de saúde, entre outros e, 10 lotes foram divididos ao meio, uma vez que neles foram instalados mais de um sobrado, dois em cada lote.

⁷⁵ Dados/valores referentes ao ano de 2009.

Em suma, a priorização da Vila Zumbi dos Palmares como receptora do projeto-piloto de regularização fundiária e de urbanização de favelas, na região metropolitana de Curitiba, foi em virtude:

- a) De a favela Zumbi ter se constituído em grave ameaça aos planos empresariais e políticos, conforme foi exposto anteriormente, com pressão do empreendimento *Alphaville*, para atender interesses eleitoreiros e promessas de campanha;
- b) Do fato da área ocupada pela Vila Zumbi sempre ter sido um entrave à regularização, por causa de questões ambientais, uma vez que está assentada numa várzea de inundação, com lençol freático aflorante, além dos obstáculos jurídicos relacionados à propriedade da terra;
- c) Do insucesso das tentativas anteriores com esse intuito, tendo em vista o não direcionamento dos recursos financeiros e principalmente a falta de interesse institucional para tal fim. Requião, a frente do governo do estado do Paraná, ao realizar a sua regularização, estaria dando uma demonstração de força e poder.

3.4.5 Subprojetos de Urbanização e de Desenvolvimento Socioambiental

A regularização urbanística e o desenvolvimento socioambiental da área foram implementados por meio de um conjunto de ações, com destaque para:

- A correção do traçado das ruas e em alguns casos de novos arruamentos, bem como da pavimentação e paisagismo das vias públicas;
- A implantação de um sistema de drenagem das águas pluviais e de um sistema de esgotamento sanitário;
- A complementação das redes de água e energia existentes; e
- A implantação de equipamentos coletivos: Centro Comunitário, Posto de Saúde, Creche para atender à demanda de crianças existente na vila e construção de escolas, uma municipal e outra estadual, nas proximidades.

O projeto previa, ainda, medidas para conter a reutilização das áreas desocupadas, com a implantação de uma via marginal à BR-116, na faixa não edificável da rodovia, a ocupação imediata de uma área insalubre, localizada no interior da vila, chamada pelos populares de “Beco” e, a recomposição florestal da margem do Rio Palmital, após as desocupações (Figura 24).

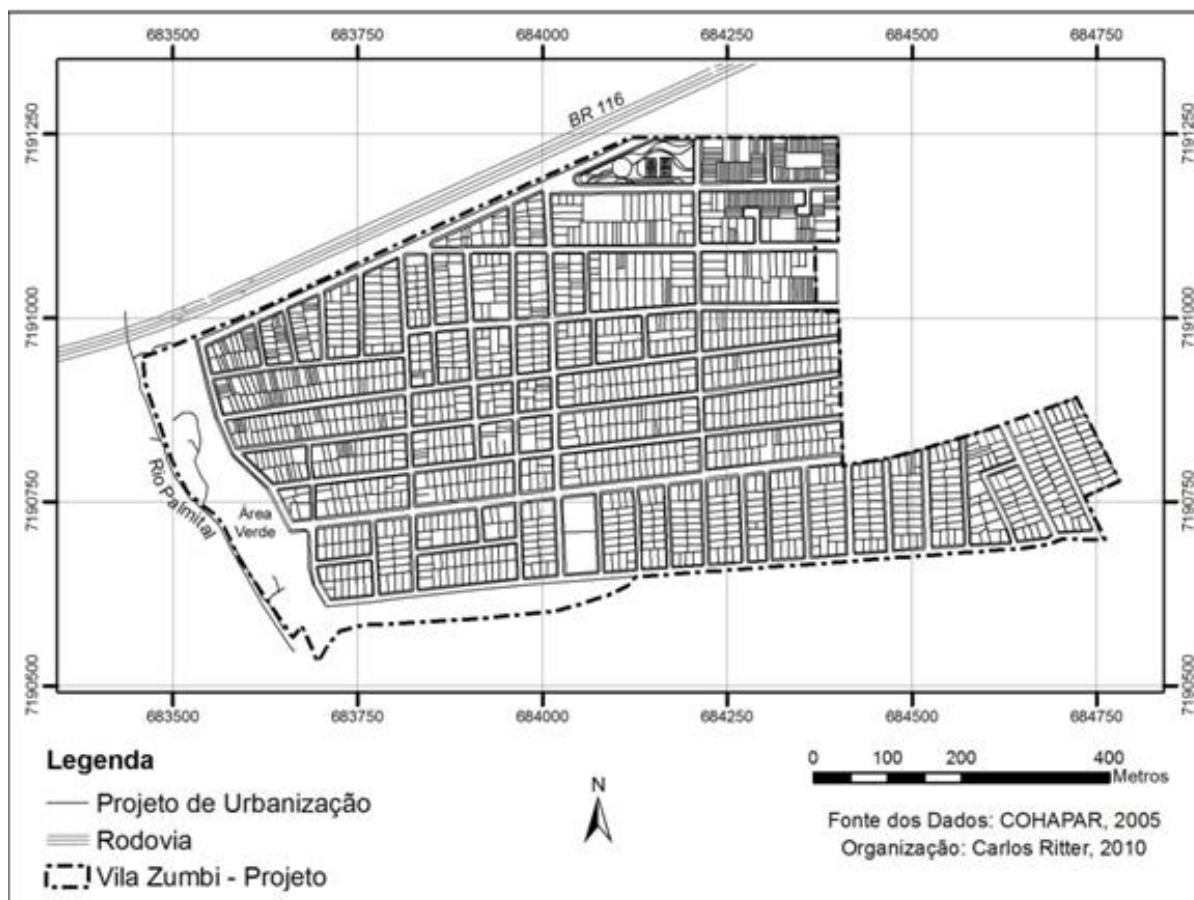


FIGURA 24 – SUBPROJETO DE URBANIZAÇÃO

FONTE: COHAPAR, 2005

Em 2006, foi iniciado, pela COHAPAR, um trabalho voltado às habitações da Vila Zumbi, com a melhoria de 400 casas já existentes e com a construção de 289 sobrados, com 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, totalizando 40 m².

Usou-se da estratégia de priorizar a utilização de mão-de-obra local, não só contratando como também oferecendo treinando, através de convênios com o Centro de Convivência Graciosa⁷⁶, mantido pelo grupo *Alphaville*.

O conjunto de obras desenvolvido na vila serviu não só para minimizar os efeitos do desemprego, como para ganhar a simpatia dos seus populares, ao proporcionar uma renda estável a um contingente de cerca de 300 moradores locais contratados que passaram a prestar serviços a COHAPAR, ou ainda aos que receberam formação profissional durante a realização das obras. Melhoravam-se os indicadores sociais e ao mesmo tempo, obtinha-se uma maior aceitação para com as intervenções em andamento na Vila.

A maior parte das pessoas que trabalham nas obras na Vila Zumbi mora no próprio local e estão ajudando na transformação da área. [...] “Ficamos impressionados com a excelente qualidade da mão-de-obra”, diz o engenheiro da Cohapar responsável pelo empreendimento, Carlos Alberto Porcides. (Informativo da Regularização Fundiária I, nº 1, Dez de 2005, p. 4)

Ainda no primeiro trimestre de 2006, 167 sobrados já haviam sido concluídos e entregues, iniciado assim a realocação da população que habitava as áreas de risco, antes mesmo da conclusão dos demais. (Figuras 25 e 26).

Para os sobrados, deveria ser relocada grande parte daqueles moradores que ocupava uma faixa de até 75 metros na margem esquerda do Rio Palmital, num total de 137 famílias, nas proximidades da rodovia BR116, eram 90 famílias e, na área chamada pelos populares de “Beco”, 30 famílias⁷⁷.

Dessa forma os ocupantes dos sobrados, além das prestações dos lotes, teriam de arcar, também, com os seguintes valores:

- Para o sobrado: - R\$ 75,00 /mês para rendimentos de até 1 SM; e
 - R\$ 95,00 para as famílias com renda de 1 a 2 SM.
- Igual acréscimo (10%) para aquelas com rendimentos acima de 2 SM.

⁷⁶ Como estratégia, a Fundação *Alphaville*, um braço social do *Alphaville Urbanismo S/A*, instala Centros de Convivência nas imediações dos CHFs recém criados, visando à implementação de ações de cunho sócio-educativo. No caso, o Centro de Convivência Graciosa será melhor contextualizado no Capítulo 4.

⁷⁷ Cabe ressaltar que em 2001, conforme cadastro da COMEC, o número de famílias habitando essas áreas era outro: Subsetor A: 37; Subsetor B: 63; Subsetor C: 46 e Subsetor D: 129, totalizando 275.



FIGURA 25 – CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO DE SOBRADOS NA PORÇÃO NOROESTE DA VILA ZUMBI

FONTE: COHAPAR, 2005



FIGURA 26 – CONSTRUÇÃO DOS SOBRADOS NA PORÇÃO NORTE DA VILA ZUMBI

FONTE: COHAPAR, 2005

Ainda, nesses subprojetos de *Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental* se destacam as seguintes obras e ações:

a) **Sistema de Drenagem**

As inundações eram um dos principais desafios enfrentados por aqueles que residiam próximos ao Rio Palmital. Apesar da pouca absorção do solo e a presença de um lençol freático aflorante, o sistema implantado parece ter solucionado tal desafio, uma vez que depois da sua instalação nenhuma inundação foi registrada. É composto das seguintes obras já realizadas: construção de um canal aberto, galerias pluviais, diques, uma lagoa de armazenamento e uma estação de bombeamento, visando diminuir a cota de inundação, conforme as. (Ver Figuras 27 e 28).



FIGURA 27 – OBRAS REALIZADAS PARA CONTER AS INUNDAÇÕES

FONTE: Jornal Notícias do Paraná, Setembro de 2008, p. 3



FIGURA 28 - ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO DA SANEPAR, VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: O autor, 2009

b) Sistema de Esgotamento Sanitário

Segundo Polli (2006), foram instaladas redes coletoras de esgoto para todos os domicílios. A coleta se dá por meio de um coletor tronco, que leva até a estação de bombeamento, a qual encaminha os dejetos até a estação de esgoto existente, fora da bacia do Rio Palmital. Essa rede é conectada por gravidade, com lançamentos diretos no interceptor Palmital. Desse ponto em diante, o esgoto flui para a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Atuba Sul, onde é tratado.

Fato interessante é que esse projeto ficou limitado à Vila Zumbi, apesar dos altos recursos destinados ao esgotamento sanitário do Município de Colombo. As ocupações a montante no Rio Palmital não foram contempladas, como é o caso da Vila Liberdade, vizinha a noroeste da Vila Zumbi dos Palmares, entre outras ocupações existentes. Praticamente, toda a verba orçamentária para esse fim foi aplicada especificamente na Vila Zumbi dos Palmares, apesar de estar situada na

porção mais baixa dessa bacia, portanto, os fluxos poluentes, provenientes do esgotamento doméstico e industrial, lançados rio acima, a montante da Vila Zumbi, permanecem comprometendo a qualidade das águas do Rio Palmital e do complexo de mananciais da região.

Polli (2006) relata que, ao indagar o responsável por esse setor na SANEPAR, obteve a resposta de que obras de tal vulto não estavam previstas, naquele momento para a Vila Liberdade ou para outras áreas próximas, somente para a Vila Zumbi⁷⁸. Isso vem confirmar a grande prioridade dada à Vila Zumbi, uma vez que o objetivo não era buscar uma solução sanitária para a região, ou pelo menos para a bacia do Rio Palmital, componente dos mananciais de água do Rio Iguaçu, responsáveis por grande parte do abastecimento da RMC. Tratava-se exclusivamente de uma intervenção pontual, definitivamente de uma obra cujo caráter técnico não tinha predominado e sim de uma solução política imediatista. O sistema implantado não resolveu a questão do esgotamento sanitário da área, apenas passou a compor mais um diferencial para a Vila Zumbi dos Palmares.

c) **Pavimentação**

Nesse quesito, houve ativa participação da Prefeitura Municipal de Colombo com a utilização das máquinas de terraplanagem e de asfaltamento, na abertura de ruas segundo o projeto definido pela COHAPAR e com o emprego dos funcionários municipais do setor de obras e pavimentação, bem como o beneficiamento do betume, em sua recém inaugurada Usina de Asfalto.

Foram pavimentados aproximadamente 12,4 km com cobertura asfáltica, sendo 11,3 km de tratamento superficial simples e 1,1 km de tratamento superficial triplo.

Todas as ruas receberam meio fio, sarjeta e pavimentação, asfáltica nas vias principais e nas demais uma pavimentação pré-fabricada, tipo “lajotinhas”.

A Rua Aleixo Schluga, constante da Figura 29, foi uma das beneficiadas pela cobertura asfáltica.

⁷⁸ Entrevista realizada por Polli, em janeiro de 2006, com a senhora Wanderléia, funcionária da SANEPAR.



FIGURA 29 - RUA PRINCIPAL DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: O autor, 2009

A má conservação das ruas, a poeira e a lama eram algumas das principais reclamações dos moradores, já que comprometiam a circulação das pessoas e dos veículos e prejudicavam o comércio de bairro na Vila Zumbi.

A imagem da Figura 30 bem demonstra tal situação, uma vez que tratava da Rua Aleixo Schluga, a mesma da Figura 29.



FIGURA 30 – RUA ALEIXO SCHLUGA, EM 2005, ANTES DAS INTERVENÇÕES DO ESTADO

FONTE: www.aenoticias.pr.gov.br, acessado em 10 de dezembro de 2009

d) **Recuperação ambiental**

Procedeu-se ao plantio de espécies nativas, visando à recuperação do terreno e a reconstituição da cobertura florestal ciliar do Rio Palmital. Uma faixa que vai da margem esquerda Rio Palmital até a altura da lagoa de armazenamento, por toda a área, dentro dos limites da Vila Zumbi, recebeu esse plantio. Buscou-se reproduzir a mesma vegetação encontrada na outra margem desse mesmo rio, uma vez que a vegetação original já havia sido muito alterada, ora por ter sido utilizada há muito tempo como pastagens da fazenda Rincão, ora pela ocupação e construção dos barracos.

A recomposição dessa vegetação é parte integrante do projeto do Parque Linear do Rio Palmital, elaborado pela COMEC em parceria da Prefeitura de Colombo. Visa evitar novas ocupações e principalmente a valorização da área dentro das estratégias corporativistas do Estado/Empresas para a área do entorno desse parque⁷⁹.

e) **Desenvolvimento Comunitário**

Segundo a COHAPAR (2005, p. 7), além das intervenções físicas, o projeto foi responsável pela viabilização de um Programa de Desenvolvimento Comunitário, com os seguintes subprogramas: de apoio à rede assistencial e de apoio à cooperativa de reciclagem, Canteiro-escola e de Educação Ambiental, voltados à construção social de alternativas para o enfrentamento da pobreza, por meio do fortalecimento da rede de instituições e entidades locais existentes; à capacitação profissional da população no sentido de desenvolver comportamentos e a promover ações coletivas ambientalmente adequadas.

O Desenvolvimento Comunitário passou a contar com as seguintes ações:

- Formação de uma cooperativa de reciclagem de lixo;
- Formação e treinamento de mão-de-obra;
- Canteiro-Escola; e
- Educação Ambiental;

⁷⁹ Não se conseguiu ter acesso ao conteúdo do projeto de criação do Parque Linear do Rio Palmital, por conter esse projeto informações sigilosas, privilegiadas, de grande valor econômico e político. O projeto encontra-se em fase final de elaboração na COMEC, guardado com muito sigilo e restrições.

e.1 Cooperativa de Reciclagem de Lixo

Aproximadamente 12% da população (200 famílias) tinham na coleta e venda de lixo reciclável sua principal fonte de renda em 2004, segundo a COHAPAR. Nesse total não estão incluídos os que utilizam a atividade como fonte complementar de renda. Esse percentual caiu para menos de 5% em 2009, segundo o presidente da associação dos moradores da vila.

Funciona uma associação de catadores, num sistema de cooperativismo, na Vila Zumbi dos Palmares, a *CoopZumbi* (Figura 31), com participação restrita a cerca de 30 associados.



FIGURA 31 – COOPZUMBI

FONTE: Site www.coopzumbi.com.br, acessado em 21 de março de 2010

Essa associação foi organizada pela Fundação *Alphaville*⁸⁰ que permaneceu colaborando com o seu funcionamento nos seus primeiros meses de existência, uma vez que uma moradora do *Alphaville* construiu um barracão no CIM, nas proximidades da Vila Zumbi e o alugou para os cooperados, viabilizando assim o funcionamento da *CoopZumbi*.

⁸⁰ Trata-se do “braço social” da empresa *Alphaville Urbanismo S/A*. Será melhor detalhada no Capítulo 4.

A Fundação também foi responsável pelo fornecimento e manutenção dos principais equipamentos necessários ao trabalho de coleta e reciclagem do lixo, como prensas, carrinhos, gaiolas de armazenamento, balanças industriais e uniformes.

A associação de catadores de lixo foi mantida pelo empreendimento *Alphaville* nos três primeiros meses. Para exemplificar tal ação, Polli (2006) constatou que foi incluído um acréscimo voluntário de R\$ 10,00 mensais no valor do condomínio dos residenciais de *Alphaville*, cujo montante arrecadado era destinado ao apoio a essa associação.

Outro fato marcante era o *logomarca Alphaville* estar estampado nos uniformes e nos carrinhos dos catadores/coletores membros dessa associação, nos primeiros anos de seu funcionamento.

Ficava marcante o interesse em realçar o nome *Alphaville*, em externar tal ação social prestada à comunidade da Vila Zumbi, muito mais que os benefícios que ela pudesse proporcionar àquelas pessoas necessitadas.

e.2 Canteiro-Escola

Visou à capacitação nas atividades de pedreiro, carpinteiro, eletricista, bombeiro, pintor, entre outras atividades de suporte aos trabalhos da construção civil, principalmente no período da construção dos sobrados. O projeto contou com o apoio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e de convênios com o Sesi, o Senai, o Sesc e o Senac, ministrando aulas teóricas nas dependências do Centro de Convivência Graciosa e aulas práticas, nos próprios canteiros de obras, com acompanhamento de monitores. Os participantes dos cursos e dos treinamentos recebiam bolsa-auxílio e remuneração à medida de em que participavam efetivamente nas obras de construção dos sobrados, em 2005. Atualmente, encontra-se praticamente desativado.

e.3 Educação Ambiental

O projeto voltado à educação ambiental entrou em funcionamento no ano de 2005, compreendendo basicamente o uso da água e a destinação correta lixo.

Segundo Polli (2006) intencionava-se, nesse subprojeto, a formação de um comitê permanente que cuidaria das questões ambientais em Zumbi.

No entanto, durante o período deste trabalho, verificou-se que tal comitê não estava atuando, nem mesmo chegou a ser efetivamente organizado.

Todavia, a partir do ano de 2006, a educação ambiental passou a ser desenvolvida por uma parceria entre entidades civis, como a Associação Franciscana de Ensino “Senhor Bom Jesus”, com o seu Colégio Bom Jesus Internacional⁸¹, o Lions Clube do Batel e igrejas “evangélicas”, como a Quadrangular do Reino de Deus e a Jesus de Nazaré, entre outras, além da Associação dos moradores do *Alphaville Graciosa* e das entidades públicas, como a COHAPAR e a Prefeitura Municipal de Colombo. Essas entidades passaram a atuar juntamente com os alunos moradores na Vila Zumbi ou no CIM, matriculados na rede pública, nas duas escolas localizadas nas proximidades da Vila Zumbi, a Escola Municipal Barão de Mauá e o Colégio Estadual Zumbi dos Palmares.

Com essa parceria, sob a coordenação do Colégio Bom Jesus, foi implantado o projeto *Zumbi/Mauá – Ação Ecológica*, que em suma é composto de cinco ações: 1ª Ação: Plantio de Árvores; 2ª Ação: *Jogo Limpo - Jogo Pedagógico* sobre o cuidado com o Meio Ambiente; 3ª Ação: *Horta Comunitária Escolar do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares*; 4ª Ação: *Guarda Mirim - Formiguinhas da Vila Zumbi*; e a 5ª Ação: *Projeto do Lixo*.

Apesar de trazer benefícios, com a melhoria da qualidade de vida e da auto-estima entre os alunos e demais integrantes das comunidades envolvidas, o projeto vai além das ações de cunho socioambiental, visa, sobretudo, melhorar ou propagar a imagem das empresas e das demais entidades envolvidas, bem como apaziguar os seus entornos ou as suas áreas de atuação.

3.4.6 Custos do Projeto Básico de Regularização, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental

Com base em informações do projeto da COHAPAR (2004) e nas atualizações ocorridas ao longo da sua implementação, foi possível construir o

⁸¹ Essa unidade educacional está instalada, praticamente em frente à entrada principal do Alphaville Graciosa.

Quadro 2, contendo as principais intervenções e os respectivos investimentos aplicados em cada subprojeto.

SUBPROJETOS	QUANT.	UNID.	INVESTIMENTO em (R\$)
Regularização fundiária	433.665,50	m ²	3.932.060,40
Urbanização e recuperação ambiental	-	-	9.603.508,70
Sistema de drenagem de águas pluviais	-	-	4.647.494,28
Pavimentação e paisagismo das vias públicas	83.672	m ²	3.470.017,10
Rede coletora de esgoto	19.818	m	1.202.431,10
Recuperação ambiental da área degradada	35.068	m ²	283.566,22
Habitação	-	-	7.000.000,00
Melhoria de 400 moradias na área consolidada	-	-	2.561.000,00
Construção de 289 sobrados	-	m ²	3.893.986,00
Equipamentos comunitários	-	-	1.045.421,30
Construção de duas creches	380	m ²	858.897,34
Construção de um centro comunitário	117	m ²	46.523,96
Construção de um barracão	600	m ²	150.000,00
Relocação e reassentamento	281	famílias	95.000,00
Comunicação Social	1.797	famílias	47.500,00
Programa de Desenvolvimento Comunitário	-	-	142.500,00
a) apoio à rede assistencial	1.797	famílias	-
b) Canteiro-escola	200	pessoas	-
c) Apoio a Cooperativa de Coleta e reciclagem de materiais	200	famílias	-
d) Educação ambiental	1.797	famílias	-
Total	-	-	22.380.375,30

QUADRO 2 – CUSTOS DOS INVESTIMENTOS DOS SUBPROJETOS DO PROJETO BÁSICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁREA DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: organizado pelo autor, com base nas informações da COHAPAR, 2009

O investimento total do programa foi superior a R\$ 22 milhões. Contou com verbas provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU) e do Tesouro Estadual.

O município de Colombo foi parceiro do programa por meio de cessão de terrenos, da instalação de infraestrutura, principalmente asfaltamento e das ações de assistência social desenvolvidas nos primeiros anos de intervenção na Vila.

As famílias, cuja situação foi legalizada, passam a pagar pelos lotes e, as relocadas, pelos lotes e pelas novas moradias, com as prestações não podendo comprometer mais de 20% da renda familiar, durante 20 anos.

Desse total de recursos, cerca de R\$ 12 milhões foram provenientes das finanças do Estado, e o restante do BID. Segundo a COHAPAR (2009), através da sua Unidade Gerenciadora Setorial (UGS), uma parcela desses recursos, em torno de R\$ 1,5 milhão, foi alocada a fundo perdido.

3.4.7 Os novos moradores da Vila Zumbi

Outra forma utilizada para se comprovar as mudanças na espacialidade da Vila Zumbi foi através de uma nova comparação entre as mesmas listagens, COMEC (2001) e COHAPAR (2004/07/08), dessa vez com o intuito de verificar os nomes constantes das duas listagens da COHAPAR e os ausentes na listagem da COMEC. Objetivou-se, dessa forma, identificar os nomes e a quantidade de moradores titulares, que passaram a residir na Vila Zumbi a partir da regularização e urbanização, via de regra, também com suas respectivas famílias. Chamou-se esse grupo de “imigrantes” para a Vila Zumbi.

Após terem sido encontrados 1725 “novos” nomes, enquadrados como titulares das famílias de “imigrantes”, fez-se um novo refinamento, apurando ainda mais as informações pelo uso seletivo de um cadastro, originalmente feito em maio de 2004, e, principalmente, pelas atualizações nele efetuadas no período de dezembro de 2007 a março de 2008, segundo os dados disponibilizados pela COHAPAR. Dessa forma, foi possível trabalhar com aqueles “imigrantes” mais recentes, 75,9% do total, ou seja, dos 1725 novos titulares, 1310 nomes que só apareceram na última atualização de 2007/08, conforme o Gráfico 11.

Tais números demonstram que até o ano de 2004, cuja listagem apresentava um total de 1797 titulares, eram novos moradores apenas 415 nomes, equivalente a 24,1% do total de novos titulares detectados no período de 2001 a

2007/08 ou ainda a um acréscimo de 24,7% no total de titulares computados em 2001.

No entanto foi a partir de 2004 que ocorreu o grande fluxo de pessoas para a Vila Zumbi. Ao subtrair os 415 novos nomes detectados, em 2004, do total de 1725, obtem-se o valor de 1310, ou seja, 75,9%, do total de novos titulares, mudaram-se para a Vila Zumbi após as intervenções urbanizantes do Estado.

Cabe lembrar que cada titular corresponde, a princípio, a uma família, portanto, deve-se raciocinar também com os demais integrantes dessa família e, em muitos casos, com os seus agregados, que no caso dos “imigrantes” da Vila Zumbi, implica uma multiplicação por 3,2 (média de integrante/família).

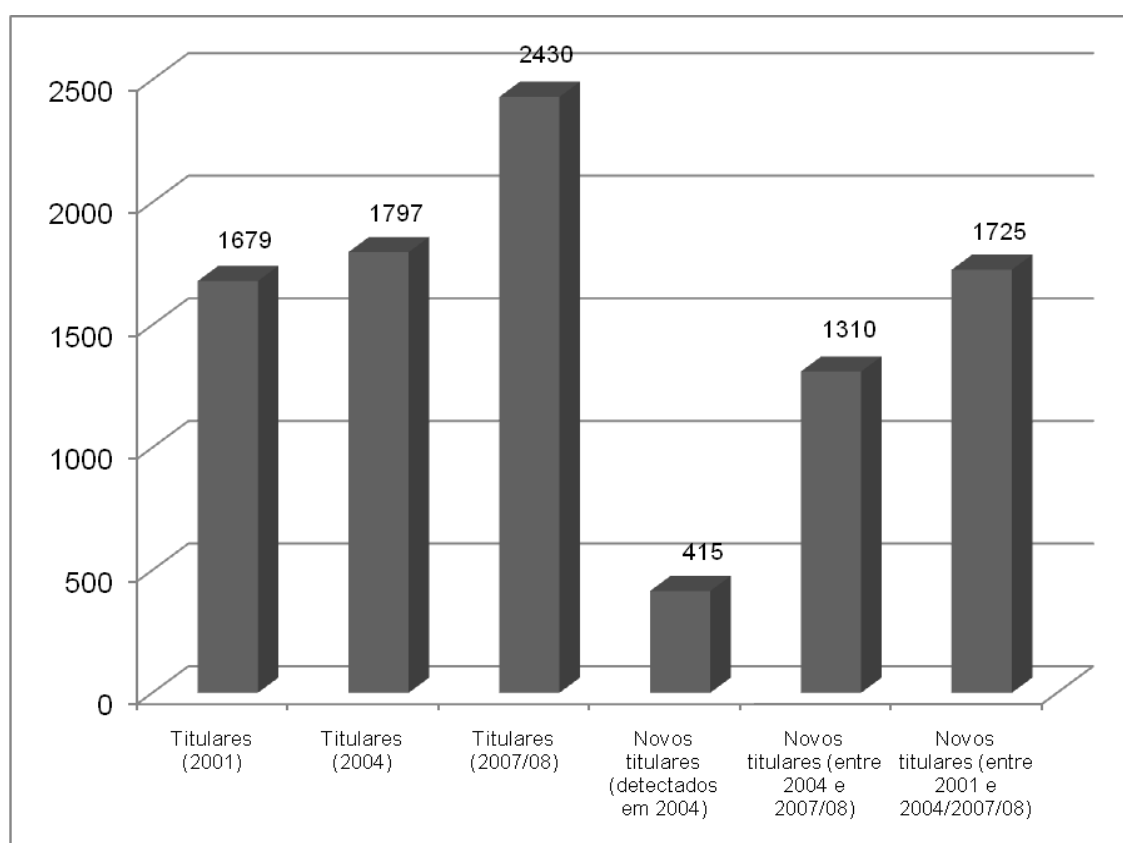


GRÁFICO 11 – COMPARATIVO ENTRE AS TRÊS LISTAGENS DE MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Organizado pelo autor, com base nos dados da COMEC, 2001 e da COHAPAR, 2004 e 2007/08

Após essas ações, tratou-se de localizar e de entrevistar parte desses “imigrantes” para a Vila Zumbi, bem como o devido tratamento estatístico dos dados

obtidos. Para tanto, dividiu-se a Vila Zumbi em quatro quadrantes, representados na Figura 32, objetivando contatar um mesmo percentual de “imigrantes” residentes em cada quadrante. Esse objetivo não foi atingido, porém conseguiu-se entrevistar um número mais significativo de “imigrantes” nos 1º e 2º quadrantes, em virtude da maior concentração dos novos moradores nessas duas porções da vila. No total, entrevistou-se 171, dos 1310 “imigrantes”, o que equivale a 13%.

Nova dificuldade, que dessa vez não estava relacionada à dispersão do público alvo, como das entrevistas com os “emigrantes”, uma vez que todos, a princípio, estariam residindo na própria Vila Zumbi; a dificuldade pairou na desconfiança de ser, aquele contato com entrevista, um artifício do governo do Estado, da COHAPAR especificamente, no intuito de um recadastramento com vistas ao reajuste das mensalidades dos lotes e/ou dos sobrados. Novamente, a intermediação dos “moradores-chave”, já citados anteriormente, foi de suma importância, o que não impediu a recusa de muitos em participar.

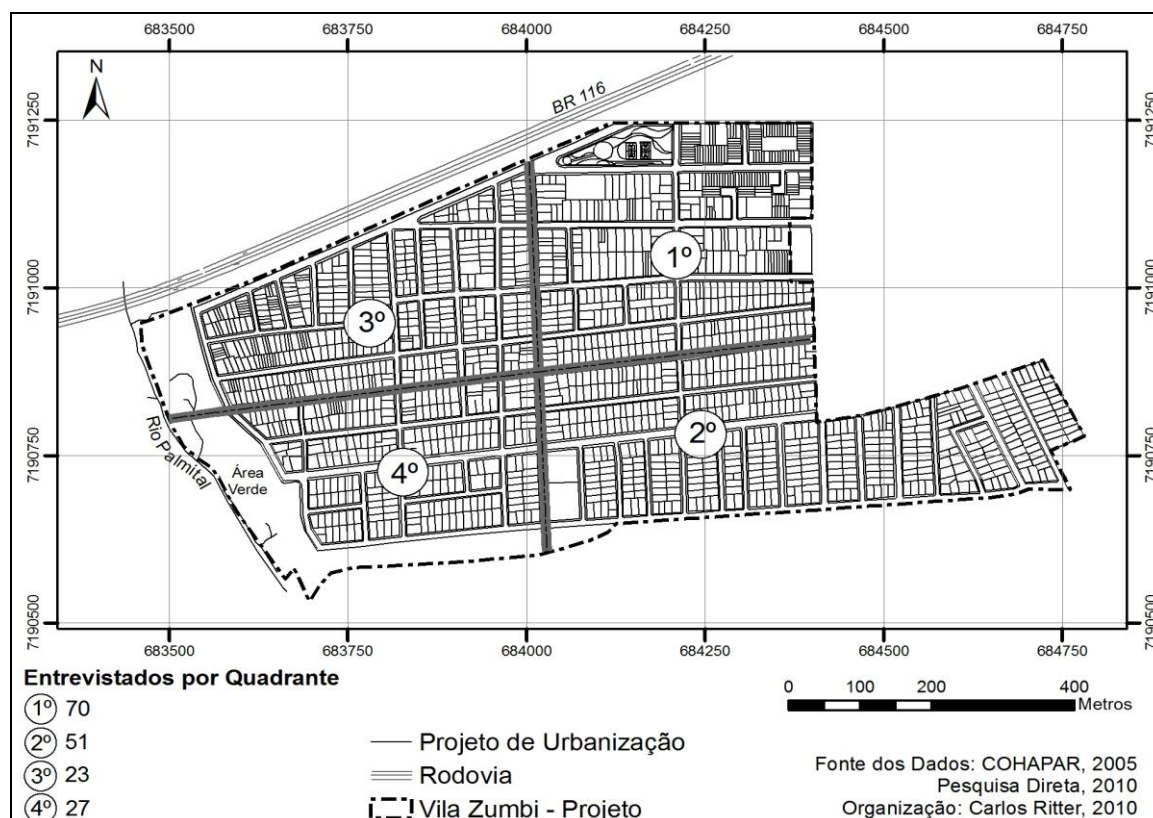


FIGURA 32 – DIVISÃO DA VILA ZUMBI DOS PALMARES PARA AS ENTREVISTAS

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2009

Percebe-se que os integrantes desse universo dos 75,9%, correspondente aos 1310 novos moradores da Vila Zumbi, são os principais atores de uma nova realidade socioeconômica para a Vila Zumbi, conforme foi possível apurar em pesquisa amostral realizada:

- Pela amostragem, possuem renda média variando entre 2 a 6 SM, ou seja a renda de 84% dos 171 entrevistados está enquadrada entre esses valores e nenhum recebe menos que 1 SM, conforme está representado no Gráfico 12;

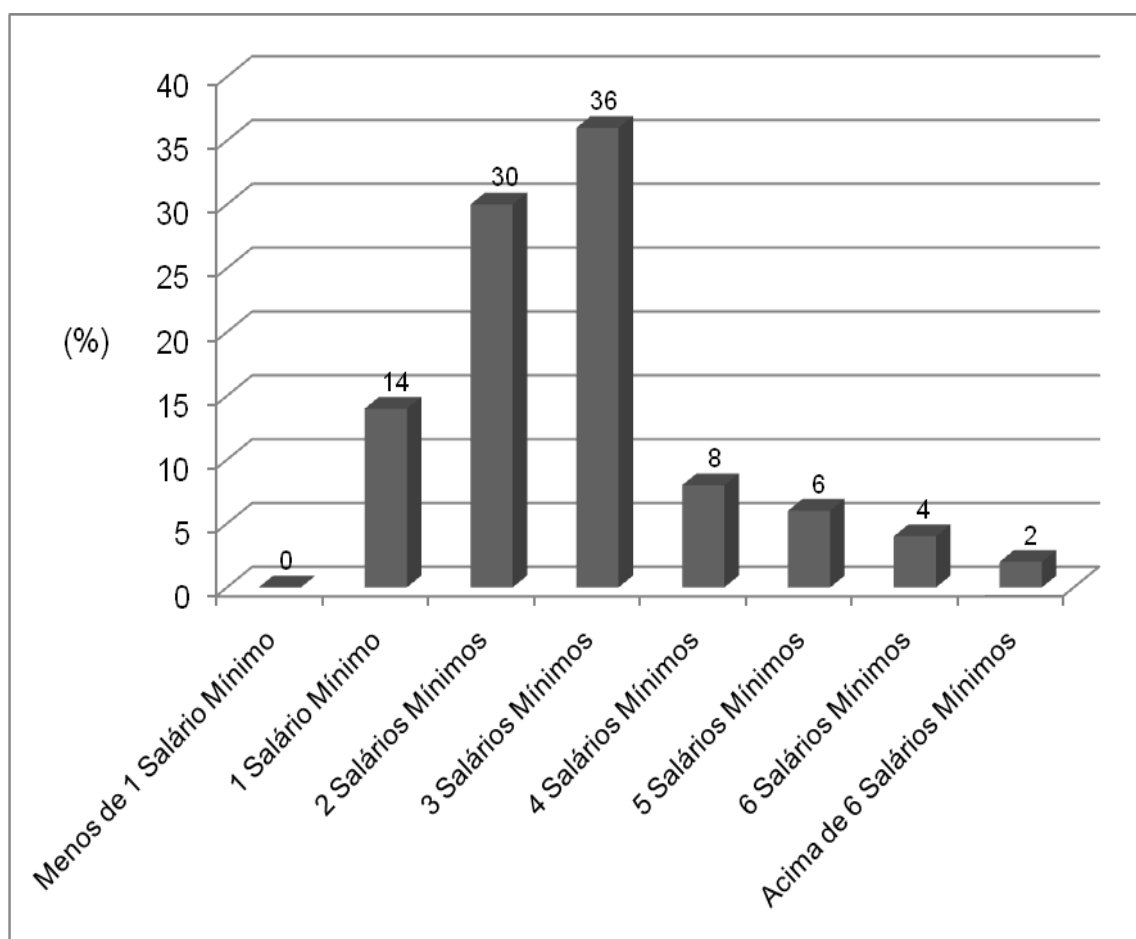


GRÁFICO 12 – RENDA FAMILIAR DOS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2009

- 60% dos entrevistados estão empregados com registro em carteira, sendo que 52% desses trabalhadores empregados exercem suas atividades profissionais em estabelecimentos industriais, comerciais ou são contratados por empresas prestadoras de serviços, com destaque para os estabelecimentos industriais localizados no Centro Industrial Barão de Mauá, para as indústrias e o comércio de Pinhais, para os condomínios *Alphaville* e para os estabelecimentos industriais localizados na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), conforme o Gráfico 13;

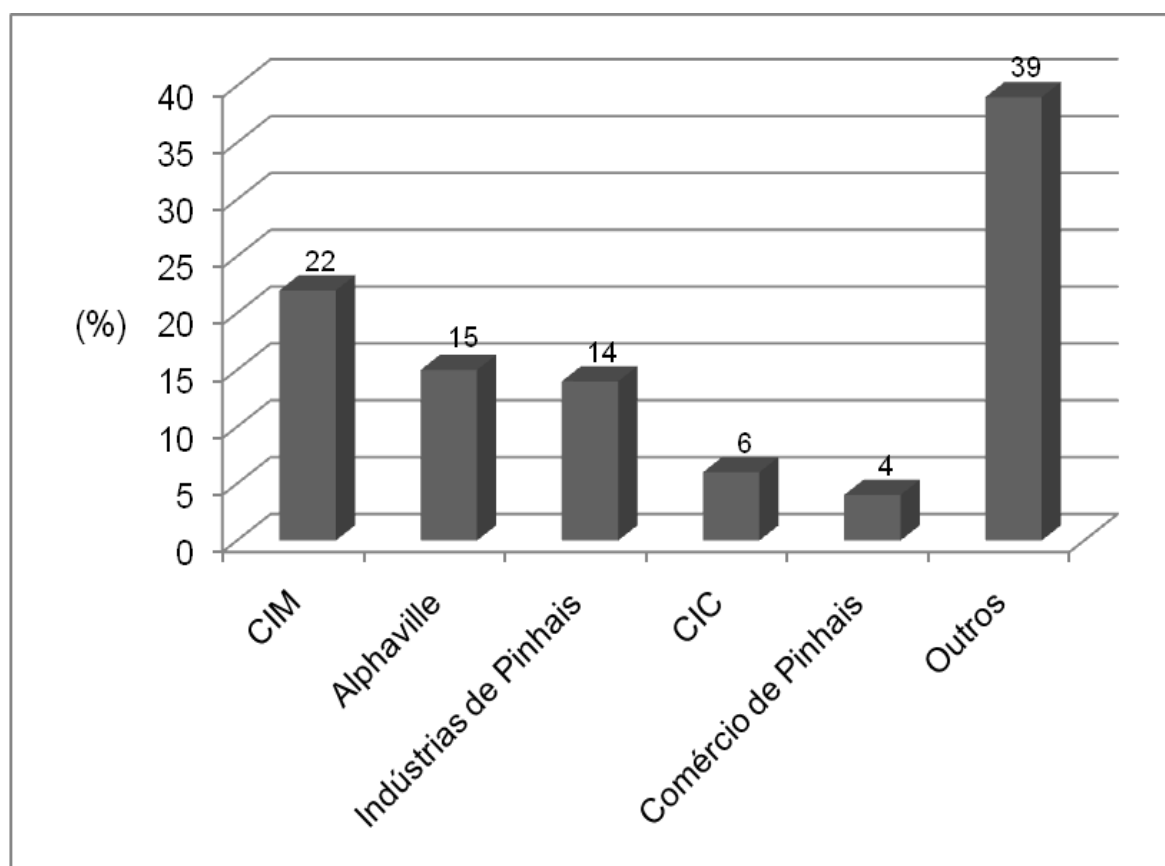


GRÁFICO 13 – LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ONDE TRABALHAM OS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2009

- Nesse universo dos entrevistados, equivalente a 13%, há a presença de pequenos empresários atuantes nos ramos de farmácia, comércio de alimentos, material de construção, marcenaria, serralheria, reciclagem e construção civil, atuando na própria Vila Zumbi;

- Quanto ao local de residência anterior a vinda para a Vila Zumbi dos Palmares, foi possível perceber que houve uma predominância de pessoas do próprio município de Colombo, com 48% dos 171 entrevistados, seguido de Curitiba, com 21%, Pinhais com 17%, Campina Grande do Sul com 4,7%, Quatro Barras com 3,5% e 5,8% de outros municípios, conforme o Gráfico 14.

Sendo que 70% dos entrevistados declararam que, até o momento de se transferir para a Vila Zumbi, moravam em casa alugada;

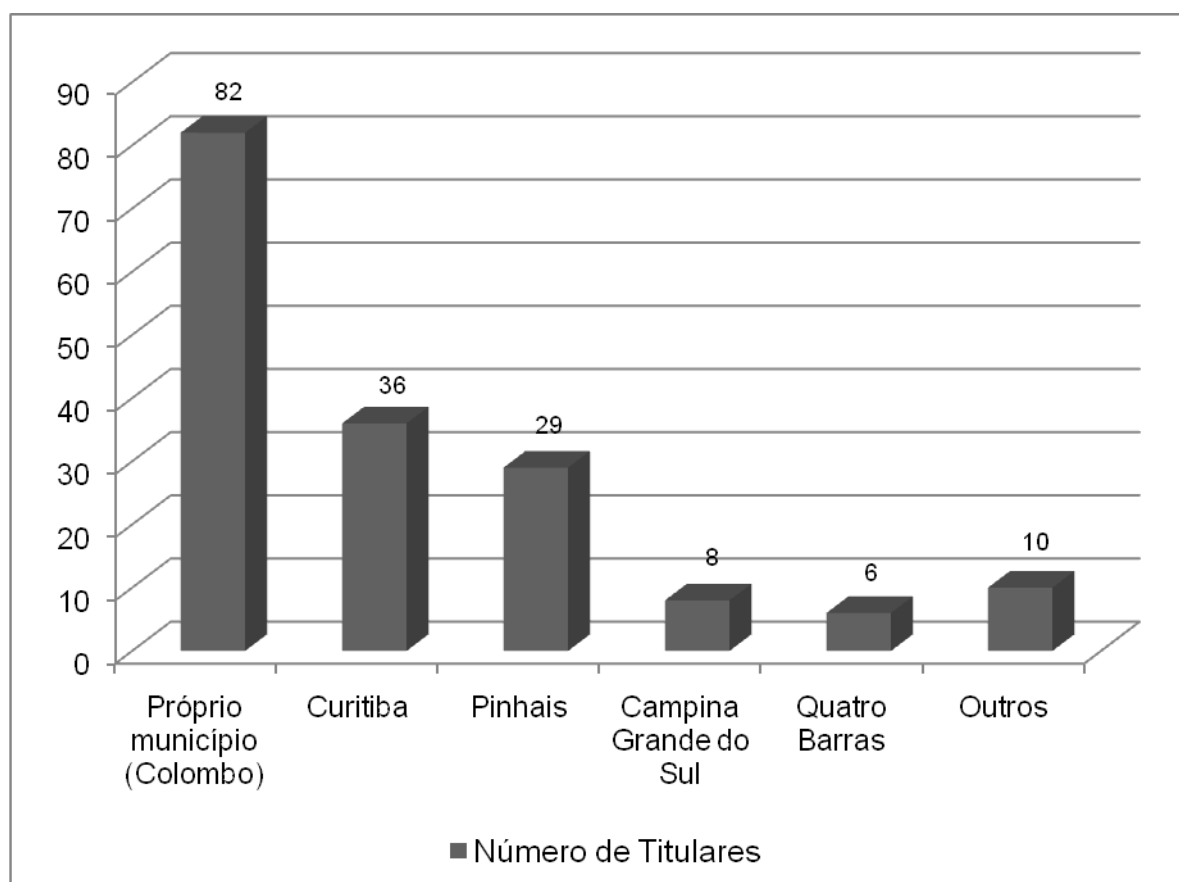


GRÁFICO 14 – ORIGEM DOS NOVOS MORADORES DA VILA ZUMBI

FONTE: Pesquisa direta do Autor, 2009

- Não foram detectados analfabetos entre os entrevistados; mais de 85% concluíram o Ensino Fundamental e, desses, 11% já concluíram o Ensino Médio, havendo ainda, 04 dos entrevistados cursando graduação, 02 na Faculdade de Pinhais (FAPI) e 02 na Faculdade do Alto Maracanã (FAEC), em Colombo, conforme o Gráfico 15;

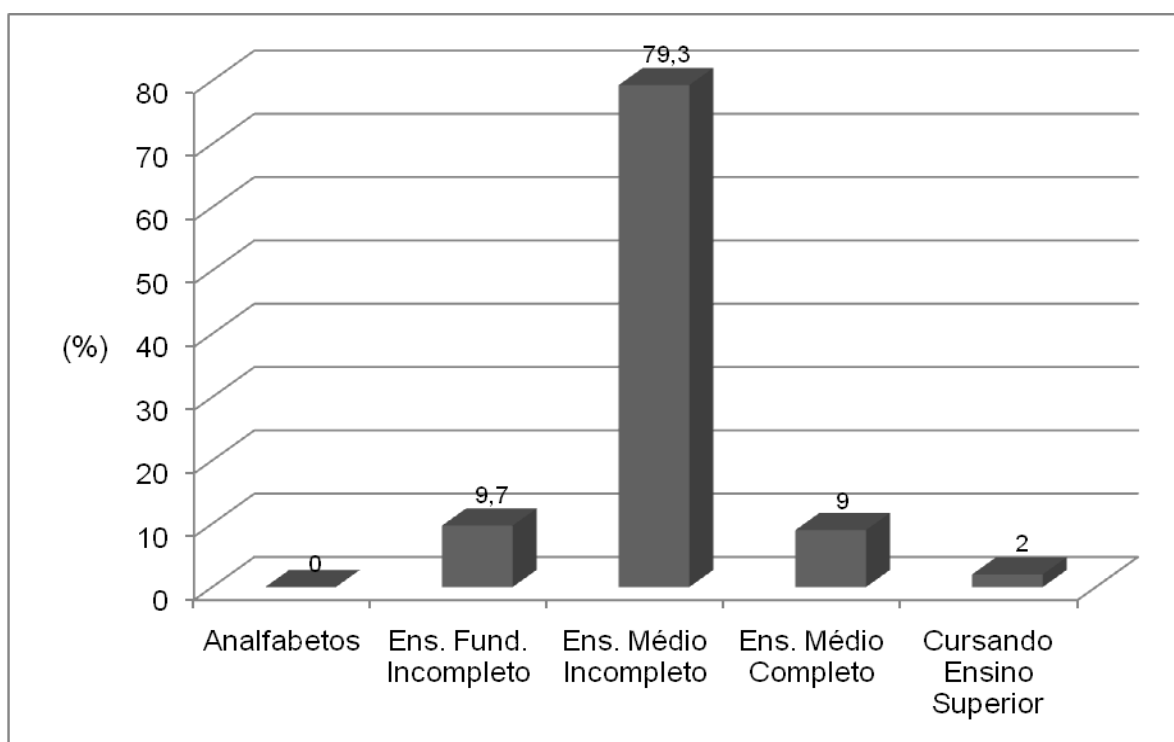


GRÁFICO 15 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS NOVOS MORADORES TITULARES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2009

FONTE: Pesquisa direta do autor, 2009

- Esses indicadores, mesmo que de forma sumária, são merecedores de um maior aprofundamento, pois realçam o processo de desperiferização, uma vez comparados aos encontrados no período de 1991 até 2004, eles retratam uma elevação no nível médio de escolaridade entre os seus residentes;

- As famílias são compostas, em média, de três a quatro integrantes, constituídas, majoritariamente (92%) de casal com um a três filhos; e

- Ocupam imóveis já regularizados ou em vias de regularização e concordam com o pagamento das prestações estabelecidas pela COHAPAR.

Ao se comparar as informações contidas nas duas *análises socioeconômicas da demanda* – 2004 com a 2007/08, realizadas pela COHAPAR, também foi possível detectar uma série de mudanças no quadro social e econômico dos seus integrantes, a seguir:

a) Houve um aumento no percentual de residências ocupadas por uma só pessoa e de famílias com até quatro integrantes.

Por outro lado, há uma redução das famílias numerosas com cinco, seis ou mais integrantes, conforme o Gráfico 16.

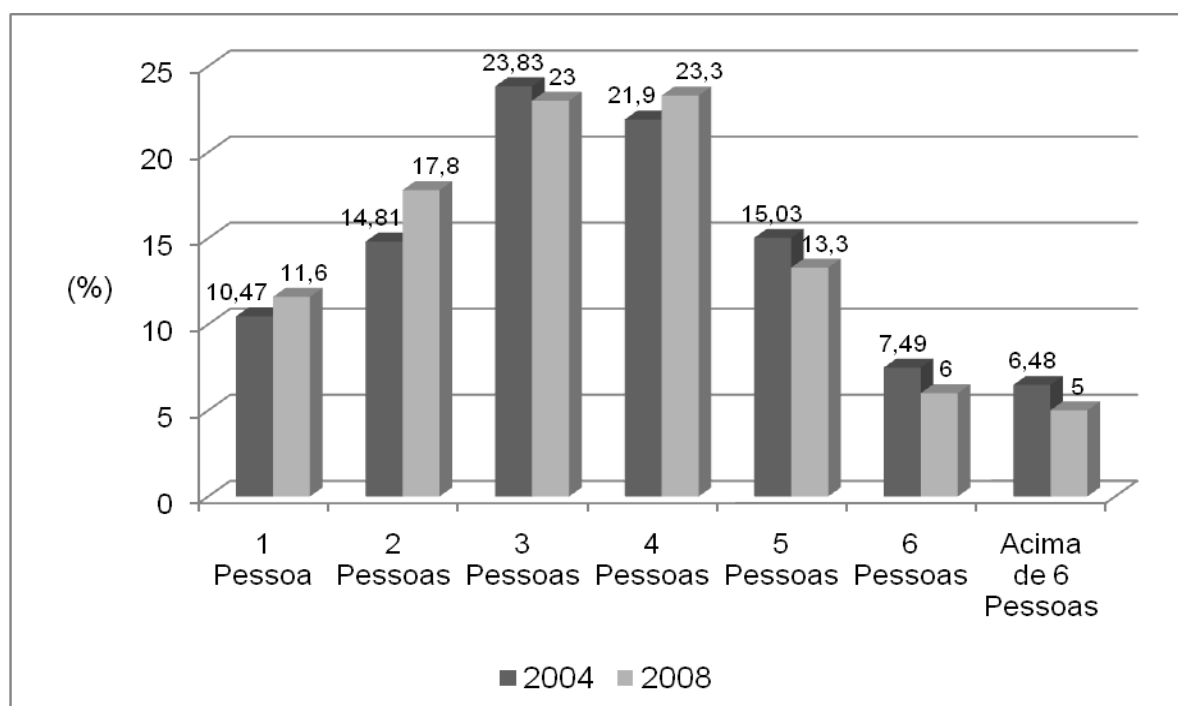


GRÁFICO 16 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR DOS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados das Análises socioeconômicas da demanda, COHAPAR, de 2004 e de 2008

- b) Houve uma elevação da renda familiar média, na casa de 14%. Em 2004, estava entorno de 1,4 SM, passando para 1,6 SM, em 2008. Outra mudança significativa foi a elevação do percentual de famílias com renda média entre 1 a 3 SM; em 2004, era de 50,56%, passando para 60%, em 2008, ou seja, um aumento de 18,67%. O número de famílias com renda até 1 SM foi reduzido em 21,15%. Nas demais categorias de renda, não houve alterações significativas, conforme o Gráfico 17.

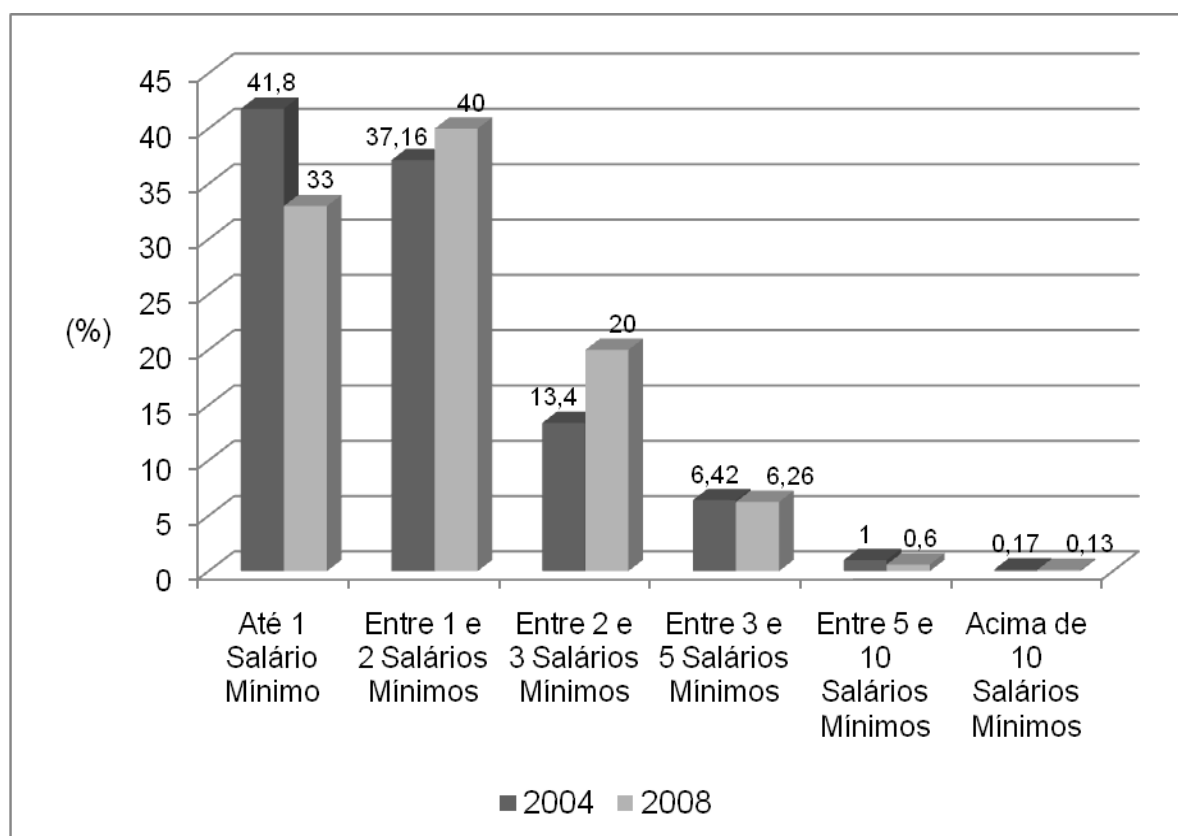


GRÁFICO 17 – RENDA FAMILIAR ENTRE OS MORADORES CADASTRADOS PELA COHAPAR

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados da COHAPAR, de 2004 e de 2008

- c) O desemprego que estava em 7% em 2004, caiu para 2,96%, em 2009 (Gráfico 18).

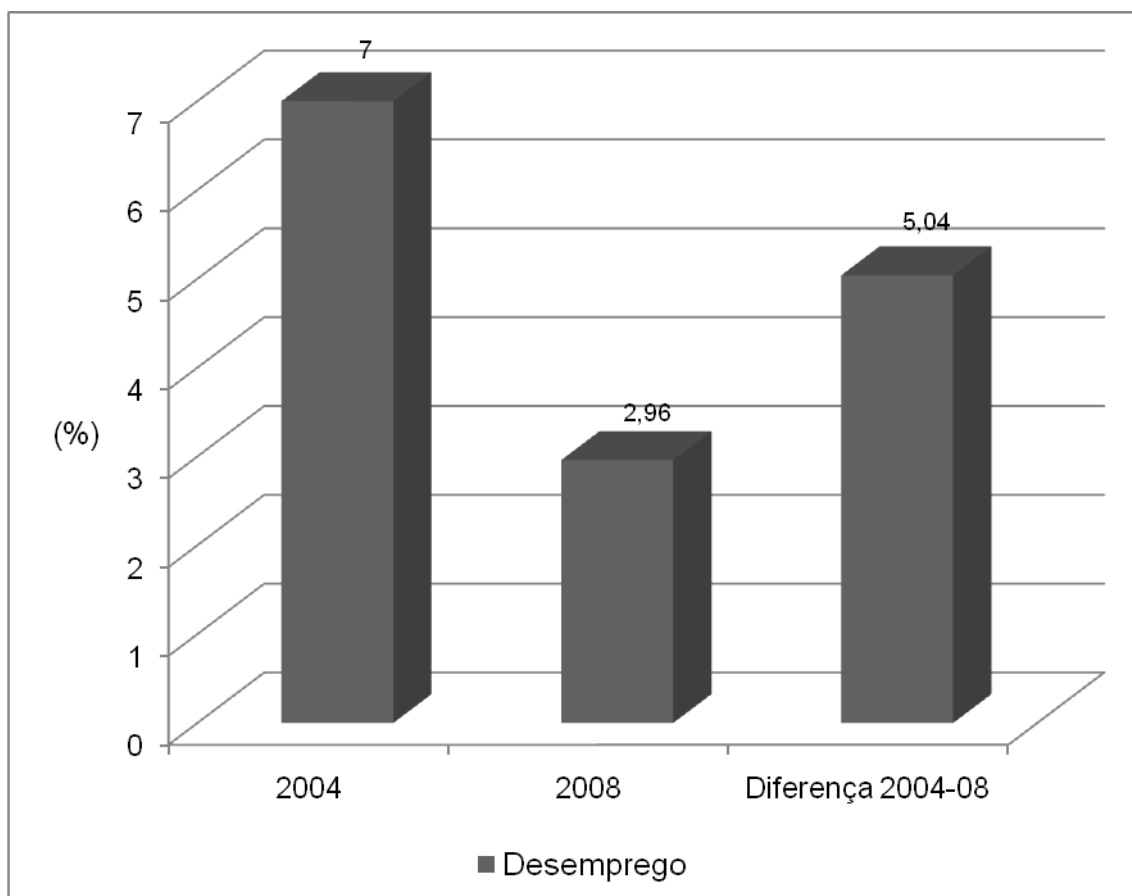


GRÁFICO 18 – DESEMPREGO ENTRE OS MORADORES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES CADASTRADOS PELA COHAPAR

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados da COHAPAR, de 2004 e de 2008

d) Quanto à tipologia das edificações:

Pelo comparativo entre as informações obtidas em 2004 e 2008, representado no Gráfico 19, percebe-se que houve um aumento do número de casas de alvenaria (29,6%), fato esse que não é só proveniente da construção dos sobrados, mas também do resultado de reformas e de construções, visíveis por toda a vila, em 2009;

A casa em construção e os sobrados geminados, contidos na Figura 33, ilustram tal melhoria no padrão de construção da Vila.

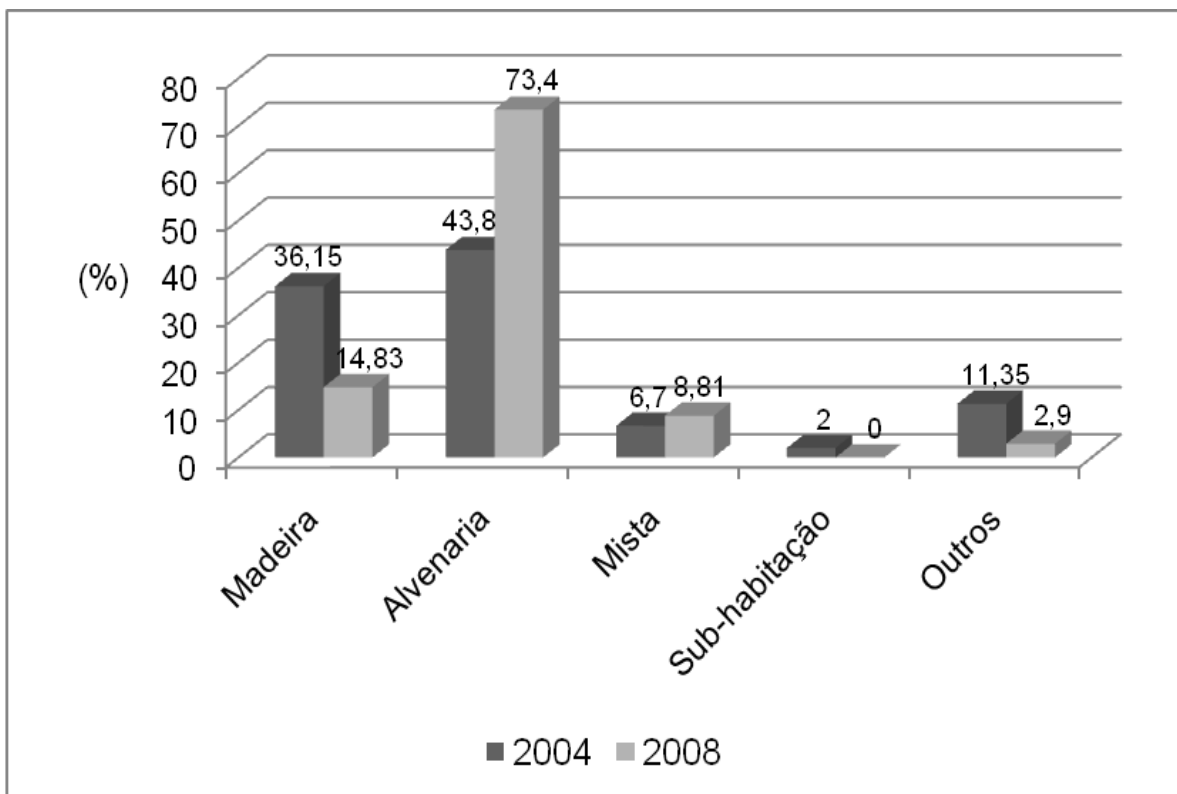


GRÁFICO 19 – TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: Elaborado pelo autor, com base nos dados da COHAPAR, 2004/2008



FIGURA 33 – CASA DE ALVENARIA EM CONSTRUÇÃO (RUA 34) E SOBRADOS, VILA ZUMBI DOS PALMARES, EM 2009

FONTE: O autor, 2009

Destaca-se também a redução de 21,26% das casas de madeira e a extinção das subabitações, dados que passam a se constituir em marcos importantes da melhoria das condições socioeconômicas da população da Vila Zumbi, refletida em suas edificações, nesses últimos quatro anos.

E pela imagem contida na Figura 34, a partir de um sobrevoo pela Vila Zumbi, em 2008, é possível visualizar a grande transformação ocorrida no seu interior, quanto à questão das habitações. O predomínio de casas e sobrados de alvenaria recém construídos é marcante nessa imagem.



FIGURA 34 – VISTA PARCIAL DA VILA ZUMBI

FONTE: COHAPAR, 2008

Outro importante aspecto caracterizador das mudanças ocorridas na Vila Zumbi está relacionado aos seus circuitos econômicos. Com as intervenções do Estado, houve a dinamização e a ampliação dos setores comercial e empresarial, uma vez que a elevação do poder aquisitivo dos seus moradores, a maior circulação de dinheiro, de mercadorias, de pessoas e de informações e a grande redução dos

índices de criminalidade foram importantes atrativos para novos empreendimentos comerciais e empresariais.

No mesmo ano de início das intervenções do Estado, com a implantação do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental, foram instalados e/ou registrados 04 novos estabelecimentos comerciais, conforme as informações obtidas na Junta Comercial de Colombo, sendo 02 supermercados, o *Palmares* e o *Santa Luzia*, 01 farmácia da rede *Biofarma* e 01 mercearia, a *do Luizão*, todos localizados ao longo da Rua Aleixo Shuluga, a principal da vila.

Em 2009, constatou-se maior diversificação e aumento do número de estabelecimentos comerciais, totalizando 22, sendo: 03 farmácias, 02 supermercados, 03 mercearias, 01 pizzaria, 01 loja de móveis e de eletrodomésticos, 03 locadoras, 05 lojas de roupas, 03 padarias e 01 salão de beleza. Também havia 04 empresas cadastradas, ligadas aos ramos de reciclagem, marcenaria, serralheria e construção civil.

No entanto, pelas pesquisas *in loco*, constatou-se que o número de estabelecimentos comerciais e empresarias instalados no interior da Vila era bem maior. A explicação está no fato de a maioria funcionar de forma irregular, sem cadastro junto a Associação Comercial e/ou sem alvará da Prefeitura Municipal de Colombo.

Foi possível registrar, além dos estabelecimentos já citados, a existência de: mais 02 mercearias, mais 05 lojas de roupas (novas e usadas), 03 *lan house*, 06 bares, mais 01 pizzaria, mais 06 salões de beleza, 02 ferros-velhos, 04 serralherias, 04 oficinas mecânicas e 03 depósitos para material de reciclagem. A presença desses últimos se dá de forma ostensiva, apesar da irregularidade, uma vez que suas instalações encontram-se de portas abertas aos clientes/consumidores e são identificadas por placas e/ou letreiros nas suas paredes frontais.

Tal fato não se constitui novidade, ou algo que coloque a Vila Zumbi em situação mais crítica, uma vez que foi estimado para o Brasil, um percentual de pequenas empresas comerciais, na irregularidade, próximo a 40%, segundo a Pesquisa Anual de Comércio – PAC, 2008, do IBGE.

O aumento dos fluxos financeiros, populacionais, informacionais, entre outros é paulatinamente refletido nos fixos existentes no interior e no seu “tempo”, como se referiu Santos (2002). A Vila, que antes se caracterizava pela

predominância de residenciais térreas, precárias e de baixo valor comercial, passa a apresentar construções de maior valor, oriundas de investimentos privados, além das obras efetuadas por ação do Estado.

Já é possível encontrar na Vila Zumbi casas/sobrados cujo valor de mercado supera os R\$ 300.000,00, exemplificados pela Figura 35, e investimentos, em maquinaria e em ferramental, superiores a R\$ 200.000,00, como nas serralherias e na marcenaria localizadas no seu interior.

A Vila passou a estar conectada à BR 116 e à Estrada da Graciosa por via asfaltada. Essa última, exatamente na altura do portão de acesso ao *Alphaville* Pinheiros, o que permite aos seus moradores contar, também, com a infraestrutura de acesso disponibilizada aos CHFs de *Alphaville*, ou seja, ao trecho duplicado e iluminado da Estrada da Graciosa.

Atualmente a Vila é provida de linhas telefônicas, redes a cabo para TV, telefone e internet e de linhas regulares de ônibus, de 30 em 30 minutos, que interligam a Vila Zumbi ao terminal Maracanã, em Colombo e, ao terminal do Guadalupe, em Curitiba. Tais materialidades, somadas às mudanças psicossociais que vem ocorrendo na Vila, promovem a aceleração do seu “tempo”, os seus moradores passam a vivenciar uma temporalidade que até então não conheciam; cotidianamente, desfrutam de uma maior interação, de uma conexão mais intensa e mais rápida com outros lugares.



FIGURA 35 – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS/RESIDENCIAS, NA VILA ZUMBI DOS PALMARES

FONTE: O autor, 2010

A dinamização do circuito econômico existente no interior da Vila Zumbi também está relacionada aos reflexos do acentuado crescimento do Centro Industrial Barão de Mauá (CIM), ocorrido a partir do ano de 2005.

O CIM ocupa uma área vizinha aos loteamentos irregularmente ocupados/invadidos que deram origem a da Vila Zumbi, inclusive parte da sua porção residencial também sofreu ocupação irregular e, hoje integra essa Vila. (ver Figura 6).

Após a intervenção do Estado na Vila Zumbi, o processo de consolidação do CIM, como *Área industrial* de Colombo, foi acelerado. Esse fato refletiu no grande número de estabelecimentos comerciais e industriais que nele foi instalado ou que se encontra em processo de instalação. Muitos dos atuais moradores das Vilas Zumbi e Liberdade integram a mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos industriais e comerciais, nele existentes. Fazem parte do grupo dos novos moradores da Vila Zumbi, têm emprego formal, fixo e com remuneração mensal constante, superior a 01 salário mínimo. Enfim colaboram na elevação do poder aquisitivo médio e constituem um universo de consumidores, da Vila Zumbi, “mais confiáveis”.

Não houve um maior detalhamento com relação ao Centro Industrial Barão de Mauá, por razão das opções e delimitação espacial deste trabalho, no entanto, o CIM se constitui em um espaço portador de importantes fenômenos urbano-industriais, merecedor, portanto, de pesquisas, análises e registros mais aprofundados.

4 O PAPEL DE ALPHAVILLE NO PROCESSO DE DESPERIFERIZAÇÃO

A partir do ano de 2000, o Aglomerado Metropolitano de Curitiba começou a ter a materialização e os reflexos socioculturais de uma espacialidade não peculiar aos seus espaços urbanizados. Tratava-se de um novo arranjo espacial para uma área considerada como periférica. Importante representativo de diferentes processos socioespaciais, nos quais ocorrem, segundo Caldeira (2000), uma não legitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado. Esse fenômeno já é observado em muitos outros países e até mesmo no Brasil, com destaque para os espaços que sofrem metropolização.

Esse novo arranjo foi concretizado em condomínios horizontais fechados, complementados, anos depois, por um conjunto de estabelecimentos comerciais e empresariais voltados aos consumidores das camadas média/alta e alta, calcado em concepções e em possibilidades de alta conectividade e *fluidez espacial, sem a necessidade de integração social*. Passava a ser mais um indicador dos novos formatos de uma metropolização contemporânea a acometer o AMC.

Constituía-se, também, um elemento chave no processo de mudanças do seu entorno, principalmente no que diz respeito à valorização do solo urbano e as ressignificações das relações socioeconômicas e culturais, sendo, conseqüentemente, um importante influenciador das ações desperiferizantes empreendidas na Vila Zumbi dos Palmares, conforme é enfocado ao longo deste trabalho.

4.1 A ESCOLHA DO LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE

A escolha do sítio para a implantação do Complexo Residencial e Empresarial do *Alphaville* foi planejada e, portanto, pontual, em alinhamento com as novas tendências mercadológicas propostas para as camadas média/alta e alta, em que o *slogan* reinante era: “Morar em contato com a natureza, longe dos problemas urbanos [...]”.

O local selecionado no AMC reunia um conjunto de elementos de grande valoração naquele momento, início dos anos 2000, ou seja, estava próximo das

principais centralidades comerciais e de serviços de Curitiba e contava com elementos naturais relevantes, uma vez que se localizava em Área de Proteção Ambiental (APA). Era de fácil acesso rodoviário, necessitando apenas de intervenções num pequeno trecho (2 Km) da Estrada da Graciosa, o qual seria duplicado e pavimentado (ver Mapa 12 e Figura 38) e, dessa maneira, seria a principal ligação desse empreendimento ao trecho urbano da BR 116, de tal forma que se estimava, na época, um tempo de deslocamento em torno de 10 a 15 minutos, até o centro de Curitiba.

Com esses atributos, foi escolhida para a instalação do empreendimento *Alphaville* uma porção da antiga Fazenda Capela, pertencente à família Andrade Vieira, na qual existia um haras, conforme a Figura 36.

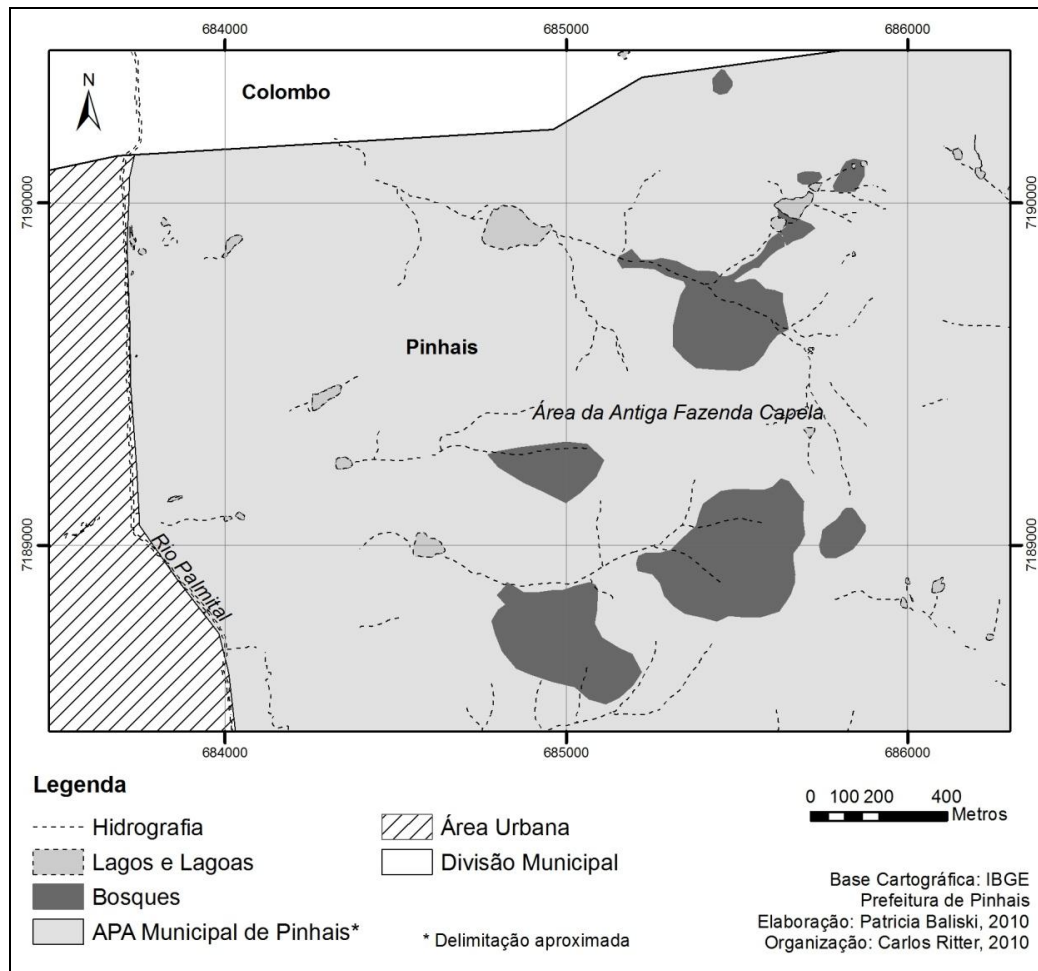


FIGURA 36 – ÁREA DA ANTIGA FAZENDA CAPELA, NO MUNICÍPIO DE PINHAIS-PR

FONTE: Organizado pelo autor, a partir de informações do Registro de Imóveis do Município de Piraquara- PR

No entanto, essa área tinha o seu uso bastante constrangido, por estar enquadrada em uma Área de Proteção Ambiental, a *APA de Pinhais*. E, foi exatamente esse fato, um empecilho, que, *a priori*, impediria a instalação de um complexo residencial e empresarial/comercial daquele porte. Nesse momento, os proprietários do haras, descontentes por terem inibidas as possíveis vantagens especulativas futuras com relação àquela terra, passam a buscar mecanismos para reverter tal situação. Tal interesse veio a ser somado aos da empresa *Alphaville Urbanismo S/A*, que buscava um local ideal para implantar no Paraná⁸², inicialmente na RMC, uma das suas unidades.

Nesse contexto, esses proprietários, os Andrade Vieira, componentes da elite curitibana/paranaense, com ramificações nas políticas locais, estadual e nacional (prefeitos, deputados, entre outros), sendo, na época, os principais acionistas do grupo *Bamerindus*, aliam-se aos interesses da empresa *Alphaville Urbanismo S/A* e aos principais grupos de especuladores atuantes na RMC. Dessa forma, em uma ação corporativa, conseguem exercer forte influência política e mudar a legislação para uma porção da Área de Proteção Ambiental de Pinhais, em favor dos seus interesses especulativos, convertendo-a em Unidade Territorial de Planejamento, como é o caso da área onde foram instalados os residenciais e os complexos empresariais dos *Alphaville Graciosa e Pinheiros*.

Assim, aproveitaram a pré-existência dos fatores naturais, como lagos e bosques de mata nativa de floresta subtropical com araucárias, entre outros, para imputá-los como amenidades, como predicativos naturais portadores de beleza paisagística e de atributos ecologizados.

As formas de relevo, com ondulações suaves e não muito alongadas facilitavam a criação das condições ideais para a construção de um campo de golfe, assim, com intervenções corretivas, como aterramentos de algumas valas, suavizações das curvaturas das elevações e construção de outras se chegou à *topografia americana*⁸³, conforme se pode atestar na Figura 37.

⁸² O *Alphaville Urbanismo S/A* instalou cinco unidades no Paraná. Inicialmente, a unidade Graciosa e, posteriormente, as unidades: *Alphaville Pinheiros*, em Pinhais (AMC), *Alphaville Maringá*, em Maringá e os *Alphaville Londrina I e II*, em Londrina.

⁸³ No *Golf*, as ondulações suaves, uniformes e arredondadas recebem o nome de “Topografia Americana”.

Com a substituição das gramíneas remanescentes das pastagens por variações próprias à prática do esporte, conseguiram um excelente campo de golfe no interior do condomínio, considerado pela imprensa especializada, inclusive, como um dos melhores do Brasil.

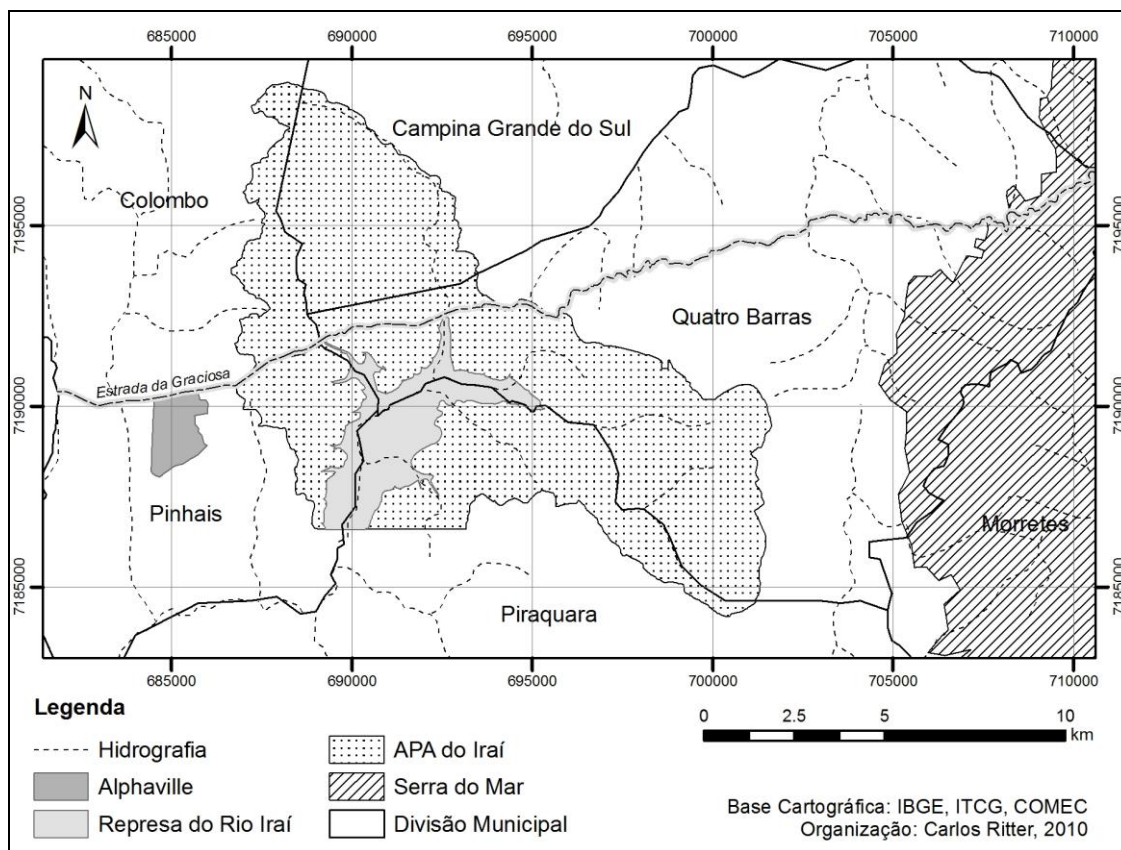


FIGURA 37 – CAMPO DE GOLF DO ALPHAVILLE GRACIOSA

FONTE: Revista Alphaville, 2006

Outra estratégia utilizada foi destacar a proximidade do empreendimento *Alphaville* com relação à APA do Iraí, e à região da Serra do Mar, ambas caracterizadas por belezas cênicas e demais exuberâncias naturais, representadas pelos recursos hídricos, relevo e áreas florestadas protegidas e de grande importância ecológica. A primeira, a APA do Iraí, com reservas florestais de araucárias preservadas e com uma grande represa, praticamente ao lado do empreendimento. A segunda, a região da Serra do Mar, por se constituir em um dos poucos trechos preservados de Mata Atlântica no Brasil.

A estrada da Graciosa foi realçada, nesse pacote de estratégias mercadológicas, não apenas por ser a via de acesso do empreendimento *Alphaville* com as principais centralidades da metrópole curitibana, mas também pelo seu valor histórico e por fazer a ligação facilitada com os “paraísos naturais” da Serra do Mar e da APA do Iraí, conforme pode ser constatado no Mapa 12.



MAPA 12 – LOCALIZAÇÃO DA APA E REPRESA DO IRAÍ, SERRA DO MAR E ALPHAVILLE

FONTE: Organizado pelo autor, com base no ITCG, 2006

Na área destinada aos CHFs, houve, portanto, uma “artificialização da natureza existente” e ao mesmo tempo uma “naturalização das artificialidades criadas” no intuito de atender aos quesitos de grande valorização mercadológica para tais empreendimentos residenciais.

4.2 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE NO AMC

Conforme já abordado, às margens da estrada da Graciosa, no município de Pinhais, o grupo empresarial *Alphaville Urbanismo S/A* instalou uma de suas unidades, denominada de *Alphaville Graciosa*, composta por condomínios residenciais horizontais fechados e por lotes destinados às atividades de serviços, lazer e comércio.

Inicialmente, em 2001, construiu o *Alphaville Graciosa*, com 1.218 lotes, sendo 85 destinados para área comercial; 20 para uso multifamiliar e, o restante, 1.113 lotes, de 700 m² cada, destinados à habitação unifamiliar.

Para facilitar o acesso ao empreendimento, foram investidos cerca de R\$ 5,2 milhões na duplicação de 3,7 km da estrada Histórica da Graciosa, e em trabalhos de melhoria estrutural da pavimentação, sinalização e iluminação, na construção de galeria de águas pluviais e na recuperação da ponte sobre o Rio Palmital. Todas essas obras foram realizadas apenas no trecho da Estrada da Graciosa que liga a entrada do Condomínio à BR 116, na altura da Cruz do Atuba.

Na Figura 38 se observa os dois momentos do trecho da Estrada Graciosa, antes das intervenções da *Alphaville Urbanismo* e depois, com a duplicação, com a iluminação, com o asfaltamento, entre outras obras realizadas.



FIGURA 38 – INFRAESTRUTURA CRIADA PARA DAR ACESSO AO COMPLEXO ALPHAVILLE, EM PINHAIS – PR

FONTE: www.aphavilleurbanismo.com.br, acessado em 21 de junho de 2009

Da porção da Área de Proteção Ambiental de Pinhais transformada em Unidade Territorial de Planejamento, conforme visto anteriormente, foram utilizados 2,5 milhões de m² para esse empreendimento. Desses, 1.086.414,67 m² foram destinados às áreas verdes, ou seja, para gramados, jardins, bosques, lagos, enfim para as áreas que, a princípio, seriam de uso coletivo, destinadas exclusivamente aos moradores dos seus residenciais.

A área residencial foi estruturada em quatro conjuntos condominiais, denominados de residenciais: Residencial Iguaçu, Residencial Parati, Residencial das Andorinhas e Residencial das Araucárias.

Desses quatro residenciais, o das Araucárias possui um maior número de lotes, 342, seguido do Parati, com 316 lotes, do Andorinhas, com 284 lotes e o menor é o Iguaçu, com 171 lotes.

Todos os residenciais são fechados, fortificados por cercas com grades e muros altos, geralmente 3,20 metros de altura, reforçados com a sobreposição de concertinas, e, ainda, protegidos com portarias individuais, câmeras nas ruas e em pontos vitais, com vigilância móvel motorizada 24 horas por dia e demais aparatos de segurança, conforme a Figura 39.



FIGURA 39 – SEGURANÇA NO ALPHAVILLE

FONTE: www.aphavilleurbanismo.com.br, acessado em 21 de junho de 2009

Passou a contar também com o *Alphaville Graciosa Clube* (Figura 40), composto de um restaurante, duas lanchonetes, um salão de festas, churrasqueiras, piscinas aquecidas, quadras de esportes, uma academia bem equipada, saunas, *Alpha Kids*⁸⁴, uma capela, amplo estacionamento, com um campo de golfe de 18 buracos, nos padrões internacionais, entre outros equipamentos de uso coletivo.

Conta, ainda, com o *Alpha Mall Graciosa*, uma espécie de *Shopping Center* e centro empresarial, com cerca de 56 lojas e escritórios, mais um centro de conveniências e praça de alimentação.



FIGURA 40 – IMAGENS DO ALPHAVILLE GRACIOSA CLUBE

FONTE: site www.alphavilleurbanismo.com.br, acessado em 21 de junho de 2009

O *Shopping Alpha Mall* (Figura 41), no início do ano de 2010, abrigava atividades comerciais e escritórios de prestação de serviços voltados às necessidades dos moradores dos condomínios. Encontravam-se funcionando com uma farmácia da rede *Nissei*, duas locadoras de filmes, dois *pet shop*, uma agência de viagens, um salão de beleza, duas imobiliárias, cinco lojas de artigos de vestuário, bijouterias, presentes, três lojas de cosméticos e artigos voltados à

⁸⁴ Uma espécie de clube/escola voltado às crianças e aos pré-adolescentes.

estética, uma loja de *megahair*, um restaurante e duas lanchonetes na praça de alimentação, uma casa de leilões, e seis escritórios, sendo: um de projetos voltados ao meio ambiente, um de engenharia e projetos, um de arquitetura, um de agenciamento de *containers*, um de serviços de segurança (*Proseguir*) e um de agenciamento de jogadores de futebol.

O setor exclusivo para o uso empresarial apresentava oito empresas em funcionamento ou pelo menos um escritório gerencial instalado. Eram elas: a imobiliária *Alpha Brasil* imóveis, a *TOTY's*, produtora e comercializadora de *Software*, a *EXIEN ENGLISH SCHOOL*, escola de idiomas e treinamento, a *NMS*, atuante no ramo contábil, a *ROBELL*, uma panificadora, a *SPAZIO*, corretora de seguros, a *EUROSUL*, comercializadora de componentes e acessórios náuticos e a *ESTHÉTIQUE*, uma clínica de estética.

Todos os lotes reservados às atividades não residenciais haviam sido vendidos, no entanto, mais de 50% encontravam-se ociosos, não ocupados.

Segundo o informativo *Folha de Alphaville* (mar, 2007), há uma tendência por parte dos empresários e moradores dos diversos CHFs *Alphaville*, existentes no Brasil, em transferir suas empresas para as áreas existentes nesses empreendimentos, com essa destinação.

Segundo a administração condominial do *Alphaville Graciosa*, nos últimos três anos, houve uma maior procura pelos lotes empresariais. Sendo possível perceber, nos CHFs *Alphaville* do AMC, a existência da tendência expressa nesse informativo, uma vez que vários moradores/empresários manifestaram a vontade de aliar moradia com trabalho, se já não o fizeram.

Além de morar nos CHFs, esses empresários, ao trazerem suas empresas ou pelo menos os seus escritórios de gerenciamento para a área comercial e empresarial do complexo *Alphaville*, ganham tempo e se livram do *stress* do trânsito, no momento em que evitam os longos e demorados deslocamentos diários até os seus locais de trabalho, principalmente em Curitiba.



FIGURA 41 – ALPHA MALL GRACIOSA

FONTE: Administração *Alphaville*, 2010

Outro serviço a ser destacado é o educacional. O grupo *Alphaville* firmou convênio com o grupo educacional - Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, para atender a os moradores dos CHFs Graciosa e Pinheiros. Com esse intuito esse grupo educacional adquiriu um terreno de 30 mil m², localizado às margens da estrada da Graciosa, município de Colombo, praticamente em frente ao *Alpha Mall* e próximo à entrada principal do *Alphaville* Graciosa, no qual instalou mais uma unidade educacional – o *Bom Jesus Internacional*.

Com aproximadamente 1.000 m² de área construída, essa nova unidade educacional *Bom Jesus* conta com uma estrutura para absorver alunos do Ensino Fundamental, do Pré-escolar ao 9º ano, apresentando como diferencial, o ensino bilíngue (português e inglês) em período integral, das 8h00min às 16h30min e mensalidades a partir de R\$ 1.500,00⁸⁵ para as séries iniciais, com aumentos gradativos até o 9º ano.

Tais condições estabelecem, de forma clara, um processo altamente seletivo dos seus alunos, se considerado o poder aquisitivo médio das famílias do AMC e principalmente do entorno dessa escola, o que denota estar essa escola voltada, principalmente, para atender as necessidades educacionais das crianças e adolescentes moradoras nos CHFs do *Alphaville*.

Outros quesitos bastante valorizados, nos CHFs do *Alphaville*, estão ligados à segurança e ao gerenciamento. Além das guaritas e dos portões com

⁸⁵ Valor vigente para o primeiro semestre do ano letivo de 2010.

identificadores biométricos, com acesso através da leitura das digitais, a administração dos condomínios oferece policiamento 24 horas, por meio de equipes móveis de segurança particular, as quais percorrem o interior de cada residencial e na extensão da Estrada da Graciosa, da Cruz do Atuba até a entrada dos dois condomínios.

Possui um sistema de gerenciamento *on line* para dirimir dúvidas sobre as normas vigentes nos condomínios, relativas à construção, ao convívio e ao pagamento dos lotes. Cada condômino, depois de cadastrado, recebe senhas de acesso e cadastro biométrico informatizado.

No momento da compra do imóvel, o proprietário recebe um *kit Pasta Lote Residencial ou Pasta Lote Comercial*. Ele contém documentos referentes aos estatutos e às demais normatizações que regulam a sociedade residencial e empresarial *Alphaville*, bem como o funcionamento e o uso dos clubes, para aqueles condomínios possuidores. O proprietário assina um termo de compromisso que assegura a sua ciência dos direitos e deveres de viver num condomínio modelo *Alphaville*.

Além disso, existe um *Portal Web* na internet que colabora com a organização interna dos residenciais, com o objetivo de estimular a integração entre os moradores locais com os demais dos outros empreendimentos existentes no Brasil e com os de Portugal e, principalmente, objetiva o fortalecimento de uma ideologia e de uma imagem emblemática favoráveis ao sistema residencial, comercial e empresarial fortificado como modelo de vida, conseqüentemente enaltecidas do Sistema *Alphaville* como um todo.

Esse empreendimento imobiliário segue os moldes e os princípios das demais unidades *Alphaville* existentes no Brasil, as quais trazem concepções urbanísticas das cidades-jardins⁸⁶ com algumas características das *edge cities* e das *gated communities*.

Quanto a esses dois últimos conceitos, paira o questionamento se eles seriam apropriados à realidade urbana/metropolitana brasileira. Dessa forma, se os

⁸⁶ A *Cidade Jardim* é um modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard, no final do século XIX, consistindo em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade. A noção de cidade jardim foi primeiro apresentada através do livro *To-morrow a Peaceful Path to Real Reform* (1898), mais tarde revisado e editado como *Garden Cities of Tomorrow* em 1902.

CHFs *Alphaville* existentes no AMC seriam representações das *edge cities* e/ou das *gated communities*.

Caldeira (2000) chegou a declarar ter observado uma relação próxima de projeto e de concepção das *edges cities* estadunidenses com os *Alphavilles* no Brasil.

Sposito (2003, p. 5) também chega a usar a denominação *edge city* quando do estudo de loteamentos fechados em São José do Rio Preto, uma cidade de médio porte, do interior paulista.

A análise de um destes empreendimentos imobiliários, uma *edge city*, em São José do Rio Preto, mostra-nos a emergência de uma “cidade” dentro da cidade e apontam para o aprofundamento das disparidades, no plano espacial, o que pode contribuir para uma fragmentação urbana. (*grifo do autor*)

No entanto é importante esclarecer que as *edge cities*, comum nos EUA, segundo Garreau (1991), são extensas áreas de trabalho e de serviços circundadas por residências unifamiliares, ligadas por autoestradas, corredores de acesso a aviões e antenas parabólicas. Para ser concebido como tal, necessita ser portador de alguns requisitos básicos, como:

- a) ter 465 m² ou mais de espaço com escritórios de aluguel - o local de trabalho da Era da Informação;
- b) ter no mínimo 56 mil m² de espaço para ser alugado por lojas varejistas;
- c) ter mais empregos que dormitórios;
- d) ser percebido pela população como um lugar;
- e) não parecer com uma cidade, pelo menos de trintas anos atrás.

Lopes (2008, p 56), por sua vez, estabeleceu uma diferenciação entre os Condomínios Horizontais existentes no Brasil e as *gated communities* estadunidenses. O termo *gated communities*, refere-se às áreas públicas já consolidadas dos subúrbios que sofrem cercamento ou fortificação por muros, portões, sistema de vigilância, entre outros aparatos, nas quais o acesso, para aqueles não residentes, passa a ser severamente restringido, tornando-as, dessa forma, áreas urbanas privadas.

Os condomínios horizontais, ao contrário das *gated communities*, já são construídos, em sua maioria, em áreas privadas. No entanto, existem muitas

semelhanças morfológicas entre essas duas formas, porque ambas se caracterizam pelo cercamento, pela oferta de áreas verdes, pela ocupação residencial horizontalizada e unifamiliar, e pela oferta de amenidades relativas a serviços, comércio e lazer.

Outro diferencial também observado é que algumas comunidades, nos EUA, predominantemente se tornavam *gated*, cercadas/fortificadas, em resposta a uma “ameaça eminente”, como por exemplo, a ocupação do seu entorno por grupos étnicos ou religiosos diferentes, negros ou latino-americanos principalmente, fato que, nos dias atuais, estende-se para os casos de diferenciação socioeconômica, também. Já para os CHFs brasileiros, além de serem cercados/fortificados, desde a concepção; eles, assim, o são por razões socioeconômicas.

Moura, C. (2006) estabeleceu várias analogias, principalmente etnográficas, entre os CHFs existentes no Brasil e as *Gated Communities* dos Estados Unidos. Nessas analogias, ressaltou os motivos que levam às medidas estratégicas de cercamento, com sofisticados sistemas de vigilância implementados nessas duas formas residenciais. Enquanto nas estadunidenses, as medidas de segurança estão diretamente relacionadas à cultura do medo, com destaque para as questões étnicas e mais recentemente às ameaças terroristas, nas brasileiras são interpretadas como uma consequência direta da violência urbana.

O ideário intitulado *Viver Alphaville*, contemplado em parte por esses referenciais urbanísticos, foi trazido para Curitiba e como tal passou a ser vendido. Desde o início se apresentava embaixador num discurso pronto, fomentador da obtenção de uma melhor qualidade de vida, para os integrantes das camadas média alta e alta renda, através dos condomínios fechados, pelo fato de proporcionarem aos seus usuários toda uma infraestrutura de lazer, segurança, vida saudável e em perfeita harmonia com a natureza.

Nos condomínios horizontais, além de toda a infraestrutura de lazer e de um completo e eficiente aparato de segurança, dispõe de um extenso espaço verde comum, no qual os moradores desfrutam o privilégio de seus jardins privados integrados à área geral. (*Revista Alphavida*, set. de 2004, p.28)

A imagem vendida dos Condomínios Residenciais deveria ser facilmente incorporada e aceita pelos segmentos sociais que buscavam uma tradução material

socialmente valorizada de qualidade de vida com segurança, como um novo padrão habitacional compatível à elite curitibana.

O empreendimento, através de um *marketing* e de uma propaganda cuidadosamente elaborados, instigava o interesse das camadas sociais com maior poder aquisitivo pela “fortificação” e pelo desejo de se distanciar dos problemas urbanos/metropolitanos.

Era anunciado como uma pequena cidade e enaltecido pela sua condição de espaço fragmentado, independente do restante do tecido urbano.

Ao propagarem o empreendimento, referenciavam-no como *produto Alphaville*, apresentavam-no ao consumidor como uma inovação mercadológica repleta de sobrelucros imobiliários.

Os CHFs *Alphaville* integram um grupo pertencente a uma nova tipologia de condomínios fechados, pelo fato de, além das moradias, disponibilizam serviços de lazer, de educação, de segurança e de comércio, específicos e, grande parte, exclusivos para a sua clientela, a denominada *Comunidade Alphaville*.

Polli (2006) chamou a atenção para as transformações espaciais ocorridas e para a dinâmica imobiliária fomentada no entorno imediato dos Condomínios *Alphaville*, instalados no AMC, bem como para a mais-valia incorporada pela compra da terra a preços baixos. Em 1999, o m² era comercializado em média por R\$ 3,00. Já no final de 2001, com as obras e com as transformações posteriores aos empreendimentos desencadeados com a instalação dos CHFs, a terra alcançou alto preço de venda, em torno de R\$ 130,00/m², ou seja, em dois anos teve uma supervalorização de 43,33 vezes.

Em 2009, segundo uma média de cotação entre as principais imobiliárias atuantes nessa porção do AMC, os valores imobiliários extramuros variavam entre R\$230,00 a R\$300,00/m² de maneira geral, o que demonstrava um processo de grande valorização, ainda em andamento no entorno dos CHFs.

Já nos espaços intramuros dos residenciais *Alphaville*, os valores dos imóveis são bem maiores, a partir de R\$ 550,00 o m² para os terrenos.

Nos *sites* das imobiliárias APOLAR, Trovit Imóveis, Imóveis Loft, H2, entre outras, são ofertados imóveis à venda, lotes e casas, por valores oscilando entre R\$400 mil a R\$ 800 mil para os lotes e superiores a R\$ 1 milhão para as casas, chegando a R\$ 5 milhões, como foi o caso da residência posta à venda no início de 2010, conforme as Figuras 42 e 43.



Dados gerais

Transação: Venda

- **Endereço:** Alphaville Graciosa
- **Tipo:** Casa
- **Vagas na garagem:** 4
- **Valor:** R\$ 5.000.000,00
- **Área útil:** 800 m²
- **Quartos/Dts:** 5
- **Área total:** 849 m²
- **Suítes:** 5
- **Ano de Construção:** 1

FIGURA 42 – CASA À VENDA NO RESIDENCIAL *ANDORINHAS-ALPHAVILLE GRACIOSA*

FONTE: site: <http://www.minhaprimeiracasa.com.br/site/imoveisloft>, acessado em 22 de março de 2010

IMOBILIÁRIA APOLAR	
Informação do Imóvel - Rua Aripuanã, Loteamento Alphaville Graciosa, Pinhais, PR	
Preço	R\$ 450.000
Tipo de imóvel	Terreno
Preço por m2	R\$ 556
Bairro	Loteamento Alphaville Graciosa

FIGURA 43 – ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DE TERRENOS

FONTE: www.apolar.com.br, acessado em 22 de março de 2010

Ou, ainda, num extremo da ostentação e da caracterização do elevado poder aquisitivo presentes nessa espacialidade, encontra-se à venda, no residencial Pinheiros, um *minicastelo*, conforme a imagem e o anúncio de venda (Figura 44):

Castelo à venda
Localização: Alphaville Pinheiros, Pinhais- PR
Valor: R\$ 22.000.000,00



FIGURA 44 – MINICASTELO À VENDA NO ALPHAVILLE

FONTE: site: <http://www.minhaprimeiracasa.com.br/site/imoveisloft>, acessado em 22 de março de 2010

Outro aspecto do empreendimento *Alphaville* está ligado à exploração dos perigos das metrópoles. Para vender a ideia de se morar em um condomínio horizontal fechado, localizado distante das centralidades urbanas, estimula-se o medo e faz-se da cidade/metrópole uma ameaça. Ao mesmo tempo, apresenta-se a solução para essas questões ameaçadoras da metrópole, ou seja, a possibilidade de se viver em uma ilha, em um fragmento desconectado das diversas violências, do *stress*, enfim dos problemas urbanos contemporâneos. Além disso, oferece-se outra oferta ao moradores, que é a proteção contra os aspectos tidos como negativos latentes em uma metrópole brasileira, e, ainda, sem perder a possibilidade de conexão com aquilo que lhes é de interesse, existente na metrópole, no Brasil e no mundo.

“Um conceito único de empreendimento: lazer, ecologia, educação, comodidade, segurança, relações sociais, tudo é cuidadosamente planejado para proporcionar uma qualidade de vida superior aos moradores de Alphaville Graciosa”. [...] situado a 12 Km do centro de Curitiba, a 20 Km do aeroporto Afonso Penna, [...]. (Revista Viver a Vida Alphaville, maio 2001, p.11)

Os condomínios foram vendidos, ainda, como possuidores de importantes elementos ligados à natureza, ou seja, aproveitou-se dos atributos naturais já existentes para se propagar suas amenidades, usando para tanto, apelos “ecologizados”, com realce para a existência de cinco bosques contendo matas nativas com araucárias, e pela presença de três lagos, apesar desses últimos serem açudes⁸⁷ oriundos do represamento dos cursos d água que atravessam a área do empreendimento, como se pode observar na Figura 45.

Os CHFs *Alphaville* foram construídos no local onde funcionava um criatório de cavalos da antiga fazenda Capela, pertencente ao Grupo *Bamerindus S/A*, enquadrada numa área de proteção ambiental, na APA de Pinhais, conforme já foi exposto em tópicos anteriores.



FIGURA 45 – IMAGEM DO CHFs *ALPHAVILLE GRACIOSA*, EM 2007

FONTE: www.alphaville.com.br, acessado em 21 de junho de 2009

⁸⁷ O termo *Açude* evidencia a ação antrópica, ou seja, trata-se de uma extensão de água represada artificialmente.

A imprensa também anunciava, no período de lançamento do *Alphaville Graciosa*, a grandiosidade do empreendimento, referenciando-o como um espaço de grande relevância para a população de Curitiba, portador de uma área verde com mais de 1 milhão de m².

[...] a área verde equivale 16 vezes o tamanho do Passeio Público, parque central de Curitiba. [...] “fugir do burburinho da região central é morar em um lugar com generosas áreas verdes. [...] longe do centro, perto da natureza: um dos locais mais procurados por quem tem a filosofia de tranquilidade e contato com a natureza”. (Jornal Gazeta do Povo 21/07/2002)

Em 2004, dando continuidade ao empreendimento, a empresa inaugurou uma segunda unidade de CHFs no AMC, o *Alphaville Pinheiros*, com mais 157 lotes para uso residencial, a partir de 550 m² cada, contíguo ao *Alphaville Graciosa*, ao lado do Residencial Iguaçu, totalizando um investimento inicial da ordem de R\$ 10 milhões (Figura 46). Dessa forma, somadas as unidades Graciosa e Pinheiros, o AMC passou a possuir o maior complexo contínuo de condomínios horizontais fechados do Paraná e a terceira maior dentre todas as unidades *Alphaville* existentes no Brasil e em Portugal, apesar de essas unidades serem totalmente independentes, segundo o site www.alphavilleurbanismo.com.br.



FIGURA 46 – ENTRADA DO ALPHAVILLE PINHEIROS

FONTE: site www.alphaville.com.br, acessado em 21 de junho de 2009

O *Alphaville Urbanismo S/A*, no início do ano de 2010, contava com 51 unidades de condomínios horizontais fechados, localizadas nas cinco regiões brasileiras, em 18 unidades da federação, geralmente no entorno de um aglomerado metropolitano, com fácil acesso à cidade principal ou em uma cidade média, tendo, ainda, 03 unidades instaladas na Europa, em Portugal, conforme o Quadro 3.

LOCALIZAÇÃO/ REGIÃO	UNIDADES ALPHAVILLE	SUBTOTAL
Norte	Amazonas (2): Manaus (Manaus), Manaus 2 (Manaus)	02
Nordeste	Bahia (4): Salvador (Salvador), Salvador 2 (Salvador), Litoral Norte (Litoral Norte), Litoral Norte 2 (Litoral Norte); Ceará (2): Fortaleza (Fortaleza), Eusébio (Eusébio); Maranhão (2): Araçagy (São Luís); Paraíba (2): Pessoa (João Pessoa), Campina (Campina Grande); Pernambuco (2): Francisco Brennand (Recife), Caruaru (Caruaru); Piauí (1): Teresina (Teresina) ; Rio Grande do Norte (2): Natal (Natal), Mossoró (Mossoró).	15
Centro-oeste	Goiás (1):Flamboyant (Goiânia); Mato Grosso (2): Cuiabá (Cuiabá), Cuiabá 2 (Cuiabá); Mato Grosso do Sul (1): Campo Grande (Campo Grande); DF (1): Residencial 1 (Brasília),	05
Sudeste	São Paulo (11):São Paulo (Barueri e Santana de Parnaíba), Conde (Barueri e Santana de Parnaíba), Burle Marx (Santana de Parnaíba), S.J. Campos (São José dos Campos), Ribeirão Preto (Ribeirão Preto), Granja Viana (Cotia/Carapicuíba), Nova Esplanada (Sorocaba), Nova Esplanada 2 (Sorocaba), Piracicaba (Piracicaba), Campinas (Campinas), D. Pedroll (Campinas), Jundiaí (Jundiaí), Minas Gerais (2): Uberaba (Uberaba), Lagoa dos Ingleses (Nova Lima), Rio de Janeiro (2): Barra da Tijuca (Rio de Janeiro), Rio Costa do Sol (Rio das Ostras); Espírito Santo (1): Jacuhy (Serra).	17
Sul	Rio Grande do Sul (4): Porto Alegre (Porto Alegre), Gramado (Gramado), Gravataí (Gravataí), Gravataí 2 (Gravataí); Paraná (5):Pinheiros (Pinhais), Graciosa (Pinhais), Maringá (Maringá), Londrina (Londrina), Londrina 2 (Londrina).	09
Portugal	Évora, Coimbra e Lisboa	03
Total		51

QUADRO 3 – UNIDADES ALPHAVILLE

FONTE: Organizado pelo autor, a partir das informações disponibilizadas pelo *site*: www.alphavilleurbanismo.com.br, acessado em 22 de janeiro de 2010

Caldeira (2000) registrou a chegada dos condomínios fechados em Portugal: “os CHFs chegaram a Portugal via Brasil, onde já constituíam desde os anos 1980 uma importante realidade”. Na Área Metropolitana de Lisboa, existem vários condomínios fechados instalados, coinstalados ou comercializados por empresas de origem brasileira, como é caso da *Alphaville Urbanismo S/A*.

A proliferação dessa forma de morar, em CHFs, traz à tona as questões discriminativas e os questionamentos do que vem a ser o *espaço público*.

MOURA, C. (2006), ao abordar os estudos da presença de processos discriminativos em todos os continentes, referencia os espaços urbanos como palcos de batalhas, nos quais os processos de reapropriação e de ressignificação do que é público assume uma nova dimensão, ou seja, uma ressignificação, de acordo com as novas tendências mercadológicas, as quais podem transformar o espaço público em um meio-termo, surgindo, assim, os *espaços públicos privatizados*.

Ao abordar esse processo, a autora destaca a fortificação dos condomínios residenciais como uma exemplificação da presença cada vez maior do *Mercado*, em substituição ao *Estado* na ordenação dos espaços privados e públicos, baseando a sua estratégia na concepção de perigo.

Para Moura, C. (2006), a concepção de perigo provém, principalmente, dos prognósticos e das probabilidades apontadas por peritos, os quais produzem informações direcionadas aos interesses do mercado.

Com discursos nessa linha, valoriza-se a crença da insegurança, relacionado-a diretamente à venda de medidas profiláticas, criando-se, no imaginário da população consumidora de tais produtos (os CHF) novos significados para liberdade, violência e segurança. Vende-se não apenas residências, mas segurança e *status* em espaços purificados, libertos dos indesejáveis e das precariedades socioambientais que afligem principalmente as Regiões Metropolitanas.

No período que antecedia a comercialização dos primeiros residenciais do *Alphaville Graciosa*, os discursos tentavam induzir a esse imaginário nos pretensos compradores curitibanos:

[...] longe da violência urbana, do barulho dos carros, do tumulto da área central, [...] morar com total liberdade, tranquilidade e conforto. Ver os filhos brincarem livres, soltos, em contato com a natureza, [...] só em Alphaville Graciosa você poderá encontrar. (Gazeta do Povo, maio de 2000, p. 9)

Nesse quesito, o indicador segurança pode ser questionado, uma vez que em inúmeras cidades, como Goiânia, segundo Moura, C. (2006) e, principalmente as de porte médio, quando da implantação dos CHFs, não se apresentavam como cidades violentas, pois a maioria dos moradores dos CHFs entrevistados era oriunda de apartamentos e não tinham sofrido quaisquer experiências de violência direta mais grave, como assalto ou ocorrências do gênero.

Pelas entrevistas e pesquisas, chegou-se também a essa constatação para o caso de Curitiba, uma vez que 90% dos moradores dos *Alphaville Graciosa* e 85% dos de *Pinheiros* contatados, oriundos da cidade de Curitiba, declaram não terem sido vítimas diretas das violências urbanas, no entanto, possuíam um grande temor em vivenciá-las.

Pode-se concluir que o motivador dessas pessoas em residir em casas situadas em condomínios horizontais fechados está muito mais relacionado ao modismo em voga, realçado pelos agressivos *marketing* e propaganda, e ao *status* implicado na condição de morador de *Alphaville*, do que na efetiva necessidade de segurança.

Ao trabalhar com os condomínios fechados em Lisboa, Salgueiro (2001, p. 211-212) afirma que “para além das características intrínsecas da casa e da localização, vende-se com elas também um sinal de estatuto social, vizinhos nos mesmos níveis [...]”.

Outro ponto percebido é que o “viver intramuros” está relacionado a mais um reflexo da vontade de aparecer do que de se esconder. Nesse aspecto, concorda-se com Caldeira (2000) ao afirmar que os muros aprisionam, no entanto, toma-se a liberdade para complementar tal afirmação, ao perceber que, ao mesmo tempo em que os muros aprisionam, eles libertam de possíveis presenças indesejáveis e não produzem exatamente uma sensação de enclausuramento, uma vez que restringem a entrada e não a saída.

Os agentes de mercado, no sentido de criar necessidades de segurança, através de, muitas vezes, ilusões e deturpações da percepção de perigo associada à cidade/metrópole, justificam assim um isolamento e uma fortificação.

O *status* construído se torna mais importante que o aspecto *segurança*, ao se propagar um espaço purificado, livre das precariedades socioeconômicas e ambientais e liberto dos indesejáveis. Seguindo-se esse raciocínio, a quebra da

segurança seria um problema gravíssimo, não pela segurança em si, mas pelo fato de essa ruptura prejudicar o *status* adquirido pelo condomínio residencial em questão.

Quanto a esses aspectos os empreendedores do *Alphaville*, no AMC, tentaram evitar ou pelo menos maquiagem a ocorrência de uma contradição entre os discursos e a realidade. A *favela Zumbi* poderia representar a negação de tudo aquilo que estava sendo propagado.

Seria um verdadeiro desastre, se as pessoas que buscavam fugir dos problemas urbano-metropolitanos, ao se transferirem para os CHFs *Alphaville*, instalados no AMC, ficassem suscetíveis a violência ou encontrassem, nas imediações das suas novas residências, iminente perigo.

Ainda pior, se sofressem violências, por parte dos *favelados da Zumbi*, além de quebrada a tão difundida situação de segurança, haveria a desconstrução do seu principal atrativo, o *status* dos CHFs, especialmente o do *Alphaville*. A simbologia sociocultural de se morar livre dos *pobres* e entre *iguais* e *ricos* seria abalada e o investimento desvalorizado.

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DO COMPLEXO ALPHAVILLE

A localização de Condomínios Horizontais Fechados em uma porção, até então, de certa forma, periurbana do aglomerado metropolitano, como o da área escolhida para a implantação do Complexo *Alphaville*, bem exemplifica as questões que estão sendo percebidas nos variados trabalhos desenvolvidos nas duas últimas décadas no Brasil, e que ainda não foram bem teorizadas, principalmente aquelas relacionadas aos aglomerados metropolitanos brasileiros.

Ao focar essas novas formas de se morar, a partir de fortificações de condomínios residenciais horizontalizados como estratégias preventivas diante aos perigos da urbanidade, faz-se necessário avançar epistemologicamente, uma vez que a evolução dos acontecimentos confronta muitas vezes com o arcabouço teórico já produzido.

A metrópole, entendida aqui como a cidade principal estendida por todo o aglomerado metropolitano, ao ser conectada, cada vez mais, a um mundo

globalizado, ou pelo menos ao sofrer forte influência da maçante ideologia da *globalização*, passa a competir com as demais metrópoles. Dessa maneira, os seus agentes, na lógica capitalista, são levados a incorporar modelos globais de urbanização e a criarem externalidades positivas, no sentido de direcionarem esforços para tornar os espaços, dessa metrópole, atrativos, se não todos pelo menos aqueles de interesse do grande capital.

Assim o corporativismo e a fragmentação da cidade, já pronunciados por Santos (1990), para o caso de São Paulo, também podem ser identificados na metrópole curitibana.

Destaca-se como ações de corporativismo relacionadas diretamente à área estudada neste trabalho:

- A coincidência de interesses na definição da legislação e na inclusão da favela Zumbi dos Palmares nas discussões referentes à implantação do CHFs Alphaville, entre o processo de planejamento da área dos mananciais e os interesses da empresa Willer Urbanismo S/A. Segundo Polli (2006), desde o período de estudo da implantação da UTP, já havia informalmente uma proposta de implantação dos condomínios fechados naquela área. Dessa forma, a Willer, até por ser administrada por um urbanista, propunha a alteração da legislação restritiva daquela área, chegando a discutir diretamente com o governador do Estado do Paraná, a implantação do futuro empreendimento;
- A mudança da legislação, de APA para UTP, como já foi exposto, ao longo do trabalho;
- O somatório dos investimentos em infraestrutura disponibilizadas pelo Estado (âmbito estadual e Prefeitura de Pinhais) quase que exclusivas aos CHFs *Alphaville*, em tão pouco tempo, sendo que o seu entorno, exceto a Vila Zumbi dos Palmares, continuou com as mesmas carências, existentes há décadas, nesse quesito, haja vista a Vila Liberdade;
- A intervenção na favela Zumbi dos Palmares, mais pela repercussão das externalidades negativas que essa favela passou a representar do que pela preocupação efetiva em resolver os seus problemas socioeconômicos e ambientais; e
- A grande mobilização política e midiática em favor do empreendimento da empresa *Alphaville Urbanismo S/A*, no AMC.

Ou, ainda, pela análise dos discursos dos agentes do Estado voltados à legitimação do projeto e a implantação do empreendimento:

Conforme a declaração do então diretor presidente da COMEC, o Senhor Paulo Kawahara, proferida em 2002 e publicada na *Revista Alphaville* Edição Especial – Graciosa (2002, p.20), ficava bem exemplificado o apoio da esfera pública de planejamento metropolitano legitimando o empreendimento privado com a atitude desse diretor ao festejar o *Alphaville* como bom projeto urbanístico:

[...] Alphaville é um bom exemplo do que deve ser a implantação de um projeto urbanístico, pois além de se adequar aos parâmetros da legislação, preservou grandes áreas verdes e ainda se envolveu em projetos sociais na região.

A revista *Viver a Vida Alphaville*, edição especial de 2001, p. 8, ressalta a afirmação do Senhor Renato de Albuquerque, presidente da *Alphaville Urbanismo*, na qual ele enaltece o privilégio dos curitibanos em terem o *produto Alphaville*, como um produto de grande qualidade, dentro dos padrões internacionais.

Ou então do Senhor Marcelo Renaux Willer, diretor de projetos da *Alphaville Urbanismo*:

Alphaville Graciosa representa uma revolução urbanística e o início de uma nova fase do mercado imobiliário em Curitiba. Ao criar um novo pólo de desenvolvimento em uma área ainda inexplorada da região metropolitana, a Alphaville Urbanismo S/A estabelece um novo eixo para o crescimento da cidade. (publicado na Gazeta do Povo do dia 30/09/01)

Polli (2006) relata que os pronunciamentos do Senhor Paulo Kawahara e do presidente da *Alphaville Urbanismo S/A*, o Senhor Renato de Albuquerque, bem como do Senhor Marcelo R. Willer, durante os esforços para a implantação e para a divulgação do empreendimento imobiliário, deixavam transparecer nitidamente um alinhamento do Estado com a Grande Empresa, confirmando a influência do poder privado nos rumos do crescimento da metrópole curitibana e, dessa forma, a colaboração do poder público na legitimação do empreendimento *Alphaville*.

Por se tratar de um novo formato de urbanização para a realidade brasileira, com elementos externos as suas configurações metropolitanas, esses CHFs, com padrões urbanísticos estadunidenses e europeus, ao serem implantados em realidades socioeconômicas bem diferentes, começam a quebrar com a lógica reinante e, ao mesmo tempo, a incorporar as características locais, nesses novos modelos. Dessa forma, criam-se modelos *glocalizados*, nos quais ocorrem

influências mútuas, do global no local e também do local no modelo global. Aquilo que numa visão geral, pouco detalhada é apresentado como homogeneizante, no detalhe, não se concretiza totalmente, o local consegue impor a sua marca.

Inicialmente esses CHFs, concebidos como “enclaves fortificados”, “hiatos urbanos”, como se referiu Caldeira (2000), vão aos poucos modificando os seus entornos, com tendência a promoverem desperiferização e a assumirem futuras formações de novas centralidades, uma vez que por representarem investimentos altamente lucrativos e por estarem associados à mobilização das sinergias corporativistas do Estado/ Grandes Empresas, e, ainda, por abrigarem pessoas de elevado poder aquisitivo, têm força econômica e política para tal transformação. No entanto não conseguem permanecer imunes às influências locais, por mais que haja uma tendência central pautada em ondas globais homogeneizantes, configurando a *glocalização*, como já foi abordado.

No final do ano de 2004, cerca de 80% dos lotes estavam vendidos, sendo que a previsão era de um total de 6.500 moradores, distribuídos nos seus residenciais, fato que ainda não se realizou.

No cômputo dos dois CHFs Graciosa e Pinheiros, chegou-se a um número próximo a 1340 moradores, bem aquém do contingente estimado, apenas 20,6% desse total, conforme a Tabela 18.

TABELA 18 – CHFS GRACIOSA E PINHEIROS: MORADIAS E MORADORES

RESIDENCIAL	TOTAL DE LOTES	LOTES COM MORADIAS OCUPADAS	TOTAL DE MORADORES	% DE OCUPAÇÃO	LOTES COM MORADIAS EM CONSTRUÇÃO	LOTES COM MORADIAS PRONTAS E NÃO OCUPADAS	TOTAL	TOTAL DOS LOTES CONSTRUÍDOS	% DOS LOTES CONSTRUÍDOS
Iguaçu	171	58	152	34%	10	0	10	68	39,70%
Parati	316	110	308	34,80%	32	9	41	151	47,80%
Andorinhas	284	116	382	40,80%	29	6	35	151	53,2%
Araucárias	342	94	304	27,50%	38	6	44	138	40,40%
Total Alphaville Graciosa	1113	378	1146	34%	109	21	130	508	45,60%
Total Alphaville Pinheiros	157	60	164	38,20%	31	4	35	95	60,50%
Total Geral	1270	438	1310	34,50%	140	25	165	603	47,48%

FONTE: Organizada pelo autor, com base na compilação de dados das pesquisas diretas, abril de 2010

Em 2009/10, mais de 90% dos lotes haviam sido vendidos, no entanto, a taxa de ocupação permanecia baixa, cerca de 34%, sendo que apenas 50% desses lotes apresentava uma residência instalada ou pelo menos obras com esse fim.

O baixo percentual de ocupação (34,5%) e até mesmo o percentual de construção (47,48%) após uma década de existência demonstra que, pelo menos no AMC, a euforia de se fugir dos problemas da metrópole, de se fortificar junto à natureza, não teve uma grande repercussão ou aceitação.

Ao se comparar o total de lotes vendidos com o percentual de ocupação, conclui-se que a destinação dos CHFs se enquadra na lógica especulativa capitalista “normal” que acomete os espaços urbanos não fortificados, a mesma praticada em outras porções do AMC. Todo o esforço empregado para enaltecer o empreendimento *Alphaville* não foi suficiente para provocar um deslumbramento com a nova forma de morar ou uma fuga em massa da classe média/alta para os CHFs.

Um grande percentual dos compradores não estava interessado em morar no entorno metropolitano. O *marketing* e a *propaganda* do *Alphaville*, baseados na onda de “morar bem”, junto à natureza e demais benesses propagadas, enfim em mudar a concepção de moradia e de relacionamento com a metrópole, foram utilizados para multiplicar o seu capital com a valorização do imóvel.

Numa concepção marxista, poder-se-ia dizer que não buscam um *valor de uso*, mas um *valor de troca*, uma vez que esses especuladores adquirem os terrenos ou até mesmo constroem casas não para morar e sim para investir/lucrar. Os CHFs representavam e continuam representando um bom negócio. Os compradores, de lotes ou casas, nesse empreendimento, aproveitam do contexto favorável trazido pelo *Alphaville Urbanismo S/A* ao AMC para especular o novo espaço urbano e obter sobrelucro.

4.4 A SITUAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento *Alphaville* foi aprovado como loteamento, na Prefeitura Municipal de Pinhais, mas, desde o início, funcionou efetivamente como condomínio fechado. Um *Termo de Cooperação*, firmado em novembro de 2000, entre a

empresa *Alphaville Urbanismo S/A* e a Prefeitura Municipal, daria legalidade a essa situação, segundo informações da *Procuradoria do Município de Pinhais*. Dessa forma, cerca de 456 mil m² são intitulados como áreas verdes públicas e 879 mil m² são áreas públicas, destinadas à instalação de vias (392 mil m²), de praças, de parques, das edificações públicas (432 mil m²), de área institucional (29 mil m²) e de espaços livres (26 mil m²).

No entanto, o total de 1.337 mil m² aprovado legalmente como área pública está localizado internamente no condomínio, cercado por muros e guaritas e com acesso negado às pessoas não moradoras dos CHFs *Alphaville*. Segundo o Secretário de Urbanismo do Município de Pinhais, a Prefeitura Municipal teria concedido autorização para o fechamento do loteamento, e o uso exclusivo das vias, tendo em vista aquelas vias e demais aparelhos urbanos terem sido criados com e para os Condomínios e pelo fato de não existirem, até então, razão pela qual poderiam prejudicar a vizinhança.

Polli (2006) ressalta que o projeto dos CHFs *Alphaville* foi aceito naturalmente pela Prefeitura Municipal de Pinhais, como destinado à população elitizada, o que demonstra a ausência de análise crítica da dinâmica urbana ou a omissão do Estado ao não desejar contrariar interesses hegemônicos.

Segundo a arquiteta Frota, da *Willer Urbanismo S/A*, em entrevista para Polli (2006), a prefeitura local e a administração do condomínio desenvolvem uma parceria muito boa quando da aprovação de construções internas aos condomínios. Primeiramente, o projeto é submetido à aprovação dos arquitetos da administração dos condomínios, com o objetivo de garantir a obediência ao padrão mínimo exigido e, na sequência, é encaminhado para a aprovação legal na Prefeitura de Pinhais, que fornece o Alvará de Construção.

Além de ressaltar o bom relacionamento citado pela arquiteta Frota, Polli (2006) evidencia as facilidades concedidas ao empreendimento *Alphaville* com relação às ações burocráticas junto a Prefeitura Municipal de Pinhais. Destaca, também, a omissão do poder público em assegurar o bem da coletividade, já que não exige do empreendimento a adoção de medidas que garantam o bem da cidade, o que pressuporia a manutenção de vínculos com o município.

O empreendimento constitui, assim, um universo à parte, com grande capacidade de influenciar o futuro do município, uma vez que o poder municipal, de certa forma, coloca-se à disposição dos seus interesses.

As expressões utilizadas por Caldeira (2000) como “debilitamento do Estado” ou “democracia disjuntiva”⁸⁸, bem sintetizam os esforços no sentido de explicar a privatização dos espaços públicos, uma vez que representam ser a regulação, existente nos espaços privatizados, colocada acima da instância pública, bem como o autogerenciamento interno existente nos seus interiores, como é o caso dos CHFs do *Alphaville* instalados no AMC.

4.5 OS MORADORES DOS CHFS *ALPHAVILLE* GRACIOSA E *ALPHAVILLE* PINHEIROS

Para se ter uma caracterização mais fidedigna da espacialidade dos CHFs de *Alphaville*, instalados no AMC, faz-se necessário conhecer quem são os seus ocupantes; quais são as pessoas, em termos quantitativos e qualitativos, levadas a optar por residir de forma segregada em condomínios horizontais fechados/fortificados localizados fora das centralidades dos seus convívios, além dos aspectos econômicos e políticos, já abordados, associados à infraestrutura disponibilizada e a sua localização no AMC.

Para tanto, usou-se de questionários estruturados aplicados aos moradores dos dois condomínios, Graciosa e Pinheiros. Realizou-se, também, entrevistas com alguns moradores, com funcionários da administração direta e com prestadores de serviços.

É importante ressaltar que se trata de uma população submetida a um processo de adaptação, uma vez que, ao se transferir para os CHFs *Alphaville*, teve de se adaptar a um espaço estruturado e normatizado segundo concepções e normas oriundas de consensos relacionados a outras realidades socioculturais. Diferentemente das outras porções urbanas onde se constrói, de certa forma, os

⁸⁸ Holston e Caldeira, em artigo de 1998 (“Democracy, Law, and Violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship”), fazem referência a uma “democracia disjuntiva”. Esse conceito, embora não seja exaustivamente trabalhado por Caldeira, é usado por essa autora, para abordar uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo. Reside no fato de que a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, desenvolveu-se *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado, daí o caráter disjuntivo desse processo de democratização.

espaços de acordo com a realidade cotidiana dos seus ocupantes, especialmente as áreas que contemplam residências.

Apesar da grande dificuldade encontrada para se coletar os dados intracondominiais, seja pela burocracia imposta pela administração, exigindo ofícios de apresentação, seja pela demora excessiva no processamento do pedido até a autorização, pela solicitação de documentos pessoais e funcionais, entre outros, seja pela falta de tempo e pela desconfiança dos seus moradores ou mesmo pela simples recusa de muitos em responder ou a participar do processo. Apesar desses contratempos, foi possível proceder algumas entrevistas e receber uma parcela dos questionários respondidos (modelos em anexo). De tal maneira, 10 entrevistas foram realizadas e 32 questionários foram respondidos⁸⁹, dos 100 aplicados.

Após a obtenção e a compilação dos dados, fez-se uma comparação com as informações apresentadas no trabalho de Polli (2006) para verificar as principais mudanças ocorridas nesses últimos anos e para se ter uma noção de quem são esses moradores “fortificados”, bem como a visão desse grupo quanto ao entorno de precariedades que cerca os CHFs onde residem.

Polli (2006) havia constatado, através de informações prestadas pela administração desses condomínios, até o ano de 2006, os moradores dos *Alphavilles* eram, em geral, casais na faixa de 35 a 50 anos, com dois filhos em média, de classe média alta a alta, com predominância de empresários, profissionais liberais, diretores de empresas multinacionais e esportistas premiados.

Já em 2010, verificou-se uma maior presença de aposentados. Fato que eleva a faixa etária média e representa certa mudança na estruturação e na funcionalidade dos condomínios.

Conforme a resposta do morador “3” do Residencial Andorinhas, a sua opção por morar no *Alphaville Graciosa* partiu da necessidade de manter a sensação de segurança proporcionada pelo apartamento em que morava com a associação do conforto e da independência de uma casa unifamiliar, além de poder contar com uma grande área verde e com um clube, ambos de seu interesse, uma vez que iriam viabilizar atividades de lazer e esportivas para os seus dois filhos.

⁸⁹ Os entrevistados autorizaram apenas a publicação dos dados, porém sem a gravação de voz ou filmagem, vetando também a divulgação dos respectivos nomes. Dessa forma, foram identificados por números, de acordo com a devolução dos questionários respondidos ou aplicação das entrevistas.

A resposta desse morador exemplifica aquilo que Sposito (2003) já havia afirmado:

Se nos anos de 1980, as idéias de segurança, boa localização e vida urbana estiveram diretamente identificadas com a opção pela moradia em apartamentos, a partir dos anos de 1990, a “onda” dos loteamentos fechados passou a comparecer como a nova forma de *habitat* urbano, que continha os valores associados à verticalização e mais o símbolo de qualidade de vida, advindo da presença de áreas verdes e de lazer, e da opção pela residência unifamiliar. (SPOSITO, 2003, p. 4)

Polli (2006) relata que os moradores, de maneira geral, além da questão da segurança, do maior espaço e da proximidade com áreas verdes, valorizavam a localização que permitia fácil acesso ao trabalho. No entanto, desconheciam o entorno e até mesmo a Vila Zumbi dos Palmares: “Não sabiam que tinha uma favela nesta região”. A maior desvantagem de *Alphaville*, segundo o morador “5”, encontrava-se na incipiente área comercial, obrigando os moradores a grandes deslocamentos para a aquisição de produtos de primeira necessidade. Também a questão do lazer ficava prejudicada pelo tempo e pela distância necessários para a ida ao cinema ou ao teatro em Curitiba.

Era evidente, até 2006, segundo Polli (2006), que os moradores de *Alphaville* não estabeleciam nenhum tipo de vínculo com o comércio ou com os serviços disponíveis no município de Pinhais, tendo de se deslocar para Curitiba, quando deles necessitavam, excetuando os serviços domésticos e os de lazer disponibilizados no interior do complexo *Alphaville*, principalmente pelo clube e pelo campo de Golfe.

Em 2010, essa situação não se mostrou muito diferente, no entanto, novos elementos passaram a influenciar a situação de dependência dos moradores dos CHFs do *Alphaville Graciosa e Pinheiros* com relação à Curitiba e ao relacionamento com as áreas circunvizinhas, entre eles:

- A maior variedade de estabelecimentos comerciais e empresariais, instalados no *Alpha Mall Graciosa* e na área empresarial, voltados diretamente às necessidades dos condôminos *Alphaville*;
- A presença da unidade do Colégio *Bom Jesus Internacional* com séries e vagas ampliadas, oferecendo transporte exclusivo para os alunos moradores dos residenciais, da porta da casa até as instalações do

colégio, evitando assim, os deslocamentos diários, até os colégios localizados em Curitiba, das crianças e dos adolescentes, bem como dos seus responsáveis. No início de 2010, cerca de 20% dos jovens até 15 anos, residentes nos CHFs *Alphaville* Graciosa e Pinheiros estavam matriculados e frequentando o Colégio Bom Jesus Internacional;

- A maior presença de aposentados, os quais não realizam o movimento pendular, comum àqueles que necessitam se deslocar diariamente para o trabalho;
- O aumento de tempo médio de deslocamento até Curitiba, que era estimado em 15 minutos quando da instalação dos CHFs, atualmente se apresenta mais estendido, em virtude do grande aumento de veículos nas vias do AMC. Nos horários de pico, o trajeto - centro de Curitiba até a entrada do Alpha Mall Graciosa, utilizando um trecho da Linha Verde - BR 116 até a Cruz do Atuba, pegando a partir desse ponto a Estrada da Graciosa, em trecho duplicado, é vencido em torno de 40 minutos ou mais;
- O uso dos serviços públicos existentes e do comércio no próprio município de Pinhais, principalmente do hipermercado, das agências bancárias e dos cartórios, por parte de alguns moradores, conforme foi revelado nos questionários aplicados. Dos 32 moradores que responderam os questionários, 15 declararam fazer uso regular dos cartórios, do hipermercado *Carrefour* e das agências bancárias instaladas em Pinhais; e
- A preferência pelos bairros Bacacheri e Jardim Social, em Curitiba, para realizarem pequenas compras. Esses bairros, por estarem localizados às margens da Linha Verde (antiga BR 116), são de mais fácil acesso, assim os moradores evitam os deslocamentos para o centro de Curitiba.

No entanto a maioria (88%) declarou exercer suas atividades profissionais em Curitiba ou pelo menos ter o seu escritório central ou unidade empresarial/comercial de vinculação em Curitiba; 8% dos moradores trabalham fora da RMC e apenas 2% já teriam transferido o seu escritório/empresa para o *Alphaville*.

4.6 A INFLUÊNCIA DO ALPHAVILLE NA MUDANÇA DA ESPACIALIDADE DA VILA ZUMBI DOS PALMARES

A empresa *Alphaville Urbanismo S/A*, por estar no mercado com relativo sucesso desde a década de 1980, foi capaz de desenvolver estratégias de convivência e ações para tirar proveito dos ambientes encontrados nas cidades onde atua com os seus empreendimentos residenciais, comerciais e empresariais.

Na maioria dos lugares onde a *Alphaville* instala os seus condomínios horizontais fechados, seja no Brasil ou em Portugal, ela desenvolve, com antecedência, um estudo para verificar os problemas e as potencialidades locais. Posteriormente, desencadeia ações para alinhar os interesses das elites locais com os seus, tendo, como pano de fundo, o contexto globalizante e o agravamento das violências urbanas. Com esses interesses alinhados, o próximo passo é o corporativismo com o Estado.

Em suas estratégias, busca sempre as áreas de baixo valor, com atributos “naturais”, próximas a uma via de fácil acesso a cidade principal. Dessa forma, tem das elites locais a facilidade em conseguir as infraestruturas necessárias e os procedimentos político-administrativos viabilizadores de seus empreendimentos; em contrapartida, oferece o renome da empresa (*Alphaville*) com o seu histórico de atuação no mercado, o que se traduz em um sobrelucro garantido.

No entanto as áreas escolhidas para a implantação dos empreendimentos imobiliários, geralmente, são habitadas ou circundadas por populações portadoras de precariedades socioeconômicas. Por essa razão, podem-se criar sérios problemas ou até mesmo inviabilizar os seus empreendimentos. Para minimizar esses problemas, foi criada a Fundação *Alphaville*, com sede em São Paulo, um braço social do *Alphaville Urbanismo S/A*, cujo principal papel é implementar ações de cunho socioeducativo nas imediações dos CHFs recém instalados, por um período de 05 a 07 anos, em média.

No AMC não foi diferente, durante a implementação do *Alphaville Graciosa*, essa Fundação firmou parceria com a Prefeitura de Colombo, passando a atuar junto à população moradora da *favela* Zumbi dos Palmares e arredores. A priorização dessas pessoas *faveladas* se deve ao fato de representarem, na época, a ameaça mais iminente, uma vez que se tratava de um dos maiores favelamentos contínuos

do Paraná, no qual eram registrados alarmantes índices de violência, em especial os relacionados ao tráfico de drogas e aos homicídios, entre outras razões já expostas.

A *Fundação* instalou um ponto de atuação para as ações de “pacificação” e para o desenvolvimento das estratégias de boa vizinhança, o *Centro de Convivência Graciosa (CCG)*, atualmente transformado em CRAS⁹⁰. (Figura 47).

Esse centro foi localizado nas imediações da favela, mais precisamente no Centro Industrial Barão de Mauá (CIM), em um terreno cedido pela Prefeitura de Colombo, exatamente na porção limítrofe com a Vila Zumbi.



FIGURA 47 – CRAS- ANTIGO CENTRO DE CONVIVÊNCIA GRACIOSA

FONTE: O autor, 2010

A partir desse Centro de Convivência, a *Fundação* passou a desenvolver basicamente três tipos de ações: Cursos Profissionalizantes, Orientações para Geração de Renda e Educação para a Sustentabilidade, conforme a metodologia padrão já adotada em outros lugares.

⁹⁰ A Prefeitura de Colombo-PR mantém em funcionamento seis CRAS (Centros de Referência em Assistência Social). Em 2008, o Centro de Convivência Graciosa (CCG) foi transformado na 6ª unidade CRAS, de acordo com o convênio firmado com a *Fundação Alphaville*.

O *Alphaville*, inicialmente, arcava com todas as despesas, no entanto passaria, aos poucos, os encargos e as despesas à administração municipal de Colombo, conforme um acordo prévio estabelecido com aquela prefeitura.

Segundo a coordenadora da 6º CRAS, o CCG começou a funcionar sob a direção de uma pessoa, residente na Unidade *Alphaville* do Barueri-SP.

Essa direção contratou e instruiu um quadro de profissionais para colocar em prática a “cartilha *Alphaville*”, com ações voltadas a influenciar ideologicamente aqueles moradores, desde as crianças até a 3ª idade, no sentido de formar uma consciência coletiva favorável ao empreendimento *Alphaville*.

Na vertente profissionalizante, durante todos esses anos, foram formados inúmeros trabalhadores voltados ora às necessidades dos Condomínios Graciosa ou Pinheiros, nas funções de empregadas domésticas, jardineiros, porteiros, serviços gerais, entre outros, ora para atender o Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental desenvolvido pelo Estado, através da COHAPAR, com a formação de mão-de-obra destinada as ações de infraestrutura e construção civil, como é o caso de pedreiros, eletricitistas, marceneiros, entre outras.

Além da formação profissionalizante, o CCG atuava junto às crianças, aos adolescentes e às pessoas da 3ª idade, promovendo atividades ocupacionais, educacionais e de lazer.

Com essas atividades, o *Alphaville* conseguiu ter acesso aos principais universos de pessoas residentes nas imediações dos seus empreendimentos, principalmente os moradores da Vila Zumbi, mostrando-se importante, útil e, mais do que isso, “amigo” dessas comunidades.

Nas vertentes da sustentabilidade e da geração de renda, a *Fundação Alphaville* organizou a *Associação de Empreendedorismo Zumbi dos Palmares* e a *Cooperativa de Reciclagem Zumbi dos Palmares – CoopZumbi*. A primeira formava grupos e dava suporte técnico e financeiro inicial para as iniciativas micro-empresariais.

Como exemplo, conseguiu estruturar um grupo de decoração para interiores, entre as mulheres da Vila Zumbi e um grupo de serigrafia, com participação de homens e mulheres.

O primeiro grupo teve e continua a ter o apoio da fábrica de colchões *Ronconi*, instalada ao lado da Vila Zumbi, às margens da Estrada da Graciosa. Essa

fábrica doa ao grupo as sobras dos materiais componentes dos seus colchões, principalmente os retalhos de tecidos. Com os retalhos e demais materiais, as artesãs confeccionam objetos de decoração que são vendidos para vários lugares do Brasil e até mesmo para o exterior.

Em 2006, a CoopZumbi passou a compor a *Carteira de Projetos da Rede Petrobras de Responsabilidade Social*, cujo objetivo é estimular ações voltadas à responsabilidade social junto aos clientes, fornecedores e parceiros da Petrobras. Um ano depois, firmou parceria com a *Aliança Empreendedora*, *fundação AVINA* e com a Prefeitura Municipal de Curitiba para repassar o seu modelo de organização para outras 10 cooperativas de carrinheiros da cidade de Curitiba.

Ainda em 2007, o *Instituto Coca-Cola do Brasil* destinou recursos para melhorias estruturais e para a compra de equipamentos, incluindo um caminhão para utilização na coleta de materiais recicláveis (Figura 48).



FIGURA 48 – CAMINHÃO DOADO PELA COCA-COLA À COOPZUMBI

FONTE: Site www.coopzumbi.com.br, acessado em 21 de março de 2010

O grupo da serigrafia produz, principalmente, camisetas, faixas e estampas. Está dividido entre aqueles que se dedicam exclusivamente a essa atividade e os que a usam como complemento de renda, desenvolvendo-a no período noturno.

Em 2009, ambos os grupos já haviam conseguido certa independência com relação ao Centro de Convivência/CRAS; possuíam locais próprios, maquinários, mercado formado, logística de entrega, entre outros atributos necessários a uma microempresa. Os associados estavam conseguindo, de maneira geral, aferir renda superior a 1 SM, por integrante.

A Segunda iniciativa, a CoopZumbi, foi estruturada com apoio de uma moradora dos CHFs Graciosa, que construiu um barracão no Centro Industrial Barão de Mauá, alugando-o posteriormente para os cooperados.

A *Fundação Alphaville* deu treinamento técnico e gerencial aos cooperados, comprou carrinhos, uniformes e demais equipamentos básicos para a atividade de coleta e seleção do material reciclável, além de fornecer uma máquina de prensagem e de amarração.

A *CoopZumbi* conta com 22 cooperados fixos que realizam a intermediação entre os catadores avulsos de material reciclável (carrinheiros) e as usinas de reciclagem.

Com o caminhão realizam a coleta de material reciclável no interior dos residenciais dos CHFs e na área empresarial e comercial do *Alphaville*, com exclusividade.

Além dessas ações, destaca-se a contratação dos moradores da Vila Zumbi para comporem o quadro de funcionários permanentes e intermitentes dos condomínios residenciais e do clube. Do total de funcionários, segundo a administração condominial, 10% é residente da Vila Zumbi dos Palmares e 2% na Vila Liberdade, com destaque para atividades domésticas e para os serviços gerais, sendo que todos os contratados, a princípio, passaram pelos cursos ministrados, até 2007, no CCG e posteriormente no CRAS.

Todavia, de todas as ações voltadas a mudar o perfil socioeconômico e cultural da Vila Zumbi dos Palmares, as mais importantes ou de maior efeito foram às pressões políticas exercidas junto ao Estado.

As pressões foram exercidas por intermédio das bancadas aliadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tanto nos últimos anos do governo Lerner (2001-2002), como nos primeiros do Requião (2003-2004), e também, na instância municipal, junto às administrações municipais de Colombo, no mesmo período, no sentido de intervir no favelamento Zumbi dos Palmares, amenizando os seus efeitos negativos.

Os meios e os métodos adotados para se conseguir tal intento não foram totalmente conhecidos nesta pesquisa, no entanto, a lógica da Metrôpole Corporativa, tão trabalhada e divulgada por Milton Santos, consegue embasar tais influências, uma vez que se tratava de uma empresa poderosa aliada ao Estado em um processo de corporativismo na construção do espaço metropolitano. Trata-se da

Alphaville Urbanismo S/A, empresa líder do mercado brasileiro no setor de urbanismo e integrante do rol das maiores empresas brasileiras.

Não houve um maior aprofundamento nas pesquisas relacionadas aos complexos *Alphaville* no AMC pelo fato de não se constituir o objeto principal desse trabalho. Apenas se objetivou caracterizá-lo e entendê-lo em sua espacialidade, para dessa forma, encaixá-lo na lógica ou nova lógica da produção do espaço metropolitano, bem como a sua participação no processo de desperiferização da Vila Zumbi.

Entretanto, foi possível perceber a força do corporativismo estabelecido entre a *Alphaville Urbanismo S/A*, o Estado do Paraná e a Prefeitura de Pinhais e como as lógicas de mercado conseguiram suplantar um pretense “deslumbre” com a nova forma de morar, em CHFs afastados das principais centralidades e “próximos à natureza”. Ficou evidenciado também a influência dessa grande empresa no desencadeamento do processo de desperiferização, na Vila Zumbi dos Palmares.

Constatou-se que, mesmo diante de tanta precariedade e de tanta vulnerabilidade socioambiental encontrada no setor leste do AMC onde foi instalado o empreendimento *Alphaville*, as ações do Estado priorizaram os interesses da grande empresa e de uma minoria, integrantes das camadas de média/alta e alta renda, em detrimento a uma maioria pobre e necessitada de sua população.

O complexo *Alphaville* representa um novo modelo no espaço urbano, com forma, função, processos e estruturas diferenciadas, tornando-se, assim, em um riquíssimo campo de pesquisa, relativamente novo para a realidade brasileira e por essa razão pouco entendido e, de certa forma, mitificado. Merecedor, portanto, de um maior aprofundamento, principalmente pelas geografias socioculturais.

CONCLUSÕES

Contrariando, de certa forma, um consenso de que as comunidades das três áreas estudadas apresentariam um baixo nível de relacionamento, constatou-se entre elas um intrincado jogo de poder e de interesses. O fato de existir uma grande distância socioeconômica entre os integrantes dessas comunidades poderia justificar tal consenso, uma vez que se encontra um grupo elitizado da sociedade metropolitana de Curitiba residindo nos CHFs *Alphaville*, e no oposto, uma população vitimada por uma série de precariedades socioeconômicas e ambientais, como é o caso dos moradores da Vila Liberdade e foi o caso dos da Vila Zumbi até 2004.

Entretanto, há uma série de relações estabelecidas entre os atores das três áreas estudadas. Se por um lado os empresários, os especuladores e/ou os moradores do Complexo *Alphaville*, para não perder o *status* e o valor conquistados pelos empreendimentos, buscaram apaziguar e criar amenidades no entorno dos CHFs e das suas áreas empresariais e comerciais, por outro lado, também houve e continua existindo inúmeras influências das comunidades das duas vilas para com o Complexo *Alphaville* e entre essas próprias comunidades pobres.

Como abordado anteriormente, a comunidade *Alphaville* usou como principais estratégias, a implementação de programas de ação social e a contratação de mão-de-obra recrutada entre os moradores das Vilas Zumbi dos Palmares e Liberdade para suprir as suas próprias necessidades, no que concerne aos serviços gerais. Em situação oposta, os moradores da Vila Zumbi tinham grande interesse nas ações desenvolvidas pela comunidade *Alphaville* em sua vila, uma vez que, ao mesmo tempo em que tais ações traziam benefícios diretos em termos de infraestrutura, de formação profissional, e demais questões socioambientais, proporcionavam uma “voz mais ativa” junto às autoridades municipais e estaduais no sentido de confirmar e concretizar a Vila Zumbi, livrando os seus moradores de uma desocupação por determinação judicial, com emprego da Polícia Militar, tão temido até então.

Para os moradores remanescentes da Vila Zumbi e principalmente para os novos residentes, após a implementação do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental, o fato de morarem ao lado do

Complexo *Alphaville* e de muitos trabalharem nos seus CHFs passou a ser motivo de satisfação e de valorização da sua comunidade, também representando certo *status* - próximo ao *Alphaville*.

Entre as comunidades pobres, das Vilas Liberdade e Zumbi, fluxos e refluxos populacionais foram estabelecidos. No processo de ocupação da Vila Zumbi dos Palmares, em 1991, alguns moradores da Vila Liberdade aproveitaram a situação e montaram barracos na Vila Zumbi ou então para lá se transferiram. Esta última situação seu deu, principalmente, com aqueles integrantes de famílias ampliadas, onde o(s) filho(s), que contraia(m) união conjugal, necessitava(m) de um novo local para residir, conforme foi possível constatar nos depoimentos colhidos junto aos moradores mais antigos da Vila Liberdade.

Mas, durante as intervenções do Estado, regularizando e normatizando a Vila Zumbi, houve um movimento contrário, com a transferência de alguns dos seus moradores para a Vila Liberdade, principalmente, entre aqueles que habitavam as áreas de risco da Vila Zumbi, cujas habitações seriam retiradas e os habitantes removidos.

Outros dois momentos de relações merecem ser destacados. O primeiro, quando os moradores da Vila Zumbi, nos primeiros anos da ocupação, faziam uso da precária infraestrutura existente na Vila Liberdade, uma vez que a ocupação dessa última é anterior a da Zumbi, e da proximidade entre as duas vilas. Os moradores da Vila Zumbi faziam uso do único posto de saúde localizado na redondeza e faziam suas compras num armazém de sortidos, ambos localizados na Vila Liberdade, conforme já foi exposto no Capítulo 3.

O segundo, durante as ações desenvolvidas no Centro de Convivência Graciosa, pelo braço social do *Alphaville*, quando moradores da Vila Liberdade aproveitaram dos programas de formação profissional para também se capacitarem, inclusive muitos integraram os efetivos de trabalhadores utilizados na construção dos sobrados e demais obras realizadas pela COHAPAR na Vila Zumbi, a partir de 2004, em seu processo de urbanização e desenvolvimento socioambiental.

Nos últimos anos, fluxos de pessoas, de mercadorias, de capital e de informações entre as duas vilas foram intensificados, pois além das vilas estarem bem próximas e de serem separadas apenas por uma rodovia, a melhoria da infraestrutura da Vila Zumbi vem desempenhando um importante papel, no momento

que dinamiza as atividades comerciais e proporciona uma maior circulação de capital no seu interior, ou como já foi exposto, acelera os seus circuitos econômicos.

Os laços de família e de amizade entre os moradores das duas vilas também corroboram na intensificação dessas relações, inclusive já houve manifestações públicas reivindicando a construção de uma “trincheira” sob a rodovia, para facilitar o fluxo de veículos e de uma passarela, sobre a rodovia, para facilitar o acesso de pedestres e diminuir o número de atropelamentos dos seus moradores ao atravessarem a BR 116. Essa última reivindicação surtiu efeito, pois no final do ano de 2010 foi iniciada a construção de uma passarela interligando as duas vilas.

A estabilidade do complexo *Alphaville* e as lógicas estabelecidas nas duas vilas, principalmente na Vila Zumbi, com as intensas mudanças ocorridas com as intervenções do Estado e com a mudança de atores demonstra que a construção das espacialidades caracterizadoras de cada uma das três áreas está, de certa forma, interligada às demais.

Como confirmação da interligação dessas espacialidades se poderia indagar, em um caso hipotético, qual seria a situação do complexo *Alphaville* se não tivessem sido implementadas todas as ações sociais na Vila Zumbi. Se o Estado não tivesse intervindo na então favela Zumbi e se os elevados índices de criminalidade registrados nessa favela tivessem prejudicado o empreendimento *Alphaville*, derrubando o seu valor monetário e o seu *status*, por efetivas ações de violência ou apenas pelo medo de tais ações. Será que o *Alphaville* Graciosa e posteriormente o *Alphaville* Pinheiros teriam os mesmos: moradores, número de construções, valor dos imóveis, *status*, enfim estariam com as espacialidades de hoje?

Ou então, em situação contrária, na hipótese de que a empresa *Alphaville* Urbanismo S/A tivesse escolhido outra área do AMC para implantar o seu empreendimento? Será que a Vila Zumbi teria sido alvo do Projeto de Regularização Fundiária, Urbanização e Desenvolvimento Socioambiental e estaria vivendo um processo de desperiferização? Seria a Vila Zumbi merecedora da prioridade por parte do governo do Estado do Paraná, com a COHAPAR, uma vez que são centenas de ocupações irregulares existentes no AMC?

Se a Vila Zumbi não tivesse sofrido intervenção do Estado, será que moradores das suas áreas de risco teriam migrado para a Vila Liberdade?

A negação prepondera nas respostas a esses questionamentos, uma vez que ficam demonstradas as várias situações de influência e de ações combinadas

entre as três áreas estudadas. Essas influências diretas e conjunturais tiveram grande peso no estabelecimento das diferentes espacialidades encontradas nas áreas estudadas, até mesmo no Complexo *Alphaville*.

Nas relações entre as três áreas enfocadas, fica implícita a existência do triplo processo de P-D-R/NP. Na Vila Liberdade, ao ser mantido um quadro de precariedades socioeconômicas e ao receber os “emigrantes” da Vila Zumbi, a reprodução da periferização foi caracterizada; em algumas outras áreas, também receptoras de periferizados, oriundos da Vila Zumbi, como no Guaritubinha, uma nova periferização; na Vila Zumbi dos Palmares, pelas intervenções e pelas mudanças de atores, a desperiferização.

No complexo *Alphaville*, por sua vez, tem-se a confirmação de que os entornos podem ser também ocupados pelas camadas de média/alta e alta renda da sociedade e bem exemplifica a materialização do corporativismo entre o Estado e uma grande empresa, no entorno do AMC. É, portanto, o atendimento dos interesses do mercado mais que especulativo, representado por essa grande empresa, um dos principais desencadeadores do triplo processo observado.

Dessa forma, conclui-se que são os contextos econômico, político, social e cultural, em que se formam ou se modificam as espacialidades, os justificadores da existência de um quadro de periferização ou de um triplo processo de P-D-R/NP, e não simplesmente a localização no tecido urbano, estabelecida pelo distanciamento em quilômetros e pelo dualismo geometrificado, *centro x periferia*. Com base nesse raciocínio, julga-se a proposta de uma nova concepção para *periferias urbanas*, apresentada neste trabalho, oportuna e condizente às atuais lógicas dos espaços metropolitanos brasileiros.

Depois de cumpridas as etapas propostas para este trabalho, entende-se que é de fundamental importância buscar a redução das defasagens existentes entre as concepções teóricas das geografias praticadas com os atuais fenômenos socioeconômicos e culturais encontrados nas áreas metropolitanas.

Com esse intuito, foi possível perceber que os paradigmas predominantes não são suficientes para abarcar o dinamismo da produção e da apropriação do espaço urbano/metropolitano dos principais aglomerados metropolitanos brasileiros. No entanto, tem-se clara noção de que essas concepções, com seus respectivos paradigmas, foram o ponto de partida, representaram as primeiras referências para os estudos desenvolvidos neste trabalho.

Entre os descompassos da análise urbana, percebeu-se a necessidade de se questionar a conceituação de *periferias urbanas*, por ser bastante empregada e de suma importância, para e a partir da sua compreensão se caracterizar a periferização, a desperiferização e a reperiferização ou nova periferização na composição de um triplo processo (P-D-R/NP).

A forma mais comum encontrada de se conceber *periferias urbanas* foi a que se baseia na dualização ou na contradição a um pretense centro, quase sempre numa lógica geometrificada, na qual a distância ou o afastamento de uma área central é tido como determinante, na razão direta, da precarização do quadro socioeconômico. Verificou-se que essa concepção não foi suficiente para explicar as novas lógicas de apropriação e produção do entorno do AMC, assim o que se propôs é mais uma possibilidade de análise.

Ficou evidenciado, também, que as mudanças alardeadas em nome de uma pós-modernidade não podem ser detectadas em suas plenitudes para o espaço urbano/metropolitano curitibano, tendo em vista as especificidades locais, com destaque para o fato de ser marcante a convivência do atrasado, do moderno e da inserção do pós-moderno, sem que haja substituição, anulação ou suplantação desse último sobre os demais.

Apesar do predomínio de um quadro de precariedades socioambientais, foi constatado nos entornos do AMC um crescente número de empreendimentos imobiliários voltados às camadas socioeconômicas de maior poder aquisitivo e de maior *status*, nessas mesmas áreas, fato que torna as concepções alicerçadas na dualidade *centro x periferia*, de certa forma, defasadas e incapazes de darem conta dos fenômenos ora presentes. Por essa razão, optou-se por conceber as *periferias urbanas* como espacialidades, cujas características econômico-sociais, socioculturais reinantes as colocam em situação diferenciada de negação, de menor *status* com relação a um padrão médio predominante no espaço urbano/metropolitano no qual elas estão inseridas, independente da localização geométrica que elas possam ter no tecido urbano.

As *periferias urbanas*, por mais que se tente negar, são espacializações componentes do espaço urbano-metropolitano. São oriundas do contexto de grandes desigualdades econômico-sociais que caracteriza as cidades brasileiras e principalmente os aglomerados metropolitanos. São reflexos das ações do capital imobiliário.

Elas trazem como características, não apenas um grau deficitário no que se refere ao padrão de urbanização reinante ou à lógica urbanística do seu entorno, ou ainda, por estarem aquém em termos de infraestrutura, de serviços, de comércio e de moradia, mas também por não serem possuidoras da mesma aceitação, fatos que as colocam num nítido distanciamento socioeconômico, com relação ao restante metropolitano.

As deficiências em equipamentos, a ilegalidade geralmente predominante e a subjetividade dos seus *status* enquanto *periferias*, contingencia-as a uma situação de submissão e a um grau de inferioridade com relação a um espaço urbano intermediário predominante e às possíveis centralidades existentes.

É óbvio que essas colocações contêm certa relatividade, uma vez que a espacialidade de uma área tida como periférica para o contexto curitibano pode não o ser para o quadro urbano das megacidades indianas, por exemplo, no qual se faz necessária outra espacialidade para ser caracterizada como *periferias*, provavelmente muito mais carregada de precariedades econômicas, sociais e ambientais e com uma carga semiológica bem diversa. A constatação da existência de periferização, de desperiferização e de reperiferização ou nova periferização no Aglomerado Metropolitano de Curitiba se dá a partir desse posicionamento epistemológico.

A periferização, no AMC, sendo um dos principais vetores de aumento populacional, porém alimentado por um fluxo migratório intra-urbano/metropolitano e não mais pelo rural-urbano. A reperiferização ou nova periferização como uma continuidade, uma realimentação desse triplo processo, motivada pelas lógicas capitalistas, principalmente a de valorização ou desvalorização econômica de determinadas áreas urbanas e o baixo poder aquisitivo de uma grande parcela da população.

Maricato (2000, p. 24) explicita que não só a grande maioria dos trabalhadores informais, como parte da população regularmente empregada, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. No Brasil, um grande contingente constrói sua própria habitação em áreas irregulares ou simplesmente ocupadas de forma irregular, inclusive parte daquela população regularmente empregada.

A valorização de uma área, pela especulação imobiliária, vem acompanhada da expulsão gradual daqueles residentes de menor poder aquisitivo que nela

residem, em um processo que os compulsiona para outras áreas de menor valor comercial ou impróprias ao uso residencial, com maior precariedade em infraestrutura e de menor *status*. Ou, então, para aquelas localizadas não só nas bordas do tecido urbano, como também no seu interior, como é o caso de morros, fundos de vales, lixões desativados, porções que já foram industriais e se encontram parcialmente abandonadas, desvalorizadas pela saída das fábricas, ou ainda, áreas de proteção ambiental, como é o caso dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, entre outras, vindo a caracterizar a periferização.

No entanto a grande questão paira na ocorrência da desperiferização em parte do recorte espacial escolhido. A desperiferização, refutada durante muito tempo pelo meio acadêmico para o caso urbano/metropolitano brasileiro, agora pode ser considerada, uma vez que são facilmente perceptíveis as mudanças ocorridas em determinadas porções dos aglomerados metropolitanos brasileiros, como é o caso da Vila Zumbi dos Palmares, após as ações de regularização fundiária de urbanização e de desenvolvimento socioambiental, implementadas a partir do ano de 2005.

A encontrada não é aquela desperiferização ideal, capaz de extinguir os fatores motivadores e os efeitos da periferização ou de reverter o quadro *periferizante* de precariedades socioeconômicas em que se encontram as pessoas envolvidas por esse processo. É importante lembrar que esse modelo de desperiferização não ataca a gênese da periferização, praticamente ele transfere as pessoas periferizadas com as suas precariedades para outros lugares, provocando conseqüentemente a reperiferização ou a nova periferização.

Como já foi exposto, a desperiferização se dá de forma contraditória e complementar, ao mesmo tempo que, em determinado lugar, são desconstruídas as características de uma periferização, essas, por sua vez, são transplantadas para outro(s) lugar(es), devido, principalmente, à troca de atores. Os moradores primeiros são compelidos a emigrar, uma vez que o processo desperiferizante traz normatizações e enquadramentos que os afugenta.

Nem as estruturas criadas, muito menos a conjuntura em que as intervenções desperiferizantes ocorrem, efetivamente, estão voltadas a combater as causas da periferização. Constata-se que interesses maiores suplantam a questão essencial da periferização. Esses interesses ficaram notórios quando se analisou o processo de desperiferização em andamento na Vila Zumbi dos Palmares. A

elevação dos indicadores socioeconômicos, a melhoria do quadro socioambiental, a presença de novos moradores, enfim a nova espacialidade em formação na Vila Zumbi está diretamente ligada às disputas políticas dos grupos que se revezam no poder estadual e nas instâncias municipais, bem como aos interesses especulativos das elites empresariais que atuam no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, excessivamente protegidas pelo Estado.

Nesse contexto, a presença e a influência da *Alphaville Urbanismo S/A* no AMC bem exemplificam os interesses especulativos e o corporativismo com o Estado. Dentre as evidências dessa especulação e desse corporativismo, destacam-se, duas ocorrências. A primeira foi a transformação de parte da APA de Pinhais em UTP, visando receber, prioritariamente, os CHFs do *Alphaville Graciosa e Pinheiros*, com as suas áreas comerciais e empresariais; a segunda, diz respeito às estratégias adotadas pela empresa *Alphaville*, pressionando o governo do Estado e a Prefeitura de Colombo no sentido de intervir na favela Zumbi dos Palmares e ao mesmo tempo, investindo, através do seu braço social - a *Fundação Alphaville*, para apaziguar esse entorno pobre e precário, por meio da política da boa vizinhança, cujo objetivo maior era a minimização dos efeitos negativos que uma favela poderia trazer para os seus negócios.

Dessa forma, a desperiferização em andamento na Vila Zumbi, antes de qualquer outro objetivo, atende aos interesses de grupos políticos e aos da empresa *Alphaville*, bem como os de uma série de especuladores imobiliários que investiram no complexo residencial, comercial e empresarial do *Alphaville*, instalado no AMC.

Sob essa ótica, o processo de desperiferização da Vila Zumbi dos Palmares é uma realidade. Percebe-se na análise da espacialidade dessa vila que, cada vez mais, os seus indicadores socioeconômicos, as suas infraestruturas se apresentam bem diferentes daqueles que a colocava no universo das *periferias urbanas*. Os seus indicadores são semelhantes ou até mesmo superiores aos de alguns bairros/vilas tradicionais de ocupação, já há muito consolidados, existentes no AMC.

Foi constatado, também, que as intervenções em áreas periféricas, como a ocorrida na Vila Zumbi dos Palmares, não promoveram efetivamente a solução dos problemas caracterizadores das *periferias urbanas*. Grande parte das pessoas necessitárias dos benefícios mudou para outras áreas de ocupação irregular mais recentes ou então esquecidas/rejeitadas pela especulação imobiliária, e nelas

passaram a reproduzir semelhante quadro de precariedades socioambientais, nos moldes das espacialidades das áreas abandonadas.

Mesmo estando numa situação de exclusão, os moradores das áreas periféricas agem de acordo com as lógicas capitalistas, uma vez que os seus valores socioculturais assim foram e permanecem sendo construídos, a partir dessas lógicas. Eles procuram fugir da legalidade, numa espécie de transgressão aos comportamentos padronizantes da *urb*, e, ao mesmo tempo, buscam se manter próximos aos seus ambientes de cotidianidade, principalmente do local onde trabalham.

Enquanto as ações forem apenas pontuais, voltadas a atender os interesses setorializados, ter-se-á uma “corrida em vão”, com produção e reprodução da periferação, sendo a perpetuação das *periferias* um contínuo processo de transferência da sua localização, num círculo vicioso.

Assim, os atores da periferação ou da reperiuração/nova periferação são, em sua maioria, caracterizados por desfavoráveis indicadores socioeconômicos, principalmente, pelo menor poder aquisitivo e pela baixa escolaridade e, por estarem diretamente relacionados às práticas de apropriação irregular do solo urbano/metropolitano.

Constatou-se, também, que o processo de reperiuração não se dá necessariamente de forma centrífuga, em termos geométricos, ou seja, as novas *periferias*, obrigatoriamente, não são localizadas em áreas cada vez mais distantes, e sim naquelas de menor valorização econômico-social, as quais nem sempre se situam mais afastadas, mais distantes em termos de quilometragem. As verdadeiras distâncias se relacionam muito mais às condições econômicas, sociais, políticas e culturais do que a uma maior quilometragem de um pretense centro.

Além disso, foi verificado que os casos de reperiuração se deram no interior do próprio aglomerado metropolitano e que não foram detectadas novas *periferias* formadas pelos “emigrantes” da Vila Zumbi, fora dos limites do AMC. Em alguns casos, a localização das áreas ocupadas por esses “emigrantes” era de igual distância, com relação às principais centralidades do AMC, como foi o caso da Vila Liberdade que recebeu população da Vila Zumbi durante o processo de intervenção do Estado, ou até mesmo, utilizando-se os mesmos referências, de inferior distância, ou seja, mais para o interior do aglomerado metropolitano, como foi o caso das ocupações irregulares localizadas nos Bairros do Tarumã, do Uberaba, entre outros.

Dentre os destinos daqueles que saíram da Vila Zumbi, o Guaritubinha que na época era uma nova ocupação dentre as inúmeras ocupações irregulares componentes do Bairro Guarituba, exemplificou uma nova periferização. Dos casos detectados foi o único exemplo de nova periferização, localizada dentro do AMC. E muitos dos “emigrantes” da Vila Zumbi e de outros lugares foram os primeiros a se instalarem, de forma irregular, com sub-habitações nessa porção do Guarituba.

No Guaritubinha, os ocupantes passaram a reproduzir semelhante quadro de precariedades socioambientais, portanto, de nova periferização.

É claro que não se descarta a possibilidade das novas periferias serem instaladas em áreas mais distantes, pelo contrário, isso ocorre e em maiores proporções, no entanto, o que se quer deixar claro, neste trabalho, é que o ponto crucial da análise não repousa no fator distância física e sim nas condições de acessibilidade à cidade para as camadas sociais menos privilegiadas socioeconomicamente. Acessibilidade essa ligada diretamente ao poder aquisitivo e ao status sociocultural.

Finalmente, observou-se também que, na maioria dos casos acompanhados de reperiiferização ou nova periferização, cujos atores eram oriundos da Vila Zumbi, não houve interesse, por parte dos reperiiferizados em morar mais distante, pelo contrário, eles se submeteram às mais diversas insalubridades, preferiram residir às margens dos córregos, em áreas sujeitas às enchentes e demais problemas socioambientais, em prol de uma maior proximidade com o local de trabalho e com as infraestruturas urbanas, principalmente as ligadas aos transportes.

De forma geral, o estudo mais detalhado dessas três espacialidades, desenvolvido neste trabalho, permitiu a confirmação da existência desse triplo processo de P-D-R/NP no AMC e, mais do que isso, a constatação da perversidade das lógicas que acompanham e regem a periferização, a desperiferização e a reperiiferização/nova periferização, nas quais os interesses corporativos do Estado/grandes empresas continuam suplantando os interesses sociais da coletividade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ANGOTTI, T. The estate market in the United States: progressive strategies. **Encontro Internacional: Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida. O desafio para as cidades do século XXI**. Porto Alegre: SCPRS/UFRGS/FAUUSP/ Planners Network, 1999.

ARBIX, G. Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística. São Paulo: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17, n.48., Fev. 2002.

ASCHER, F. **Metápolis**. Paris: Odile Jacob, 1995.

_____. **Les nouveaux principes de l'urbanisme**. Paris: L'Aube, 2006.

_____. **Os novos princípios do urbanismo**. (tradução e apresentação de Nadia Somekh). São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104 p. (Coleção RG bolso; 4).

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

_____. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

BÓGUS, L. M. Urbanização e Metropolização: o caso de São Paulo. In BÓGUS, L. M. e WANDERLEY, L. E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

BORGES, L. S. **Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos / SP – 2000**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2004.

BORJA, J. e FORN, M.. “Políticas da Europa e dos estados para as cidades”. In: **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, 1996, p. 32-77.

_____. “As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana”. In: FISCHER, T. (org). **Gestão Contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais**. RJ: FGV, 1997.

BRITO, F. R. A. de. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, vol. 20, n.57, UFMG: Belo Horizonte, 2006, p. 221-236.

BRITO, A. L. **Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da zona oeste do Rio de Janeiro**. IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1990.

BRITO, F. e SOUZA, J. **A Metropolização da Pobreza**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11, Caxambu, 1998.

BURGEL, G. **La ville aujourd'hui**. Paris: Hachete, 1993.

BURGESS, E. W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: PIERSON, D. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1970, p. 353-368.

CALDEIRA, T. P. do R.. **Cidade dos Muros**. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, C. M. **Os rumos da cidade – urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In SANTOS, M., SILVEIRA, M., SOUZA, M. (orgs.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. 197p.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVACO, C. S. R. G.. **Transmodernidade e Experiência do Espaço – Periferia e periferias na problemática da sociedade contemporânea**. Universidade de Arquitetura de Lisboa, 2001.

CLOZIER, R. Essai sur la banlieue (1945). In RONCAYOLO, P. **Villes & Civilisation urbaine**. Paris: Larousse, 1992, p. 445-453.

COLLIN, J.-P., ROBERTSON, M. e CHARRON, M. Déploiement et recomposition de l'espace métropolitain au Canada: une analyse politique. In HOFFMANN-MARTINOT, V. e SELLERS, J. **Politique et Métropole, une comparasion internationale**. Paris: CRNS éditions, 2007. p.11-37.

COMEC. **Perecer sobre o meio físico da região do Zumbi dos Palmares**. Emitido em 01/07/1993.

_____. **Proposta de implantação de área de interesse social de ocupação – Guarituba –Piraquara.** Curitiba, 1998.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI-RMC.** Documento Síntese para discussão. Curitiba, 2001(a).

_____. **Cadastro Sócio-Econômico – Vila Zumbi dos Palmares.** Curitiba, 2001(b).

_____. **Documento preliminar do Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Curitiba - PDI/RMC,** 2002.

COHAPAR. **Projeto Básico de regularização fundiária, urbanização e de desenvolvimento socioambiental,** 2004.

_____. **Plano de Relocação e Reassentamento de Parte da População da Vila Zumbi dos Palmares, município de Colombo (PR),** Março 2005.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC – Curitiba,** 2006.

_____. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente: Diagnóstico versão preliminar** Curitiba, 2007.

_____. **Análises Socioeconômicas da Demanda – Relação Nominal dos Moradores Titulares da Vila Zumbi,** 2007/08.

_____. **Relatório do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS – Colombo/PR.** Curitiba, 2009.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Novas Dimensões Geográficas do Urbano no Brasil. Boletim de Geografia Teórica,** 21(42), 1991.

_____. **Processos espaciais e a cidade.** In: **Trajetórias Geográficas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 121-143.

_____. **O Espaço Urbano.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CURITIBA. **Código de Posturas do Município de Curitiba.** Lei nº 527 de janeiro de 1919. Curitiba: Typographia da República, 1919.

DAVIS, M. **“Planeta de favelas: a involução e o proletariado informal”.** Artigo publicado na Newleft Review, nº 26, Mar/Abr de 2004, p. 5-34.

_____. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)** São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH da Universidade de São Paulo. 281 p., 1985.

DELGADO, P.; DESCHAMPS, M. V. e MOURA, R. (2004). "Estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/1991". In: **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 1 CD-ROM.

DE MATTOS, C. A. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existía sigue existiendo. Santiago: **EURE**, v. 25, n. 76, 1999.

_____. Transformación de las ciudades latinoamericanas. Impactos de la globalización? **EURE**, Santiago de Chile, v. 25, n. 76, dic. 2002.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, F. J. (Ed.) **La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, I Série, vol. X/XI, Porto Alegre, 1994/5, p. 5-18.

_____. Qualificação das Periferias. **Infogeo**, 2007, p. 139-143.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

ESTADO DO PARANÁ. **Cartografia do Estado do Paraná**. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), 2006.

FERNANDES, N. N. **O Rapto ideológico da Categoria Subúrbio**, Rio de Janeiro, 1858-1945, dissertação Mestrado, PPGG, IGEO, UFRJ, 1996.

FERREIRA, J. S. W. **O Mito da Cidade-Global**. O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FIRKOWSKI, O. L. C. de. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo: 2001, 278p. Tese de Doutorado em Geografia, FFLCH – USP.

_____. Internacionalização e Novos Conteúdos de Curitiba. Curitiba: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p.93-107, jul./dez. 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Entrevista com Foucault.

FREIRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1968.

GALLAND, B. "De l'urbanisation à la glocalisation". Terminal, nº 71/72, 1996. In ROBERTSON, R. "**Nous vivons dans um monde glocalisé**". : Zona Abierta, nº 92-93, Londres, Global modernities, 1997. Tradução de Juan Carlos Rodriguez e Joaquin Carteira.

GEDDES, P. **Cidades em evolução**. Coleção ofício de arte e forma. Tradução: Maria José, Ferreira de Castilho. São Paulo: Papyrus, 1994. 274 p.

GEORGE, P. "A propôs de l'usage du terme banlieue", in RONCAYOLO, M. e PAQUOT, T. **Villes & Civilisation Urbaine**. Paris: Larousse, 1992, pp. 521-524.

_____. La Banlieue: une forme moderne de développent urbain. In GEORGE, P. et alii. **Études sur la banlieue de Paris**. Paris: A. Colin, 1950, p. 11-26.

GOTTDIENER, M. **A produção social do Espaço Urbano**. Tradução de Geraldo G. de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização – "Do fim dos territórios à Multiterritorialidade"**. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARRIS, C. D. e ULLMAN, E. L. The nature of cities. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Vol. 242, pp. 7-17. 1945.

HARVEY, D. **The Condition of Posmodernity**. Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd, 1989.

_____. **Condição Pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 1993.

HEIDEGGER, M.. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

HOFFMANN-MARTINOT, V. e SELLERS, J. **Politique et Métropole, une comparasion internationale**. Paris: CRNS éditions, 2007. 256p.

HOLSTON, J. e CALDEIRA, T. P. do R. Democracy, Law, and Violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship. In: Aguero, Felipe e Stark, Jeffrey (eds.). **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Florida: North-South Center Press, 1998, p.263-296.

IBGE. **Censos Demográficos**, 1970, 1980, 1991 e 2000. www.ibge.gov.br/censodem. Acessado em julho de 2010.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Dados Preliminares do Censo Demográfico 2010**. www.ibge.gov.br/censo2010. Acessado em janeiro de 2011.

INDOVINA, F. **La città diffusa**. Venezia: Daest (Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio) Ed., 1990.

IPARDES. **Os Vários Paranás**. Estudos socioeconômicos e institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005.

_____. **Os Vários Paranás**. Oeste paranaense: especificidades e diversidades. Curitiba, 2008.

_____. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2009.

JULIEN, P. Mesurer un univers urbain en expansion. **Économie et Statistique**, N.336. Paris: INSEE, 2000.

KORNIN, T. e MOURA, R. Metropolização e Governança Urbana: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas. **GEOUSP**, Espaço e Tempo, São Paulo, n. 16, pp. 17-30, 2004.

KOWARICK, L.. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1988.

LENCIONI, S.. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. Encontro Nacional da Anpur, 10. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003.

_____. Da Cidade e sua Região à Cidade-região. In: LIMA, L. C., ELIAS, D., SILVA, J. B. da. (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira** I. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. I, p. 65-76.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **Reflections on the Politics of Space**. Tradução de M. Enders, Antipode, nº 8, 30-37, 1976.

_____. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 (1ª tradução 1969).

LIMA, C. de A. **A ocupação de área de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana**. Curitiba: Tese de doutorado, UFPR, 2000.

LIMA, E. P. C. O Neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. **Revista de História Regional** 11(1): 109-124, Verão, 2006.

LOPES, A. V. de F. e. **Condomínios Residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sociais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação. UFPE. Recife, 2008.

LOYTARD, J-F. **A condição Pós-Moderna**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARICATO, E.. **A proletarização do espaço sob a grande indústria: o caso de São Bernardo do Campo na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação de Mestrado-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo- USP. São Paulo, 1977.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo-ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado. *Metrópoles Brasileiras. São Paulo em Perspectiva*, vol.14 n.4, Out./Dez. 2000.

_____. **Posfácio do livro “Planeta Favela”**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 210-224.

MARQUES, M. L.. **Metodologias para a estimativa da dimensão Fractal do crescimento de aglomerados urbanos: uma contribuição ao estudo da expansão da região metropolitana de São Paulo entre 1905 e 2001**. 226 f. Tese de Doutorado: UNESP de Rio Claro. São Paulo, 2005.

MARTINE, G. **A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80**. Texto para Discussão nº 329. Rio de Janeiro: ISPN/IPEA,1994.

MARX, K.. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MOL, A. e LAW, J. **Regions, Networks and Fluids: Anaemia and Social Topology**. *Social Studies of Science*, vol 24, n.4, 641-671 (1994).

MONCLÚS, F. J. Suburbanización y nuevas periferias. *Perspectivas geográfico-urbanísticas*. In: MONCLÚS, F. J. (Ed.) **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, jan. 2006. (Texto para discussão, 281).

MOREIRA, R.. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007(a).

_____. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. ETC.. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais**, nº 1 (3), vol. 1, jun 2007(b).

MOURA, C. P. **A fortificação preventiva e a urbanização como perigo**. Série Antropologia, vol. 407, Brasília: DAN/UNB, 2006, p. 6-18.

MOURA, R., LIBARDI, D., BARION, M. I. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.129-143, jul./dez. 2006.

MOURA, R. e ULTRAMARI, C. (org.) **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Ipardes, 1994, p. 123-136.

MOURA, R. e ULTRAMARI, C.. **O que é Periferia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MOURA, R.. Cinco séculos de desigualdade na apropriação do solo urbano. In SOUZA, A. J. de. (org.) **Paisagem Território Região – em busca da identidade**. Cascavel, PR: EUNIOESTE, 2000.

_____. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

_____. **Cidades Adjetivadas: Qualidade, paradigma ou produtos?** Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, n. 02, ano 1, setembro de 2010 , p 10-14.

MUMFORD, L. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (original em inglês de 1961).

NOJIMA, D., MOURA, R., SILVA, S. T. da. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In **SEMINÁRIO IBERO-AMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO** (RII), 8., 2004. Rio de Janeiro. Textos complexos. Rio de Janeiro: RII, 2004.

O' BRIEN, R. **Global Financial Integration: the end of Geography**. New York: The Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press, 1992.

OJIMA, R. Desafios para a análise da forma urbana e os riscos ambientais: aspectos metodológicos para análises Comparativas. **III Encontro da ANPPAS**, Brasília-DF, maio de 2006.

_____. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP. V.24, n.2, p.277-300, jul/dez, 2007.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.

ORTIZ, R. **Cultura e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, G. e SILVA, M. N. da. Mercado imobiliário e estruturação do espaço na Região Metropolitana de Curitiba, **Cadernos MetrÓpole** 18, 2. sem. 2007, p. 77-93.

PEREIRA, M. **As metamorfoses da cidade dispersa**. GeolNova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, n. 10, Lisboa, p. 129-142.

PIRENNE, H. **As Cidades da Idade Média**. Rio de Janeiro: Publicações Europa-américa, 2 ed., 1964.

POLLI, S. A. **A Vila Zumbi dos Palmares: urbanizaÇÃO, integrAÇÃO, participAÇÃO**. Monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Paraná, 1997.

_____. **Curitiba, metrÓpole corporativa**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, UFRJ, 2006.

POMBO, J. F. da. R. **O Paraná no centenário: (1500-1900)**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

PRÊVOT-SCHAPIRA, M.-F. **2002 - Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. Santiago: EURE(Santiago), 2002.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAZIN, E. e HAZAN, A. Les dynamiques de métropolisation em Israel. (p. 189-213). In HOFFMANN-MARTINOT, V. e SELLERS, J. **Politique et Métropole, une comparasion internationale**. Paris: CRNS éditions, 2007.

REYNAUD, A. “Centre et périfphérie”, in BAILLY, A. et ali, **Encyclopédie de Géographie, Economica**, vol II, Genebra, 1993, pp.617-633.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. **Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: o modelo Centro/Periferia em questão**. Rio de Janeiro: IPPUR da UFRJ, 1994.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das MetrÓpoles, 2009.

RIGOL, S. M. A Gentrificacion: Conceito e Método. In CARLOS, A.C. A. e CARRERAS, C. (orgs). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrÓpole**, 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROBERTSON, R. **Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity**. In Featherstone, Mike, Robertson, Roland & Lash, Scott. **Global Modernities**. London: Sage Publications, 1995, p. 25 – 44.

RODRÍGUEZ, J. V. Segregación residencial sociolaboral (SRS) y sus relaciones com la migración y la movilidad intrametropolitana em cuatro aglomerados urbanos de América Latina: los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio

de Janeiro según los censos de la ronda de 2000. **Documento preparado para o Workshop “Spatial Segregation and the Labor Market”**, University of Texas. Austin, Feb. 13-15.

ROLNIK, R. et al. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, M. C. **Políticas urbanas, territórios e exclusão social: as favelas nas grandes cidades – Brasil e Índia**. Dossiê Crise Internacional II. São Paulo : Estudos avançados da Universidade de São Paulo, vol.23, n. 66, 2009.

SAHR, W-D. Territórios-Faxinais-Espaços. A problemática “Espaço/Território” na formação social brasileira. In SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S.(orgs) **Territórios e Territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP- Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SALGUEIRO, T. B. **Lisboa, Periferia e Centralidades**, Oeiras, Celta, 2001.

SÁNCHEZ, F. **Curitiba Imagem e Mito: reflexões acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1993.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB - São Paulo, nº 54, 1977.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

_____. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves (Coleção Ciências Sociais), 1979-a.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis. Vozes, 1979-b.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Texto extraído da transcrição da conferência proferida pelo autor na mesa-redonda "O tempo na Filosofia e na História", promovida pelo Grupo de Estudos sobre o Tempo do Instituto de Estudos Avançados da USP, em 29 de maio de 1989. (A transcrição completa foi publicada na *Coleção Documentos*, série **Estudos sobre o Tempo**, fascículo 2, em fevereiro de 2001).

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 3. ed., 1992.
- _____. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **O Tempo nas Cidades**. São Paulo, Ciência e Cultura. vol.54 n.2, Out./Dez., 2002.
- _____. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Consejo latino-americano de Ciencias Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, R. O. Periferias urbanas: ensaio de síntese da produção teórica brasileira. In: **X Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB**, 2007, Florianópolis. Anais... Comissão Organizadora do X SIMPURB, 2007. 1 CD-ROM
- SCHAPIRA, M.-F. P. Segregación, fragmentación, secesión. Hacia una nueva geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. **Economía, Sociedad y Territorio**. v. 2, n. 7, 2000, 405-431.
- SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. **Revista Espaço & Debates**, n. 41. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001.
- SCOTT, A. J., AGNEW, J., SOJA, E. W. & STORPER, M.. Cidades-Regiões Globais. In: **Espaço e Debates**, Nº 41, p. 11-25. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 2001.
- SILVA NETO, M. L. **Implicações da Aceleração Contemporânea na Escala Local**. O Caso do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: São Paulo, 1998.
- SOJA, E. W.. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994.
- _____. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- _____. Seis discursos sobre la postmetrópolis. In: **LO URBANO em 20 autores contemporâneos**, Barcelona: Ediciones UPC/ ETSAB, 2004, p. 91-98.
- SOUZA, M. L. de. **A B C do desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. B.. A cidade dentro da cidade. Uma Edge City em São José do Rio Preto. **Scripta Nova** - revista eletrônica de geografia y ciências sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago. vol. nº 7, n. 146 (045), 2003.
Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(045).htm), Acesso em 16 jan 2009.

_____ Novos Conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geograficas**, Boletim 54, n. 54, p. 114-139, ago, 2004.

STORPER, (org). **Global City Regions: trends, theory, policy**. Oxford: Oxford University, 2001.

TORRES, H. e MARQUES, E. **São Paulo – Segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: SENAC, 2005.

_____ Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 3, n. 4, 2001.

ULTRAMARI, C. e MOURA, R. (org.). **Metrópole grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba, Ipardes, 1994.

VALLADARES, L. **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VELTZ, P. **Mondialization**. Villes et territoires. L`économie d`archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VIARD, J. **La société d`archipel ou lês territoires du village global**. Paris: ed. De L`Aube, 1994.

VICTOR, N. **A terra do futuro (impressões do Paraná)** Rio de Janeiro: Tipografia do "Jornal do Comercio", de Rodrigues & C., 1913, p. 97-251.

VILLAÇA, F.. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2001.

VIRILIO, P. **O Espaço Crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

Documentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO. **Cadastro Municipal de Colombo**, 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO. **Leis municipais**: nº 38/73, de 1973 e nº 428/88, de 1988 (Colombo-PR).

REGISTRO DE IMÓVEIS DE COLOMBO, protocolo no cartório de imóveis daquele município sob o nº 13 e 512 e microfimes de nº 0674/71, de 08/03/1971 e nº 4283/86.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE PIRAQUARA. Registro nº 123, de 12 de março de 1956.

PLANOS DIRETORES: de Curitiba, de Colombo e de Pinhais.

Entrevistas

Entrevista nº 2, com o Senhor “A. de A. S.” (autor, 2009)

Entrevista nº 3, com o Senhor “A. R. N.” (autor, 2009)

Entrevista nº 4, com o Senhor “A. R. N.” (autor, 2009)

Entrevista nº 5, com o Senhor “M. G.” (autor, 2009)

Entrevista nº 6, com a Senhora “A. H.” (autor, 2009)

Entrevista nº 7, com a Senhora “E. P. de O.” (autor, 2009)

Entrevista nº 8, com o Senhor “J. C. S.” (autor, 2009)

Entrevista nº 12, com o Senhor “A. P.” (autor, 2010)

Jornais:

O Globo – Rio de Janeiro, 18/03/2002.

O Estado do Paraná, 26/10/2003, p. 24.

Gazeta do Povo de 30/09/2001; de 21/07/2002 e de 18/07/2004, p. 5.

Jornal de Colombo, 29 de julho de 2005, p. 9.

Vila Zumbi dos Palmares, Informativo da Regularização Fundiária, nº 1, Dezembro de 2005.

Folha *Alphaville*, de março de 2007.

Notícias do Paraná, Dezembro de 2005, Janeiro de 2006, Setembro de 2008.

Revistas

Revista VEJA, edição 1281, ano 26, n. 13, de 31 de março de 1993.

Revista EXAME. São Paulo: Ed. Abril, Ano 34, n. 9, 03 de maio de 2000, p. 77-108.

Revista Viver a Vida Alphaville, Edição Especial de 2001.

Revista Alphaville, Edição Especial de 2002.

Revista Alphaville, Edição Especial de 2004.

Revista Alphaville, Edição Especial de 2006.

Sites:

www.transportes.gov.br/historia/.../GM.htm, acessado em 12 de maio 2009.

www.assembleialegislativadoparana.gov.pr, acessado em 23 de maio 2009.

www.alphaville.com.br, acessado em 21 de junho 2009 e em 22 de janeiro de 2010.

www.aenoticias.pr.gov.br, acessado em 10 de dezembro de 2009.

<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=13>,
acessado em 18 de setembro de 2009.

www.saude.pr.gov.br/, acessado em 17 de dezembro de 2009.

Portal paranaense BemParaná (mar. de 2010) www.bemparana.com.br/index.php?,
acessado em 20 março de 2010.

<http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac>, acessado
em 21 de março de 2010.

www.coopzumbi.com.br, acessado em 21 de março de 2010.

<http://www.minhaprimeiracasa.com.br/site/imoveisloft>, acessado em 22 de março de
2010.

www.ibge.gov.br/censodemografico, acessado em 22 de março de 2010.

www.apolar.com.br, acessado em 22 de março de 2010.

<http://www.pr.gov.br/sesp/estatistica>, acessado em 20 de dezembro de 2010.

<ftp://geofp.ibge.gov.br/regic/regic.zip>, acessado em 22 de dezembro de 2010.

APÊNDICES

- Pesquisa socioeconômica com os “Novos” Moradores;
- Questionário para os moradores dos CHFs de *Alphaville*;
- Entrevista com as pessoas que moravam na Vila Zumbi e que atualmente estão morando em outras ocupações irregulares;
- Questionário Alphaville Graciosa;
- Questionário Alphaville Pinheiros; e
- Reportagem do Jornal NOTÍCIAS DO PARANÁ.

PESQUISA SOCIOECONÔMICA

Vila Zumbi dos Palmares – Maio de 2009 – “Novos” Moradores (últimos 5 anos)

1. **Há quanto tempo o Sr(a) mora na Vila Zumbi dos Palmares?**
 até 1 ano de 1 a 2 anos de 2 a 4 anos de 4 a 5 anos

2. **Estudou até que série/ano?**
 é analfabeto até a 4ª Série terminou o Ensino Fundamental
 Ensino Médio faz faculdade outra situação
 Qual? _____

3. **Onde trabalha?**
 no C. I. Mauá indústrias/comércio de Pinhais no Alphaville
 CIC outro lugar
 Qual? _____ Onde? _____ É registrado em carteira _____

4. **Qual a renda (soma dos salários) mensal de sua família?**
 menor que 1 SM de 1 a 2 SM de 2 a 3 SM de 3 a 5 SM
 de 5 a 6 SM maior que 6 SM

5. **Onde morava antes de vir para a Vila Zumbi?**
 em Colombo na RMC em Pinhais em Curitiba
 no interior do estado em outro estado

6. **Quantas pessoas moram na sua casa?** _____

7. **A casa onde mora é:**
 própria sobrado da COHAPAR alugada cedida
 outra situação . Qual? _____

8. **A sua casa é de qual material? Quantos m² têm?** _____
 madeira alvenaria mista outro

9. **Outras informações:**

(Questionário para os moradores dos CHFs de Alphaville)

MEC- INIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

“A UNIVERSIDADE FEDERAL É PÚBLICA, PERTENCE AO POVO BRASILEIRO, AJUDE-NA A CUMPRIR O SEU PAPEL”.

OBSERVAÇÕES: O presente instrumento visa coletar informações extremamente úteis ao desenvolvimento de trabalhos de cunho científico junto à Universidade Federal do Paraná, pelos alunos do curso de pós-graduação em Geografia.

A sua colaboração é de vital importância para se desvendar as contradições socioespaciais existentes na região metropolitana de Curitiba. Todas as informações pessoais serão preservadas, uma vez que comporão um todo estatístico. O(a) Senhor(a) será identificado(a) apenas por um número.

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA

1. O que levou o(a) Sr(a) a residir no condomínio Alphaville Graciosa/Pinheiros?

2. Há quanto tempo o(a) Sr(a) reside em Alphaville? _____anos.

3. Onde o(a) Sr(a) residia antes?

Bairro _____Município _____Estado _____

4. Quanto tempo o(a) Sr(a) residiu em Curitiba (ou na cidade declarada) antes de mudar-se para Alphaville? _____anos.

5. Onde o (a) Sr(a) trabalha ou estuda? () em Curitiba () em Pinhais () outro lugar . Qual _____

6. O(s) seu(s) filho(s) estuda(m)? () em Pinhais () em Curitiba

7. Qual a sua relação (dia a dia – profissional, compras, bancos, etc.) com o “centro” de Pinhais?

() todos os dias () semanal () mensal () muito rara.

8. Qual a sua relação (dia a dia – profissional, compras, bancos, etc.) com Curitiba?

() todos os dias () semanal () mensal () muito rara.

9. Em sua residência/condomínio trabalha(m) morador(es) da Vila Zumbi dos Palmares?

() não () sim. Quantos? _____

10. Como o(a) Sr(a) vê as precariedades (pobreza, criminalidade, falta de infraestrutura) nos bairros próximos à sua residência?

11. Quanto tempo o(a) Sr(a) gasta para se deslocar da casa para o trabalho/escola e vice-versa? _____.

12. Quantos automóveis /motocicletas são utilizados, no dia-a-dia, pelos moradores de sua residência?

13. Outras informações:

ENTREVISTA COM AS PESSOAS QUE MORAVAM NA VILA ZUMBI E AGORA ESTÃO RESIDINDO EM OUTRAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. O(a) Sr(a) morava na Vila Zumbi dos Palmares? Por quantos anos o(a) Sr(a) morou lá?
2. Antes de morar em Zumbi, onde o (a) Sr(a) morava? (Município, bairro, vila, etc.)
3. O(a) Sr(a) tinha uma casa(barraco) e/ou lote na Vila Zumbi ?
4. Onde estava localizada a sua casa (barraco)? Próximo ao Rio Palmital? Ou próximo a BR 116? (Caso afirmativo:)
 - 4.1.O(a) Sr(a) chegou a receber um sobrado da COHAPAR? Qual era o seu sobrado (endereço)?
 - 4.2.Quais seriam as despesas que o(a) Sr(a) teria com esse sobrado? (prestações do lote, do sobrado, das contas de água, esgoto, luz, IPTU, etc..)
 - 4.3. O(a) Sr(a) vendeu, trocou? Pelo quê trocou a sua casa ou lote da Vila Zumbi ?
5. O que levou o(a) Sr(a) a deixar a Vila Zumbi e vir morar nesse lugar?
6. O(a) Sr(a) mora aqui em lote/casa não legalizados?
 - 6.1.Quantas pessoas vieram com o (a) Sr(a) da Vila Zumbi ?
 - 6.2.Qual a situação da sua casa (barraco)? Tem documentos de posse? Ou outro(s)?
 - 6.3.Há esgoto? Há água encanada? São da Sanepar? Há energia elétrica (luz)?
 - 6.4.Passa ônibus? Há escola para os filhos?
 - 6.5.Há posto de saúde? Há alguma associação de moradores?

7. O(a) Sr(a) trabalha? Onde? Com carteira assinada?
8. Quantos moradores da Vila Zumbi, assim com o(a) Sr(a), deixaram Zumbi e para cá vieram morar?
Ou então se mudaram de Zumbi para outra área de ocupação? Qual área?
9. Como era a sua vida em Zumbi antes do projeto de regularização promovido pela COHAPAR?
10. Como ficou a sua vida na Vila Zumbi com o projeto de regularização?
11. Como é a sua vida neste lugar?
12. Algo que não foi perguntado e o Sr(a) queira declarar?

Em/...../ 2009, confirmo as informações acima transcritas e autorizo a publicação em trabalho acadêmico junto à UFPR, pelo aluno da pós-graduação Carlos Ritter.

Por ser verdade, firmo a presente.

Assinatura:

Nome: _____

Questionário Alphaville Graciosa

1. O total aproximado do investimento em infraestrutura: extracondomínios (duplicação da estrada da Graciosa, melhoria da ponte sobre o Rio Palmital, etc..) e intracondomínios (para construir todo o conjunto de residenciais e o *Alpha Mall Graciosa*, etc..); Em que a Prefeitura de Pinhais / ou o Estado o ajudou (realizou em termos de obras)?

2. Esse montante investido em Pinhais pelo *Alphaville* veio do BNDS? Se não, qual a origem?

3. Toda a construção ficou sob os encargos da *Alphaville Urbanismo S/A*? Qual(is) é (são) a(s) empresa(s) envolvida(s) na instalação e na administração?

4. Quantos moradores, atualmente, há no *Alphaville Graciosa*? Qual é a taxa de ocupação, por residenciais e no todo?

5. Qual seria a razão de não estar 100% ocupado/construído, uma vez que existe há quase 10 anos?

6. Quais são as empresas instaladas e em funcionamento no Centro Empresarial e comercial? (Ex. 02 farmácias, 02 imobiliárias, 01 salão de beleza, etc.)

7. O somatório da arrecadação com impostos (IPTU,...) equivale a qual percentual (aproximado) da arrecadação do município de Pinhais?

8. Qual a relação cotidiana dos moradores do *Alphaville* com o município de Pinhais? (o mito é que os moradores de *Alphaville* não mantêm nenhuma relação com Pinhais, somente com Curitiba) (Ex. Fazem compras no comércio local, utilizam os cartórios, mantêm contas nas agências bancárias localizadas em Pinhais, qual o % de moradores?)

9. Qual é a faixa etária média entre os moradores do Alp. Graciosa? Qual é % de jovens até 18 anos e de idosos com mais de 65 anos?
10. É verdade que o número de aposentados, entre os seus moradores, tem aumentado?
11. Qual é a média de pessoas por residência?
12. Qual é o nível de escolaridade entre os titulares (condômino responsável por cada residência)?
13. Quantas crianças e adolescentes moradores (em média) são alunos do Colégio Bom Jesus- Internacional, instalado próximo ao Alphaville?
14. Qual o percentual médio de pessoas residentes no Alphaville que se deslocam, diariamente, para Curitiba, a fim de trabalhar ou estudar?
15. O que o *Alphaville* faz, em termos de ação social, para com os moradores da Vila Zumbi dos Palmares? Quem é o responsável por tais ações?(ex. Cooperativa de Reciclagem de lixo, etc..) É verdade que há um acréscimo de R\$ 10,00 na tx. de condomínio para ajudar a Vila Zumbi ?
16. Quantos funcionários do *Alphaville* Graciosa moram na Vila Zumbi dos Palmares? Quantos moram na Vila Liberdade?
17. Quantos trabalhadores do *Alpha Mall Graciosa* moram na Vila Zumbi dos Palmares? Quantos moram na Vila Liberdade?
18. Quais as profissões predominantes entre os seus moradores? (Empresários, desportistas, etc..)
19. Os primeiros moradores sabiam da existência da “Favela Zumbi”?
20. Em que o *Alphaville* influenciou ou ajudou no processo de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento Socioambiental promovido na Vila Zumbi dos Palmares, pelo estado do Paraná?
21. Quais os benefícios trazidos pelo *Alphaville* para Pinhais e para o Aglomerado Metropolitano de Curitiba como um todo?
22. Ainda, outras considerações julgadas importantes pelos Senhores?

Questionário Alphaville Pinheiros

1. O custo aproximado de instalação do Alphaville Pinheiros?
2. Esse montante investido no Alphaville Pinheiros veio do BNDS? Se não, qual a origem?
3. Toda a construção ficou sob os encargos da Alphaville Urbanismo S/A? Qual(is) é (são) a(s) empresa(s) envolvida(s) na instalação e na administração?
4. Quantos moradores, atualmente, há no Alphaville Pinheiros? Qual é a taxa de ocupação, por residenciais e no todo?
5. Qual seria a razão de não estar 100% ocupado/construído, uma vez que existe há 6 anos?
6. Qual a relação cotidiana dos moradores Alphaville com o município de Pinhais? (o mito é que os moradores de Alphaville não mantêm nenhuma relação com Pinhais, somente com Curitiba) (Ex. Fazem compras no comércio local, utilizam os cartórios, mantêm contas nas agências bancárias localizadas em Pinhais, qual o % de moradores ?
7. Qual é a faixa etária média entre os moradores do Alp. Pinheiros? Qual é % de jovens até 18 anos e de idosos com mais de 65 anos?
8. É verdade que o número de aposentados, entre os seus moradores, tem aumentado?
9. Qual é a média de pessoas por residência?
10. Qual é o nível de escolaridade entre os titulares (condômino responsável por cada residência)?

11. Quantas crianças e adolescentes moradores (em média) são alunos do Colégio Bom Jesus- Internacional, instalado próximo ao Alphaville?
12. Qual o percentual médio de pessoas residentes no Alphaville Pinheiros que se desloca, diariamente, para Curitiba, a fim de trabalhar ou estudar?
13. O que Alphaville faz, em termos de ação social, para com os moradores da Vila Zumbi dos Palmares? Quem é o responsável por tais ações?(ex. Cooperativa de Reciclagem de lixo, etc..) É verdade que há um acréscimo de R\$ 10,00 na taxa de condomínio para ajudar a Vila Zumbi ?
14. Quantos funcionários do Alphaville Graciosa moram na Vila Zumbi dos Palmares? Quantos moram na Vila Liberdade?
15. Quantos trabalhadores do Alpha Mall Graciosa moram na Vila Zumbi dos Palmares? Quantos moram na Vila Liberdade?
16. Quais as profissões predominantes entre os seus moradores? (Empresários, desportistas, etc..)
17. Os primeiros moradores sabiam da existência da “Favela Zumbi”?
18. Em que o Alphaville influenciou ou ajudou no processo de regularização fundiária, urbanização e desenvolvimento Socioambiental promovido na Vila Zumbi dos Palmares, pelo estado do Paraná?
19. Quais os benefícios trazidos pelo Alphaville para Pinhais e para o Aglomerado Metropolitano de Curitiba como um todo?
20. Quais são as diferenças básicas entre o Alphaville Pinheiros e o Alphaville Graciosa?
21. Ainda, há outras considerações julgadas importantes pelos Senhores?

Jornal NOTÍCIAS DO PARANÁ

Quinta-feira, 13 de março de 2008

Requião apresenta p/ América Latina e p/ a Europa a urbanização modelo de Vila Zumbi

Representantes de países da União Européia e da América Latina conheceram nesta quinta-feira (13) o projeto de urbanização da Vila Zumbi dos Palmares, em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba)

O modelo de regularização fundiária e ambiental foi apresentado na abertura do II Seminário Internacional da Urb-AL (Urbanização/América Latina) - Projeto Criar, que acontece em Curitiba.

O governador Roberto Requião abriu o seminário “O que foi feito ali é na Vila Zumbi é uma experiência fascinante, mas não se trata apenas de construção de casas, é um governo inteiro dedicado à promoção social e à redução da pobreza”, disse Requião. O seminário reúne lideranças de diversos países para a integração de tecnologias e intervenções urbanas adotadas por cidades latino-americanas e européias. A intervenção na Vila Zumbi foi o destaque no primeiro dia do encontro. No local moram mais de 1,7 mil famílias, que tiveram seus terrenos regularizados ou foram retiradas da beira do rio e da rodovia BR-116 e transferidas para novas casas construídas pela Cohapar. O Governo do Paraná investiu em obras de saneamento, prevenção de enchentes e pavimentação das ruas, entre outras. **“A Vila Zumbi era uma das regiões mais perigosas do Estado, o número de crimes e óbitos era simplesmente fantástico, e quando assumimos o governo a proposta que existia era de remoção daquela população, pelo perigo que representava e pela agressão à região dos mananciais”**, lembrou o governador: “Invertemos a proposta e passamos a agir na Vila Zumbi de forma integrada, onde até o Exército brasileiro teve sua participação, executando cursos profissionalizantes”, completou. Segundo Requião, a Vila Zumbi hoje é um exemplo do que se pode fazer com uma administração solidária. **“No Paraná, as intervenções do Estado são pesadas no setor social, levando em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões e mantendo empresas estratégicas na mão do Estado, como a Copel, que possibilita oferecermos energia gratuita a 1,4 milhão de pessoas”**.